

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSANDRA ANDRÉ

A FABRICAÇÃO DA 'BASILEIA' HELENÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O GOVERNO
DE ANTÍGONO MONOFTALMO E DEMÉTRIO POLIORCETES (321 – 301 A.C.)

VITÓRIA

2018

ALESSANDRA ANDRÉ

A FABRICAÇÃO DA ‘BASILEIA’ HELENÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O GOVERNO
DE ANTÍGONO MONOFTALMO E DEMÉTRIO POLIORCETES (321 – 301 A. C.)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva

VITÓRIA

2018

ALESSANDRA ANDRÉ

*A FABRICAÇÃO DA 'BASILEIA' HELENÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O GOVERNO DE
ANTÍGONO MONOFTALMO E DEMÉTRIO POLIORCETES (321 – 301 A.C.)*

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 05 de abril de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Examinador Externo

Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna
Universidade de Brasília
Examinador Externo

Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

Profa. Dra. Sílvia Marcia Alves Siqueira
Universidade Estadual do Ceará
Membro Suplente

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Suplente

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

André, Alessandra, 1982-
A553f A fabricação da *basileia* helenística: um estudo sobre o
governo de Antígono Monoftalmo e Demétrio Poliorcetes (321
301 a.C.) / Alessandra André – 2018.
294 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Civilização Helenística. 2. *Basileia*. 3. Fabricação. 4.
Demétrio Poliorcetes. 5. Antígono Monoftalmo. I. Silva, Gilvan
Ventura da, 1967-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

*'In memoriam' à minha amada mãe, Nelza, meu alicerce e
inspiração, por acreditar em mim e me apoiar de todas as
formas possíveis.*

Para Vinícius, pelo amor e apoio nas horas mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que me ajudaram nesta empreitada é uma tarefa difícil. Foram muitas as pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente, mesmo que elas mesmas não se deem conta disso. Entre amigos, professores e colegas, há uma lista de pessoas às quais sou bastante grata.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva (Ufes), que desde a graduação me inspirou, por sua rara sabedoria e conduta profissional, a empreender a busca constante do conhecimento. Espero que o resultado deste trabalho seja digno de sua valiosa e dedicada orientação, sem a qual seria impossível encontrar caminhos para chegar a um bom termo.

Ao Professor Doutor Henrique Modanez de Sant'Anna (UnB) e à Professora Doutora Érica Cristhyane Morais d Silva (Ufes), pelas críticas, observações e sugestões recomendadas na Banca de Qualificação, fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho de pesquisa. Agradeço, também, a estes professores, pelo apoio e disponibilidade em participar da Banca de Defesa.

Sou grata aos Professores Doutores Fábio de Souza Lessa (UFRJ) e Sebastião Pimentel Franco (Ufes) pela disponibilidade em participar de minha Banca de Defesa de Tese. Acredito que a colaboração de ambos será fundamental para o aprimoramento deste trabalho. Em especial, ao Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco, que acompanhou a minha trajetória acadêmica desde a graduação, momento no qual fui sua orientanda de iniciação científica por três anos, agradeço pelo apoio e carinho constante.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) pelo financiamento desta pesquisa. À Fondation Hardt, localizada em Genebra, pela concessão da bolsa do Programa Jovens Pesquisadores. Sou grata especialmente aos Professores Doutores

Gary Vachicouras e Pierre Ducrey pela supervisão e atenção concedidas; e ao Professor Doutor John Bennet e a Vicki Tzavara da British School at Athens pelo apoio durante minha estada nesta instituição.

Agradeço a todos os colegas do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo, pelos debates desenvolvidos e pelo compartilhamento de ideias e de experiências nos inúmeros Encontros e Congressos dos quais participamos e organizamos. À revisora e amiga Kátia Regina Giesen, por examinar o texto da tese com tanta dedicação.

Agradeço, em especial, às mulheres fortes que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada. Amigas que em diversos momentos foram o meu porto seguro, cada uma à sua forma. Destaco entre estas grandes mulheres: as amigas que fiz ao longo do doutorado e que levarei para a vida, Carolline da Silva Soares, Karulliny Silverol Siqueira, Hariadne da Penha Soares e a companheira de turma e desabafos Kátia Sausen da Motta; Giovanna Entringer e Fernanda Coimbra da Costa Pereira, amigas de uma vida toda e companheiras de todas as horas; e, por último, mas não menos importantes, às amigas Vera Márcia Soares de Toledo e Andrea Santana Silva e Souza, irmãs das Letras que, junto comigo, sonharam e realizaram seus respectivos doutorados, desde o momento de preparação de nossos projetos. A todas vocês, agradeço a sororidade.

Agradeço à minha família, em especial às minhas primas Mayone, Nathalia e Victória, por todo o apoio e amor, e ao meu tio, e pai de coração, Eduardo. Agradeço ao meu companheiro da vida, meu marido, Vinícius, por ser aquele que esteve, durante esses quatro anos, todos os momentos ao meu lado. A você, meu amor, meus mais profundos agradecimentos. Por fim, agradeço aquela que fez de mim o que sou hoje, minha mãe, Nelza, que infelizmente ao longo desta minha jornada veio a falecer. Saiba que tudo foi por você.

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

(Marc Bloch, *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*, 1949).

RESUMO

Após a morte de Alexandre, há, no Mediterrâneo Oriental, uma tendência política híbrida. Primeiramente, os diádocos (sucessores) procuraram manter a unidade da *oikoumene*. Para tanto, teriam que resolver a questão sucessória, pois, de acordo com a tradição macedônia, o governo caberia a um herdeiro varão da dinastia Argéada, da qual Alexandre fazia parte. Este, ao morrer, não deixara um herdeiro em condições de assumir o trono naquele momento. Desse impasse, resultou uma segunda tendência. Em princípio, existia um representante da dinastia Argéada na Macedônia e um no Oriente, mas, na prática, os diádocos buscaram autonomia política. A primeira tendência preservava a ideia de unidade do Império, mas as condições inerentes à própria realeza macedônia, como o *direito da lança*, ou seja, a *doriktetos chora*, e as complicações no processo sucessório, levaram à fragmentação da *oikoumene* em múltiplos reinos. Tendo em vista essas considerações, o objetivo central desta tese foi investigar como, após a morte de Alexandre, a *realeza helenística* foi construída/consolidada mediante as ações dos diádocos, tendo como foco o período de 321 a 301 a.C., em que Antígono I Monoftalmo, auxiliado por seu filho, Demétrio Poliorcetes, assumiu a preponderância na condução dos assuntos políticos, tendo como ponto de partida o legado de Alexandre, mas também toda uma tradição macedônia e oriental referente à concepção da monarquia e do monarca. Acreditamos que a *basileia* helenística foi um elemento novo, fabricada a partir das ações dos diádocos, e que já não mais representava a monarquia macedônia. Dentre os generais de Alexandre, Antígono foi o primeiro a intitular-se *basileus*, juntamente com Demétrio, apresentando-se como o sucessor legítimo do soberano argéada, por meio de uma série de recursos simbólicos. Ao lado de seu filho, Antígono desempenhou um papel fundamental rumo ao estabelecimento da monarquia. Quando, em 306 a.C., foi aclamado *basileus* por seu exército, o primeiro rei helenístico já tinha empregado a associação com Alexandre nas representações numismáticas; se filiado a deidades; unido elementos da tradição macedônia, helênica e oriental; seguido como fundador de cidades; e se proclamado o maior benfeitor das cidades gregas, recebendo em troca cultos e festividades em honra a sua pessoa e a de Demétrio. Pai e filho detiveram, portanto, a primazia quando nos referimos à fabricação da *basileia* helenística.

Palavras-chave: Civilização Helenística. *Basileia*. Fabricação. Demétrio Poliorcetes. Antígono Monoftalmo.

ABSTRACT

After Alexander's death, in the Eastern Mediterranean, there is a hybrid political tendency. At first, the Diadochi (successors) sought the unity of the oikoumene. Thus, they would have to manage to solve the succession issue for, according to Macedonian tradition, power should be inherited by a male heir of the Argead dynasty, of which Alexander was part. Because by dying he didn't let any male heir in condition to assume control over his throne, a second tendency emerged. *A priori*, there was one candidate of the Argead dynasty in Macedon and one in the East. However, the Diadochi looked for political autonomy. The first tendency preserved the idea of unity in the empire, but conditions inherent to the Macedonian kingship itself - like the *doriktetos chora* and the complications in the succession process - led to the fragmentation of the oikoumene in multiple kingdoms. Bearing this in mind, the main goal of this work was to investigate how, after Alexander's death, the Hellenistic kingship was built/consolidated by means of the Diadochi actions, focusing the 321 a 301 B.C. period, when Antigonos I Monophthalmus, helped by his son, Demetrius Poliorcetes, assumed control in conducting the political issues, having as departure point not only Alexander's legacy, but also East and Macedonian tradition as for monarchy and monarch conception. We believe that the Hellenistic *basileia* was a new element, made from the Diadochi actions, and not representative of the Macedonian monarchy anymore. Among Alexander's generals, Antigonos was the first one to be intitled basileus, together with Demetrius, hushing himself as the genuine successor of the Argead sovereign, through a series of symbolic resources. With his son, Antigonos had a fundamental role in the establishment of monarchy. When his army claimed him basileus in 306 B.C., the first Hellenistic king had already employed the association with Alexander in the numismatic representations, affiliated himself with deities, united elements of Macedonian, Hellenistic and East traditions, followed as founder of cities; and self proclaimed the greater benefactor of Greek cities, being worshiped in services and festivities that honored himself and Demetrius. That is why father and son held the primacy in the fabrication of the Hellenistic *basileia*.

Keywords: Hellenistic civilization. *Basileia*. Fabrication. Demetrius Poliorcetes. Antigonos Monophthalmus.

RESUMEN

Después de la muerte de Alejandro, hay, en el Mediterráneo Oriental, una tendencia política híbrida. Primero, los diádocos (sucesores) procuraron mantener la unidad de la *oikoumene*. Para ello, tendrían que resolver la cuestión sucesoria, pues, de acuerdo con la tradición macedonia, el gobierno cabría a un heredero varón de la dinastía Argéada, de la que formaba parte Alejandro. Este, al morir, no dejaba un heredero en condiciones de asumir el trono en aquel momento. De ese problema, resultó una segunda tendencia. En principio, existía un representante de la dinastía Argéada en Macedonia y uno en Oriente, pero en la práctica los diádocos buscaron autonomía política. La primera tendencia preservaba la idea de unidad del Imperio, pero las condiciones inherentes a la propia realeza macedonia, como *el derecho de la lanza*, o sea, la *doriktetos chora*, y las complicaciones en el proceso sucesorio, llevaron a la fragmentación de la *oikoumene* en múltiples reinos. En este sentido, el objetivo central de esta tesis fue investigar cómo, tras la muerte de Alejandro, la *realeza helenística* fue construida / consolidada mediante las acciones de los diádocos, teniendo como foco el período del 321 al 301 a.C., en el que Antígono I Monofthalmo, ayudado por su hijo, Demetrio Poliorcetes, asumió la preponderancia en la conducción de los asuntos políticos, teniendo como punto de partida el legado de Alejandro, pero también toda una tradición macedonia y oriental referente a la concepción de la monarquía y del monarca. Creemos que la *basilea* helenística fue un elemento nuevo, fabricado a partir de las acciones de los diádocos, y que ya no más representaba la monarquía macedonia. Entre los generales de Alejandro, Antígono fue el primero en intitularse *basileus*, junto con Demetrio, presentándose como el sucesor legítimo del soberano argéada, por medio de una serie de recursos simbólicos. Al lado de su hijo, Antígono desempeñó un papel fundamental hacia el establecimiento de la monarquía. Cuando, en 306 a.C., fue aclamado *basileus* por su ejército, el primer rey helenístico ya había empleado la asociación con Alejandro en las representaciones numismáticas; se afiliado a deidades; unido elementos de la tradición macedonia, helénica y oriental; seguido como fundador de ciudades; y se proclamó el mayor benefactor de las ciudades griegas, recibiendo a cambio cultos y festividades en honor a su persona y la de Demetrio. Padre e hijo detuvieron, por lo tanto, la primacía cuando nos referimos a la fabricación de la *basilea* helenística.

Palabras-clave: Civilización Helenística. *Basilea*. Fabricación. Demetrio Poliorcetes. Antígono Monofthalmo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do reino da Macedônia à morte de Filipe II em 336 a.C.....	42
Figura 2 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 14, 5 g., 297-281 a.C.	62
Figura 3 – Mapa do Oriente, destacando rotas e pontos estratégicos durante a campanha de Alexandre	70
Figura 4 – Mapa do Império Macedônio em 323 a.C.	83
Figura 5 – Mapa dos reinos helenísticos no século III a.C.....	99
Figura 6 – Mapa da Macedônia	123
Figura 7 – Artefatos referentes à <i>Tumba do Guerreiro</i> , necrópole de Vergina, séc. VIII a.C	124
Figura 8 – Disco dourado representando o Sol de Vergina, séc. IV a.C	128
Figura 9 – Filipe II. Estáter de ouro, 8, 58 g., 340-328 a.C.....	154
Figura 10 – Filipe II. Meio-estáter de ouro, 4, 30 g., 340-328 a.C.....	155
Figura 11 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 17 g., 330-301 a.C.	157
Figura 12 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 17, 1 g., s/d	158
Figura 13 – Antígono I Monoftalmo. Estáter de ouro, 303 a.C.....	160
Figura 14 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 16, 94 g., s/d	161
Figura 15 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 17, 11 g., 301-295 a.C	162
Figura 16 – <i>Génos</i> dos Antigônida.....	169
Figura 17 – Filipe V. Tetradracma de prata, 8, 5 g., s/d.....	180
Figura 18 – Antígono II. Tetradracma de prata, 17 g., s/d	181
Figura 19 – Ágora ateniense, monumento aos heróis epônimos originais	199
Figura 20 – Vista atual do monumento aos heróis epônimos.....	200
Figura 21 – Detalhe do monumento aos heróis epônimos	200
Figura 22 – Representação da Pompé. Detalhe de vaso grego, 370-360 a.C	217

Figura 23 – Fragmento de decreto referente à prítania dos Antígônidas. 213/212 a.C.....	222
Figura 24 – Cidades e regiões colonizadas por Antígono.....	233
Figura 25 – Mapa das fundações urbanas helenísticas	236
Figura 26 – Vestígios das fundações do palácio de Demétria, séc. III a.C	237
Figura 27 – Teatro de Demétria, séc. III a.C	238
Figura 28 – Demétrio Poliorcetes. Estáter de ouro, 8, 56 g., 290/287 a.C.....	239
Figura 29 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 17, 24 g., 289/288 a.C.....	240

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
<i>O Mediterrâneo Oriental e a sua nova correlação de forças</i>	38
<i>A Macedônia: da realeza tribal à 'oikoumene'</i>	39
<i>Alexandre e a conquista da Terra Habitada</i>	58
<i>Os diádocos: entre a 'oikoumene' e a 'basiliké oikía'</i>	67
<i>Antígono e Demétrio, os novos protagonistas</i>	76
CAPÍTULO II	
<i>A 'basileia' no mundo greco-macedônio</i>	100
<i>A monarquia e a figura do 'basileus'</i>	101
<i>'Tyrannís' e 'basileia'</i>	111
<i>A realeza macedônia</i>	121
<i>Um sistema em construção</i>	136
CAPÍTULO III	
<i>O caminho rumo à fabricação da imagem régia</i>	150
<i>A realeza entre a Macedônia, a Hélade e o Oriente</i>	152
<i>O alvorecer da dinastia Antigônida: os vínculos entre pai e filho</i>	168
<i>Os fundamentos filosóficos da 'basileia' helenística</i>	183
<i>Os laços entre o monarca e a 'pólis'</i>	193
CAPÍTULO IV	
<i>Ritos e cerimônias: a realeza em movimento</i>	205
<i>Entre deuses e homens: a associação do soberano com o sagrado</i>	206
<i>A 'pompé' e a 'heorte'</i>	215
<i>Fundadores de cidades, filhos dos deuses</i>	227

<i>Relações intra corte</i>	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS	
<i>Documentação textual impressa</i>	262
<i>Documentação epigráfica</i>	265
<i>Documentação numismática</i>	266
<i>Obras de referência</i>	267
<i>Obras instrumentais</i>	268
<i>Obras de apoio</i>	271

INTRODUÇÃO

No século IV a.C., o mundo mediterrâneo foi marcado por uma profunda transformação, sobretudo política. O sistema *poliade* passava por graves problemas sociais, que se tornavam cada vez mais intensos devido às lutas internas entre as diferentes *póleis*.¹ O poder dos Aquemênida sobre os territórios dominados também apresentava sinais de fragilidade. Já no século V a.C. haviam ocorrido revoltas no interior do Império Aquemênida,² sustentadas por lideranças locais representadas pelos sátrapas e reprimidas com dificuldade. Paralelamente, despontava no cenário da Península Balcânica uma nova força – a Macedônia de Filipe II.

Os macedônios ocupavam o território da Península Balcânica a oeste e norte de Delfos e das Termópilas. No século V a.C., a região era ainda um conglomerado de tribos que viviam da agricultura e do pastoreio. Os círculos da corte mantinham contatos militares e econômicos com a Hélade³ e, com o passar do tempo, sua elite foi se helenizando. Porém, enquanto grande parte da Grécia balcânica e insular passava pela experiência *poliade*, a Macedônia mantinha-se como uma realza tribal hereditária ou, de acordo com Neyde Theml (1993), um

¹ A Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) marca uma virada decisiva na história da Grécia em todos os seus aspectos. Tal conflito daria início ao processo de desestruturação da *pólis* clássica de maneira que, de 431 a 338 a.C., a Hélade se encontraria imersa em um estado de guerra contínua. A emergência da tirania, a redução do corpo cívico, o mercenariado e a especialização militar são alguns dos problemas pelos quais passava o sistema *poliade* neste período (ANDRÉ, 2009).

² No que se refere à dinastia Aquemênida, a tradição aponta Aquêmenes, um possível herói lendário, como o fundador desta dinastia, que teria surgido por volta primeiro quartel do século VII a.C. (DANDAMAIEV, 1989, p. 1-2). De acordo com Asheri (2006, p. 20-21), os aquemênidas pertenciam à família dos reis-vassalos de Anshan e o nome *Hakhāmanishiyā* (Aquemênidas) era conhecido pelo menos desde o século VI a.C., como confirma Dario na inscrição de Behistun (520/518 a.C.). É com o aquemênida Ciro, o Grande (559-530 a.C.), que se vê a formação do Império Persa, situado no sudoeste da Ásia. A partir da formação deste império, os medo-persas passaram a ter contato direto com as populações da Mesopotâmia, do Transeufrates, da Anatólia e do Egeu (ASHERI, 2006, p. 23).

³ Entendemos por Hélade toda a região grega que se organizou com base no sistema *poliade*. Quando em nosso texto nos referirmos a Hélade ou cidades gregas, estaremos nos reportando às *póleis*, da mesma forma que, quando usarmos o adjetivo gregos, será em referência aos membros pertencentes às cidades gregas, e não a sujeitos provenientes de territórios onde não houve a organização *poliade*. Por isso, esclarecemos que apesar de convencionalmente o território conhecido como Grécia abranger territórios que vão além das cidades-Estado, adjetivos como gregos e helênicos serão sempre referentes ao mundo da *pólis*.

Estado-*Éthnos*.⁴ Nos tempos prósperos da Hélade, a Macedônia enriqueceu, sobretudo após as Guerras Greco-Pérsicas (492-479 a.C.). Desta forma, a Macedônia por muito tempo não se mostrou uma ameaça potencial à Grécia *políade* ou à Pérsia Aquemênida.

Quando Filipe assumiu o trono, em 359 a.C., encontrou uma Macedônia em vias de unificação, processo que ele contribuiu para completar. Ele transformou a Macedônia numa potência internacional suficientemente forte para submeter o mundo *políade* e confrontar o Império Persa. Dando continuidade à obra de Arquelau (413-399 a.C.), Filipe empreendeu reformas que aceleraram a modernização da Macedônia – por exemplo, investindo na agricultura e abrindo estradas (SILVA, 2009, p. 39-41). Além disso, o monarca realizou mudanças no sistema político e militar. Assim, de uma realeza tribal baseada em um sistema de clã, fez surgir um extenso domínio, governado por uma só pessoa e dependendo de um exército permanente, bem treinado e abastecido. O núcleo dessa força era proporcionado pelos pequenos proprietários rurais que serviam na infantaria e formavam a falange, que mais tarde se tornou invencível. Os ricos proprietários de terras formavam agora um corpo de “conselheiros” do rei e supriam o exército com uma força de cavalaria de armas pesadas superior a qualquer outra existente na época (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 229).

Filipe exerceu uma política de caráter expansionista, conquistando a Península Balcânica, a Tessália e a faixa da costa macedônia ocupada pelos gregos (GRIFFITH, 1970, p. 67-70). Quando entrou em conflito com as cidades gregas, o monarca macedônio envolveu-se nas conturbações que assolavam a Hélade, o que o levou a formular uma saída para o problema: a conquista do território persa. Tal empresa, além dos benefícios que poderia trazer para os macedônios, ajudaria a resolver os graves problemas sociais vividos pelas *póleis*

⁴ Para Theml (1993, p. 53-56), existiam diferentes formas de se nomear as unidades sociais no mundo greco-macedônio. Em Heródoto, encontramos os termos *pólis*, *éthnos*, *phylé* e *génos*. Já em Aristóteles, em obras como a *Política* e a *Constituição dos Atenienses*, encontram-se, além dos termos citados por Heródoto, outros como *phatría* e *oikos*. A estas unidades sociais estão atreladas relações de linhagem extensas, que passam pelos heróis homéricos e deuses. O termo ἔθνος é vinculado a grupo, estirpe – seres que possuem a mesma natureza, ou atribuições. A realeza tribal, ou Estado-*Éthnos*, se caracteriza pela ausência de um núcleo urbano, marcada por uma pequena população espalhada por uma grande territorialidade, laços políticos frouxos e o caráter guerreiro de seu monarca. Tais características tornam este tipo de Estado bem diferente do surgido no território da Hélade.

mediante o domínio de novas terras e o emprego maciço de serviço mercenário nas fileiras do exército macedônio. Esse projeto de conquista do Oriente por Filipe fora apresentado por alguns oradores, a exemplo do ateniense Isócrates, como a construção de um “Império Universal”, com a unificação do mundo então conhecido – *oikoumene* (LONDEY, 1994, p. 25-30). Isócrates (*Philippus*, 70-80), em 346 a.C., já havia proposto a dominação de territórios pertencentes ao Império Persa numa carta endereçada ao próprio Filipe II. Devido à situação crítica na qual se encontravam os gregos e os persas, o contexto parecia favorável para Filipe concretizar o seu projeto.

A Macedônia emergia, assim, como a grande força centralizadora do Mediterrâneo Oriental,⁵ o que realmente provou ser, em 338 a.C., em Queroneia, ao submeter as cidades gregas ao seu domínio. Filipe seria em seguida nomeado *hegemón* (generalíssimo) dos gregos. Em 337 a.C., emissários de todos os Estados continentais, exceto Esparta, formaram junto com Filipe uma liga grega, denominada *Koinon de Corinto*. Na primeira reunião do conselho da Liga, estabeleceu-se uma aliança ofensiva e defensiva perpétua entre as cidades gregas e a Macedônia. Na ocasião, foi declarada guerra à Pérsia, com o pretexto de vingar a profanação das tumbas gregas pelos persas em 480 a.C., durante as Guerras Greco-Pérsicas (HAMMOND, 1992). Mas, em 336 a.C., Filipe foi assassinado num complô em Egeas. Caberia ao seu filho, proclamado Alexandre III, empreender a campanha asiática e constituir o *Império Universal* idealizado por seu pai.

⁵ Mesmo que alguns autores considerem o termo *Mediterrâneo* muito abrangente, e que esse possa ser utilizado de forma mais adequada quando nos referimos ao mundo romano, nós optamos pelo uso do termo Mediterrâneo Oriental por acreditar que este se harmonize melhor com o espaço onde ocorreram as interações ligadas ao nosso objeto de pesquisa. Concordamos que o termo mediterrâneo, ou mediterrânico, seja muito indefinido ainda, pois é um universo onde cabem diversos mundos e fronteiras, todavia consideramos que, ainda que não exista uma visão que ligue diretamente os gregos ao mediterrâneo, foram construídos espaços de interação. Guarinello (2014, p. 47-57) busca interpretar o Mediterrâneo a partir de uma ampla análise dos seus processos de integração, enxergando que a partir da constituição da *pólis* até o século II a.C., surgem grandes centros de poder no mediterrâneo cujos embates mudam o ritmo e as formas de integração deste mundo. Ao tratar o mediterrâneo como um universo, que engloba diversos mundos, Guarinello vai de encontro com a ideia de Horden e Purcell (2000), que concebem o mediterrâneo como um mundo em si, com sistemas ecológicos diversos (que ultrapassam a visão do mundo do trigo, vinho e azeite), e sendo um espaço em que há períodos de hiperconexão e de pequena conexão. Dentro desta perspectiva, o nosso Mediterrâneo Oriental é aquele que parte dos Balcãs para o Leste e que está inserido dentro de um momento de hiperconexão e interações.

Com Alexandre, vemos surgir uma nova configuração política nos territórios conquistados. Logo no início de seu reinado, assistimos à irrupção de movimentos de resistência à ingerência macedônia sobre o território grego, que serão sufocados por Alexandre antes de iniciar a campanha da Ásia, em 334 a.C.

Ao longo de suas campanhas, Alexandre acumulou uma série de imagens. Claude Mossé (2004) informa que ele representava primeiramente o rei dos macedônios. A realeza macedônia era de caráter *coletivo*, o rei deveria encarnar os anseios de seus súditos ao mesmo tempo que possuía um conselho formado por seus pares para ajudá-lo nas decisões, tanto que o rei era intitulado *Basileus Makedônôn* (Rei dos Macedônios), sendo a legitimidade de sua *basileia* fundada no *mérito* e não tanto na linhagem marcada pela primogenitura (ERRINGTON, 1991). Uma segunda imagem era a de *hegemón* dos gregos, título que herdara de seu pai e que assinalava a perícia militar de Alexandre através da figura do general vitorioso. Associada a essa imagem está a de fundador de cidades, já que muitos gregos de seu exército foram estabelecidos nas novas cidades criadas pelo *hegemón*. A terceira imagem demonstrada por Alexandre após a morte de Dario III, último rei da dinastia Aquemênida, morto em 330 a.C., foi a de sucessor dos Aquemênida. Ele adotou parte da indumentária aquemênida, passou a empregar iranianos⁶ na administração e no exército e realizou, em 324 a.C., as célebres “Bodas de Susa” (um casamento coletivo entre membros do exército macedônio e asiáticas), nas quais ele mesmo se casou com uma nobre oriental, Roxana. A jovem era uma princesa sogdiana da Bactria, filha do nobre bactriano Oxiartes. Além das imagens acima mencionadas, Alexandre fez-se representar como filho de Zeus por ocasião da invasão do Egito, em 331 a.C. Em solo egípcio, visitou o oráculo de Amón, no Oásis de Siva, que teria predito sua filiação divina com Zeus. Esse episódio alimentou o imaginário político da época, uma vez que a casa real macedônia admitia a ascendência divina dos reis e os cultos

⁶ A adoção do termo iraniano para se referir aos povos asiáticos dominados por Alexandre, e depois pelos diádocos, está em consonância com o uso feito pelos especialistas do período helenístico.

heroicos, no mundo grego, não eram novidade, principalmente aqueles prestados aos fundadores de cidades, como era o caso de Alexandre (ANDERSON, 1928, p. 12; 26-29).

Nessas múltiplas imagens que compunham a realeza de Alexandre encontramos fundamentos que mais tarde irão ajudar a compor a *basileia helenística*. Pouco tempo após a morte de Alexandre (323 a.C.), o império por ele constituído se desmembrou, principalmente devido às ações de seus diádocos.⁷ Contudo, vemos que grande parte da historiografia trata o período entre 323 e 301 a.C., que compreende o intervalo entre a morte de Alexandre e o efetivo estabelecimento das realezas helenísticas, como uma conjuntura de turbulência que, em si, não teria contribuído muito para o advento da nova instituição política – a *basileia helenística*. Concordamos que o governo de Alexandre provocou uma ruptura com a *práxis* política anterior, mas também que as ações de seus sucessores, o fato de serem macedônios e a apropriação que realizaram das imagens de Alexandre, por meio de seu *capital simbólico*, que na definição de Bourdieu (1998, p. 134-135) se refere ao prestígio, reputação, fama entre outros, foram fundamentais para a consolidação da realeza helenística.

Após a morte de Alexandre, podemos identificar, no Mediterrâneo Oriental, uma tendência política híbrida. Primeiramente, os diádocos procuraram manter a unidade do *Império Universal*. Para isso, teriam que resolver a questão sucessória, uma vez que, de acordo com a tradição macedônia, o governo caberia a um herdeiro varão da dinastia Argéada, da qual Alexandre fazia parte. Alexandre, ao morrer, não deixara um herdeiro em condições de assumir o trono, pois a princesa Roxana, uma das esposas do soberano argéada, estava grávida quando o rei veio a falecer, e o irmão do monarca, Arrideu, de acordo com autores como Plutarco e Arriano, possuía problemas mentais. Desse impasse, resultou uma

⁷ Diádocos foi como ficaram conhecidos os generais do Estado Maior de Alexandre, chamados também de “amigos”, e que atuaram como seus “sucessores” após 323 a.C.. A maioria dos diádocos já compunha o conselho de Filipe II. Os diádocos que dominaram a cena política nas duas décadas seguintes foram: Antípatro, Cassandro, Crátero, Perdicas, Eumenes, Antígono, Ptolomeu, Lisímaco e Seleuco. Quando nos referimos, ao longo de nossa tese, aos diádocos (de forma generalizada), em contraposição as figuras de Antígono e Demétrio, geralmente estamos apontando para esses principais generais que atuaram ao lado de Alexandre e que foram os principais concorrentes dos Antígônida.

segunda tendência. Em princípio existia um representante da dinastia Argéada na Macedônia e um no Oriente, mas, na prática, os diádocos buscaram autonomia, vendo uns aos outros com desconfiança. A primeira tendência preservava a ideia de unidade do Império, mas as condições inerentes à própria realeza macedônia, como o *direito da lança*, ou seja, *doriktetos chora* (território conquistado pela lança, pela vitória), e as complicações no processo sucessório, levaram à fragmentação da *oikoumene* em múltiplos reinos.

Tendo em vista essas considerações, o objetivo central desta tese é o de investigar como, após a morte de Alexandre, a *realeza helenística* foi construída/consolidada a partir das ações dos diádocos, tendo como foco o período de 321 a 301 a.C., em que Antígono I Monoftalmo,⁸ auxiliado por seu filho, Demétrio Poliorcetes (assedeador de cidades), assume a preponderância na condução dos assuntos políticos tendo como ponto de partida o legado de Alexandre, mas também toda uma tradição macedônia e oriental referente à concepção da monarquia e do monarca.

Acreditamos que a *basileia* helenística foi um elemento novo, que já não mais representava a monarquia macedônia, a monarquia idealizada pelos gregos ou mesmo a representada por Alexandre em vida. As últimas décadas do século IV a.C., sobretudo as duas últimas, trouxeram em si uma série acontecimentos, conflitos e experiências que tiveram como palco a complexa região em torno do Mediterrâneo Oriental, que proporcionou uma interação rica no que concerne à forma como a monarquia helenística foi se constituindo. Nesse cenário, foi de suma importância o papel desempenhado pelos generais de Alexandre. Por meio de suas ações, embates, alianças e da representação que possuíam acerca do poder político, esses homens foram os grandes responsáveis pelo novo sistema político que estava por se estabelecer.

⁸ Sobre a perda do olho que rendeu a Antígono o epíteto *ἐτερόφθαλμος* (cego de um olho), não sabemos ao certo como ocorreu. Talvez Antígono tenha perdido o olho no cerco a Perinto, na Trácia, comandado por Filipe II, por volta de 340 a.C. Essa informação é mencionada em Plutarco (*Vitae Paralleleae Alexander*, LXX, 3-4), contudo, o autor faz uma confusão entre os nomes Antígono e Antigéne. O que podemos concluir é que Antígono certamente perdeu o olho em uma das campanhas empreendidas por Filipe.

A escolha por analisar a construção desta realeza sob a ótica dos Antígônidas se deve ao fato de Antígono ter sido o primeiro dos diádocos a intitular-se *basileus*, apresentando-se como o sucessor legítimo de Alexandre, por meio de uma série de recursos ao capital simbólico do soberano argéada. Ao lado de seu filho, Antígono desempenhou um papel fundamental rumo ao estabelecimento da monarquia. Quando, em 306 a.C., foi aclamado *basileus* por seu exército, ao lado de Demétrio, o primeiro rei helenístico já tinha empregado a associação com Alexandre nas representações numismáticas; se filiado a deidades; unido elementos da tradição macedônia, helênica e oriental; seguido como fundador de cidades; e proclamado o maior benfeitor das cidades gregas do referido período, recebendo em troca cultos e festividades em honra a sua pessoa e a de Demétrio. Pai e filho encarnaram, sobretudo, a imagem do soberano vitorioso, característica fundamental dos reis helenísticos. É devido a todos esses fatores que a *basileia* dos Antígônidas se apresenta para nós um acontecimento crucial para a compreensão dos fundamentos da monarquia helenística. Essa importância se torna mais evidente quando exploramos uma historiografia que ainda não concedeu atenção suficiente ao período de formação da realeza helenística e que ainda insiste em preterir a dinastia estabelecida por Antígono, em favor das demais.

No que tange à pessoa de Antígono Monoftalmo, há poucas informações sobre sua vida no período anterior à morte de Alexandre. Sabemos que nasceu na Macedônia por volta de 382 a.C. e que morreu com mais de 80 anos, em 301 a.C, em uma batalha travada em Ipsos, na Frígia, contra os seus rivais, tendo sido, portanto, contemporâneo de Filipe II. Algumas fontes, como Plutarco (*Vitae Parallelae Demetrius*, II, 1-3), apontam para uma origem camponesa de Antígono, outras, como Diodoro da Sicília (XIX, 10-48), em sua *Biblioteca Histórica*, mencionam o envolvimento de sua família em disputas ligadas à dinastia macedônia. Contudo, essas informações não podem ser comprovadas.

O mais provável é que a linhagem (*gênos*) de Antígono fizesse parte da aristocracia macedônia. Antígono certamente pertenceu ao círculo de generais ligados a Filipe, partiu junto com Alexandre para a campanha na Ásia e tornou-se sátrapa (governador) da Frígia em 333 a.C. O general é apresentado com mais clareza a partir de 323 a.C, logo após a morte de Alexandre. Sua figura domina as narrativas histórico-literárias que buscam dar conta do período entre 323 a 301 a.C.: Antígono é o protagonista nas histórias de Diodoro da Sicília e desempenha um papel importante nas biografias de Plutarco, principalmente na de Eumenes, em que é visto como o maior inimigo deste.

O realce dado a Antígono nas fontes nos revela que ele, mais do que qualquer outro diádoco, dominou o curso dos eventos nas duas primeiras décadas após a morte de Alexandre. Sua figura, no entanto, é pouco iluminada pela historiografia sobre o Período Helenístico. De acordo com Billows (1990), um dos motivos disso é o fato de Antígono ter concluído seu governo com uma derrota diante dos demais diádocos, sendo suas ações anteriores minimizadas. Além disso, as fontes retratam amiúde um Antígono arrogante e extremamente ambicioso, visão em parte construída devido à propaganda negativa que seus inimigos fizeram de sua *persona*. Especialistas como Édouard Will (1984) e W. Tarn (1930), influenciados por esses relatos, concebem Antígono como um mero imitador de Alexandre. Antígono decerto possuía pretensões superiores às dos demais diádocos no que se referia ao domínio de territórios. Como trataremos mais adiante, isso se deve também ao fato de, ao lado de Demétrio, o general possuir uma força militar extremamente significativa, tendo por diversas vezes derrotado rivais mais poderosos, o que de início despertou em Antígono o desejo de dominar o maior número de territórios possíveis, algo que à época parecia possível.⁹

Quanto à acusação de o diádoco ser um mero imitador de Alexandre, esta não se sustenta visto que não apenas ele, mas todos os demais diádocos buscaram se associar à

⁹ Mesmo que Antígono tivesse a ambição de controlar a *oikoumene*, a seção extremo-oriental do Império não era o foco de sua atenção, pois o diádoco desejava consolidar sua posição no Mediterrâneo Oriental, incluindo a Hélade e a própria Macedônia.

imagem de Alexandre, como podemos constatar por meio de alguns trabalhos sobre as dinastias helenísticas. Esse é o caso da coletânea organizada por Erskine e Llewellyn-Jones (2011), referente à criação do mundo helenístico, em especial na seção *Rulers and Subjects*, na qual é investigada a filiação dos Lágidas e Selêucidas com Alexandre. Também do livro de Ogden (2011, p. 79-105), sobre os mitos em torno de Alexandre, no qual o autor aborda as conexões de cada dinastia com o soberano argéada. E, ainda, da obra de Davis e Kraay (1973) sobre os retratos dos reis helenísticos reconstituídos por meio das moedas, na qual os autores demonstram que todos os diádocos se associaram diretamente com a imagem de Alexandre, sendo Antígono o pioneiro, e Demétrio, ao contrário, o primeiro a se fazer representar de modo independente.

Em nossa opinião, Antígono, ao revestir o título de rei (*basileus*) tendo Demétrio como seu corregente, inaugurava uma dinastia que rompia com a Argéada, condicionando assim a forma e a natureza posteriores da *basileia helenística*. Antígono e Demétrio se filiam à imagem de Alexandre como parte de uma estratégia política, no decorrer do processo de construção da imagem régia. A utilização dos símbolos de poder ligados ao monarca argéada conjugados com elementos da realeza macedônia e oriental possibilita a constituição de um novo tipo de monarquia. Antígono também se valeu de elementos ligados ao helenismo, como a defesa da autonomia das *póleis* em assuntos internos, determinando assim o padrão das relações mantidas entre os futuros reinos helenísticos e as cidades-Estado gregas até a conquista da Grécia por Roma, em 146 a.C. (ERSKINE, 2007; MÜLLER, 1973). Uma análise mais cuidadosa nos mostra que Antígono estabeleceu uma estrutura administrativa eficiente na Ásia Menor e na Síria/Palestina, que foi aperfeiçoada por Seleuco e seus sucessores, acontecimento não raramente ignorado pelos especialistas que estudaram a administração do Império Selêucida, como Bikerman (1938).

Quanto ao nosso recorte temporal (321-301 a.C.), este justifica-se pelo fato de, em 321 a.C., em Triparadiso,¹⁰ Antígono ter sido nomeado estrategista das forças reais e da Ásia por Antípatro (o então representante da casa real macedônia), o que dava a ele grande destaque, pois, na condição de estrategista, era líder supremo da força militar do Império, além de controlar a Ásia Menor (WILL; MOSSÉ, GOUKOWSKY, 1998). Desse momento em diante, Antígono, com o auxílio militar de Demétrio, passa a dominar o cenário político por meio de um instrumento muito conhecido dos macedônios – a conquista militar. Em 321 a.C., Antígono já contava com mais de sessenta anos de idade. A associação com o filho foi importante para a afirmação militar do diádoco. A base das operações militares antigônidas era comandada por Demétrio e, em 306 a.C., quando Antígono foi aclamado *basileus*, Demétrio tornou-se seu corregente. A data de 301 a.C., por sua vez, assinala o desaparecimento de Antígono, no confronto com os demais diádocos, em Ipsos. Demétrio, todavia, apesar das perdas territoriais, continuou a representar a dinastia Antigônida e, em 294 a.C., tornou-se *basileus* da Macedônia.

Antígono contribuiu para a criação de um novo tipo de Estado e para isso recorreu não só à herança de Alexandre, mas também a instrumentos já presentes na realeza macedônia (como a guerra) e a elementos orientais. Por meio da reação às pretensões expansionistas de Antígono, os diádocos, imitando o procedimento deste, também se autoproclamaram *basileis*, um após o outro, demarcando assim as fronteiras do mundo helenístico.

Apesar de sua riqueza e complexidade, a história da formação das monarquias helenísticas, principalmente a antigônida, permanece até hoje um assunto pouco explorado, não obstante a diversidade de temas que carecem de investigação. O objeto que investigamos – a construção/consolidação da realeza helenística mediante as ações de Antígono I

¹⁰ Após a morte de Pérdicas, que dominou o cenário político do Império após 323 a.C., como quiliarca (que era o primeiro homem depois do rei), surge a necessidade de um novo acordo entre os diádocos para frear os conflitos entre eles. Este acordo foi efetivado em Triparadiso, na Síria, em 321 a.C., e redefiniu as áreas de domínio de cada governante.

Monoftalmo e das de seu filho, Demétrio Poliorcetes – é ainda relegado a segundo plano na maior parte dos estudos sobre o período, mesmo que o papel de Antígono e de Demétrio na transição da realeza macedônia à helenística tenha sido determinante. Quando nos reportamos à produção historiográfica nacional, a situação torna-se mais complicada, já que a maioria das pesquisas em História da Grécia situa-se em períodos anteriores ao helenístico ou se concentram no caso ptolomaico e selêucida. Além disso, incorporamos à pesquisa fontes ainda pouco exploradas e que trazem um novo enfoque à problemática, dentre as quais se destacam as representações imagéticas contidas nas moedas e os dados epigráficos provenientes do período de governo de Antígono e Demétrio.

Para dar conta do objeto de investigação proposto, buscamos ao longo da tese: analisar em que medida o modelo de realeza helenística rompe com o modelo de realeza macedônia; avaliar a posição de Antígono no contexto de construção da *basileia* helenística, bem como o papel de seu filho, Demétrio, como corregente; identificar os componentes da *fabricação* do *basileus* helenístico por meio das imagens literárias e numismáticas referentes a Antígono e Demétrio; discutir as medidas político-administrativas tomadas por Antígono com a finalidade de reforçar a sua posição como *basileus*; e investigar como, a partir de uma política agressiva voltada para a manutenção da unidade do Império deixado por Alexandre, as ações de Antígono levam ao acirramento dos conflitos entre os diádocos e ao aceleração da fragmentação política, uma das principais características do período helenístico.

Com base nos objetivos mencionados, buscamos demonstrar que a política de caráter híbrido exercida por Alexandre, ora intitulado *Basileus dos Macedônios*, ora *Basileus Alexandre* levou a uma precoce diferenciação entre a *práxis* política do Ocidente e a do Oriente e à emergência de configurações específicas das realezas helenísticas que se afirmaram em uma e outra localidade. Após a morte de Alexandre, a concepção inerente à realeza macedônia, em que o rei se impõe por meio do “poder da lança”, pois tem como fonte

de autoridade a vitória militar, levou os diádocos a conflitos pela legitimação do seu poder. Nesse contexto, Antígono I Monoftalmo, ao lado de Demétrio, assume um papel de destaque, pois suas ações centralizadoras levaram à consolidação da realeza helenística. Ao mesmo tempo, o desaparecimento da dinastia dos Argéada/Teménida na Macedônia interferiu diretamente na criação da realeza helenística, pois somente após a morte do último Argéada (Alexandre IV, 310 a.C.) Antígono assume o título de *basileus*. Desta forma, uma base importante para a legitimação da monarquia, que antes repousava sobre a dinastia Argéada, é deslocada para a filiação entre Antígono e Alexandre. Outro fundamento desta monarquia advém do legado da realeza macedônia, reapropriado em um novo contexto, em particular a função guerreira, logo conquistadora, exercida pelo *basileus*. Por último, mas não menos relevante, a concepção da *basileia* helenística é condicionada por elementos oriundos da Pérsia Aquemênida que influenciaram desde o modo de trajar do soberano, até a sua titulação.

* * *

Na execução da tese, a definição da base documental foi uma etapa relativamente difícil, visto que a produção literária do período não sobreviveu, de maneira que as fontes escritas consultadas foram elaboradas *a posteriori*. Por essa razão, tornou-se indispensável a consulta aos dados provenientes da cultura material, como moedas e dados epigráficos. Nossos *corpora* documentais repartem-se em três categorias: fontes textuais, fontes epigráficas e fontes numismáticas. Como dito, no que se refere às fontes textuais, as obras contemporâneas à nossa pesquisa não foram preservadas. O que possuímos são obras tardias que devem ser manipuladas com cuidado (MOSSÉ, 2004, p. 10). Dessas obras, devemos destacar a síntese elaborada por Didodoro da Sicília, historiador grego do século I a.C., sobre a história geral do Mundo Antigo. Em sua *Biblioteca Histórica* (livros XVI-XVIII), o autor destaca as figuras de Filipe e Alexandre e, nos livros XIX-XX, se concentra nos diádocos.

Outro autor importante é Arriano (séc. II d.C.), que, na *Anábase de Alexandre* e em seus fragmentos recolhidos na *Biblioteca*, de Fócio (século IX d.C), narra a história dos sucessores de Alexandre. Também consultamos o resumo de Justino (séc. II d.C.) sobre as *Historiae Philippicae*, de Pompeu Trogo.¹¹ Um autor particularmente importante é Plutarco, grego que viveu entre os séculos I e II d.C., e que escreveu um conjunto de biografias, incluindo a de Alexandre. Já Pausânias (séc. II d.C.), por meio do relato de suas incursões pelo território grego, contido na *Periegesis Hellados*, nos forneceu dados relevantes para a pesquisa, como por exemplo a lista de monumentos erigidos por cidades gregas em homenagem aos soberanos helenísticos. A maioria dos autores elencados aqui recolheu informações em escritos perdidos de Jerônimo da Córdia, autor grego amigo de Eumenes e membro do governo de Antígono (Pausanias, I, 9, 8; ROSTOVTZEFF, 1967).

Foram analisados ainda extratos dos tratados da realeza atribuídos pela tradição a Ecfanto, Diotógenes e Estênidas, autores pitagóricos do século II a.C., que sumarizam os princípios ideológicos da realeza helenística; e a *Suda*, compilação bizantina do século X d.C. que traz os verbetes de *basileia* e *basileus* segundo a concepção dos autores antigos. Também nos foi útil a obra de Quinto Cúrcio (séc. I), *Historiae Alexandri Magni Macedonis* e a coleção *Fragmente der griechischen Historiker*, organizada por Felix Jacoby. Sobre a forma da realeza macedônia, utilizamos fontes anteriores ao período de 321-301 a.C., como o livro VIII de *História*, de Heródoto; o livro I de *Política*, de Aristóteles; o livro II de *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides; e o livro VII de *Ciropédia*, de Xenofonte.

As fontes epigráficas e numismáticas, que dão voz ao poder, foram indispensáveis para a análise do nosso objeto. Etimologicamente, epigrafia significa a escrita sobre um suporte resistente. No Mundo Antigo, este suporte, que portava a mensagem, era em geral feito de pedra. No caso das inscrições epigráficas, parte-se do princípio de que estamos perante uma

¹¹ Pompeu Trogo (séc. I a.C.) produziu uma série de 44 livros sobre a história universal intitulado de *Historiae Philippicae*, mas que não foram conservados. Sabemos da existência destes livros por meio da epítome produzida por Justino.

mensagem sintética pensada para alcançar a eternidade, como convinha aos pronunciamentos dos soberanos (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 8-10). As publicações contendo a documentação epigráfica referente a Antígono e Demétrio, encontram-se dispersas. Entre as compilações existentes, consultamos a compilação de Holleaux, *Études d'épigraphie et d'histoire grecque* (1952); o material organizado por C. B. Welles, *Royal Correspondence in the Hellenistic period* (1934); as inscrições contidas na obra *Iscrizioni storiche ellenistiche* (1967), recolhidas por L. Moretti. Além disso, utilizamos a coleção *Supplementum Epigraphicum Graecum*; inscrições selecionadas da coleção *Orientis graeci: supplementum sylloges inscriptionum graecarum*; e inscrições contidas nos relatórios de escavações da ágora ateniense depositadas no acervo da British School at Athens.

O material numismático explorado na tese inclui imagens relacionadas a Filipe, Alexandre, Demétrio e aquelas relativas a Alexandre encomendadas por Antígono, além de moedas de outros monarcas helenísticos que auxiliam a compreender a concepção de *basileia* vigente no período helenístico. Esse tipo de fonte traz uma visão de como a imagem real era construída sob a ótica das próprias autoridades. De acordo com Coimbra (1957), as peças monetárias são verdadeiros monumentos que informam sobre aspectos da vida política e social muitas vezes ausentes da documentação textual. No vocabulário numismático, o anverso é o local onde se cunhava a imagem principal, no caso a efígie do soberano, acompanhada de legenda contendo o nome e o título reais. Do outro lado, o reverso, eram inseridos símbolos complementares seguidos ou não de legenda. O repertório numismático utilizado advém do catálogo organizado por Head, *Historia Nummorum: A Manual of Greek Numismatics* (1963); dos catálogos compilados por Gardner, *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum* (1887) e *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Thessaly to Aetolia* (1883); do material organizado por Thompson, Kraay e Morkholm, *An Inventory of*

Greek Coin Hoards (1973); e do material recolhido por Sear nos catálogos *Greek Coins and Their Values: Europe* (1978), e *Greek Coins and Their Values: Asia and North Africa* (1979).

* * *

No que diz respeito aos aspectos teóricos, nossa pesquisa se situa no domínio da *História Política* conjugada com a *História Cultural*. Pesquisar as relações políticas e culturais forjadas durante a formação da *basileia* helenística é abordar um acontecimento complexo e dinâmico. Portanto, foi necessário lançar mão de conceitos que dessem conta de tal complexidade. Como mencionamos, uma das principais características da realeza macedônia foi o seu caráter militar – o rei era, sobretudo, rei de uma *terra conquistada*, ou seja, um soberano teoricamente exógeno à sociedade que governava. Diversos autores, como Theml (1993), Perlman (1985) e Momigliano (1992), abordam esta questão. Esses autores também não deixam de reconhecer, porém, o papel de destaque que o sagrado desempenhou na realeza macedônia desde a sua formação – a filiação divina da dinastia dos Argéada/Teménida é consenso na historiografia. Alexandre exporá este aspecto de forma muito clara, assim como Antígono e Demétrio. Segundo Valeri (1994, p. 415), o que define a realeza é o fato de, no exercício de suas prerrogativas, o rei encarnar os valores fundamentais da sociedade sobre a qual reina, sendo considerado como um ser sagrado e às vezes divino, pois “[...] mesmo quando o rei não é sagrado *stricto sensu*, tem relações privilegiadas com quem é sagrado: deus ou sacerdote, que é seu intérprete”. A esse respeito, Silva (2003, p. 100-101) afirma que em sociedades nas quais as práticas e concepções religiosas encontram-se arraigadas no tecido social é impossível conceber o exercício do poder dissociado da religião, como no caso das culturas antigas.

Em face dessas reflexões, buscamos analisar a *basileia helenística* com referência aos aspectos simbólicos derivados do sagrado que, em contrapartida, se conectam ao aparato mítico em torno da figura do rei. Nesse sentido, um conceito que se revelou bastante útil foi o

de representação, por meio do qual é possível identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, determinada realidade social é *construída*, pensada. A representação é uma forma de se conceber o mundo própria do senso comum, ou seja, oriunda da experiência de vida dos indivíduos, mas que possui grande eficácia. Politicamente falando, o discurso da representação é poderoso o bastante para influenciar as ações humanas. Para Roger Chartier (1990), as representações são construções produzidas por distintos grupos sociais que expressam sua concepção de mundo. O conceito nos permite identificar três operações na relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de *classificação* por meio do qual a realidade é construída pelos diferentes grupos sociais; em segundo lugar, as práticas que visam a fazer reconhecer uma *identidade*; por fim, as formas institucionalizadas que possibilitam a alguns representantes (coletivos ou singulares) marcar de forma visível a existência de um grupo, classe ou comunidade. A representação inclui, assim, as práticas de significação e os sistemas simbólicos por intermédio dos quais os significados são produzidos. Desta forma, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante na medida em que eles mesmos são estruturados (BOURDIEU, 1998, p. 7-11).

No caso de nossa pesquisa, nos centramos na representação acerca do *basileus* helenístico. Com o propósito de investigar como a imagem do rei é construída a partir de Antígono e de Demétrio, optamos pelo que Peter Burke (1994) define como *fabricação*. Para o autor, o conceito de fabricação se relaciona à ideia de construção gradual da imagem régia ao longo de determinado intervalo temporal. O autor justifica a opção por este conceito devido aos dois posicionamentos comuns e opostos sobre a imagem do soberano – a visão ingênua e a visão cínica. Ao historiador caberia seguir um meio termo. Para identificarmos como uma imagem é fabricada, é necessário descobrir quem falava sobre o monarca, o que falava, “[...] por meio de quais canais e códigos, em que cenários, com que intenções e com que efeitos [...]” (BURKE, 1994, p. 25).

Burke ainda nos informa que durante o processo de fabricação da imagem régia ocorre também a gradual “mitificação” de eventos ligados à *persona* do rei. Sobre as conexões entre o mito e o imaginário político, Raoul Girardet, em sua obra *Mitos e mitologias políticas* (1987), tece algumas reflexões que foram bastante úteis na execução desta pesquisa. Segundo o autor, o mito consiste em um sistema de crença coerente e complexo. Girardet (1987, p. 13) propõe que o *mito político* possui “[...] uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização [...]”.

No mito político, existem conjuntos de construções míticas que versam sobre o mesmo tema e são agrupadas em torno de um núcleo central (GIRARDET, 1987, p. 19-20). Para a legitimação do seu poder político, Antígono se apoiou no repertório de mitos em volta da figura de Alexandre, em especial no do *basileus* como *herói* ligado à imagem de *salvador* – o Homem Providencial. Ao tratar dos quatro modelos de Homem Providencial (Cincinato, Alexandre, Sólon e Moisés), Girardet afirma que todos aparecem sempre como um lutador, um combatente, num momento de ruptura e de redefinição de caminhos, como no caso de Antígono. Sua figura se cristaliza em períodos de crise de legitimidade. É num momento de incerteza e de angústia diante de um mundo em ebulição que o salvador é requerido com maior veemência. Através do imaginário que se cria em torno dele a sociedade encontra um elemento de união. Em diversas cidades, Antígono, ao lado de Demétrio, representou este herói, sobretudo devido ao seu discurso que evocava a liberdade e autonomia das *pólis*. A figura do *basileus* representava, para as cidades gregas, uma alternativa de manutenção, ainda que mínima, da sua autonomia num contexto de profunda indefinição política. Além disso, apesar da idade avançada, a representação de Antígono como lutador e vencedor foi reforçada

mediante as vitórias militares de seu filho, Demétrio, e emissão de moedas em nome de Alexandre.

Como dissemos, o contexto de formação da realeza helenística foi marcado por choques intensos entre os diversos pretendentes ao poder, razão pela qual o conceito de conflito também mereceu nossa atenção. Gianfranco Pasquino (1998) afirma que o *conflito social* e o *conflito político* constituem uma das modalidades primárias de interação entre os indivíduos, grupos, organizações e coletividades. O conflito se dá basicamente pelo controle dos *recursos escassos*, sob a forma de *poder*, *riqueza* ou *prestígio*, embora outros motivos possam desencadeá-lo. No caso da disputa entre os diádocos, o que estava em jogo muitas vezes era o território ou o monopólio da filiação com Alexandre. Além disso, o próprio corpo do argéada tornou-se objeto de disputa em determinado momento, pois serviu como base de legitimação para a dinastia Ptolomaica após ter sido roubado por Ptolomeu, que o levou para o Egito.

* * *

No que se refere ao tratamento das fontes, optamos, como metodologia, pela Análise de Conteúdo, de acordo com o modelo formulado por Laurence Bardin (2000). O método considera a totalidade de um texto ou de uma imagem, “[...] passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 2000, p. 36). Segundo a autora, a Análise de Conteúdo se desdobra nas seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação; codificação; recorte dos dados; escolha das regras de interpretação; aplicação da técnica específica; interpretação dos resultados obtidos; apresentação dos resultados. Como nossos *corpora* documentais possuem naturezas diferentes (moedas, dados epigráficos e textos), elaboramos três grades de leitura que nos auxiliaram na coleta e interpretação dos dados oriundos da documentação:

Grade de leitura 1 (aplicada às fontes textuais)

1.1 – Referente aos sujeitos envolvidos na constituição da *basileia* helenística

<i>Sujeitos</i>	<i>Ações</i>	<i>Atributos</i>	<i>Filiação com Alexandre</i>	<i>Epítetos</i>
Antígono				
Demétrio				
Demais diadócos ¹²				

1.2 – Referente à *basileia*

<i>Objeto</i>	<i>Basileia Macedônia</i>	<i>Basileia Persa</i>	<i>Basileia de Alexandre</i>	<i>Basileia de Antígono /e Demétrio</i>
<i>Basileia</i>				

Grade de leitura 2 (aplicada às fontes numismáticas)

Tipo:

Data:

Local de cunhagem:

Referência:

Anverso

<i>Gestual</i>	<i>Atributos materiais</i>	<i>Atributos divinos</i>	<i>Inscrição</i>

¹² Como já destacamos, quando nos referimos aos “demais diadócos”, estamos nos referindo aos principais protagonistas do nosso contexto ao lado de Antígono e Demétrio – como Antípatro, Cassandro, Seleuco, Lisímaco e Ptolomeu.

Reverso

<i>Gestual</i>	<i>Atributos materiais</i>	<i>Atributos divinos</i>	<i>Inscrição</i>

Grade de leitura 3 (aplicada às fontes epigráficas)

Suporte:

Material:

Descrição:

Elementos decorativos:

Dimensões:

Sobre o campo epigráfico (dimensões e conservação):

Local do achado:

<i>Sujeitos</i>	<i>Tipologia da inscrição</i>	<i>Epítetos</i>	<i>Atributos</i>
Antígono			
Demétrio			
Demais diádocos			

* * *

Esta tese se estrutura em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “O Mediterrâneo Oriental e a sua nova correlação de forças”, tecemos um panorama da bacia do Mediterrâneo Oriental nas últimas décadas do século IV a.C. Abordamos aspectos gerais relativos aos contatos entre a Macedônia e a Hélade, com ênfase nas relações políticas e culturais. Também tratamos da relação entre a Macedônia e o Império dos Aquemênida e da conquista do Mediterrâneo por Filipe e Alexandre, o que conduziu à construção da *oikoumene*. Nesse primeiro capítulo, o foco de atenção foi o contexto do Mediterrâneo após a morte de

Alexandre. A partir daí, abordamos a problemática referente à questão sucessória e aos acordos e conflitos entre os diádocos. Assim sendo, não poderíamos ignorar o surgimento de Antígono como protagonista da construção da *basileia* helenística e tampouco o papel que Demétrio veio a desempenhar ao lado de seu pai como comandante das forças militares deste. Buscamos mostrar, portanto, como se deu a fragmentação do Império Macedônio e como Antígono, ao lado de Demétrio, passou de representante da casa argéada a *basileus*.

No segundo capítulo, intitulado “A ‘*basileia*’ no mundo greco-macedônio”, analisamos a questão referente à realeza situada na fronteira entre a Macedônia, a Hélade e o Oriente aquemênida. Tivemos por objetivo traçar um histórico referente à monarquia investigando as principais concepções vigentes sobre este tipo de governo na Grécia Antiga. Assim, demonstramos como as visões acerca dessa forma política se transformaram ao longo da História da Grécia e evidenciamos as semelhanças e as diferenças acerca desta instituição política não apenas no tempo, mas também no espaço grego, incluindo a Macedônia.

No terceiro capítulo, “O caminho rumo à fabricação da imagem régia”, analisamos os mecanismos utilizados por Antígono e Demétrio para a construção da imagem régia, tais como as suas medidas de caráter político-administrativo e militar e a criação de um aparato simbólico visando ao fortalecimento de uma realeza em construção. Dentre os elementos de construção e legitimação da *basileia* e do próprio *basileus*, destacamos como a identidade monárquica foi constituída por meio da associação do soberano helenístico a elementos macedônios, helênicos e orientais. Discutimos também a importância da filiação precoce entre Antígono e Demétrio para a formação de uma dinastia, bem como os elementos filosóficos e simbólicos que cercavam a monarquia helenística. Nos detemos ainda na relação entre as *póleis* e a dinastia Antigônida, visto que algumas antigas cidades-Estado gregas foram parceiras de Antígono em suas pretensões políticas.

Em nosso último capítulo, denominado “Ritos e cerimônias: a realeza em movimento”, tratamos da associação entre o *basileus* helenístico e o sagrado por meio do caso de Antígono e Demétrio. Para tanto, demos atenção aos cultos e festividades dedicadas aos Antigônida e ao sentido simbólico que estes eventos possuíam. Buscamos ao mesmo tempo identificar como o *basileus* se apresentava, de modo a perceber se nos primórdios de formação da *basileia* helenística já havia uma preocupação com o aparato simbólico em torno do monarca, não apenas em eventos públicos dos quais participava, mas também nas suas representações escultórica e numismática. Nos detivemos também sobre o papel do monarca como fundador de cidades e as relações entre os *basileis* e os *hetairoi*, marcadas por protocolos, que foram peças importantes na constituição da realeza helenística. Por fim, refletimos sobre o rito de entronização do *basileus*.

CAPÍTULO I

O Mediterrâneo Oriental e sua nova correlação de forças

Podemos dizer que, a partir da segunda metade do século IV a.C., tem início um profundo processo de mudança no território da Grécia antiga. Geograficamente, a topografia grega não possuía grandes diferenças. Contudo, norte e sul passaram ao longo da história por experiências que levariam a diferentes formas de organização política. Na região mais ao sul, que corresponderia à zona de influência da antiga Sociedade Palaciana, começou a se organizar, a partir do fim do período homérico, no século VIII a.C., o sistema *políade* que ocuparia o território conhecido como Hélade. Berço da chamada *pólis* clássica, tendo Atenas como protagonista, a Hélade recebeu, e continua recebendo, a atenção de diversos estudiosos das sociedades clássicas. O norte do território grego, por sua vez, permaneceu por muito tempo com uma organização tribal. Por volta do século VIII a.C., começou a se estruturar uma realeza de caráter tribal hereditária, vinculada à função guerreira. Este seria o cenário onde se encontrava a Macedônia. Durante muito tempo, pouco se sabia sobre esta região ou sobre suas *personae* políticas,¹³ mas, nas últimas décadas, os especialistas, sobretudo aqueles ligados à Arqueologia, vêm se dedicando ao estudo da região setentrional da Grécia.

Contudo, ainda há muito que avançar nessa seara, não apenas no que se refere à formação da realeza, mas também à sociedade macedônia dos séculos V-IV a.C. Ainda existem muitas lacunas quando se trata do século IV a.C., período no qual a Macedônia desponta na conjuntura política grega como uma potência. A maior parte das informações escritas que possuímos provém de autores da *pólis* ou posteriores. O mesmo problema de documentação se verifica quando nos referimos aos diádocos que se tornaram os fundadores

¹³ Devemos citar aqui duas exceções: Filipe e seu filho Alexandre. Mas mesmo no que se refere à imagem destes dois personagens, ainda encontramos trabalhos carregados de um caráter biográfico e cheios de juízos de valores.

das dinastias helenísticas, como é o caso de Antígono. Todos eram de origem macedônia, sendo essa, inclusive, elemento de legitimação do poder daqueles. A realidade é que, após a segunda metade do século IV a.C., vemos a Hélade perder sua preponderância política e econômica e a Macedônia, com seus líderes, assumir a hegemonia no território grego e no resto do Mediterrâneo Oriental. Por isso, consideramos de extrema importância os estudos relativos ao norte da Grécia e, principalmente, aqueles referentes aos mecanismos e relações de poder que se estabeleceram na bacia oriental do Mediterrâneo no século IV a.C. Neste capítulo, buscamos traçar o perfil desse Mediterrâneo, particularmente no que concerne às últimas décadas do século IV a.C., período em que os diádocos, sobretudo Antígono Monoftalmo, ao lado de seu filho Demétrio Poliorcetes, assumem as rédeas políticas.

A Macedônia: da realeza tribal à 'oikoumene'

A origem dos macedônios ainda é um tanto ou quanto obscura para nós. Talvez fossem gregos como os etólios e os acarnânios, ou pertencessem à família dos clãs ilírios ou trácios, podendo ser ainda o resultado da mistura dos três ramos indo-europeus mencionados acima que se fixaram aos poucos na região da Macedônia, miscigenados com a população nativa, formando assim um povo que, em diversos aspectos, diferia dos gregos pertencentes à Hélade. Os macedônios estavam entre os povos de língua grega não helenizados e, por isso, os helenos os classificavam como estrangeiros (HAMMOND, 2001, p. 11). Como já dito, a Macedônia situava-se nas fronteiras extremas do mundo grego, ocupando o território da Península Balcânica a oeste e a norte de Delfos e das Termópilas. Grande parte de sua população era formada por camponeses, submetidos por uma aristocracia de caráter militar. O aparecimento de uma elite guerreira, e da própria realeza macedônia, está associado a um

processo de organização política da comunidade em torno de tumbas de guerreiros que se iniciou por volta do século VIII a.C., tendo Vergina como centro político (THEML, 1997).¹⁴

Até o início do século IV a.C., a Macedônia permanecia como uma região às margens da Hélade, que constituía um mercado consumidor, principalmente da madeira importada da Macedônia. Havia muito tempo que os gregos, sob a organização *políade*, tinham se fixado nas costas da Macedônia e esta usava tais cidades para exportar sua produção. Nos tempos prósperos da Hélade, a Macedônia enriqueceu, sobretudo após as Guerras Greco-Pérsicas. Desta forma, a Macedônia nunca se mostrou uma ameaça potencial à Grécia *políade*. Esse quadro começou a se modificar a partir das transformações empreendidas por Arquelaus, que governou a Macedônia de 413 a 399 a.C., e foi acelerado durante o governo de Filipe II. Como mencionado, as transformações abrangeram a economia, o exército e o próprio sistema político, que passou a ser mais centralizado na figura do monarca. Com uma política fortemente marcada por seu caráter expansionista, Filipe introduziu em seu exército todos os aperfeiçoamentos mais modernos em tática grega que aprendeu durante o período que ficou em Tebas com Epaminondas, e ainda criou uma frota. Assim, pôde deter as tendências desagregadoras na Macedônia, proteger suas fronteiras contra o ataque dos vizinhos do Norte, dismantelar o reino odrísio dos trácios, seu rival mais sério, e até mesmo penetrar norte adentro e infligir alguns golpes ao reino cita, que, nessa época, estava se expandindo para o sul e ocupando a Península Balcânica. Ao mesmo tempo, Filipe buscou anexar a Tessália e a faixa da costa macedônia que estava ocupada pelos gregos. Sem acesso ao mar, uma influência política mais ampla sobre todo o mundo grego estava fora de cogitação. Após uma série de guerras, as cidades gregas na Macedônia e na Calcídia tornaram-se parte do reino. Filipe ainda fundou núcleos urbanos, construiu estradas e criou uma moeda para a Macedônia. Nesse sentido, a conquista das minas de ouro do Monte Pangeu foi determinante,

¹⁴ No segundo capítulo, tratamos mais especificamente sobre a natureza da realeza macedônia.

principalmente para formar um poderio militar necessário à sua política baseada na expansão territorial (GRIFFITH, 1970, p. 67-70).

Ao mesmo tempo que a Macedônia passava por tais transformações, o mundo em volta dela sofria com uma grave crise. Como sabemos, após a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), a Hélade mergulhou em um agudo processo de desestruturação. Podemos afirmar, assim, que a Macedônia teria se beneficiado do contexto para se tornar um poderoso reino unificado e expansionista sem rivais à altura. A Macedônia tinha deixado de ser inofensiva às *póleis*. Momigliano (1992, p. 50) afirma que a política de Filipe possuía um caráter expansionista e os gregos das cidades não demoraram a perceber a ameaça que a Macedônia se tornava. Os atenienses, principalmente, sentiam seus interesses políticos e comerciais ameaçados com a conversão da Macedônia em um forte império marítimo. Durante a luta pelo domínio da costa macedônia, Filipe entrou pela primeira vez em choque com Atenas.

O monarca macedônio passou a interferir constantemente na complicada política das cidades gregas depois da anexação das *póleis* da Calcídia e da destruição de muitas delas, no decorrer de 349 e 348 a.C. Nesta época, ele derrotou a defesa ateniense da Calcídia e forçou Atenas a aceitar um tratado de paz. A partir desse momento, Filipe tinha a liberdade de interferir nos assuntos da Hélade. A convite dos anfitriões, guardiães oficiais do templo de Delfos, assumiu o comando na luta contra os fócios e os derrotou. Os fócios foram expulsos da assembleia anfictiônica e seu lugar foi cedido a Filipe. A Macedônia foi reconhecida como membro (honorário) da família de Estados gregos (ELLIS, 1977, p. 20-21).

Figura 1 – Mapa do reino da Macedônia à morte de Filipe II em 336

a.C.

Fonte: <http://www.ancient.eu>

Foi nesse momento que o rei exprimiu pela primeira vez seu desejo de construir um Império Universal, com a unificação do mundo então conhecido (LONDEY, 1994, p.25-30). A situação parecia favorável para Filipe concretizar o seu projeto. A Grécia *poliade*, que tinha como característica a autonomia política, estava imersa em uma profunda crise, e o Império Persa, mesmo que ainda forte, passava por sérias dificuldades políticas, sofrendo com a revolta de várias satrapias.¹⁵ Através do *Koinon de Corinto*, Filipe se transformaria em uma espécie de heleno honorário e no comandante supremo das forças gregas, tendo como primeira atitude a declaração de guerra à Pérsia aquemênida. Sobre este assunto, parece

¹⁵ As satrapias eram territórios, províncias, do Império Aquemênida governados pelos sátrapas (σατράπης).

necessário esclarecer melhor dois pontos: a relação entre a Macedônia e o Império Aquemênida e a questão relacionada à helenização.

A relação entre a Macedônia e a Pérsia foi praticamente nula antes da campanha militar arquitetada por Filipe e levada a cabo por seu filho, Alexandre. No que se refere à Hélade, o Império Persa foi uma personagem constante na história das *póleis*. Tratado na maioria das vezes com desprezo nos discursos de muitos escritores da época e aparecendo outras tantas como ameaça à Hélade, esse Império nos é pouco conhecido do ponto de vista da documentação escrita.¹⁶ O que sabemos é que ele foi cobiçado pelo rei macedônio e por muitos gregos.

A formação do Império Persa ocorreu sob a tutela do primeiro rei aquemênida, Ciro, o Grande, no período de 559 a 530 a.C. Seu governo foi marcado por grandes conquistas territoriais, tendo submetido a Lídia e a Babilônia. Segundo Asheri (2006), as conquistas de Ciro colocaram os medo-persas em contato direto com as sociedades da Mesopotâmia, do Transeufrates, da Anatólia e do Egeu (2006, p. 23). Mais tarde, seu filho, Cambises (530-522 a.C.), promoveu uma expansão territorial, conquistando o Egito e Cirene. Todavia, a consolidação do Império ocorreu com Dario I (522-486 a.C.), que conquistou algumas ilhas do Egeu e, na Europa, a Trácia. Por meio de outras campanhas, muito menos conhecidas e certamente mais difíceis, todo o planalto do Irã foi submetido, até o Turquestão e o Indo. Sob Xerxes I (486-465 a.C.), o limite de crescimento do império foi alcançado. Mas foi por volta de 546 a.C., quando o Grande Rei (Ciro) se apoderou de Sardes e, logo após, da região litorânea ocupada pelos gregos, que houve a súbita revelação de uma nova força cuja expansão, durante mais de meio século, era capaz de remover de modo fulminante todos os obstáculos (BOARDMAN, 1988, p. 24-30). Com Cambises, sucessor de Ciro, conquistando o

¹⁶ Infelizmente, a história do império Aquemênida é conhecida de forma mais geral através de documentações de origem grega, ou derivadas destas. Essas fontes tem como foco a parte ocidental do império, principalmente Egito, Fenícia e Ásia Menor. As fontes de origem orientais não são tão abrangentes, pois estão, muitas vezes, limitadas a acontecimentos específicos e a determinadas localidades (ASHERI, 2006, p. 30-31).

Egito em 513 a.C., e Dario I atravessando o Bósforo e anexando o sudeste da Europa até a margem sul do Baixo Danúbio, a vida econômica de todo o mundo helênico ficou à mercê dos persas, já que o Egito e a Ucrânia haviam se tornado o celeiro da Hélade desde o século VI a.C. (TOYNBEE, 1969, p. 82).

Essa força era a de um povo ao qual, antes disto, ninguém prestara grande atenção. De origem indo-europeia, os persas instalaram-se, no curso do II milênio a.C., na parte ocidental do planalto do Irã. Seus vizinhos meridionais eram os susianos, há tempos associados à vida da Mesopotâmia, da qual os persas estavam separados pela barreira dos Montes Zagros. Os textos assírios, entretanto, por vezes mencionam tal povo. Pela leitura desses registros, tem-se a impressão de que, por muito tempo, eles são apenas de nômades. Pouco a pouco, porém, alguns se estabilizaram, para, depois, se organizarem, segundo um processo que não conseguimos vislumbrar ainda em detalhes. Dirigidos pelos medos, os persas contribuíram, aliando-se aos babilônios, para a tomada e destruição de Nínive, cabendo-lhes a Alta Mesopotâmia quando da partilha do Império Assírio. Mas seriam necessários ainda mais de sessenta anos para que afirmassem seu poder sem a necessidade de aliados (ONCKEN; JUSTI, 1950).

Como dissemos, foi com Dario I (522-486) que o Império Aquemênida se estabilizou. Seu longo reinado foi marcado por uma sólida administração. Foi durante seu domínio que o Império Persa foi dividido em vastas circunscrições, as satrapias. Os governantes do Império Persa não sofreram tanta resistência por parte dos povos submetidos como os soberanos anteriores, pois exerciam uma política mais tolerante em relação aos reis vencidos e aos costumes religiosos locais, não tendo a tradição de deportar populações, como o fizeram outrora os assírios. Contudo, ao término do governo de Dario, o Império Persa passava por um período de crise.

Com o tempo, a fronteira entre Oriente e Ocidente pode ter variado nesse ou naquele ponto. Desta forma, os desastres sofridos na Grécia por ocasião das Guerras Greco-Pérsicas acarretaram o abandono do território ocidental. Houve revoltas no interior, algumas vezes sucessivas, que apenas com dificuldades puderam ser reprimidas. Como exemplo, temos o caso do Egito. O Mundo Antigo, no entanto, nunca havia conhecido um Império tão extenso. O Império Persa, herdeiro dos grandes impérios que o precederam, reunia todos os territórios antes submetidos àqueles impérios, acrescentando-lhes outros novos. Nem os poderosos assírios haviam alcançado o Indo.

Outra característica a ser destacada é a figura do rei persa. O caráter do soberano aquemênida era absoluto, justificado pela vontade divina. A ideia de um soberano escolhido pelos deuses não era uma inovação no Oriente. O mesmo processo se verificava a partir da concepção de que o soberano deveria amar a verdade, aplicar a justiça e proteger o fraco, a fim de permanecer fiel à vontade divina, ideal subjacente também à doutrina real egípcia. O rei era hábil em todos os exercícios e modelo do guerreiro, o que constituía, junto com o caráter divino da realeza persa, outro aspecto fundamental da monarquia do Oriente. No início da monarquia, todos os nobres de importância tinham acesso fácil ao rei. Mas, depois de Dario, uma rigorosa etiqueta regulamentou todos os atos da vida do soberano, que se tornava inacessível. A segregação acarretou aos reis consequências desagradáveis. eclodiram intrigas de harém, assassinatos e diversas suspeitas de conspirações políticas. Tanto Ciro, O Grande, quanto Dario I, por exemplo, morreram envenenados (BOARDMAN, 1988, p.79-85).

Os persas e os gregos, no período clássico, viveram lado a lado, e os conflitos que opuseram os dois povos não impediram seus contatos. Os reis persas permitiram aos gregos, por exemplo, que viajassem pelo Oriente. Gregas da Ásia ingressaram no harém real ou esposaram sátrapas em função nas províncias ocidentais. No século IV a.C., mercenários gregos foram contratados em grande número, alguns de seus chefes desempenharam um papel

importante e o comércio ateniense não sofreu grandes restrições. A partir desses dados, percebemos que, apesar dos famosos discursos em defesa dos valores e liberdades gregas, nos quais muitas vezes vemos o persa – nomeado *bárbaro* – como o modelo oposto a esses valores e à liberdade, a relação entre gregos e persas, e a própria imagem sobre os persas, foi fluida durante a história da Hélade.

Lévy (1984), ao refletir sobre a formulação do conceito de bárbaro, afirma que, desde o século V a.C., o termo aparece com dois sentidos. O primeiro corresponde a uma noção objetiva e designa quem não é grego (heleno),¹⁷ ou seja, aquele que é linguística, étnica e geograficamente diferente do grego. De outro lado, o termo se refere a uma espécie de “antimodelo” cultural, que sugere o despotismo e a servidão, o luxo excessivo, a crueldade e a grosseria. A configuração dessa imagem teria sido auxiliada justamente pelas Guerras Greco-Pérsicas (LÉVY, 1984, p. 5-7). Mas Thébert (1985, p. 18-20), analisando a utilização do conceito de estrangeiro no período clássico,¹⁸ propõe que momentos políticos diferentes interferem nas representações produzidas pelos grupos sociais. Por isso, após as Guerras Greco-Pérsicas a imagem do persa bárbaro estava mais associada à primeira definição dada por Lévy, do que a um “antimodelo” cultural. Mas, em meio à crise da Hélade no século IV a.C., a imagem estigmatizada do persa ganhou nova força, por isso discursos sobre uma nova agressão por parte dos Aquemênidas ecoavam pelas *pólis*. Neste contexto, a guerra contra os persas ganhou espaço em alguns setores sociais do mundo *poliade*. Na realidade, o que podemos constatar é que os partidários antipersas buscavam mais a solução dos conflitos sociais através da conquista do território persa do que acreditavam em uma real ameaça dos orientais. Nesse cenário, ascende Filipe II. Com uma vitória iminente sobre a Hélade, alguns

¹⁷ Que não é oriundo de uma *pólis*.

¹⁸ O conceito de estrangeiro e bárbaro eram termos similares para os gregos. Dependendo da situação, o emprego de *βάρβαρος*, ou *βάρβαροι*, podia se referir simplesmente ao não *Ἕλληνας*, no sentido de estrangeiro, ou podia ter uma conotação mais valorativa, significando alguém brutal, cruel, selvagem. Algumas vezes, o termo era utilizado para definir estrangeiros específicos, como os medos e os persas. Já o vocábulo *ξένος* possuía geralmente uma aplicação para referir-se ao estrangeiro, ao hóspede, sem conotações mais estigmatizantes.

viam no líder macedônio a possibilidade de se enfrentar os Aquemênida. O ateniense Isócrates, em uma epístola direcionada ao monarca, diz:

Qual a opinião que julgais que terão sobre vós se colocardes em prática estes projetos? [referente à guerra contra a Pérsia] E mais, se promoverdes a aniquilação daquele reino [Império Persa], ou, se pegardes uma grande parte de seus domínios [...], onde depois devereis fundar muitas cidades e levar, para estas, os que por sua miséria se desterram voluntariamente a cada dia e vão saqueando tudo o que encontram? Estes, se não os impedirdes, se juntarão, e constituirão tão grande número, que causarão, aos gregos, inquietudes maiores que os bárbaros [...]. É, pois, próprio de um homem esforçado e amigo dos gregos, e que tem capacidade maior que os demais, valer-se desses homens perdidos contra os bárbaros, pagando-lhes com terras que mencionei antes; livrar os soldados estrangeiros dos males que padecem e que fazem os outros padecerem; com eles formar várias cidades que sirvam de defesa para a Hélade e que sejam para todos nós um resguardo. Porque, se isso fizerdes, não só os fareis felizes, como proporcionareis a todos nós vivermos seguros (Isocrates, *Philippus*, 80-82).¹⁹

Devemos observar que a conquista do Império Aquemênida seria uma boa solução para parte dos problemas que afligiam as *póleis*, mas era, sobretudo, conveniente a Filipe por dois motivos: com uma política expansionista, a dominação do Mediterrâneo Oriental era, de um ponto de vista estratégico, necessária para o macedônio, que teria de entrar em choque contra os asiáticos para executar o projeto da conquista da *oikoumene*; em contrapartida, o território da Hélade encontrava-se imerso em diversos conflitos e levar parte dos gregos das *póleis* despossuídos para territórios do Oriente seria uma solução que facilitaria o controle sobre as cidades gregas. Desta forma, vemos que o conflito entre macedônios e persas seria inevitável, dentro da visão política de Filipe. Aclarado este ponto sobre a relação entre a Macedônia e o Império Persa, é necessário tratar da questão referente à helenização.

Durante muito tempo, a possibilidade de uma helenização, sobretudo do Oriente, por meio das conquistas macedônias, no século IV a.C., permeou o ideário de diversos estudiosos da Antiguidade. O conceito de helenização, atrelado ao de helenismo, e que comumente se refere à difusão da cultura grega no Mundo Antigo a partir das conquistas de Alexandre, é

¹⁹ Todas as traduções contidas nessa tese foram efetuadas por nós e tiveram como base as edições apontadas em nossa lista de referências.

complexo e traz em si diversos problemas. O termo helenismo (*hellenismus*) deriva do vocábulo *helénistès*, que foi usado pela primeira vez na versão dos Setenta do livro de *Atos dos Apóstolos* (6.1), em oposição a *hebraioi*. Já no século XVIII, foi usado para definir o modo de pensamento dos judeus falantes do grego (CALDAS; SANT'ANNA, 2008; SALES, 2005). Foi no século XIX, no entanto, que o termo ganhou difusão, com o estudioso alemão Johann Gustav Droysen, considerado o criador da História Helenística.²⁰ Droysen foi autor de importantes obras de referência sobre a Civilização Helenística. Em 1833, com uma biografia de Alexandre, ele dá início à sua História do Helenismo.²¹ Droysen construiu a visão de uma civilização híbrida, formada por elementos helênicos e orientais – visão na qual a cultura helênica sempre dominaria. Nessa visão tradicional, não só o papel do Oriente foi minimizado no processo de formação cultural e política do mundo helenístico, mas também o da própria Macedônia. Genitora de todas as dinastias helenísticas, a macedônia seria pulverizada no bojo da dicotomia entre gregos *versus* asiáticos, segundo a qual o conquistador, helenizado, levaria a salvação para populações bárbaras submetidas à tirania.

É justamente nessa pretensa supremacia da cultura helênica sobre a asiática que repousa o maior problema do termo helenização. Droysen não usa o vocábulo helenização propriamente dito, preferindo os termos *helenismo* e *helenizar* quando menciona a cultura greco-macedônia, mas, ao lermos a sua biografia sobre Alexandre, fica nítido que o autor se refere a um processo de helenização.

O início e o fim dessa luta secular [entre Oriente e Ocidente] estão prefigurados nos limites e na estrutura geográfica do mundo antigo. Europa e Ásia se defrontam no mar Jônio e se misturam nas estepes do Volga. Os dois séculos da luta encarnçada que os helenos travaram contra os persas – o primeiro grande conflito entre Oriente e Ocidente que a história nos legou –, Alexandre os encerrou ao aniquilar o império dos persas, ao conquistar todo o território situado entre o deserto africano e a Índia, ao afirmar a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos

²⁰ Bentivoglio (2007) fala sobre a relevância de Droysen para o alargamento da importância histórica no século XIX, e argumenta que este colaborou para a construção do método histórico.

²¹ Essa foi formada pela junção de três obras anteriores: *Geschichte Alexanders des Grossen* (1883), *Geschichte der Diadochen* (1836) e *Geschichteder Epigonen* (1842).

asiáticos. Enfim, ao gerar o helenismo. Seu nome assinala o fim de uma época e o começo de uma nova (DROYSEN, 2010, p. 37).

Droysen enxergava o processo de helenização como algo coeso e harmônico. A seus olhos seria natural os asiáticos adotarem os costumes e vestes próprios da cultura helênica, como destaca na passagem seguinte: “[...] os asiáticos incorporados nas fileiras do grande exército iniciavam-se na disciplina macedônia e começavam lentamente a se helenizar” (DROYSEN, 2010, p. 292). O pensamento exposto por Droysen é expressão de um ideário político do século XIX europeu, no qual uma “grande civilização” seria responsável pelos caminhos da história humana e por *civilizar* os *incivilizados*, levando a estes últimos o progresso.²² A partir da segunda metade do século XX, no entanto, a historiografia começou a questionar cada vez mais o conceito de helenização.

De acordo com Biazotto e Funari (2015, p. 247-250), temos três posicionamentos divergentes desta visão tradicional forjada na análise de Droysen que se destacam: em primeiro lugar, uma interpretação que defendia a separação entre gregos e orientais, rejeitando interações culturais entre os diferentes atores envolvidos neste processo, da qual temos Préaux (1978) como representante; em segundo lugar está o posicionamento defendido por Will, Mossé e Goukowsky (1998), para quem o conceito de helenização se encontrava eivado de anacronismos, pois fora cunhado em um contexto no qual as potências europeias engendraram analogias entre as conquistas de Alexandre e a expansão colonial; e, em terceiro lugar, destaca-se a análise de Momigliano (1991), que aponta para os *limites dessa helenização* e como ela foi diversa no território da *oikoumene*, o que leva a refletir sobre

²² Bem antes da conquista do Oriente pelas forças macedônias observamos críticas a uma situação inversa a proposta por Droysen – gregos assumindo características dos asiáticos, como podemos observar na seguinte passagem de Pseudo-Xenofonte, ao criticar os antenienses e as desvantagens do império marítimo: “Mais ainda, por ouvirem todos os dialetos, acabaram por adotar características de uns e de outros. Enquanto que os outros Gregos, em grande parte, conservam o seu próprio dialeto, modo de vida e maneira de vestir, os Atenenses usam uma mistura de tudo quanto é grego e bárbaro” (Xenophon, *Athenaion Politeia*, II, 8). No referido trecho, fica claro o poder que a interação cultural possui de troca entre dois ou mais grupos diversos, excluindo-se a tradicional visão de via de mão única entre *dominantes* e *dominados*.

outros conceitos, como o de *interação*, para darmos conta de compreender o período helenístico.

Dos três posicionamentos referentes à análise da helenização expostos acima, consideramos que a interpretação elaborada por Momigliano seja a mais refinada e a que representa um marco nos estudos referentes à temática. Com a obra *Alien Wisdom: The Limits of the Hellenization* (1975), Momigliano buscou demonstrar como o *helenismo*, ou melhor, a *helenização*, tão preconizada por muitos autores, teve seus limites e, em alguns territórios, nunca chegou realmente a se estabelecer, ao mesmo tempo que valorizou o saber e a cultura dos *outros*, como as populações do Oriente. Funari e Grillo (2014, p. 207-208) afirmam que a partir das reflexões suscitadas pela obra de Momigliano, vários modelos de interpretação sobre o processo de helenização surgiram, destacando-se dois deles pela aceitação que tiveram – o de *aculturação* e o de *interação*. Segundo os autores (FUNARI; GRILLO, 2014, p. 207-208): “No processo de aculturação, procura-se verificar o impacto da difusão cultural sobre os receptores e, em particular, como estes se conformam hierarquicamente aos difusores; e, no de interação, as trocas entre as culturas envolvidas”. Embora estes dois conceitos também possuam ressalvas, eles ajudam a compreender melhor o que se costuma nomear de *helenização*.

Mesmo à luz destas novas interpretações, o conceito de helenização ainda gera controvérsias e está longe de agradar a todos os especialistas. De forma sintética, Rachel Mairs (2011) esclarece que o conceito de helenização porta em si o significado de difusão da cultura grega em outras sociedades por meio da aprovação destas. Para a autora, dentro desta ótica, helenização pode abranger todos os tipos de comportamento cultural, tais como o uso da língua e o vestuário. Além disso, helenização com frequência comporta a ideia de passividade por parte de um lugar ou um grupo de pessoas que sofreu influência cultural helênica (MAIRS, 2011, p. 1-2). Em virtude desse caráter simplista e da passividade atribuída

às sociedades que sofrem o processo de helenização, Mairs não aprova o uso do conceito. A autora ainda tece críticas ao conceito de aculturação. No senso comum, aculturação, assim como o termo helenização, representaria a sobreposição de determinada cultura a outra. Teríamos, portanto, o seguinte cenário: um grupo dominante, vitorioso, impõe sua cultura sobre as demais populações dominadas e estas, passivas durante o processo, seriam apenas receptoras da cultura dos vencedores. A realidade, contudo, tanto no que se refere à helenização quanto à aculturação, é muito mais complexa, e a dinâmica das sociedades antigas, distantes de nós no tempo, torna a questão ainda mais espinhosa.

Mas ao contrário de Mairs, que parece não problematizar a fundo as atuais discussões sobre helenização, aculturação e interação, acreditamos que, feitas as devidas ressalvas, seja possível considerar tais noções operacionais. Veyne (1983, p. 105-106) destaca que nem sempre os valores culturais estrangeiros pertencem somente a uma sociedade vitoriosa e que a aculturação não se configura a todo o momento como um ato de violência contra outra sociedade, embora habitualmente repouse numa relação de poder. Ao tratar da helenização de Roma, Veyne afirma que determinada sociedade pode se apropriar de um elemento cultural estrangeiro porque a sociedade que adotou tal valor tem poder para isso. Roma se apropria da cultura grega não porque considere a cultura romana inferior à dos helenos, mas pelo fato de considerar a cultura grega seu patrimônio, devido ao direito de conquista que exerce sobre a Grécia. Além disso, mesmo quando uma sociedade é dominada por outra, há de se relativizar a questão da aculturação. Podemos citar como exemplo a própria dominação do Oriente por Alexandre e as forças macedônias. A helenização do Oriente foi extremamente restrita, e os setores urbanos foram o principal foco deste processo. Inclusive, uma das estratégias de Alexandre, depois seguida pelos diádocos, foi a fundação de cidades seguindo o padrão arquitetônico da *pólis*. Fundar cidades, mudando capitais de local, que na realidade representavam centros de poder, significava, em última instância, o desejo de se apropriar de

elementos de poder, dentre os quais as cidades eram importantes elementos. O setor rural, nesse caso, praticamente não sofreu alterações. Além disso, mesmo nos setores urbanos, não havia uma imposição dos valores helênicos. Na realidade, o que vemos é a constituição de uma elite local que considerava a adoção de elementos helênicos um meio de ascender às esferas do poder. Neste ponto, há outra questão a ser destacada quando falamos sobre as limitações do uso do conceito de helenização: a que se refere ao hibridismo cultural e à dicotomia Grécia/Oriente.

Diversos autores, como Lévêque (1987), Toynbee (1969) e Mossé (2004), ao reproduzirem, em seus trabalhos, a antiga fórmula “helenização é igual à fusão de elementos culturais gregos e orientais”, que caracterizaria a civilização helenística, não conseguem se desvencilhar da ideia de superioridade dos elementos helênicos sobre os orientais. O problema talvez se deva a uma dificuldade em compreender o papel dos elementos orientais neste processo e a laços ainda não rompidos por completo com a representação da Grécia/Hélade como modelo da civilização ocidental.

Essa discussão sobre helenização e aculturação nos leva a um território fora da Ásia e do norte da África – a Macedônia. Se a questão é complexa e ainda pouco tratada dentro de novas perspectivas para o Oriente, a situação é mais delicada no que se refere à Macedônia. Durante o mestrado, finalizado em 2009, trabalhamos com a questão da identidade grega, ou melhor, com a crise desta (ANDRÉ, 2009). Um dos aspectos basilares de nossa dissertação foi o conflito político que ocorreu durante o século IV a.C., relacionado a Filipe II e aos macedônios. De fato, os macedônios eram vistos pelos helenos como bárbaros e mantinham com estes apenas relações comerciais até as primeiras décadas do século IV a.C. Os macedônios, apesar de falarem o grego, possuíam um dialeto pouco compreensível para os gregos das *póleis*. Apenas a elite macedônia buscou a helenização, por meio do consumo da literatura, da educação, da decoração e do vestuário helênicos. Mas essa elite procurou

helenizar-se por motivos internos à sua sociedade – busca de *status*, de diferenciação social, por exemplo –, e não como resultado de qualquer dominação estrangeira. Apesar de Filipe ter sido nomeado heleno, era um grego honorário, como se portasse um título especial, sabendo-se que o significado de um rótulo pode mudar de acordo com o contexto. Para ilustrar melhor este ponto, mais uma vez recorreremos a Isócrates.

Em 380 a.C., quando a Macedônia não representava ainda uma grande ameaça à Hélade, o ateniense escreve um panegírico no qual propõe a união entre Atenas e Esparta para, numa campanha antipersa, solucionar muitos dos problemas que estavam assolando os helenos. O *Panegírico* seria, portanto, uma obra a favor dos valores gregos e contra os interesses bárbaros. Isócrates acreditava que as instituições democráticas fossem as únicas capazes de garantir a autonomia política e o regime constitucional dos gregos diante do despotismo exercido pelos líderes “bárbaros” Amintas da Macedônia, Dionísio da Siracusa e o rei persa. O orador deixa clara a posição de Amintas, pai de Filipe, como bárbaro, e o associa à tirania. Mas, em 346 a.C., quando a Macedônia já era claramente uma potência e um acordo de paz entre a Macedônia e Atenas havia sido firmado, ao escrever a Filipe, Isócrates afirma:

[...] se, quando eu fosse mais moço, houvesse oportunidade de falar [do pai de Filipe], facilmente haveria demonstrado que vosso progenitor se excedeu mais do que todos os heróis da antiguidade por sua prudência, por sua filosofia e sua justiça, do que pela sua firmeza e força de seu corpo [...] (Isoc., *Phil.*, 77).

Amintas, mesmo sendo macedônio, neste contexto se aproximava dos valores considerados próprios dos gregos. Isócrates chega ainda a mencionar a ligação da linhagem de Filipe com os deuses e a educação helenizada que recebera. O orador faz um contraponto entre Filipe e o rei aquemênida ao mencionar a campanha contra a Ásia:

Não acredite que ignoro que muitos têm o exército do grande rei por invencível. Mas justo será que nos maravilhemos de que, se um homem bárbaro e mal educado pode fundar este Império, estabelecendo a escravidão, não reconhecem que um

homem *grego*,²³ e muito hábil na guerra, *inclinado à liberdade*, há de dissolver facilmente esse Império [...] (Isoc., *Phil.*, 95).

O século IV a.C. foi um século marcado por transformações, inclusive por redefinições de identidades, que serviram, em muitos momentos, para estimular debates políticos, como podemos concluir pelas próprias citações de Isócrates. E nenhuma fronteira identitária ganhou à época mais atenção do que a entre *gregos* e *bárbaros*. E uma evidente *helenização* de Filipe e da elite macedônia resolvia, de fato, a questão. De acordo com Woodward (2000, p. 8-10), a necessidade da marcação da diferença ocorre no processo de fabricação das identidades, pois apenas através da marcação da diferença, simbólica e social, é possível forjar-se uma identidade. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas de representação quanto por meio de práticas de exclusão social. Assim, em um contexto complexo, vemos diferentes sistemas de representação defrontando-se. Podemos perceber que, diferentemente de Isócrates, a partir de dado momento uma extensa parcela da Hélade, sobretudo a ateniense, via a ameaça bárbara encarnada nitidamente mais na figura da Macedônia do que na do Império Aquemênida. Um dos maiores exemplos disso é o orador Demóstenes que, a partir de 351 a.C., defendeu em todos os seus discursos a união da Hélade contra Filipe, de modo a manter-se a liberdade grega:

Pois bem! E nós, atenienses? Enquanto estamos a salvo, temos uma cidade muito poderosa, recursos numerosíssimos, belíssima reputação, que devemos fazer? Talvez algum dos meus ouvintes estivesse, há muito, disposto a fazer essa pergunta. Eu, pessoalmente, por Zeus, responderei e proporei um decreto, de maneira que, se quiserdes, votareis. Em primeiro lugar, nós mesmos, defendendo-nos e preparando-nos, quero dizer com trirremes, fundos e soldados – pois, mesmo que todos os demais consentam em ser escravos, é a nós que cabe o dever de lutar pela liberdade – , nós mesmos, tudo isso tendo preparado e feito claramente, só então chamemos os outros [gregos] e enviemos emissários destinados a dar essas instruções a toda parte (ao Peloponeso, a Rodés, a Quios, digo mesmo ao Grande Rei – pois não está fora de seus interesses impedir que Filipe submeta tudo ao seu poder), a fim de, se os persuadirdes, tê-los como sócios de vossos riscos e despesas, em caso de necessidade; e, se não, pelo menos atrasareis a marcha dos acontecimentos (Demosthenes, *III Philippic.*, 70-71).²⁴

²³ Filipe só vai ser considerado um grego honorário depois da batalha ocorrida em 338 a.C. em Queroneia, quando a Macedônia for incorporada a Liga de Corinto.

²⁴ A *Terceira Filípica* de Demóstenes foi elaborada em 341 a.C., somente três anos antes de Queroneia.

Na passagem abaixo, Demóstenes esclarece sem rodeios a posição de Filipe como bárbaro, no sentido principalmente cultural, o que o tornaria inferior aos gregos:

[...] se um escravo ou filho putativo dissipasse e esbanjasse bens que não lhe pertencem, por Héracles, todos diriam: “como isso é terrível e merece a nossa cólera, ainda mais”. A respeito de Filipe, porém, e do que ele faz atualmente, não têm essa atitude, embora ele não seja grego e nada tenha em comum com os gregos, mas nem mesmo seja um bárbaro de lugar que valha a pena mencionar, mas sim um miserável da Macedônia, de onde antes nem um escravo sério era possível comprar, um só que fosse (*Dem., III Phil.*, 31).

Percebemos, dessa forma, que a retórica de Demóstenes é uma retórica da alteridade, conclamando os helenos contra Filipe. A figura do rei macedônio é essencial para a reconfiguração do que é ser grego. Como argumenta Hartog (1999, p. 229):

Dizer o outro é enuncia-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. Por exemplo: existem gregos e não-gregos. Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema [...] Desde quando a diferença é dita ou transcrita torna-se significativa, já que é captada nos sistemas de língua e da escrita. Começa então esse trabalho incessante e indefinido como os das ondas quebrando na praia, que consiste em levar ao próprio.

Acerca desta discussão ligada à identidade helênica, podemos elencar os seguintes fatores referentes à helenização: 1) a identificação de um dado grupo com elementos culturais de outra sociedade não significa necessariamente a associação identitária; 2) os elementos formadores da identidade, assim como da alteridade, são fluidos e manipulados dentro do campo do político; 3) a adesão a elementos culturais pertencentes a outro grupo pode significar uma apropriação feita de forma intencional por um grupo dominante para fortalecer sua posição de poder perante a sociedade conquistada ou por dado grupo submetido visando a alcançar algum tipo de benefício, como o acesso a mecanismos de poder; e 4) ao analisarmos o que tradicionalmente a historiografia compreende como helenização, torna-se muito mais proveitoso para nossa pesquisa olhar este processo segundo a perspectiva de outras noções como a de aculturação e, sobretudo, de interação, que acabam por conferir maior fluidez à análise de nosso objeto. Apesar de Mairs (2011, p. 5) afirmar que o conceito de helenização é

demasiado excludente, pois deixa de lado a complexidade das relações culturais ocorridas após as conquistas de Alexandre, acreditamos que todo conceito deva ser contextualizado, por isso, dentro de limites estabelecidos, a ideia de helenização pode ser operacional.

Devemos encarar o processo desencadeado pelas conquistas de Alexandre segundo uma perspectiva da interação entre os diferentes sujeitos e elementos políticos e culturais do período. Devemos, ainda, compreender que Filipe não guerreou em prol dos interesses dos gregos. Isso era um artifício de seu discurso político na busca de apoio e legitimidade. Ele lutou e elaborou um projeto de Império Universal em favor dos macedônios. Alexandre levou tropas de gregos das *póleis* consigo para a Ásia, mas aquelas iam ficando pelo caminho, nas cidades fundadas pelo argéada. O exército de Filipe e o de Alexandre tinham como pilares os “amigos”, o conselho macedônio formado pelos senhores da elite macedônia. Antígono, ao proclamar que todas as cidades gregas deveriam ser livres, mantendo sua autonomia, buscava na verdade reforçar o seu domínio sobre elas. Desta forma, a adoção de componentes culturais do mundo helênico pelo rei e a elite macedônia, e pelos *basileis* helenísticos, se torna um acontecimento complexo.

Quando tratamos, nesta tese, sobre o que tradicionalmente se concebe como helenização, estamos na realidade levando em conta os processos de interação que ocorreram durante a conquista do Oriente e a formação da *basileia* helenística. No cerne desse processo temos três elementos étnicos distintos: o macedônio, o helênico e o oriental. A condução e os mecanismos do processo de conquista, assim como a base para a constituição da monarquia helenística tiveram como força motriz o elemento macedônio. Quanto aos elementos helênicos, esses são representados pela escrita, arquitetura, colonização e influência no mito fundacional da *basileia* macedônia, assim como por uma visão positivada da realeza no século IV a.C.²⁵ Por mais que se privilegie o componente helênico, ele se restringiu, no Oriente, aos

²⁵ Detalharemos melhor a influência helênica sobre a concepção da *basileia* macedônia durante o segundo capítulo, que versará sobre a realeza no mundo greco-macedônio.

setores urbanos. Quanto à influência desses elementos na Macedônia, defendemos a ideia de que os macedônios utilizaram-se da cultura helênica na medida em que esta possuía características que viriam a reforçar o poder dos monarcas, e pelo fato de estes se considerarem, e serem, conquistadores dos helenos, logo, também de sua cultura.

Para concluir a questão sobre o processo de helenização/interação no período aqui trabalhado, devemos levar em conta que o contato político-cultural entre Ocidente e Oriente não funcionou como uma via de mão única. Inclusive, a representação do monarca e da monarquia helenística se fundamentou, em diversos aspectos, no modelo da realeza oriental. Como nos informa Gralha (2009, p, 19), para a dinastia ptolomaica estabelecer sua legitimidade no Egito foi necessário um projeto político/religioso que levasse em conta elementos da monarquia divina egípcia: “[...] o *basileus* não poderia fingir ser o faraó: deveria ‘encarnar’ o faraó [...] de modo a estabelecer legitimidade e conseguir assim a cooperação e a cooptação dos segmentos sociais egípcios e helenizados.” Da mesma forma, Antígono adotou o título de *basileus* nos territórios que dominava na Ásia bem antes de assumir tal título perante as cidades gregas. Semelhantemente é possível constatar, por meio da documentação numismática, a adoção de símbolos da monarquia Aquemênida, como a titulação e o diadema, por parte de Demétrio.

O que podemos dizer sobre o território que constituiu o Império Aquemênida é que, apesar dos contatos com a Hélade, antes da conquista de Alexandre, o helenismo não ganhou muito espaço entre os persas. No momento da expedição de Alexandre III, os dois povos ficaram frente a frente. Representavam dois mundos distintos. Entre eles não havia sido lançada nenhuma ponte duradoura. E uma coisa é certa: se havia uma resistência dos gregos perante os persas, o inverso também ocorreu. Esclarecidos os dois pontos levantados por nós – relação com os persas e a questão da helenização – nos voltamos agora para a questão relacionada à conquista da *oikoumene*.

Alexandre e a conquista da Terra Habitada

Termo de origem grega, *oikoumene*, em linhas gerais, comporta duas acepções. A primeira, mais restrita, é a de terra habitada (a Hélade), em oposição ao mundo bárbaro. Em um significado mais abrangente e mais utilizado a partir do século IV a.C., é de mundo habitado, abrangendo todas as regiões povoadas, em contraposição às regiões desabitadas. Quando falamos sobre o projeto de Filipe de conquista da *oikoumene*, nos referimos ao segundo significado, pois o macedônio teria como propósito governar o mundo conhecido, construindo um *Império Universal*. Em 338 a.C., quando Filipe vence a coalizão grega na batalha de Queroneia, vemos o monarca tomar as medidas para a execução desse projeto. A intenção original de Filipe era de fato obter o domínio sobre o Mediterrâneo Oriental, e não se apoderar de todas as regiões habitadas do Império Aquemênida. Seu projeto político era conservar para si o controle político, econômico e militar sobre o território ao redor do Mediterrâneo. Contudo, os planos de Filipe foram frustrados por sua morte precoce, em 336 a.C., em Egas, em virtude de um complô aristocrático até hoje obscuro.

A tarefa de levar adiante o projeto de Filipe ficou a cargo de seu filho, Alexandre, que, após enfrentar inúmeros contratemplos, como revoltas de algumas cidades gregas, a exemplo de Tebas, arrasada pelas forças macedônias, dirigiu-se à Ásia, rumo à conquista da *oikoumene*. Apesar dos diversos trabalhos que buscam dar conta da trajetória de Alexandre, há até hoje certa dificuldade em lidar com sua figura. De acordo com Mossé (2004), em sua biografia histórica do soberano:

Poucos personagens históricos despertaram tanta admiração quanto Alexandre, o Grande, o soberano macedônio que, em pouco mais de dez anos [...] fez-se senhor do imenso império persa e conduziu seu exército até a Índia. Já na Antiguidade ele se tornara um herói lendário e, ao longo dos séculos, continuou sendo o modelo de todos os grandes estrategos, de todos os grandes conquistadores, de todos aqueles que, em determinado momento da história, almejaram o poder supremo. E, no entanto, há poucos protagonistas dessa mesma história que causem tantos problemas para o historiador [...] (MOSSÉ, 2004, p. 9).

Ao mencionar problemas, a autora se refere às poucas informações disponíveis sobre o monarca, que faz com que muitos dos relatos sobre Alexandre tenham uma visão romanceada. Borza (2007, p. 410-412) nos alerta para o fato de que somente cinco narrativas sobre Alexandre sobreviveram, e são incompletas ou epítomes. A primeira delas foi produzida por Diodoro da Sicília quase três séculos depois da morte do macedônio. No que tange à documentação material, a situação não sofre grandes alterações. De acordo com Dahmen (2007, p. 2-3), não há dúvida de que uma profusão de representações de Alexandre foi produzida na Antiguidade. As imagens do soberano incluíam estátuas de bronze e pedra, bustos, relevos, estatuetas, gemas camafeus, pinturas, mosaicos e têxteis. Mas Dahmen (2007, p. 2) também afirma que, quando os especialistas buscam estabelecer uma série iconográfica sobre o argéada, acabam por se deparar com a ausência de evidências seguras. Isto ocorre pelo fato de que, assim como as fontes textuais, a documentação imagética sobre Alexandre é eivada de idealizações, sejam as imagens contemporâneas do soberano ou as póstumas. Enfim, o grande problema em se trabalhar com a imagem de Alexandre é que sempre estamos tentando decifrar o mito a ela subjacente. Até as últimas décadas do século XX, temos trabalhos que buscam dar conta do contexto turbulento do século IV a.C. por meio de uma imagem heroicizada do macedônio. Ao lermos os clássicos, como Rostovtzeff (1936), vemos claramente como Alexandre é alçado a patamares inatingíveis por qualquer outro soberano. Mesmo em trabalhos mais recentes, como os de Hammond (1992), Goukowsky (1975, 1998) e King (2010), percebemos como é difícil o historiador se desvencilhar do fascínio despertado por Alexandre.²⁶

O objeto de nossa pesquisa, inserido nas duas últimas décadas do século IV a.C., há muito tem sido obscurecido pela “sombra” de Alexandre. Como já mencionado, o período

²⁶ Voltaremos a falar de forma mais aprofundada da importância da imagem de Alexandre quando tratarmos da imagem do *basileus* helenístico.

após a morte do soberano macedônio é comumente interpretado como um momento de *decadência*, no qual o Império Universal por ele construído teria desmoronado frente à incompetência política de seus sucessores. Contudo, para além da problemática relacionada à imagem de Alexandre, a questão central para nós é que o argéada deu continuidade ao projeto de seu pai e, na primavera de 334 a.C. iniciou sua campanha da Ásia. Não temos intenção de narrar aqui as campanhas promovidas por Alexandre no Oriente. Nosso objetivo é mostrar como ele, ao mesmo tempo que herda o projeto de Filipe, acaba rompendo com a *práxis* política vigente. Em resumo, no mesmo ano em que desembarca na Ásia Menor, as forças macedônias se tornam vitoriosas no confronto em Granico e, em 333 a.C., na batalha de Isso. Em 332 a.C., Alexandre toma Tiro e Gaza e, em 331 a.C., funda, no Egito, Alexandria, mesmo ano em que ocorre o confronto em Gaugamela. Em 330 a.C., o exército macedônio toma as capitais reais, fato seguido pela morte de Dario III Codomano. Em 329 a.C., Alexandre faz a travessia do Hindu-Kuch, executa Besso, o sátrapa da Bactriana responsável pela morte de Dario, e inicia sua conquista das satrapias orientais (GEUS, 2003, p. 236-242).²⁷ É justamente a partir desse ponto que o rompimento de Alexandre com a política anterior ao seu governo fica mais nítido para nós.

Quando tratamos do ideal de *oikoumene* para Filipe, deixamos claro que o objetivo deste monarca, *a priori*, era o controle do território ao redor do Mediterrâneo Oriental. Contudo, para Alexandre, podemos perceber por meio de suas ações que a sua ideia de Império Universal, por motivos que não são totalmente claros, tornou-se cada vez mais ampla ao longo de sua campanha asiática, consistindo, de certa forma, na conquista de toda a terra habitada, pelo menos a dominada pelo Império Aquemênida. Essa mudança de perspectiva de Alexandre pode ser interpretada como algo que ocorreu durante o processo de conquista do

²⁷ Sobre a campanha de Alexandre na Ásia existem diversos trabalhos. Destacamos aqui a obra de Green (1974), intitulada *Alexander of Macedon*, as obras já mencionadas de Mossé (2004), *Alexandre, O Grande*, de Hammond (1992), *Alejandro Magno: rey, general y estadista*, e do livro organizado por Erskine (2003), *A Companion to the Hellenistic world*.

Oriente. Segundo Goukowsky (1998, p. 238-239), a possibilidade de conquista de todo o Império Persa, inclusive sua porção extremo-oriental, pode ter ocorrido a Alexandre durante sua estadia no Egito, quando, assim como Dario, passou a se denominar “senhor de toda a Ásia”.²⁸ Além disso, a conquista do Egito já ultrapassava os objetivos estabelecidos no programa da *Koinon* de Corinto. Para nós, tanto a morte de Dario quanto a de Besso tornam mais nítida a concepção de *império* de Alexandre, pois, como narrado por Diodoro, o monarca teria apresentado uma mudança radical de comportamento, quando assumiu parte da indumentária real dos Aquemênida e se autoproclamou sucessor desta dinastia:

Parecendo a Alexandre que ele já tinha realizado o objetivo de sua empresa, e que a posse do império não lhe seria mais disputada, ele começou a imitar o luxo persa e a se exibir da mesma forma extravagante dos reis asiáticos. Primeiro, ele instalou oficiais de origem asiática em sua corte, ordenando os mais ilustres para atuar como seus guardas; entre estes estava o irmão de Dario [...]. Então ele passou a usar o diadema persa, a túnica listrada de branco, o cinturão e tudo mais do vestuário persa, exceto as calças e a capa de manga comprida. Ele distribuiu para seus companheiros, mantos bordados de púrpura e cobriu os cavalos com adornos persas. Além de tudo isso, assim como Dario, acrescentou concubinas em seu séquito, em número não inferior ao dos dias do ano. Eram de uma notável beleza, já que tinham sido selecionadas entre todas as mulheres da Ásia. Durante a noite, circulavam em torno do quarto do rei para que ele pudesse escolher aquela com quem ele iria passar a noite. Alexandre, por uma questão de senso, empregava esses costumes com parcimônia e buscava manter sempre que possível sua rotina habitual anterior, buscando assim não ofender os macedônios (Diodorus Siculus, XVII, 77, 4-7).

A adoção de parte da indumentária aquemênida foi feita também pelos *basileis* helenísticos,²⁹ sobretudo o uso do diadema. Aliás, os diádocos foram responsáveis por uma profusão de imagens póstumas de Alexandre, nas quais este portava o diadema. Esse tipo de representação do argéada pode ser encontrada, principalmente, nas moedas cunhadas em homenagem a Alexandre, que, portanto, corroboram o relato citado de Diodoro.

²⁸ Ao assumir esse título, provavelmente Alexandre buscava sua associação muito mais com o grande Ciro, fundador do império persa, do que com Dario. Um dos indícios para essa suposição encontra-se no fato de Alexandre ter visitado a tumba de Ciro e tê-la reparado, pois ela havia sido saqueada (Arrian, *Anabasis*, V, 29).

²⁹ Devemos lembrar que Alexandre também se apropriou da titulação faraônica em sua visita ao Egito, decorrente de sua peregrinação ao oráculo de Amon em 331 a.C., que ficava em Siva no deserto da Líbia (Arrian, *Anab.*, III, 3-4). Este episódio foi um elemento importante no processo de mitificação da imagem de Alexandre e, mais tarde, influenciou a imagem dos diádocos (OGDEN, 2011, p. 79).

Figura 2 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 14,5g., 297-281 a.C.



Fonte: http://www.britishmuseum.org/research/collection_online (1971,1208.2)

Na Figura 2, temos um exemplar de tetradracma de prata produzido no período do governo de Lísimaco, e cunhado em Parion, na região da Mísia, no noroeste da Ásia Menor. No anverso da moeda, vemos a representação da cabeça de Alexandre com o chifre de Zeus Amon e portando o diadema. Por meio dessa representação numismática, fica claro não apenas como Alexandre realmente se apropriou de componentes da figura régia dos Aquemênida, mas também de elementos ligados à cultura régia egípcia. Seus diádocos seguiram o mesmo caminho, não obstante as controvérsias que tal prática possa ter suscitado entre a elite macedônia e, posteriormente, nas cortes helenísticas. No reverso da moeda indicada, há a representação da deusa Atená, sentada com uma máscara e um monograma, acompanhada da seguinte inscrição: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΛΥΣΙΜΑΧΟΥ. Esse tipo de inscrição reproduzia os parâmetros das moedas cunhadas por Alexandre, no território de seu Império, nos últimos anos de governo.

Traçar com precisão os objetivos de Alexandre após sua chegada ao Oriente é uma tarefa extremante complexa, mas podemos afirmar que ele não obedecia às diretrizes iniciais da campanha asiática. Alexandre rompeu com o fazer político anterior e, como vimos,

associou a si símbolos e atributos pertencentes aos Aquemênida. Essa guinada na *práxis* política e no modo de se portar de Alexandre suscitou uma série de conflitos entre o rei e seu exército. Realmente, ao assumir a titulação aquemênida, ligada a uma realeza de caráter despótico, o monarca rompia com a natureza da monarquia macedônia que, como veremos de forma mais aprofundada no segundo capítulo, se mantinha ligada à força do exército e, principalmente, ao “conselho” formado pelos *hetairoi* do rei, apesar da força das *personae* de Filipe e Alexandre.

As fontes antigas, mesmo que contraditórias, abordam os embates entre o rei e seu exército em diversos momentos. Um desses embates ficou conhecido por meio da atuação de Filotas, que era filho de Parmênio, um dos generais de Alexandre e, de acordo com Plutarco (*Vitae Parallelae Alexander*, XLVIII, XLIX), defensor da tradição macedônia e uma figura forte entre os demais generais. Filotas teria sido acusado de conspiração e condenado à morte, assim como seu pai. Através da obra de Arriano, temos acesso, de forma mais detalhada, a essas arengas. Em várias passagens da *Anábase de Alexandre*, Arriano reporta discursos atribuídos a Alexandre que se voltam para o apaziguamento dos ânimos entre o rei e os macedônios. Dentre as ocasiões de descontentamento, a principal, para Arriano,³⁰ teria ocorrido em Ópis, no Tigre, quando os veteranos se rebelaram ao receberem a informação de que seriam desmobilizados:

Quando ele chegou a Ópis, mandou chamar os macedônios, e anunciou a sua intenção de licenciar do exército aqueles que não estavam mais aptos para o serviço militar, seja pela idade ou por ter sido mutilado, acrescentando que ele iria enviá-los de volta para casa. Ele também se comprometeu a entregar aos que regressariam muitos presentes que fariam inveja aos seus compatriotas [...] Certamente, Alexandre disse isso com o objetivo de agradar os macedônios. Mas ao contrário, ficaram escandalizados com o discurso, não sem razão, pois se julgavam agora desprezados por seu rei e considerados por este como inúteis para servir como soldados. De fato, ao longo de toda esta expedição, eles já haviam se chateado com muitas outras coisas, principalmente com a adoção da vestimenta persa, o que demonstrava desprezo do monarca pela opinião de seus homens [...] como também o

³⁰ Para Diodoro (XVII, 104-118), a sedição reprimida por Alexandre não teria ocorrido em Ópis, mas sim em Susa devido às famosas *Bodas de Susa*, em que o rei argêada fez com que seus companheiros, assim como ele, se casassem com iranianas.

fez ao incluir soldados estrangeiros [...] entre as tropas macedônias e a admissão de chefes estrangeiros nas fileiras dos Companheiros. Portanto, eles não podiam mais permanecer em silêncio [...] Alexandre, que na época era mais propenso à raiva do que antes [...], saltou do seu palanque com seus oficiais em torno dele, e ordenou a detenção dos homens que visivelmente tentaram agitar a multidão [...] e ordenou que fossem levados para a execução [...] (Arr., *Anab.*, VII, 8. 2-3)

Em seguida, Arriano passa a narrar o discurso de Alexandre, por meio do qual o monarca consegue convencer os veteranos a retornarem para casa, utilizando inclusive a imagem de seu pai a fim de mostrar como Filipe transformou os macedônios em homens capazes de se tornarem senhores sobre os bárbaros (Arr., *Anab.*, VII, 9. 2-9). Crátero ficaria a cargo de comandar o regresso desses veteranos à Macedônia, onde substituiria Antípatro, que seria o encarregado de conduzir ao *basileus* as novas tropas, a serem empregadas em campanhas futuras. Além dessas querelas em torno da prática política de Alexandre, devemos considerar alguns pontos mais detidamente.

As obras da Antiguidade que tratam da vida de Alexandre são todas bem posteriores ao contexto do monarca. Mesmo que os autores antigos tenham recorrido a relatos contemporâneos a Alexandre, podemos afirmar que suas obras falam muito sobre o contexto político e moral dos próprios autores, como no caso de Quinto Cúrcio que, ao tecer críticas a Alexandre, na realidade as utiliza como um alerta aos governantes de seu próprio tempo. Devemos lembrar ainda que, em oposição a essas cenas de desacordo entre o monarca e seu exército, há a imagem de um Alexandre heroicizado, principalmente nos relatos referentes à sua expedição à Índia:

[...] dispersando os inimigos de suas muralhas com flechas, ele [Alexandre] foi o primeiro a subir no muro utilizando uma escada. Mas esta se rompeu em pedaços e ele foi exposto ao ataque de flechas dos bárbaros que estavam ao longo da muralha. Mesmo praticamente sozinho, ele levantou-se do chão e atirou-se para o meio do inimigo [...] (Plut., *Vit. Alex.*, LXIII, 3).

Desta forma, devemos ponderar entre as distintas visões em torno de Alexandre. Mesmo que o soberano tenha sido, por vezes, interpretado como mal governante por seus generais, a questão é que ele levou seus planos adiante, e seu exército o seguiu até os confins do Oriente.

Alexandre, por mais que tenha rompido com a tradição da realeza macedônia, não ousava ultrapassar certos limites, mesmo exercendo, assim como seu pai, uma monarquia fundada no poder pessoal. Alexandre, por exemplo, nunca adotou por completo a indumentária persa e sempre manteve a tradição de ouvir seu conselho. O monarca, na realidade, não orientalizou o seu poder, pois foi somente para os asiáticos que ele se tornou o sucessor dos Aquemênida. Como afirma Price (1997, p. 171-176), ao tratar da cunhagem de moedas feita pelo argéada, enquanto Alexandre foi saudado com títulos aquemênidas em sua entrada na Babilônia, tendo adotado o título de *Basileus da Ásia*, foi apenas no final da vida que o vocábulo *basileus* foi incluído em sua cunhagem, fato que se deu ao mesmo tempo em diversas oficinas monetárias do Império, incluindo aquelas situadas no território da Macedônia, onde verificamos uma volumosa cunhagem que pode ser conectada ao retorno dos veteranos por volta de 324 a.C.

De acordo ainda com Price (1997), não resta dúvida que a mudança na inscrição das moedas foi uma decisão política consciente. Alexandre foi capaz de alterar radicalmente a cunhagem macedônia para uma cunhagem de caráter pan-helênico que logo substituiu os dáricos (moedas de prata persa) e os tetradracmas atenienses por todas as regiões do Império. Além da praticidade política do novo tipo de cunhagem, que proporcionava uma padronização por meio da representação imagética contida nas novas moedas de Alexandre, podemos perceber também o início de uma nova estrutura de poder. De acordo com diferentes autores, como Mossé (2004), Bosworth (2002) e Ogden (2011), uma das principais habilidades políticas de Alexandre foi reunir, em torno de si, diversas imagens diferentes – *basileus* dos macedônios, *hegemón* dos gregos, sucessor dos Aquemênida e filho de Zeus. Essas imagens o rei poderia manipular de forma conjunta ou separada, dependendo do contexto, e acabaram por influenciar a nova *práxis* política do macedônio. Quando Alexandre instituiu uma nova cunhagem, sua titulação revela a rompimento político exercido pelo monarca, pois este deixa de ser somente o *basileus Makedônion* ou o *basileus* sem qualificativo, como o rei persa: ele

era agora o *basileus Alexandros*. Apenas o nome já qualificava sua autoridade real (MOSSÉ, 2004, p. 143).

Longe de recuperarmos a imagem de um Alexandre em conflito com seus pares ou de buscarmos um herói idealizado, nosso propósito é mostrar que, apesar dos contratempos aos quais se encontrava submetido, Alexandre herdou e levou adiante o projeto político estabelecido por Filipe, na Liga de Corinto. Para além disso, o soberano imprimiu sua própria marca na constituição de sua *oikoumene*. Filho mais velho de Filipe, herdou não apenas o talento político do pai como também o militar. Foi principalmente devido à perícia bélica que Alexandre pôde sustentar um projeto próprio, e extremamente ambicioso, como o de conquistar territórios tão longínquos sobre os quais nem mesmo os Aquemênida chegaram a exercer influência de fato. Nenhuma das imagens em torno do argéada foi tão importante para a manutenção de seu poder, e de seus propósitos, como a do general vitorioso. Idealizadas pelos antigos ou não, as vitórias de Alexandre constituíram o cerne do seu poder. Acreditamos que o próprio soberano considerava as campanhas incessantes uma estratégia de reforço da própria autoridade.

Antes de Alexandre, havia um mundo dividido entre gregos e macedônios, de um lado, e persas, de outro. O monarca, durante seu curto governo, produziu uma ruptura nesta configuração geopolítica. Quando Alexandre morre, em 323 a.C., existe uma *oikoumene*, um Império Universal, teoricamente sob o domínio de um único *basileus*. As questões que subsistem giram em torno dos limites deste Império, pois até que ponto podemos separar a representação da realidade? E como podemos interpretar a nova forma política que viria a seguir, que teve a contribuição de Alexandre, mas não foi concretizada por suas ações: a *basileia helenística*? Defendemos que esta seria construída/consolidada mediante as ações dos diádocos de Alexandre, sobretudo de Antígono, auxiliado por seu filho Demétrio, que inaugurariam uma nova etapa da geopolítica no Mediterrâneo Oriental.

Os diádocos: entre a 'oikoumene' e a 'basiliké oikía'

Logo após a morte de Alexandre, houve uma reunião, na Babilônia, do conselho de *hetairoi* do monarca recém-falecido para tomar as devidas providências visando a garantir a governabilidade do Império. Esses homens, generais ligados a Alexandre, são tradicionalmente chamados de *diádocos* (διάδοχοι) que, em grego, significa “aquele que sucede alguém”, “sucessor”. Comumente, temos uma lista de dezenove diádocos. Contudo, os protagonistas no processo político deflagrado após a morte de Alexandre foram somente oito: Antípatro, regente da Macedônia; Crátero e Seleuco, chefes de infantaria; Eumenes, secretário de Alexandre; Lisímaco e Ptolomeu, *somatofilacos*;³¹ Pérdicas e Antígono, chefes de cavalaria.

Devido à inexistência, naquele momento, de herdeiros argéadas, que pudessem assumir plenamente as tarefas de governo, os generais compartilharam, mediante acordos, as funções de regente do Império até que um membro da dinastia real pudesse assumir o poder. Nesse caso, o mais provável seria a ascensão do filho póstumo de Alexandre com a princesa Roxana (OGDEN, 2002). O acordo realizado na Babilônia decidia que Filipe Arrideu, irmão de Alexandre, e o futuro filho de Alexandre e Roxana, governariam juntos, a fim de evitar uma disputa sucessória. Porém, Arrideu possuía limitações que o impediam de governar, o que levou a uma repartição da autoridade régia entre Antípatro,³² que ficaria como regente no Ocidente, e Pérdicas, o quiliarca, como regente da Ásia. Além disso, foi feita uma nova repartição dos governos provinciais (WILL; MOSSÉ; GOUKOWSKY, 1998, p. 311-312).

³¹ Que possuíam a função de proteger o monarca.

³² Como sabemos, Antípatro, durante o governo de Alexandre, já possuía a função de regente no Ocidente, na ausência do monarca. Contudo, havia sido condenado em segredo pelo rei, que enviou Crátero de volta à Macedônia com os veteranos para substituí-lo e enviá-lo de volta ao rei com novas tropas.

Antes de se chegar a este acordo, ocorreram pontos de tensão entre os generais de Alexandre, explicitados pela formação de três coalizões. A primeira facção era encabeçada por Pérdicas, e incluía Átalo, Seleuco e Eumenes da Córdia; a segunda era organizada em torno de Ptolomeu e Leonato. Essa facção defendia a ideia de o conselho governar o Império ou de se constituir uma dupla regência com sede no Oriente e na Macedônia.³³ Já a terceira facção era encabeçada por Meleagro, oficial dos *pezetairoi* (companheiros a pé, infantess), que se opunha à partilha do poder, sendo favorável a que Arrideu assumisse como *basileus* (Photius, *Bibliotheca*, 92, 1-8; Diod. Sic., XVIII, 2. 1-5). Billows (1990) discute a importância do exército neste momento de disputa entre as facções.

Embora sob ameaça de guerra civil por uns dias,³⁴ o exército macedônio colaborou para o consenso entre as três facções, que se viram forçadas a um compromisso. Por meio desse compromisso, estabeleceu-se que Arrideu reinaria como Filipe III e o filho de Alexandre seria corregente e sucessor do Império quando atingisse idade suficiente, tornando-se Alexandre IV (BILLOWS, 1990, p. 54). Assim como ocorreu com Alexandre, o sucesso ou o fracasso dos diádocos dependia em grande medida da consulta ao exército em decisões políticas cruciais, e eles não se esqueceriam disso. Outro elemento importante era a ênfase dos generais na lealdade para com a dinastia argéada. No final, o grande vencedor da conferência realizada na Babilônia foi Pérdicas, nomeado quiliarca dos reis,³⁵ o que lhe dava autoridade sobre todo o Império (Phot., *Bibl.*, 92, 1).

³³ Talvez Lisímaco tenha se associado a esta facção, pois há informações de que, em 320 a.C., se aliou a Ptolomeu e a Antípatro contra Pérdicas.

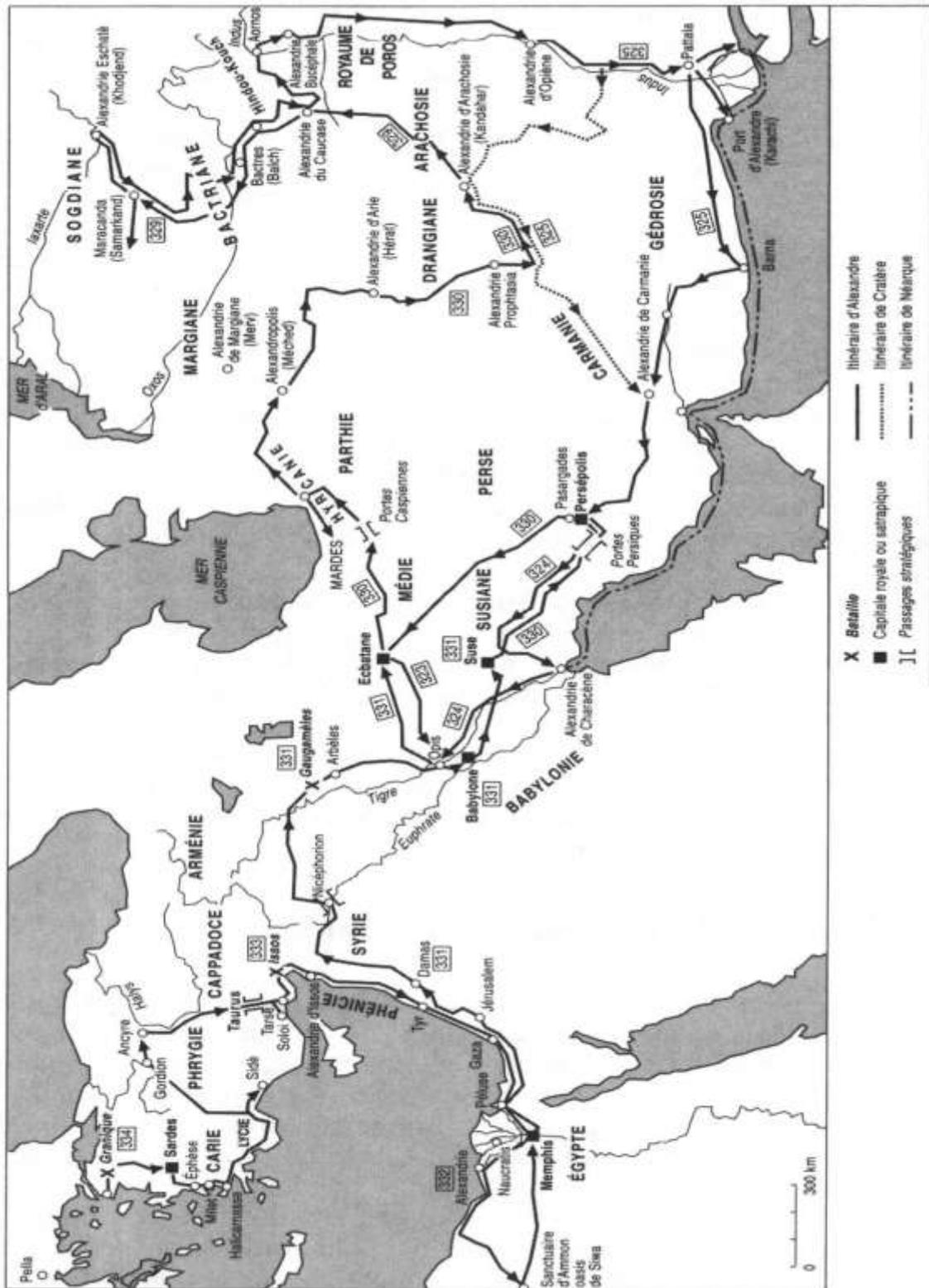
³⁴ Por dias houve contenda entre as fileiras da cavalaria e da infantaria após a morte de Alexandre, e, a princípio, os diádocos não podiam contar de forma certa com o apoio dos soldados descontentes – que não participaram das deliberações – sem antes convencê-los do melhor caminho a ser tomado por meio de argumentos eloquentes (Justinus, *Epitome*, XIII, 2-4). O episódio mostra como a conquista do apoio do exército foi um elemento fundamental desde a constituição da *basileia* helenística.

³⁵ Literalmente, quiliarca significa o “o oficial que manda sobre mil”. De origem militar e administrativa do Império persa, essa função foi incorporada durante o governo de Alexandre. O homem que a ocupava era uma espécie de vizir, sendo o segundo homem no comando do Império. Heféstion foi o primeiro a ocupar a função de quiliarca macedônio, após sua morte, Pérdicas assume a função.

Por meio dessa autoridade, Pérdicas se valeu da distribuição de satrapias para aumentar o seu poder (Diod. Sic., XVIII, 3, 1-5). Nesse processo, Eumenes, praticamente o único simpatizante de Pérdicas, recebeu uma satrapia importante, que abarcava parte da Capadócia e da Paflagónia, conquistada graças a Leonato e Antígono, conforme nos informa Plutarco (*Vitae Parallelae Eumenes*, III, 2): “[...] e repartindo-se as satrapias e comando, coube a Eumenes a Capadócia e a Paflagónia [...] que não pertenciam aos macedônios [...] portanto, era necessário que Leonato e Antígono acompanhassem Eumenes com forças armadas para fazerem reconhecer a ele como sátrapa desta região”.³⁶ A Antígono, coube o comando da Panfília, Lícia e da Grande Frígia (Quintus Curtius, X, 10).

³⁶ Veremos mais adiante como essa situação criada por Pérdicas colocou Eumenes e Antígono em posição antagônica.

Figura 3 – Mapa do Oriente, destacando rotas e pontos estratégicos durante a campanha de Alexandre.



Fonte: Brun (2010, p. 87)

Quanto a Antípatro e Crátero, estes tinham posições fortes, comandando exércitos independentes de macedônios com um prestígio, no mínimo, igual ao de Pérdicas. A confirmação da posição de Antípatro e o reconhecimento de Crátero ocorrem com a criação, por ele mesmo, de um vago título de *prostátes*.³⁷ As decisões de Pérdicas, teoricamente, eram tomadas em nome dos reis, sendo, portanto, legítimas. Contudo, essa primazia era superficialmente aceita e, pouco depois, a posição de Pérdicas trouxe problemas para a unidade do Império, irrompendo conflitos entre os diádocos.

Grande parte da bibliografia que trata do período após a morte de Alexandre, seja aquela alinhada a uma história tradicional ou a de caráter mais recente, identifica nesses conflitos que ocorreram entre os diádocos um sintoma da incapacidade de gerenciamento do Império legado pelo argéada por parte dos diádocos. Rostovtzeff (1936), por exemplo, afirma que a morte de Alexandre gerou uma grande confusão na bacia do Mediterrâneo, principalmente na Babilônia, onde estava aquartelado o exército. Ele destaca também os distúrbios na Península Balcânica, como a Guerra Lamíaca.³⁸ Nesse momento, alguns dos diádocos buscavam manter a unidade do Império, ao passo que outros buscavam conservar suas satrapias, embora nenhum deles talvez enxergasse que suas ações poderiam levar ao fim do Império (ROSTOVTZEFF, 1936, p. 5). Em estudos mais recentes, como o de Braund (2003) e o de Bosworth (2002), os autores, mesmo não considerando os diádocos líderes inábeis, ainda parecem perseguir a ideia de incapacidade inexorável de manutenção da *oikoumene* após a morte de seu fundador.

³⁷ A posição de Crátero, neste momento, ainda permanece realmente vaga para nós.

³⁸ A Guerra Lamíaca (323-322 a.C.), ou a Guerra Grega, foi um conflito que se iniciou após a notícia da morte de Alexandre. Atenas e *pólis* aliadas se rebelaram contra Antípatro e suas forças militares. Em um primeiro momento Atenas e seus aliados conseguiram combater Antípatro, e este acabou por se refugiar na Lamia, onde ficou cercado por meses. Depois de ser socorrido por Leonato, Antípatro regressa para a Macedônia, onde consegue reunir novas tropas enviadas por Crátero e vence Atenas e seus aliados em uma batalha travada em Cranon, na Tessália. Esse conflito representou o último grande esforço ateniense pela manutenção de sua liberdade, porém as consequências para a *pólis* foram duras. Atenas sofreu com a inserção de um governo oligárquico e teve de pagar uma alta indenização (WORTHINGTON, 1994). Além disso, perdeu vários líderes importantes. Um destes líderes foi Demóstenes. Antípatro exigiu que o orador lhe fosse entregue, mas ele fugiu para a ilha de Caláuria e ali se refugiou no templo de Poseidon. Soldados da Trácia cercaram o edifício, então Demóstenes envenenou-se, defendendo até o fim de sua vida o ideal de autonomia da *pólis*.

O período após a morte de Alexandre foi, muitas vezes, tratado como o conflito pelo conflito. Como revela a própria expressão *guerras dos diádocos*, que encerra em si mesma um estereótipo, o período teria sido marcado apenas pela crise sucessória e pela dissolução do Império Universal. Não queremos negar nem minimizar aqui a existência destes conflitos, pois a guerra já era um antigo instrumento sucessório da própria realeza macedônia. O que buscamos destacar é que esses conflitos em torno da sucessão eram algo que há muito fazia parte da *práxis* política macedônia. A questão é que houve uma série de fatores que fez com que, após 323 a.C., os conflitos tivessem maior alcance, tais como: a ausência de um herdeiro vinculado à casa argéada capaz de assumir o poder; a ingente extensão do território a ser governado; e a existência de mecanismos pertinentes à natureza da *basileia* macedônia.

Sobre a extensão do Império, a referida incapacidade dos diádocos ou de um diádoco de mantê-lo coeso é algo complicado de se afirmar. O fato é que esse Império, conquistado com a força da lança por Alexandre e seu exército, nunca representou uma unidade consolidada. Muitos são os qualificativos que poderíamos usar para definir este Império: uma construção *frágil* (MOSSÉ, 2004); mais uma *fórmula* do que um fato (ROSTOVTZEFF, 1936); um império *artificial* e *instável* (WATERFIELD, 2011). Alexandre, em sua jornada, não teve tempo hábil para estabilizar seu Império. Do ponto de vista do general vitorioso, podemos falar mais de uma conquista territorial do que da formação de um império administrado por um poder central, mesmo que a fundação de cidades, no Oriente, tivesse como função o deslocamento da esfera de poder para os conquistadores e o reforço da administração destes sobre o território oriental.

Se Alexandre manteria ou não o Império coeso por meio de uma administração eficiente, nunca saberemos. Mas essa imagem do Império Universal é tão forte que mesmo o historiador inclinado a negar a unidade administrativa dos domínios de Alexandre pode ser às vezes surpreendido defendendo a ideia de integridade da *oikoumene* como um horizonte a ser

seguido pelos diádocos. As palavras de Braund (2003, p. 19) evidenciam, em parte, o problema:

Alexandre, o Grande, tornou-se uma figura tão grande que ele tende facilmente a ofuscar tudo e todos ao seu redor. Sua impressionante campanha pela Ásia Menor, do Irã ao Afeganistão e depois para o subcontinente indiano, levou forçosamente a cultura helênica além das imaginações mais ousadas dos antes imperialistas gregos. No clímax do seu sucesso, na Babilônia em 323 a.C., ele morreu, romanticamente jovem, garantindo o poder de sua lenda, tingida e reforçada com fragilidades humanas, para os séculos vindouros. No entanto, assim como o espetacular pai de Alexandre, Filipe II, sofreu em sua grande sombra [...], o rescaldo da aventura imperialista pode parecer à primeira vista ter sido muito mais um anticlímax.

Os generais de Alexandre, em nossa opinião, também sofreram com esse ofuscamento, pois se igualar ao argéada era uma façanha impossível, principalmente por causa da imagem idealizada contruída em torno de Alexandre. Além disso, fontes antigas reforçam a visão pejorativa sobre os diádocos. Justino (XIII, 2, 1-5) afirma que em virtude de os generais serem pares, todos podiam concorrer ao poder e, portanto, a igualdade entre eles foi a grande responsável pela discórdia que desembocou na disputa armada. Desta forma, nas palavras de Justino, parece que todos os diádocos eram capazes de disputar o poder, como o fizeram, acarretando assim a ruína do Império. Com certeza, essa visão é exagerada, pois atribui aos diádocos a culpa pelo desmembramento dos territórios conquistados por Alexandre.

Não negamos que, de início, a ideia que ocorria a todos era a de manter o Império, mas não devemos negar que o que viria adiante escapava à previsão de todos. Qualquer processo histórico não é algo pronto, pois ações, visões de mundo e outros fatores interferem o tempo todo no curso dos acontecimentos. Seria extremamente difícil definir os rumos de um Império que o próprio criador não havia consolidado. Para os antigos, Alexandre tinha deixado seu mundo sem nenhuma diretriz específica, e sua morte não era esperada. O mundo que deixou para trás tinha sido mudado em termos estruturais, mas que tipo de *nova ordem internacional* viria a seguir? Em 323 a.C., ninguém sabia. Nos relatos de autores posteriores à formação da

basileia helenística, Alexandre teria previsto a guerra no seu último suspiro (Diod. Sic., XVIII, 1-4; Arr., *Anab.*, VII, 26, 3; Curt., X, 5-5).

A guerra era um instrumento inerente à sociedade macedônia, mas que também caracterizava todo o mundo grego. Magnoli (2006), ao refletir sobre o preâmbulo da Carta de Fundação da ONU, formulada em junho de 1945, expõe como a guerra passou a ser vista desde então como um flagelo, uma monstruosidade que deve ser abolida de todas as formas possíveis. O irônico, em nossa época, é que a guerra deve ser eliminada mesmo que para isso se trave uma guerra. Vivenciamos o paradoxo de viver e experimentar os mais diferentes tipos de guerra, mas, ao mesmo tempo, negá-la. O tema bélico chegou inclusive a ser estigmatizado por boa parte da historiografia do século XX, assim como outros temas rejeitados, a exemplo da História Política. A partir da década de 1980, no entanto, a História Militar retornou com uma nova roupagem. Soares e Vainfas (2012, p. 126) afirmam que acontecimentos e processos históricos contemporâneos, como o 11 de Setembro de 2001, contribuíram para essa renovação da História Militar e para a introdução de novas problemáticas na pauta dos investigadores, como *guerra sem fronteiras* e *terrorismo de Estado*. Essa renovação colaborou para a mudança de perspectiva sobre as sociedades antigas, inclusive para um novo olhar sobre as últimas décadas do século IV a.C.

Heráclito de Éfeso (*Fragments*, 53) resume bem a visão de um homem do século V a.C., afirmando que a guerra, *pólemos*, teria engendrado o mundo e reinaria sobre esse mundo – a guerra constituiria a própria lei do universo. A guerra, no Mundo Antigo, pode ter mudado de estrutura entre o período arcaico, o clássico e helenístico, principalmente devido ao emprego cada vez maior de mercenários nas fileiras do exército hoplítico, mas não perdera sua importância dentro da dinâmica da sociedade antiga.³⁹ A epopeia de Alexandre, em virtude do papel preponderante que nela desempenhou o exército macedônio, deixaria em

³⁹ Sobre a estruturação e evolução da guerra na Hélade e na Macedônia, é interessante o trabalho de Adcock (1957), intitulado *The Greek and Macedonian: Art of War*.

segundo plano, por algum tempo, a realidade desta evolução, e a guerra, no mundo helênico, deixaria de ser um problema das cidades para se tornar um problema dos futuros *basileis* (CHAMOUX, 1983, p.141).

Dessa forma, guerras intestinas na bacia do Mediterrâneo não foram atributo exclusivo do período dos diádocos. Foi, principalmente, por meio desse instrumento que Alexandre pôde alterar a *práxis* política então vigente. Foi por meio da guerra e da vitória militar que o monarca rompeu com o projeto estabelecido por seu pai. Foi ela que lhe possibilitou reunir em sua pessoa diferentes imagens, que não raramente antagonizavam uma com a outra. Discordamos de Billows (1990, p. 15) quando este afirma que Alexandre foi mais um destruidor do que um criador, mas concordamos com o autor quando ele afirma que, mediante a conquista do Império dos Aquemênida, Alexandre desequilibrou a antiga balança que havia entre o Oriente e o mundo helênico e macedônio. Não qualificamos o argéada como um destruidor, mas o consideramos responsável pela projeção do germe de algo novo. Alexandre lançou as bases para algo que acabou por ficar a cargo dos seus generais.

A tão evocada *herança de Alexandre* ultrapassa o território deixado pelo monarca. Suas diferentes imagens e títulos, suas representações nas moedas, sua forma de organizar o espaço geográfico das cidades, a participação ao seu lado no campo de batalha, até o seu corpo, todos esses elementos foram utilizados, interpretados, reapropriados pelos diádocos, para no fim se criar uma instituição política inteiramente nova – a *basileia helenística*. Para a emergência dessa nova instituição, ninguém se destacaria mais do que Antígono Monoftalmo. Valendo-se da herança de Alexandre, o experiente general macedônio empregou métodos próprios, tendo sido o primeiro dos diádocos a deixar de ser somente um general, um líder militar, para se tornar *basileus*. Ao seu lado, teve a colaboração de outra *persona* que não integrava o quadro dos generais de Alexandre: o filho Demétrio, cognominado, durante o processo de constituição da realeza helenística, *Poliorcetes* (assedeador, dominador de cidades).

Antígono e Demétrio, os novos protagonistas

Como dissemos, nenhuma personagem teve mais projeção política nas duas últimas décadas do século IV a.C. do que Antígono. Contudo, sua figura ficou por muito tempo na penumbra, em particular no que se refere aos rumos da *oikoumene*. Somente em 1973 aparece o primeiro grande esforço de compreensão do período helenístico a partir das ações do diádoco. Mediante uma biografia histórica que constituiu sua tese de doutorado, Pierre Briant buscou recuperar a trajetória de Antígono entre 334 e 321 a.C. Para Lévêque (1976, p. 604), o autor se dedicou a esse tema devido a duas constatações: as fontes antigas, ainda que insuficientes, não tinham sido examinadas com a atenção necessária; e a carreira de Antígono, no final do século IV a.C., era baseada em dados extraídos destas fontes que, por vezes, foram interpretados de forma superficial. Briant, ao se deter no início da carreira de Antígono, buscava investigar os motivos da sua proeminência a partir de 321 a.C., pois até então sua figura era obscura.

Apesar de ser rico em vários sentidos, o trabalho de Briant não deixa de apresentar limites.⁴⁰ Para nós se torna algo complexo compreender a importância política de Antígono com base no recorte estabelecido por Briant. De forma diversa do historiador francês, buscamos entender a constituição da *basileia* helenística de 321 a.C. em diante, quando Antígono desponta no cenário político, momento em que o autor encerra sua análise. Enquanto Briant investiga os motivos pelos quais o macedônio ascende no cenário político, nós tivemos como objetivo analisar o seu papel para a construção/consolidação de uma nova forma de governo.

⁴⁰ Müller (1973), também fez uma análise sobre Antígono, contudo no período entre 306 a 304 a.C., período um pouco mais iluminado, em um trabalho com ambições menores. Podemos também destacar as observações de Ramsay (1920) que, embora em seu artigo também tenha reconhecido a satrapia do velho general como de suma importância estratégica, o foco do arqueólogo foi mais sobre as operações militares de uma forma geral.

De fato, como afirma Briant (1973), existem muitas incertezas quanto ao papel de Antígono antes de 323 a.C. O pouco que sabemos sobre sua origem é que nasceu na Macedônia por volta de 382 a.C., provavelmente numa região próxima a Pela, capital do reino macedônio. O nome de seu pai era Filipe, mas desconhecemos o nome de sua mãe. Antígono teve dois irmãos: Demétrio e Polemaio. Alguns autores antigos, como Plutarco (*Vitae Parallelae Demetrius*, II, III) apontam ora para uma origem humilde, ora para uma ligação com a casa real macedônia, mas nenhuma destas suposições foi comprovada. Briant (1973, p. 24-25) foi o primeiro autor a afirmar que Antígono talvez fosse originário de uma família macedônia proeminente. Billows (1990, p. 17) concorda com essa opinião em virtude de três fatores: origem dos pais, origem da esposa e sua carreira administrativa e militar.

Não sabemos nada de específico sobre a juventude de Antígono. Provavelmente, o macedônio cresceu dentro da categoria dos *hetairoi* (companheiros). Como a maioria da elite macedônia, teria recebido uma educação helênica, pois diversas fontes o apontam como leitor de Eurípedes e Homero e conhecedor de retórica e filosofia. Se analisarmos o contexto histórico da juventude de Antígono, percebemos que foi marcado por instabilidades na Macedônia. O rei Arquelaus foi assassinado em 399 a.C., portanto os anos seguintes foram repletos de intervenções e revoltas. Quando, em 393 a.C., Amintas, pai de Filipe II, assumiu o poder, teve de enfrentar diversas incursões dos ilírios. Ao morrer, por volta de 370 a.C., Amintas deixou três filhos: Alexandre, Pérdicas e Filipe. O mais velho assumiu o poder, tornando-se Alexandre II. Contudo, foi assassinado por volta de 368 a.C., durante um festival. Pérdicas, depois de vencer a oposição, passou a governar em 365 a.C., mas acabou morrendo em 359 a.C., numa desastrosa batalha na qual perdeu mais de 4 mil homens.⁴¹ Como Pérdicas havia deixado apenas um filho menor, Filipe o sucedeu no trono (ELLIS, 1977; ERRINGTON, 1991; HAMMOND, 2001). Filipe promoveu uma série de reformas durante o

⁴¹ Billows (1990, p. 24) supõe que o pai de Antígono possa ter morrido nesta batalha, pois sua morte teria ocorrido provavelmente por volta de 360 a.C.

seu governo (359-336 a.C.). Temos indícios para supor que Antígono ocupou algum cargo na administração do soberano. Em uma passagem, Justino (XVI, 1, 12) reproduz uma declaração de Demétrio, na qual este afirma que o pai seguiu Filipe e Alexandre em todas as guerras nas quais estes se envolveram. No momento em que Alexandre parte rumo à conquista da Ásia, o general é um dos seus comandantes mais fiéis, fato que seria justificado por sua associação prévia com Filipe. Após a morte do pai, a mãe de Antígono se casa com o nobre Periandro, da região de Pela, o que talvez tenha favorecido a aproximação de Antígono com a casa real macedônia. Sobre o epíteto a ele associado, Monoftalmo, o que sabemos é que o macedônio perdeu um dos olhos numa das campanhas promovidas por Filipe. Sobre sua vida amorosa, sabemos que Antígono se casou com Estratonice, viúva de seu irmão Demétrio. Com ela, teve dois filhos: Demétrio,⁴² que nasceu por volta de 337 a.C., e Filipe.

Um dos fatores que contribuíram para o anonimato de Antígono durante o governo de Filipe II, conforme assinala Briant (1973, p. 7-8), foi o fato de as fontes não terem sobrevivido, pois os relatos posteriores trazem pouquíssimas informações sobre a personagem, dando muito mais destaque à atuação de Parmênio e Antípatro no processo de modernização da Macedônia deflagrado por Filipe. O primeiro, por ter sido o principal chefe militar e o segundo, por ter sido o homem de confiança de Filipe na administração e nos assuntos diplomáticos, embora Antígono estivesse diretamente envolvido com as reformas. Diodoro (XVIII, 42, 1-5), inclusive, destaca a amizade antiga existente entre Antígono, Antípatro e Eumenes.⁴³ Billows (1990, p. 35) valoriza o papel de Antígono junto Filipe na construção de uma Macedônia poderosa, um aprendizado que mais tarde seria útil ao diádoco na construção de um novo Estado após a morte de Alexandre. Do ponto de vista

⁴² Apesar de alguns relatos antigos se referirem a Demétrio como filho do irmão de Antígono, pela questão temporal essa hipótese não seria válida.

⁴³ Um dos pontos frágeis da tese de Briant (1973, p. 229-234), é que, na falta de mais informações sobre o passado de Antígono, o autor afirma que o seu surgimento como protagonista em Triparadiso não poderia ser explicado pela sua carreira anterior. Antígono surgiria como elemento fundamental somente por Antípatro o ter escolhido, e essa escolha teria se dado simplesmente pelos laços de amizade e idade que existiam entre os dois. Antípatro teria dado uma oportunidade ao amigo, que resolveu aproveitar.

administrativo, Antígono estaria assim mais próximo à figura de Filipe II do que à de Alexandre. Durante o governo deste último a atuação de Antígono também é difícil de ser recuperada devido à escassez de fontes.

Infelizmente, dispomos de uma única menção a Antígono, feita por Arriano, sob o governo de Alexandre, quando o general foi feito sátrapa da Frígia, em 333 a.C.:

A partir daí, Alexandre foi para a Frígia [...] No quinto dia de sua partida, o *basileus* foi para a cidade de Celenas onde havia uma fortaleza construída sobre uma rocha íngreme [...] Essa cidadela tinha sido guarnecida pelo sátrapa persa da Frígia com um efetivo de mil cários e cem mercenários gregos. Esses homens enviaram embaixadores até Alexandre, prometendo ceder o lugar sem nenhuma resistência [...] Em Celenas, permaneceu por 10 dias, período no qual ele formou uma guarnição de mil e quinhentos soldados, nomeando como sátrapa da Frígia Antígono, filho de Filipe, colocando no lugar deste Balacro, filho de Amintas, como líder das tropas gregas aliadas [...] (Arr., *Anab.*, I, XXIX, 3).

Apesar dessa única menção de Arriano, sabemos que, no momento da travessia de Alexandre para a Ásia, Antígono era responsável pelo comando dos contingentes gregos aliados, cerca de 7 mil homens, que compunham uma infantaria. Todavia, devido à sua nova posição como sátrapa da estratégica região da Frígia, Antígono foi sucedido no comando das tropas gregas por Balacro. Essa nova posição de Antígono foi confirmada após a conferência ocorrida na Babilônia, em 323 a.C. A passagem de Arriano é muito importante, pois o autor não negligencia a existência de Antígono, como, por exemplo, faz Diodoro (XVII, 17, 3-4):

Lá, podíamos encontrar, compondo a infantaria, doze mil mercenários, os quais estavam sob o comando de Parmênio. Odríacos, tríbalos e ilírios o acompanhavam em um número de sete mil. E, como arqueiros, tínhamos os chamados agrianos, em um número de mil, perfazendo, assim, um total de trinta e dois mil soldados a pé. Compondo a cavalaria, havia mil e oitocentos macedônios, comandados por Filotas, filho de Parmênio. Havia também mil e oitocentos tessálios, comandados por Callas, filho de Hárpalo, e mais seiscentos homens do resto da Grécia sob o comando de Erigyus. Sob o comando de Cassandro, havia novecentos escudeiros trácios e peônios, perfazendo assim um total de quatro mil e quinhentos homens na cavalaria. Estes foram os homens que cruzaram a Ásia junto com Alexandre. Na Europa, foram deixados sob as ordens de Antípatro doze mil soldados a pé e quinhentos a cavalo.⁴⁴

⁴⁴ Diodoro é a única fonte que temos que detalha as tropas de Alexandre, com números e nomes dos comandantes. Outras fontes, como Justino, Plutarco e Arriano, simplesmente fazem uma divisão entre o número total da infantaria e da cavalaria e, em alguns casos, os valores são considerados de forma aproximada.

As lacunas nas fontes no que diz respeito à pessoa de Antígono, principalmente quando tratamos da Batalha de Granico (334 a.C.), podem ser explicadas por alguns fatores. De acordo com Badian (1977), os equívocos de Diodoro e as inadequações de Arriano se devem ao fato de os autores se concentrarem na *persona* de Alexandre, excluindo assim o que acontecia ao redor da batalha. Arriano, que menciona o nome de Antígono apenas uma vez, se apoiou em relatos de Ptolomeu sobre o confronto. Diante disso, podemos inferir que as menções a Antígono, que no futuro se tornaria o principal opositor de Ptolomeu, decerto não seriam muitas, nem mesmo enaltecidas, produzindo-se assim um esmaecimento, provavelmente intencional, do papel de Antígono como assessor de Alexandre na conquista da *oikoumene*. A caracterização de Antígono como uma personagem ambiciosa e cruel talvez tenha influenciado Diodoro, pois este nem mesmo cita o nome de um dos principais diádocos de Alexandre no primeiro grande confronto contra os persas. Quanto ao relato de Plutarco sobre a Batalha de Granico, o autor parece ter se baseado em Arriano, fazendo um breve resumo com base na obra deste último.

Ainda contamos com uma inscrição recolhida pelo epigrafista Hiller von Gaertringen, único vestígio que temos sobre uma missão de Antígono à cidade de Priene, em 334/333 a.C., por determinação de Alexandre.

A Antígono, filho de Filipe, o macedônio, por ter sido um benfeitor e ter se mostrado zeloso no que se refere aos interesses da cidade de Priene, dar-se-á [...] cidadania e o privilégio de posse de terra e de casa; isenção de todos os tributos em todos os aspectos que dizem respeito à sua família, com exceção da terra, e liberdade para importar e exportar em tempo de guerra e tempo de paz sem violação e sem tratado formal [...]. Esses privilégios serão tanto seus como de seus descendentes (SIG, 278).⁴⁵

Nesta inscrição, inserida numa estela de mármore, atestamos uma homenagem prestada pela cidade de Priene, localizada na Ásia Menor, a Antígono, que registra uma decisão tomada em assembleia.

⁴⁵ Quando usamos a sigla *SIG*, estamos nos referindo às inscrições contidas no *Sylloge Inscriptionum Graecarum*.

Sobre o papel de Antígono durante o reino de Alexandre, Briant (1973, p. 24) também nos informa que o general acompanhou monarca numa campanha de inverno à Lídia, Panfília, Pisídia e Frígia. Mas, devido ao silêncio das fontes, Bosworth (1980) discorda de Briant. Seja como for, tal fato realmente carece de comprovação. Billows (1990, p. 39) afirma que, nesse período, Antígono pode ter acompanhado Parmênio a Sárdis, ou ainda ter retornado à Macedônia com os noivos das Bodas de Susa para passar o inverno e rever sua esposa e filhos, reencontrando Alexandre na Frígia, no começo da primavera, momento em que foi nomeado sátrapa.

Devemos lembrar que Antígono também fez parte do conselho de guerra de Alexandre durante a campanha de 334/333 a.C., na Ásia Menor. Existe uma tendência das fontes em criar a impressão de que Alexandre tomava todas as decisões sozinho, contudo, como mencionamos, segundo a tradição macedônia, o exército, representado principalmente pelo conselho dos *hetairoi*, exercia uma influência considerável sobre as resoluções do monarca. As mesmas fontes que visam a transmitir a imagem de um monarca que comanda tudo pela sua própria vontade contêm passagens mostrando como Alexandre consultava o seu conselho antes das decisões importantes:

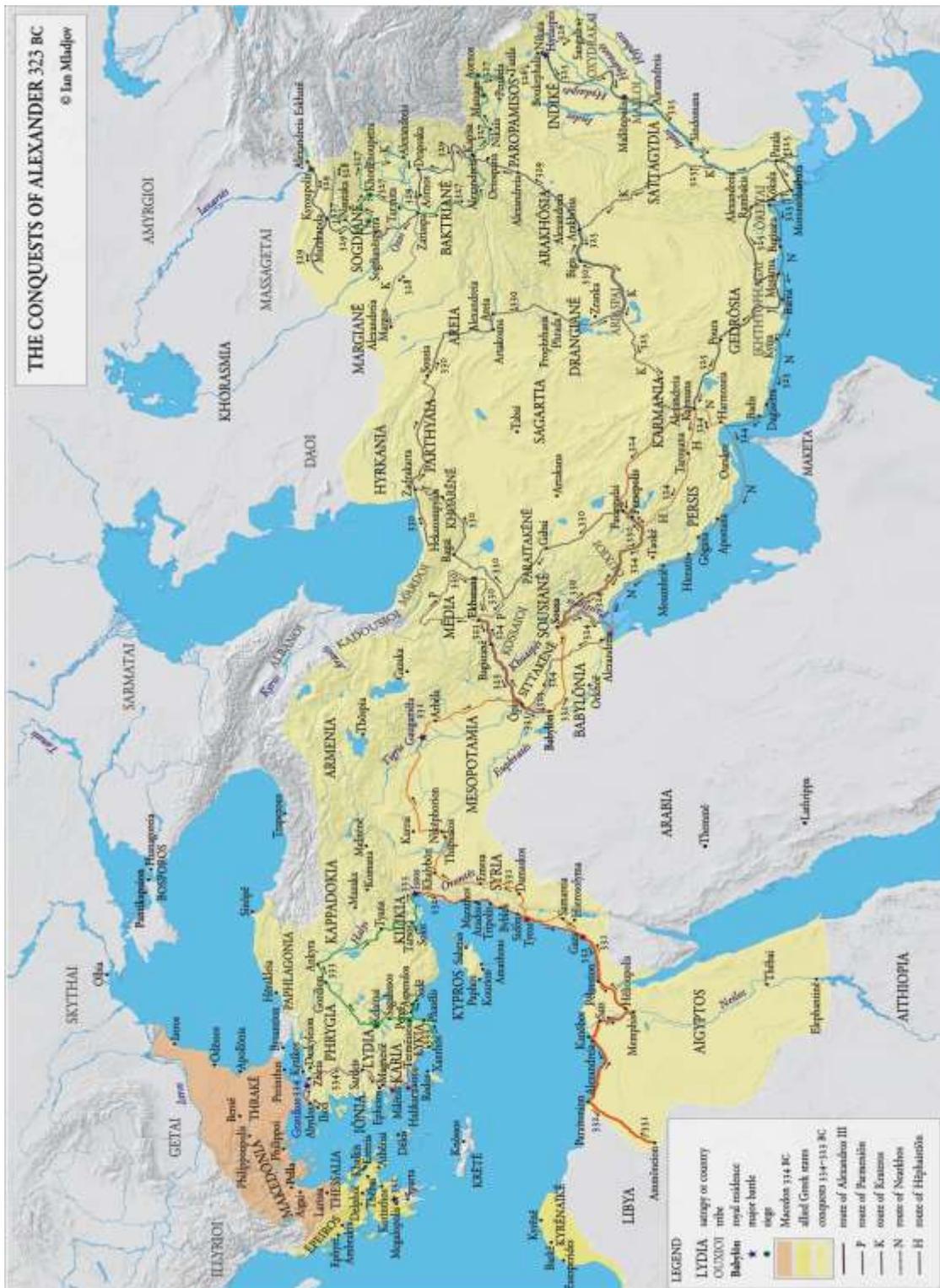
Mesmo os exércitos estando apenas a sete milhas um do outro, eles não podiam se ver, porque entre as duas forças hostis existiam colinas. Quando o exército de Alexandre percebeu que estavam apenas a quatro milhas de distância do inimigo, e que já desciam as colinas, a falange ficou parada observando os adversários. Alexandre convocou um conselho formado pelos Companheiros, pelos generais, oficiais de cavalaria e líderes dos aliados e mercenários gregos, e, com eles, deliberou se a falange deveria ou não ir para a batalha de imediato [...] (Arr., *Anab.*, III, IX, 3).

Antígono, no papel de líder das forças gregas aliadas, deveria ser uma presença constante no conselho régio. Contudo, sua nomeação como sátrapa significou uma grande mudança em sua relação com Alexandre, diminuindo sua contribuição para o direcionamento da campanha do Oriente, deixando-o sem contato direto com o rei, algo importante numa monarquia de caráter personalista como era a Macedônia (BRIANT, 1973, p. 48; ROISMAN,

2012, p. 37). Acreditamos que esse afastamento do contato direto com Alexandre tenha sido mais um fator que contribuiu para a ausência de referências a Antígono nas fontes que tratam das campanhas na Ásia.

Em termos práticos, devemos considerar que o Oriente era um vasto território que, em grande parte, foi apenas nominalmente conquistado pelas forças macedônias. Enquanto isso, a Frígia, governada por Antígono, era uma satrapia que ficava no coração da Ásia Menor ocidental. Todas as grandes rotas do território oriental passavam por esta satrapia, razão pela qual, para governá-la, seria necessário um homem que fosse capaz de manter as estradas desimpedidas. Desta forma, a posição de Antígono, mesmo distante do campo principal de batalha, era de grande importância. Além do mais, o general estava instalado às margens do Mediterrâneo Oriental, conservando uma posição estratégica de proximidade com a Macedônia.

Figura 4 – Mapa do Império Macedônio em 323 a.C.



Fonte: <https://ianmladjovsresources.com>

Nossa única informação sobre uma contra-ofensiva persa na Ásia Menor, em 332 a.C., provém de Quinto Cúrcio (IV, I, 34-35):

Os generais de Dario que haviam sobrevivido a Batalha de Ipso, com todas as tropas que lhes havia restado após sua fuga [...], tentaram recuperar a Lídia. A frente desta,⁴⁶ encontrava-se Antígono, governador nomeado por Alexandre. Mesmo havendo enviado ao rei a maior parte dos soldados pertencentes a sua guarnição,⁴⁷ ainda assim, com um desprezo total para com os bárbaros, colocou suas tropas em combate [...] Em três combates, travados em lugares distintos, os persas foram abatidos.

Antígono teria liderado forças bem inferiores às dos persas durante esses conflitos. Por isso, o combate em três frentes foi uma opção estratégica do general, que assim justificava a confiança que lhe fora dada pelo rei. Enquanto Alexandre avançava em suas conquistas por Tiro e seguia em direção ao Egito, Antígono, na Ásia Menor, e outros firmavam posição: “Mas não era somente o rei quem atacava as cidades que não aceitavam se submeter ao seu domínio, também seus magistrados, notórios generais, haviam promovido uma invasão geral: Callas havia tomado a Panflagônia, Antígono a Licônia, Balacro [...] retomou Mileto [...]” (Curt., IV, 5, 13). O domínio sobre a Licônia, região da Ásia Menor que ficava entre a Panfília, a Capadócia, a Pisídia e a Frígia, era de extrema importância para Alexandre devido às rotas de comunicação. Antígono teria conseguido abrir uma rota meridional através da qual seria possível alcançar rapidamente a Ásia Menor. Permitindo o controle total do mar pela frota macedônia, essa rota veio a ser a mais utilizada na comunicação de Alexandre com a Macedônia e demais satrapias da Ásia Menor (BOSWORTH, 2002, p. 150; BRIANT, 1973, p. 54-56). Os sucessos de Antígono foram talvez realçados pelos fracassos de parte dos

⁴⁶ Quinto Cúrcio refere-se a Antígono como sátrapa da Lídia, diferente de Arriano, segundo o qual o general é responsável pelo governo da Grande Frígia. Tarn (1948), em seus estudos, chegou à conclusão de que o nome *Lídia* realmente foi um erro e que o correto seria Frígia, como apontou Arriano. Contudo, Briant (1973), acha que as duas menções são corretas, sendo que Cúrcio poderia se referir também ao antigo Império Lídio, que abarcaria toda a região a oeste do rio Halys. Na teoria de Briant, Antígono ganhou temporariamente o comando supremo sobre todo o oeste da Ásia Menor devido sua ascendência macedônia e sua posição na Ásia Menor.

⁴⁷ Billows (1990) e Briant (1973), mencionam uma batalha travada por Antígono em Kelainai, na Frígia, no início de 333 a.C., na qual foi vitorioso. Após esse conflito, Antígono teria enviado tropas de mercenários a Alexandre para o confronto em Ipso.

sátrapas de Alexandre. Callas fracassou na Frígia Helespontina, ao tentar impor sua autoridade na Panflagônia e na Bitínia, enquanto Balacro morreu nas montanhas do leste da Pisídia.

Billows (1990, p. 46) nos informa que, por conta desses sucessos, talvez em 330 a.C. Antígono tenha tomado sob seus cuidados a Lícia e a Panfília, em adição à Frígia. Tal fato não pode ser diretamente comprovado, mas como o sucessor de Nearco, um dos oficiais de Alexandre, que seguiu para o leste, não é mencionado, e Antígono foi confirmado no comando da Frígia, da Lícia e da Panfília na conferência da Babilônia, logo após a morte de Alexandre, essa tese é amiúde aceita. É provável que, no mesmo período, Antígono tenha obtido o domínio sobre o oeste da Pisídia. Controlando essas possessões, Antígono ofuscava qualquer outro sátrapa macedônio na Ásia Menor. Sobre a administração de sua satrapia, quase não temos informação. Ao que tudo indica, Alexandre não fez qualquer reforma na administração aquemênida. O argéada manteve o sistema vigente, pois não houve tempo para a implantação de um novo sistema, tendo ocorrido apenas algumas alterações financeiras a fim de tornar mais eficiente a arrecadação de fundos (BADIAN, 1965; MOSSÉ, 2004).

Sobre as satrapias, que podiam ser encaradas como distritos ou províncias do Império Persa, Heródoto nos dá as seguintes informações referentes ao governo de Dario I (522-486 a.C.):

[...] [Dario] dividiu o império em vinte estados, que os Persas denominam satrapias, estabelecendo em cada um deles um governador. Regulamentou o tributo que cada província deveria pagar-lhe, e, para esse fim, incluía em cada província os povos limítrofes. Às vezes, porém, passava por cima dos vizinhos, incluindo, num mesmo departamento, povos afastados um do outro. Eis como distribuiu ele as satrapias e como regulamentou os tributos, que lhe deveriam ser pagos todos os anos. Ordenou que os que deviam pagar sua contribuição em prata, a pagassem ao peso do talento babilônio, e os que tivessem de pagá-la em ouro, o fizessem ao peso do talento da Eubéia [...] (Herodotus, III, 89, 1-2).

Apesar de algumas incongruências que possam existir na obra de Heródoto,⁴⁸ a questão central das satrapias estava ligada ao pagamento de tributos aos Aquemênida, como consta na passagem acima. Tanto que os sátrapas possuíam uma grande autonomia. De acordo com Asheri (2006, p. 104-105), por tradição e por questões práticas, os soberanos aquemênidas, na maioria das vezes, deixavam o governo local nas mãos de regentes tradicionais, desde que estes colaborassem. Mas essa autonomia da satrapia e de seu governante era relativa. De acordo com Bright (1980, p. 439), os sátrapas eram fiscalizados por militares sob o comando direto do Grande Rei, fazendo parte de um complexo aparato burocrático que incluía um contingente de fiscais responsáveis por reportar ao soberano tudo o que ocorria nas esferas inferiores da administração.

Antígono dirigiu sua satrapia de acordo com o sistema persa e, assim como os sátrapas do período aquemênida, provavelmente usufruiu de grande autonomia administrativa, o que lhe rendeu uma grande experiência e com certeza lhe foi útil mais tarde, na gestão do seu próprio governo. Antígono passou um bom tempo em Kelainai, na Frigía, e talvez tenha levado sua esposa e filhos para junto de si em tempos de paz. No livro XVIII (23, 4) da sua *Biblioteca Histórica*, que trata dos diádocos, Diodoro menciona que Demétrio estava em Kelainai, em 321 a.C.

Devido à trajetória de Antígono, acreditamos que, ao contrário do que afirma Briant (1973), Antígono possuía, à época da morte de Alexandre, uma posição muito consolidada, concorrendo apenas com Antípatro. Como reporta Plutarco (*Vit. Demetr.*, III), logo após a morte de Alexandre, Antígono sai da penumbra para se tornar “[...] o maior e mais idoso dos sucessores de Alexandre”.

Como mencionamos, após a morte de Alexandre houve uma conferência, na Babilônia, onde ficou decidido que Antípatro e Pérdicas seriam os dois representantes dos reis argéadas,

⁴⁸ Essas incoerências decorrem principalmente quando comparamos o levantamento de satrapias feito por Heródoto e as listas persas. Mas apesar deste problema, Asheri (2006, p. 104) afirma que as listas persas e a listagem de Heródoto nos oferecem a melhor visão global sobre as satrapias do império aquemênida.

o primeiro na Europa, Grécia e Macedônia, e o segundo como quiliarca, detendo autoridade sobre a Ásia. Acrescentamos que Antígono acabou sendo, de certo modo, prejudicado em favor de Eumenes devido à redivisão feita por Pérdicas do território da *oikoumene*. A grande questão referente à Conferência da Babilônia é que Antígono não se encontrava presente. Alguns autores, como Briant (1973, p. 127-132), refletem sobre essa ausência, interpretando-a como evidência da falta de prestígio de Antígono, ocasionada pelo distanciamento de dez anos do rei. Eles acrescentam que a entrega da Capadócia a Eumenes significou o rebaixamento do *status* de Antígono, que não representava uma ameaça a Pérdicas. A incoerência na argumentação de Briant se deve ao fato de ele mesmo afirmar que Antígono permaneceu como o único sátrapa da Ásia independentemente do quiliarca. Uma explicação mais plausível que podemos evocar para a ausência de Antígono na Babilônia pode ser a distância. Ao contrário dos demais diádocos presentes, que estavam ao lado de Alexandre na Babilônia, e Antípatro, que já estava a caminho com novas tropas, Antígono encontrava-se geograficamente distante. Devemos recordar que a notícia da morte do monarca deve ter levado dias para chegar à Cilícia, à Macedônia e à Frígia.

Após a Conferência da Babilônia, Antípatro e Crátero vão aos poucos afirmando sua força na Europa e sufocando a rebelião das *póleis*, ao passo que os casamentos vão se tornando instrumentos de aliança entre os generais. Crátero se casou com Fila, filha de Antípatro, e Pérdicas propôs casamento à outra filha de Antípatro, Nikaia. Os autores antigos, que escreveram na época romana, enxergavam nesses eventos a possibilidade de formação de uma espécie de triunvirato entre Antípatro, Pérdicas e Crátero, que emergia como mais um concorrente na disputa pelo controle do Império Macedônio (Diod. Sic., XVIII, 18, 7; 23, 1-3; Phot., *Bibl.*, 92, 1, 21; Just., *Epit.*, XIII, 6). Em meio a tudo isso, a posição de Antígono revelava-se ambígua. Formalmente, ele não possuía motivos para se queixar, pois sua posição fora confirmada durante a Conferência da Babilônia, que reconheceu seu direito de governar

os territórios da Frígia, da Licônia, da Lícia, da Panfília e da Pisídia ocidental (WILL, 1998, p. 312).

Devido a uma situação de instabilidade, ocasionada pela própria maneira como Alexandre estruturou seu Império, ou melhor, pela ausência de uma organização mais eficaz, não tardariam a surgir conflitos entre os diádocos, em parte como consequência do desejo de comando, em parte em razão da falta de parâmetros sobre como manter coesa a *oikoumene*. Na realidade, a *oikoumene* de Alexandre era imprecisa, fragmentada, heterogênea. Conquistada pela lança, ela foi pintada por Alexandre, mas faltava-lhe a moldura. Sem um comando legítimo para o Império, prevalecia a suspeita mútua entre os diádocos. Além disso, havia a desconfiança de que o Império não duraria, o que cedo levou Ptolomeu a se apoderar do Egito, em 323 a.C. (ADAMS, 2006, p. 32).

A essa altura, havia distúrbios nos dois extremos do Império, na Bactriana e na Grécia. Ao mesmo tempo, os atos de Pérdicas, na Ásia, despertavam suspeitas e hostilidade. Briant (1973, p. 157-161) informa sobre problemas entre Pérdicas e a falange macedônia na Babilônia. Diante do enfraquecimento político do quiliarca, Antígono rumou para a Europa a fim de se aliar a Antípatro e Crátero, dando assim início ao que os autores costumam denominar *Guerras dos Diádocos*. De acordo com Adams (2010), teriam sido quatro guerras, marcadas por diferentes conflitos: a primeira entre 322-320 a.C.; a segunda entre 319 e 315 a.C.; a terceira entre 314 e 311 a.C.; e a última entre 308 e 301 a.C.

No primeiro confronto explícito entre os diádocos, temos a coalizão entre Antípatro, Crátero, Ptolomeu, Lisímaco e Antígono contra Pérdicas. Esta coalizão não pretendia a partilha do Império, mas pôr um freio nas ações do quiliarca. Pérdicas, ao invadir o Egito, foi vítima de uma revolta de seus próprios soldados. Will (1998, p. 315) afirma que o exército de Pérdicas ofereceu a Ptolomeu os seus serviços, o que foi recusado pelo general, que possuía ambições mais modestas e realistas em relação à *oikoumene*. Em nossa opinião, a recusa

talvez se deva a animosidade que poderia surgir de uma possível aceitação, por Ptolomeu, das atribuições de Pérdicas. Crátero, por sua vez, teria perecido na Ásia Menor, em um confronto com Eumenes, partidário de Pérdicas. Quanto a Antígono, nos fragmentos da *História dos Sucessores*, reunidos por Fócio e atribuídos a Arriano, o general aparece no comando da frota que dava apoio à expedição terrestre liderada por Antípatro e Crátero. Após a morte de Pérdicas, Antípatro logo inicia os preparativos para uma reforma do Império, convocando um novo encontro dos diádocos, que se reuniram em Triparadiso, no norte da Síria, em 321 a.C. (ERRINGTON, 1970).

Ele [Antípatro] então fez uma nova divisão da Ásia, em parte confirmando a divisão anterior e, em parte, fazendo alterações conforme as circunstâncias exigiam. O Egito, a Líbia e a grande extensão de territórios para além dela, e todo o território que tinha sido conquistado em direção ao oeste foram dados a Ptolomeu [...] a Babilônia para Seleuco [...] Mais a Frígia, Licônia, Panfília, e Lícia, ficavam com Antígono como antes [...] Ele [Antípatro] fez seu próprio filho, Cassandro, comandante da cavalaria, enquanto Antígono recebeu o comando das forças que tinham sido anteriormente submetidas a Pérdicas, juntamente com o cuidado e custódia dos dois reis e, a seu pedido, foi lhe dada a tarefa de terminar a guerra contra Eumenes. Antípatro, tendo assegurado a aprovação geral de tudo o que havia sido acordado, voltou para casa [...] (Arrian, *FGrH*,⁴⁹ 156 F 9, 34-38).⁵⁰

Como visto, a partir da Conferência de Triparadiso, Antígono obtém uma proeminência que o coloca numa posição confortável perante os demais diádocos, tendo sido nomeado estrategista das forças reais e estrategista da Ásia com a incumbência de eliminar Eumenes. As razões que levaram Antígono a galgar essa posição são controversas. Para nós, importa que, em função dos poderes reunidos nas mãos de Antígono nesse momento, suas ações passam a ser conjugadas a partir de sua visão política e militar, possibilitando ao general investir na formação da *basileia* helenística.

⁴⁹ A sigla *FGrH*, se refere aos *Fragmente der griechischen Historiker*, uma coleção de fragmentos de historiadores gregos reunidos pelo filólogo Felix Jacoby entre os anos de 1923 a 1958.

⁵⁰ Durante essa passagem, selecionamos somente os trechos que envolvem os generais de Alexandre que iriam protagonizar no processo político do período ao lado de Antígono. Mas, no fragmento atribuído a Arriano, o autor detalha todas as divisões feitas durante o acordo, e os nomes dos beneficiados. Entre estes, está inclusive iranianos, como o rei Poro.

Assim como a Conferência da Babilônia, a de Triparadiso não iria assegurar a perenidade do Império. Diante da morte de Antípatro, em 319 a.C., outra tempestade desabou sobre a pretensa bonança da *oikoumene*. Antípatro, ignorando seu filho, Cassandro, nomeou como seu sucessor Poliperconte, general macedônio que serviu tanto a Filipe quanto a Alexandre.⁵¹ Vemos assim a guerra civil se instalar na Macedônia e na Grécia entre Poliperconte e Cassandro. Antígono, Lisímaco e Ptolomeu apoiaram Cassandro, formando uma nova aliança, desta vez contra Poliperconte, que de início tentou obter o apoio das *póleis*,⁵² mas sem êxito (ADAMS, 2010; BAYNHAM, 2001). A morte de Antípatro desencadeou conflitos a leste e a oeste do Império, rompendo um equilíbrio desde sempre precário. Antígono e Ptolomeu, ao apoiar Cassandro, se apoderaram de regiões que ultrapassavam as fronteiras estabelecidas em Triparadiso. O primeiro, no Oriente, começou por conquistar satrapias asiáticas, enquanto que o segundo ocupou a Fenícia. Nesse contexto, assistimos à inauguração da crise que levou ao fim a antiga dinastia argéada.

Poliperconte, expulso da Macedônia por Cassandro, refugiou-se no Épiro com o pequeno Alexandre IV e a mãe deste, Roxana. Por sua parte, Arrideu se aliou a Cassandro, fazendo deste corregente da Macedônia. No Épiro, Poliperconte uniu-se à Olímpia, a mãe de Alexandre, que, aproveitando a ausência de Cassandro, determinou a execução de Arrideu e de sua esposa, Eurídice. A atitude de Olímpia foi vista com desagrado pela população. Entregue a Cassandro, Olímpia foi executada. Sem perspectivas de aliados na Europa, Poliperconte buscou uma aliança com Eumenes, que, em 317 a.C., conseguiu expulsar Ptolomeu do território da Síria (WILL, 1998, p. 316). Nesse mesmo ano, Antígono entrou em

⁵¹ Depois do regresso das tropas de Alexandre para a Babilônia, Poliperconte foi enviado para a Macedônia junto com Crátero. Enquanto Antípatro estava na Ásia, Poliperconte ficou na Macedônia em seu lugar como representante da casa real.

⁵² Provavelmente Poliperconte buscou apoio nas cidades gregas, pois elas, após a morte de Antípatro, passavam por guerras internas e locais, conflitos que Cassandro, com a ajuda de seus aliados, conseguiu controlar (FOX, 2011, p. 4-6).

confronto direto com Eumenes. Invadindo a Síria, ele forçou a fuga do rival para a Babilônia. No ano seguinte, Cassandro finalmente derrotou Poliperconte e Eumenes se aliou a Eudamos.

O confronto derradeiro entre Antígono e Eumenes ocorreu na Batalha de Paraitacene,⁵³ região que ficava a nordeste da Média. Conforme nos informa Sant'anna (2011, p. 82-84; 2012, p. 238-239), depois de diversos embates e com baixas significativas no exército de Eumenes, cujos familiares foram feitos cativos, os soldados decidiram entregar Eumenes a Antígono, na expectativa de integrar as tropas deste. Eumenes, por sua vez, foi executado. Antígono, após esse episódio, tornou-se enfim o mais poderoso dos diádocos. Apossando-se das satrapias orientais, ele expulsa Seleuco da Babilônia e se torna, em 315 a.C., governante de quase todo o território asiático deixado por Alexandre. Em detrimento dos demais diádocos, fincou pé também na Europa, aliando-se a Poliperconte, que controlava ainda parte do Peloponeso. Antígono o nomeia estrategista desse território.

Ao contrário de sua *práxis* política e militar na Ásia, Antígono empregou uma estratégia diferente a fim de se impor sobre a porção ocidental do Império. Estabeleceu regras que doravante regeriam as relações entre as *póleis* e os demais reinos helenísticos – o general trouxe para a cena política, mais uma vez, o antigo discurso sobre a liberdade grega.⁵⁴ Em 314 a.C., ao voltar do interior da Ásia para a Grécia insular e vendo-se confrontado pelos demais diádocos, Antígono, fez sua famosa proclamação de Tiro (Diod. Sic., XIX, 61, 1-5), na qual afirmou que as *póleis* deveriam ser livres, autônomas e isentas de guarnições. No mesmo momento, seu exército condenava Cassandro pela morte de Olímpia e o sequestro de

⁵³ A principal fonte sobre esse embate entre Antígono e Eumenes se encontra no livro XIX escrito por Diodoro. Também é possível encontrar informações em Plutarco na sua obra sobre o próprio Eumenes.

⁵⁴ O discurso em torno da liberdade das cidades gregas foi um tema bem recorrente desde o período da *pólis* clássica. Contudo, esse tema é reinserido de forma diferente neste momento político. O sentido de liberdade do período da *pólis* clássica provém principalmente da autonomia da cidade grega perante qualquer interferência externa. Já no período por nós analisado, essa liberdade estava muito mais ligada ao campo da representação da legitimidade política do *basileus* helenístico que estava se delineando. Ser um bom governante, em parte, significava não tratar os gregos como os súditos asiáticos. Essa temática é tão importante que dedicamos a ela uma seção completa em nosso terceiro capítulo.

Alexandre IV, por isso Antígono autoproclamou-se *epimeletes*, guardião do príncipe, como artifício retórico contra Cassandro.

Antígono designou mensageiros para diferentes regiões da Grécia, na esperança de que os gregos o aceitassem como aliado e enxergassem em Cassandro um inimigo. Dependendo do ponto de vista, pode-se supor que essa declaração representasse apenas uma manobra retórica, desprovida de força política. Mas é preciso lembrar aqui que, após Cassandro, o general mais afetado pela proclamação foi o próprio Antígono, uma vez que as suas possessões na Ásia Menor continham o maior número de *póleis* fora do território da Grécia. Defendendo uma política de autonomia da Grécia, Antígono expunha-se tanto quanto Cassandro. Além disso, vale a pena lembrar que Antígono continuou fiel à sua política de liberdade para a Grécia. Dessa forma, concluímos que o tema da liberdade das cidades gregas foi bastante utilizado, pois respondia a uma questão real: o lugar a ser ocupado pelas *póleis* dentro das monarquias em vias de formação (WILL, 1998; BILLOWS, 1990; BOSWORTH, 2002). A essa altura, Antígono já havia construído uma poderosa frota na Fenícia e formalizado uma aliança com Rodes, dominando assim o Mediterrâneo Oriental. Dentro desse cenário, no qual Antígono era, de forma incontestável, o protagonista, pois ditava os rumos do que aconteceria com grande parte do território deixado por Alexandre, os demais diádocos terminaram por se levantar contra ele.

Desse modo, o período entre 315 a 311 a.C. foi marcado por diversas vitórias de Antígono sobre seus companheiros, mas o general também sofreu derrotas, como para Ptolomeu, que invadiu a Síria e derrotou Demétrio, numa batalha travada em Gaza, em 312 a.C. Seleuco, por sua vez, assegurou o controle da Babilônia e dos territórios extremo-orientais do Império de Alexandre. Em 311 a.C., Antígono julgou oportuno celebrar um acordo com os rivais, que aceitaram a paz.⁵⁵ O acordo foi realizado em troca de concessões de

⁵⁵ Segundo Rostovtzeff (1967), Lisímaco, Cassandro e Ptolomeu traíram Seleuco, único que não foi incluído no acordo de paz. Para o autor, provavelmente os diádocos ainda não estavam prontos para um confronto derradeiro

ambas as partes. Ptolomeu manteria o Egito, Lisímaco a Trácia, enquanto Cassandro seguiria como *estratego* dos territórios europeus e *epimeletes* (guardião) de Alexandre IV até a maioria deste (WILL, 1984, p, 50). A paz foi uma grande vitória para Antígono, mesmo que diplomática, pois manteve sua autoridade sobre a Ásia, com exceção dos territórios de Seleuco. Por meio de cartas a diferentes cidades, Antígono tratou da paz estabelecida e proclamou solenemente a autonomia e liberdade das cidades gregas,⁵⁶ como podemos constatar em uma epístola destinada à cidade de Escépsis,⁵⁷ na Ásia Menor, datada de 311 a.C.

[...] Nós nos ocupamos e [zelamos pela] liberdade [dos gregos], fazendo [por essa razão] não pequenas concessões [...] Depois que os tratos com Cassandro e Lisímaco foram concluídos [...] Ptolomeu enviou embaixadores até nós, pedindo que uma trégua fosse feita com ele também e que ele fosse incluído no mesmo acordo. Vimos que não era insignificante desistir de parte de uma ambição para a qual tínhamos tido uma não pequena dificuldade e incorrido em muito gasto [...] No entanto, porque pensávamos que, depois de um acordo ter sido alcançado com ele [Ptolomeu], a questão referente à Poliperconte poderia ser resolvida com mais rapidez, já que ninguém mais se aliaria a este [...] e, ainda mais, porque nós vimos que vocês e nossos aliados estavam sobrecarregados com a campanha e as despesas, consideramos ser o melhor ceder e fazer a trégua com ele [Ptolomeu] também [...] Saibam então que a trégua foi estabelecida e que a paz foi feita. Escrevemos no tratado que todos os gregos devem jurar se ajudar mutuamente a preservar sua liberdade e autonomia [...] (OGIS,⁵⁸ 5, 1-36; WELLES, RC,⁵⁹ n. 1).⁶⁰

Essa carta, que foi inscrita em uma estela de mármore por ordem de Antígono, foi encontrada no século XIX por aldeões que buscavam material de construção no sítio de Escépsis. Somente em 1899 foi feita a sua leitura. Por meio desta inscrição, podemos ver que,

contra Antígono. Na nossa visão, o confronto derradeiro não era algo visualizado na época pelos generais e, se ele chegou a ocorrer, as questões foram outras.

⁵⁶ Diodoro também tratou sobre o acordo estabelecido entre os diádocos: “[...] Cassandro, Ptolomeu e Lisímaco chegaram a um acordo com Antígono e fizeram um tratado. Assim, foi decidido que Cassandro seria general da Europa até que Alexandre, o filho de Roxana, tivesse idade; que Lisímaco governaria a Trácia, enquanto Ptolomeu governaria o Egito e as cidades adjacentes a ele na Líbia e na Arábia; que Antígono teria o primeiro lugar em toda a Ásia; e que os gregos seriam autônomos” (Diod. Sic., XIX, 105, 1).

⁵⁷ Escépsis ficava na região de Trôade, no noroeste da Anatólia – atual Turquia.

⁵⁸ A sigla OGIS se refere à abreviação de *Orientalis Graeci Inscriptiones Selectae*, que porta um conjunto de inscrições compiladas por Wilhelm Dittenberg.

⁵⁹ A sigla RC, consiste na abreviação do título da obra de Welles (1934), *Royal Correspondence in the Hellenistic period*.

⁶⁰ No final da carta, Antígono afirma ser importante discutir melhor sobre as vantagens desse tratado para a cidade de Escépsis e diz que enviou um emissário para falar mais sobre o assunto. Esse emissário teria levado consigo cópias do tratado de paz estabelecido entre os diádocos e do juramento dos mesmos (OGIS, 5, 68-72).

além de invocar a liberdade e autonomia da cidade de Escépsis, Antígono menciona que algumas concessões poderiam ser feitas à cidade. Além disso, no trecho citado acima, o general relata que quando Ptolomeu o procurou para um acordo, ele aceitou, embora o acordo não fosse vantajoso para ele, pois o conflito gerou muitas despesas para as forças antigônidas. Antígono, a nosso ver, buscou demonstrar, por meio de artifícios retóricos, que ele somente aceitou o trato para o bem da maioria, procurando desta forma reforçar sua imagem como protetor das cidades gregas, ao mesmo tempo que se colocava como o mais forte dos diádocos, mesmo sendo a paz, naquele momento, almejada por todos os lados envolvidos.

Para Cloché (1948), entre 323 e 301 a.C. Antígono vai redefinindo suas pretensões sobre a *oikoumene*. O acordo de 311 a.C. seria um exemplo dessa redefinição, pois ao aceitar aliados com governos independentes, abria mão de áreas que, na verdade, não lhe interessavam. Podemos concluir que, ao contrário do que as fontes antigas declaram, Antígono de fato nunca buscou um domínio total sobre a *oikoumene* de Alexandre. Ele possuía ambições, mas sua política se alinhava mais com a proposta da Liga de Corinto, idealizada por Filipe. Antígono aspirava, na realidade, ao domínio sobre o Mediterrâneo Oriental, incluindo a Macedônia.

Vemos, na última década do século IV a.C., um aceleração na direção da *basileia* helenística. Os direitos de Alexandre IV, reafirmados em 311 a.C., não passavam de uma ficção, pois, quando Cassandro o assassinou, por volta de 310 a.C., não houve protestos.⁶¹ Por outro lado, a morte do príncipe teve um significado simbólico extremamente importante. O Império de Alexandre, que já era em si artificial, perderia em definitivo sua dinastia legítima. Por sua vez, os diádocos teriam de encontrar um novo tipo de legitimação para o seu poder. Na verdade, o principal elemento desta legitimação já estava em processo desde a morte de

⁶¹ Alexandre III também deixou um filho considerado bastardo, com a oriental Barsina. Héracles, nascido em 327 a.C., foi assassinado em 309 a.C., por meio de uma conspiração entre Cassandro e Poliperconte (Diod. Sic., XX, 20-28). Esse episódio representou o fim de qualquer possibilidade, mesmo que remota, de um descendente de Alexandre assumir o trono.

Alexandre – a associação com este no campo de batalha. Mas antes mesmo da morte de Alexandre IV, a paz de 311 a.C. sofreria abalos.

O confronto entre os diádocos se acentuou no âmbito da talassocracia. Enquanto Ptolomeu buscava dominar o Mediterrâneo Oriental, Antígono, para estabelecer seu domínio sobre os territórios europeus, precisava dominar o Egeu. Entre ambos os domínios, porém, havia uma zona de intercessão. Os últimos anos do século IV a.C. foram confusos, pois a Grécia serviu como palco de intensas manobras. Um dos episódios mais importantes desse período ocorreu em 306 a.C.: a derrota de Ptolomeu, em Chipre, para Demétrio, filho de Antígono. Após essa vitória cipriota, Antígono foi declarado *basileus* por seu exército e Demétrio, seu corregente. A *basileia* helenística assumia efetivamente sua feição. O papel de Demétrio ao longo desse processo foi fundamental para as pretensões de seu pai. O *basileus* buscava surgir como um lutador, um combatente. Dessa forma, a associação com Demétrio foi de extrema importância para a afirmação da *areté* de Antígono que, em 321 a.C., já contava com mais de sessenta anos de idade.

Como vimos, a partir do acordo firmado em Triparadiso, foi possível a Antígono deter o domínio sobre o oeste da Ásia e sobre a Grécia, passando a controlar, portanto, o Mediterrâneo Oriental. Governando uma extensão territorial como essa e com os exércitos rivais às portas, uma figura como Demétrio, reputado por sua maestria militar, era providencial. No entanto, mesmo em idade avançada, Antígono possuía qualidades como comandante. Contudo, a força, a jovialidade e o talento de Demétrio, associados à perícia militar, fizeram dele um apoio importante para a afirmação de Antígono. Demétrio era responsável pelo comando da base de operações do governo do pai. Podemos dizer, recorrendo à terminologia de Burke (1994), que a imagem do Demétrio vitorioso foi um dos componentes da *fabricação* da imagem régia manipulada por Antígono. Como afirma Burke (1994, p. 25), fabricação se liga à ideia de construção de uma imagem real, algo que

aconteceria de forma gradual, dentro de um intervalo de tempo. Para compreendermos como a imagem de Antígono foi fabricada, é necessário descobrir quem falava e o que falava sobre o monarca.

Como dissemos, as fontes escritas trazem, em grande parte, uma visão pejorativa a respeito de Antígono. Mas, por vezes, os mesmos autores que falam de um Antígono ambicioso e arrogante, o colocam no papel de um pai afetuoso e bom administrador, o que esclarece algumas das incongruências referentes ao governante. Algumas dessas menções positivas à *persona* de Antígono podem ser encontradas na obra de Plutarco dedicada a Demétrio. Este, por seus feitos e, digamos, jovialidade, atraiu a atenção do autor grego. Por meio de um retrato de Demétrio, embora romanceado,⁶² podemos perceber a construção de uma proximidade entre pai e filho e, ao mesmo tempo, constatar o destaque dado pelo autor à juventude e à habilidade bélica de Demétrio, elementos constitutivos de sua imagem.

[...] Demétrio era mais baixo que seu pai, mas era de uma figura e beleza tão extraordinárias e admiráveis, que nem escultor e nem pintor poderiam imitar a semelhança: reunia ao mesmo tempo o festivo e o grave, o feroz e o belo, e com a juventude e a ousadia se via mesclada uma brandura inimitável e uma régia majestade heroica [...] (Plut., *Vit. Demetr.*, II, 3).

Plutarco não esconde sua admiração por Demétrio. Sendo o mais jovem dos *basileis* e impetuoso, o filho de Antígono conseguiu ter a seriedade necessária, principalmente no campo de batalha, para auxiliar seu pai, no que contou com o apoio da fortuna. Testemunhos de natureza epigráfica e numismática podem revelar mais sobre essa relação entre pai e filho dentro do processo de fabricação da imagem do *basileus*.

Por meio da compilação realizada por Welles (1934) e das inscrições selecionadas e editadas por Dittenberger (1903) no *Orientis Graeci*, temos acesso a parte da correspondência real referente ao governo de Antígono. Em um dos trechos de uma epístola inscrita pela

⁶² Sobre o estilo e intenções de Plutarco ao escrever as suas *Vidas* é interessante o trabalho Maria Aparecida de Oliveira Silva (2014) intitulado *Plutarco e Roma*.

cidade de Escépsis,⁶³ em 311 a.C., podemos observar o costume de se dedicar estátuas, cultos e sacrifícios aos governantes considerados benfeitores de uma cidade.

[...] A fim de que Antígono possa ser honrado de uma maneira digna pelo o que foi feito e de que o *demos* possa ver e dar graças pelas coisas boas que já recebeu, [fica resolvido][...] fazer para ele [Antígono] um altar e o configurar com uma imagem tão bem quanto possível; e haverá um sacrifício e um festival a cada ano em sua honra, assim como foi anteriormente realizado; e coroá-lo com uma coroa de 100 [estáteres] de ouro [...] (OGIS, 6, 3-6).

Uma coroa de 50 estáteres também foi ofertada a Demétrio. Em Plutarco (*Vit. Demetr.*, X, 2-3) e Pausânias (VI, 15, 7; IX) também há menções a estátuas e cultos dedicados a Demétrio e seu pai. A assistência militar de Antígono às cidades gregas, no final do século IV a.C., foi um importante instrumento político. Em contrapartida, essas cidades empreendiam cultos em nome do general vitorioso, ao mesmo tempo que se submetiam ao seu protetorado (RUSSEL, 2017, p. 91-92). Um caso bem iluminado é o de Atenas.

Após 307 a.C., em virtude da derrota de Cassandro para as forças de Antígono e Demétrio, Atenas concedeu honrarias grandiosas a ambos, como nos reporta Diodoro (XX, 46, 1-3): coroas de ouro, altares de sacrifícios, imagens vestidas com os trajes de Atená, duas tribos com os nomes de Antígono e Demétrio e um conjunto de bigas de ouro.⁶⁴ Sabemos que o culto ao general vitorioso, no território da Hélade, não era algo novo.⁶⁵ Contudo, concordando mais uma vez com Burke, não podemos nos limitar a uma visão ingênua acerca da imagem do soberano; não podemos tampouco reproduzir a visão cínica, ignorando, por exemplo, o surgimento de um sentimento favorável em torno da monarquia por parte de alguns segmentos da *pólis* durante o século IV a.C. – ao historiador cabe adotar o meio termo

⁶³ Essa carta constituiu a resposta à carta de Antígono que falava sobre os termos da paz firmados entre ele Ptolomeu, Lisímaco e Cassandro em 311 a.C., já citada anteriormente.

⁶⁴ Honrarias aos antigonidas só foram removidas por volta de 200 a.C. (BROGAN, 2003).

⁶⁵ Após a Guerra do Peloponeso, concomitante com uma desestruturação do sistema *poliade*, houve uma proliferação desses tipos de cultos por toda a Hélade (ANDRÉ, 2009). Lembramos, ainda, que o próprio processo de constituição da *pólis* teve por símbolo arquitetônico o *hérôon*.

(BURKE, 1994, p. 24-25). Todo processo de representação inclui as práticas e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos.

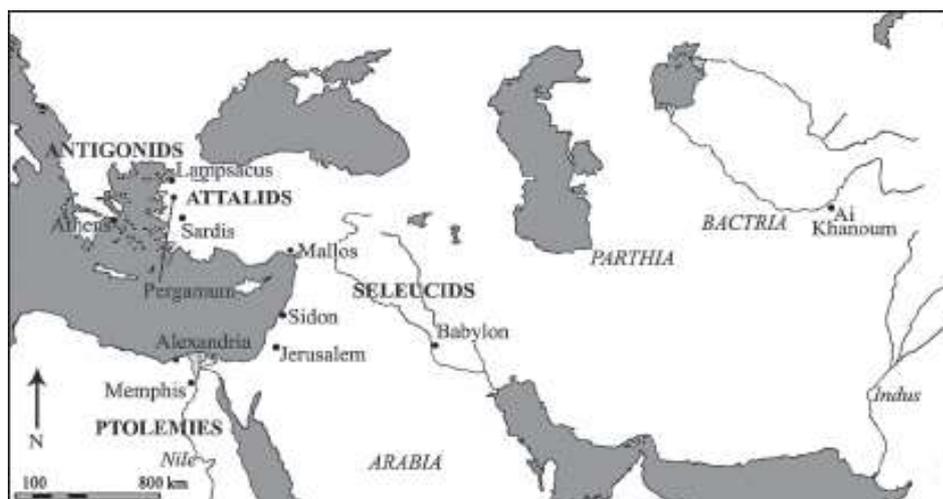
A proclamação de Antígono como *basileus* ao lado de Demétrio levou os demais diádocos a imitá-lo. Ptolomeu proclamou-se *basileus* apenas em 304 a.C.,⁶⁶ após a tentativa frustrada de Antígono de invadir o Egito. Cassandro, Lisímaco e Seleuco se proclamaram reis logo depois. Se a *oikoumene* ainda existia simbolicamente, agora ela deixara de existir até mesmo nesse plano. Will (1998, p. 318) faz uma apreciação plausível sobre esse processo ao dizer que “[...] a monarquia helenística, que de fato se iniciava em Triparadiso, entrava agora no campo do direito [...]”. Está claro que se tratava de um direito não fixado, pois Antígono visava ao domínio sobre a Macedônia, por isso pretendia usar a Grécia como uma de suas bases de operação, já que não podia contar com os demais diádocos. Entre 305 e 304 a.C., Demétrio sitiou a cidade de Rodas, o principal empório do comércio egípcio. Esse sítio ficou famoso devido ao seu significado. Apesar dos esforços de Demétrio e de ter obtido aí o epíteto de *Poliorbetes*, Rodas resistiu e os Antígônidas tiveram de reconhecer a liberdade da cidade.⁶⁷ Esse evento também foi utilizado pelos rivais de Antígono para depreciar sua imagem. Mas Antígono continuava com seu plano de obter o apoio das cidades gregas. Por meio de uma inscrição de 302 a.C., encontrada em Epidauro, sabemos que Demétrio conseguiu fundar uma nova Liga Helênica, que buscava restaurar a Liga de Corinto estabelecida por Filipe II anos antes. A essa altura, a ameaça sobre a Macedônia era tão forte que os demais diádocos se unem contra os antígônidas, lançando suas tropas sobre a Ásia Menor.

⁶⁶ Acreditamos que, assim como Antígono, Ptolomeu utilizou uma vitória militar para ser proclamado rei.

⁶⁷ A famosa escultura conhecida como a *Vitória de Samotrácia* durante muito tempo foi associada como uma homenagem referente a uma vitória naval de Demétrio. Contudo, apesar de ainda existirem controvérsias entre os estudiosos sobre a real origem da escultura, o que podemos afirmar é que esta foi erigida em um período bem posterior ao de Demétrio. Além disso, em parte de sua inscrição, pode ser constatado que ela foi esculpida em homenagem a uma vitória naval da própria cidade de Rodas (NICI, 2015, p. 61-62).

No verão de 301 a.C., na Frígia, Antígono foi derrotado e morto, em Ipso, com mais de oitenta anos.⁶⁸ Estigmatizado por seus rivais, que o colocavam como severo, cruel e arrogante, Antígono, no que se refere a esses atributos, não diferia dos demais generais macedônios. A questão é que o contexto no qual ele e os outros viviam foi marcado por redefinições profundas, quando decisões complexas teriam de ser tomadas. Os diversos conflitos que marcaram a história dos diádocos obedecem à necessidade de se encontrar um caminho para uma *oikoumene* imensa, mas com estruturas frágeis. Ao longo do período entre 323 e 301 a.C., houve uma reestruturação do poder, cujo principal fruto foi a construção da *basileia* helenística. Mesmo que um dos principais protagonistas desse processo tivesse morrido em Ipso, suas ações colaboraram de forma ímpar para o surgimento dessa nova instituição política. Quanto ao seu filho, Demétrio, este continuaria em cena. Ao contrário daqueles que preconizam o fracasso do projeto de Antígono, quando olhamos para o mapa geopolítico do Mundo Helenístico, já desenhado em suas grandes linhas, podemos observar três grandes monarquias estabelecidas: a egípcia dos Lágida; a asiática dos Selêucida; e a macedônia, dos Antigônida.

Figura 5 – Mapa dos reinos helenísticos no século III a.C.



Fonte: Price e Thonemann (2010)

⁶⁸ Uma nova repartição foi feita, mas não durou muito. O horizonte da maior parte dos diádocos era a Macedônia, o que levou a novos conflitos. Assim, em 294 a.C. Demétrio toma a Macedônia e se proclamara rei.

CAPÍTULO II

A 'basileia' no mundo greco-macedônio

Nomenclaturas diferentes como *ánax*, *basileus*, monarca ou *týrannos* levam a pensar que a *arché*,⁶⁹ reunida nas mãos de um único homem, pode assumir formas tão diversas que seria impossível encontrar denominadores comuns entre elas. Um exame mais detalhado, no entanto, mostra que, mesmo assumindo formas variadas, a realeza mantém constantes estruturais, embora não devamos ignorar as diferenças e especificidades determinadas pelo contexto histórico. Na Antiguidade, um monarca, de modo geral, sempre possui autoridade coercitiva, soberania sobre a população e o território; pode ser auxiliado por uma assembleia guerreira, um conselho ou por administradores; deve manter a ordem pública, os costumes, a tradição e defender o território; por último, o monarca deve dar e receber presentes, promover refeições coletivas, e realizar ritos e sacrifícios ligados ao culto comum. Por outro lado, ao analisarmos um sistema monárquico, também é importante ponderarmos sobre as particularidades que o constituíam.

Ao tratarmos sobre a natureza e formação da *basileia* helenística, percebemos que essa forma de monarquia, desde o início, encontra-se marcada por um *hibridismo*, fruto da fusão da visão monárquica macedônia com a oriental, mais especificamente a Aquemênida, razão pela qual estava estreitamente ligada à ideia do *poder pessoal* do monarca. Embora contivesse também elementos simbólicos ligados às formas antigas das monarquias gregas, alguns remontando inclusive à *basileia* homérica, chamamos a atenção para o fato de que, ao invés de considerarmos a monarquia helenística como uma realidade helênica, supomos que esta *basileia* foi construída na fronteira entre três espaços: a Macedônia, o Oriente e a Hélade. Nesse sentido, é inegável que os componentes macedônios e orientais tiveram preponderância

⁶⁹ *Arché* se refere aqui a poder.

na fabricação dessa monarquia. Neste capítulo, buscamos analisar, de modo geral, a *basileia* e a figura do *basileus*, assim como as formas de poder exercidas por um só homem no território grego, mais especificamente a tirania, que teve uma adesão forte ao poder pessoal. Versamos também sobre as concepções que surgiram em torno da monarquia a partir do século IV a.C., no território das *póleis*. E, principalmente, nos detemos na análise da monarquia macedônia, desde suas origens até a sua fusão com elementos orientais sob o governo Alexandre, o que acabou por levar a uma *orientalização* da monarquia.

A *basileia* macedônia, que, no plano da representação, teve alguns princípios oriundos da cultura helênica, foi o principal modelo no qual a *basileia* helenística se apoiou para sua constituição. Desde os fundadores da monarquia macedônia até Alexandre III, encontramos um monarca ligado ao sagrado, associado ao poder militar e ordenador do cosmos. Por meio do desenho de um quadro geral da *monarché* entre a Idade Homérica e a época helenística, acreditamos ser possível estabelecer até que ponto a *basileia* em construção no século IV a.C. conservou o nexos com os modelos monárquicos que a antecederam e em que medida inovou quanto à sua configuração.

A monarquia e a figura do 'basileus'

Os vocábulos βασιλεύς e βασιλεία se referem ao monarca e à sua realeza, respectivamente. Em geral, quando nos referimos à História da Grécia, esses vocábulos são logo associados ao chamado Período Homérico.⁷⁰ Entretanto, com base em uma análise mais aprofundada, os significados desses termos, dependendo do seu uso, tornam-se mais

⁷⁰ O período que vai de 1200 a 800 a.C. também pode ser chamado de *Idade das Trevas*. O termo não deve ser entendido de forma pejorativa, mas, devido ao desaparecimento da escrita, foi como se a sociedade desse período se tornasse para nós mais inacessível do que a micênica no que concerne às informações. Optamos por utilizar período homérico pelo fato da maior parte das informações que temos sobre este contexto provir das obras *Iliada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero.

complexos. Apenas para termos uma ideia, mesmo tendo permanecido, no período homérico, ligado a um novo tipo de monarquia, o vocábulo *basileus* ainda gera muitas discussões,⁷¹ principalmente no que tange aos elementos de continuidade e descontinuidade entre a realeza do período micênico e a do período homérico. As opiniões dos historiadores vão desde uma visão de monarquia que difere em muito da micênica, no que se refere à extensão e características do poder do monarca, até uma visão segundo a qual, na realidade, o termo não se referia somente a pessoas dotadas de poderes régios, mas também a magistrados ou líderes aristocráticos locais que detinham certa autoridade (CRIELLARD, 2007, p. 83-85; DICKINSON, 2006, p. 120; DREWS, 1983, p. 129-131). Além disso, nos poemas homéricos, além do termo ἄναξ observamos outros vocábulos que podem se ligar ao poder régio, como κορῆνός. Segundo Beekes (2010, p. 203), a palavra *basileus* é mais recente do que *korainos* e *ánax*, tendo provavelmente uma origem pré-grega, sem ser, no entanto, uma palavra proveniente de outro idioma, mas um vocábulo labiovelar, bem conhecido na língua grega.

Para além destas questões relacionadas ao poder do *basileus* homérico e a sua figura,⁷² o importante para nós é o uso que os gregos e, em certa medida, os macedônios fizeram da imagem do *basileus* construída por meio da *Ilíada* e da *Odisseia*. A monarquia e, conseqüentemente, o monarca presentes nestas obras constituíram o modelo mais reportado pelos antigos ao se falar da *basileia* como forma de governo ideal. A monarquia retratada nas obras homéricas tornou-se um lugar de memória para os gregos do período clássico e da fase inicial do período helenístico. De acordo com García (2002, p. 72-77), dois modelos distintos de soberania surgiram mediante a interpretação das epopeias: um modelo divino e perfeito,

⁷¹ O termo *basileus* se ligava a antigas chefias locais da sociedade micênica. O termo seria o equivalente ao *pa-si-re-u*, um funcionário local ligado à administração que representava o *ánax* (monarca) micênico (CRIELLAARD, 2007, p. 83).

⁷² Para uma visão mais abalizada sobre a figura régia no período homérico e discussões sobre as atribuições mais específicas de cada termo direcionado aos líderes políticos deste período, destacamos o trabalho de Yamagata (1997, p. 1-14) e o livro organizado por Morris e Powell (1997), que abarcam um amplo debate sobre diversos aspectos do mundo homérico.

incorporado por Zeus; e outro imperfeito e humano, cujo titular seria o *basileus*.⁷³ Helenos e macedônios ancoraram a origem de suas monarquias nos mitos descritos nos poemas homéricos.

A *Ilíada* e a *Odisseia*, poemas escritos no século VIII a.C., na transição entre a sociedade homérica e a *pólis*, momento em que se verifica o retorno da escrita à Grécia, tinham por objetivo fixar uma tradição oral que, por sua vez, contribuía para a preservação da ordem aristocrática.⁷⁴ Ao mesmo tempo que preservavam determinada ordem social, a *Ilíada* e a *Odisseia* eram instrumentos importantes para a existência da própria realeza entre os helenos. Como a *basileia* helênica, a partir de dado momento, começou a fazer parte da memória, do patrimônio simbólico e do imaginário dos macedônios, o que, por sua vez, influenciou a constituição da *basileia* helenística, compreender a construção narrativa dos helenos sobre a formação da realeza *heroico/guerreira/sagrada* homérica se revela fundamental (THEML, 1993, p. 30-31).

De acordo com Theml (1993, p. 32-34), podem ser encontradas, na *Ilíada* e na *Odisseia*, três modelos de monarquias. O primeiro deles é constituído por uma *basileia* heroica imaginária, situada no campo da ficção, cujos elementos foram necessários à construção da poética. O segundo se refere a uma realeza *heroico/guerreira* com aspectos sagrados, cujos dados foram comprovados pela cultura material. Por último, há uma magistratura real heroico-geométrica, que vigorou entre a desagregação palaciana (séc. XII-XI a.C.) e a

⁷³ Outros autores que discutem a questão de uma realeza divina e uma realeza mortal presentes nos escritos de Homero são CARLIER (2006, p. 101-110) e PALAIMA (2006, p. 53-71).

⁷⁴ Através da narrativa mítica, que seria uma forma de interpretação do mundo, encontramos uma interseção entre o divino/social/natural. O mito daria conta da origem, possuindo um caráter teleológico. A base dos escritos míticos era composta pelos grandes feitos que marcavam a vida dos heróis. Por detrás destas narrativas podemos entrever uma genealogia e uma geografia. A genealogia é um instrumento que dá legitimidade para a elite governar, pois a família, no sentido de *génos*, se associa a um herói mítico fundador no mundo da *pólis* nascente. Já a geografia fala de onde esse herói parte e aonde ele chega. O tempo dentro da narrativa é respeitado de forma que esses dois elementos sejam respeitados. A partir da genealogia e da geografia, o poeta tinha a liberdade para escrever (ANDRÉ, 2012, p. 102).

emergência da *pólis* (séc. VIII a.C.). Nos três tipos de realeza, encontramos as mesmas instituições: o *basileus*, o conselho e a assembleia composta pelos *áristoi*.⁷⁵

Em relação às práticas sociais, a monarquia helênica corresponde a um sistema no qual as esferas religiosa e política se interpenetram. As práticas sociais possuem ao mesmo tempo uma dimensão pragmática e simbólica, como os banquetes, a partilha do botim, a identificação por linhagem e a própria convocação do conselho e da assembleia. Em Homero, uma conduta piedosa e de obediência às regras religiosas do monarca modela a *basileia*. A transgressão religiosa pode provocar conflitos e suscitar reparações para que a realeza se perpetue. Nos poemas, são exemplos de *basileis* que possuem uma conduta piedosa e comedida Nestor, Menelau e Odisseu, ao passo que outros, em determinados momentos, são dominados pela *hýbris* religiosa,⁷⁶ como Agamêmnon e Aquiles. O respeito às virtudes ancestrais (*areté*) é um elemento de suma importância nos poemas homéricos, sendo uma característica de diferenciação social pertencente somente aos *áristoi*. A relação entre *areté* e soberano é um aspecto importante na concepção da monarquia helênica, por isso ganha força mais uma vez no decorrer do século IV a.C., quando pensadores como Aristóteles, Xenofonte e Platão, por exemplo, refletiram sobre o governante ideal. Quando olhamos para a representação em torno da *basileia* helenística, as virtudes ligadas ao monarca são um elemento constitutivo relevante.

De acordo com Carlier (2006, p. 105) e Theml (1995, p. 38), a *basileia* homérica apresenta como condição básica para o exercício do poder político que o *basileus* seja um dos *áristoi*. Potencialmente, qualquer um dos nobres estava apto a exercer a realeza e, por esta razão, era membro inato do conselho e da assembleia. Os requisitos básicos para tornar-se um

⁷⁵ *Áristoi* é o plural do termo ἄριστος, que é um superlativo do vocábulo ἀγαθός, e significa aquele que é excelente, o mais nobre, o melhor em algo, perfeito. No que se refere às instituições, o conselho, *Boulé*, representava, juntamente com o rei, uma instituição soberana. A assembleia, nesse período, mesmo sendo convocada em momentos decisivos, não possuía poder de decisões de caráter global.

⁷⁶ *Hýbris* é um conceito que traduz tudo que passa da medida, podendo significar desafio, crime do excesso e do ultraje. Se refere ao comportamento de provocação aos deuses e à ordem estabelecida.

monarca consistiam em possuir riqueza, descendência reconhecida socialmente, coragem, virilidade, sabedoria, clemência e justiça. Todos estes atributos eram partilhados pelos demais membros da aristocracia. Muitos destes atributos estiveram associados aos *basileis* macedônio e helenístico. Era devido ao *status* de *áristoi*, incluindo honra (*timé*) e distinção (*géras*), que o *basileus* exercia autoridade sobre a sua comunidade. A função real possibilitava o gozo de privilégios na sociedade homérica. Em contrapartida, o monarca deveria manter a ordem, a defesa, a fertilidade e a justiça. Já no que concerne à hereditariedade do cargo régio, há muitas questões em aberto.

Na *Política* (Πολιτικά),⁷⁷ Aristóteles elabora aquilo que seria considerado mais tarde como o primeiro tratado sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado e as várias formas de governo. Segundo o autor, o poder político pertencia à categoria do poder de um homem sobre outro homem e esta relação poderia se expressar de diversas formas: mediante o exercício do poder paterno, do poder despótico e do poder político – sendo este último exercido no interesse de quem governa e de quem é governado (BOBBIO, 2000, p. 159-161).⁷⁸ Aristóteles, no século IV a.C., aborda a temática referente à monarquia, refletindo sobre a pluralidade desta forma de governo. O filósofo busca definir de modo objetivo os tipos de monarquias, incluindo a *basileia* homérica:

É fácil compreender que a realeza é múltipla e que nem sempre ela apresenta a mesma forma [...] Eis [...], pois, uma primeira espécie de realeza: um generalato vitalício. Ela é hereditária ou eletiva. Uma segunda espécie de realeza se encontra entre alguns povos bárbaros. Ela tem aproximadamente os mesmos poderes que a tirania, mas é legítima e hereditária [...] Houve antigamente entre os helenos outra espécie de *basileis* que se chamavam oesinetas. Era por assim dizer uma tirania eletiva, diferindo da dos bárbaros, não pelo fato de não ser legal, mas por ser hereditária [...] Uma quarta espécie de monarquia é aquela que existia nos tempos heroicos [período homérico], fundada na lei, no consentimento dos súditos, e, além disso, hereditária. Os primeiros benfeitores dos povos pela invenção das artes, pelo valor guerreiro ou por terem reunido os cidadãos e lhes terem conquistado terras foram nomeados *basileis* pelo livre consentimento dos seus súditos, e transmitiram a realeza aos seus filhos. Eles tinham o comando supremo durante a guerra, e

⁷⁷ Termo derivado do adjetivo de *pólis* (*politikós*). Significa tudo aquilo que se refere à cidade, logo ao cidadão.

⁷⁸ Devemos acentuar que o poder político, como colocado por Aristóteles, somente pode ser exercido nas formas corretas de governo, o que ele chama de *bom governo*, já que, nas formas corrompidas, o governante age em interesse próprio.

dispunham de tudo o que se referia ao culto, com exceção das funções sacerdotais. Além disso, julgavam as causas, uns prestando o juramento, outros sendo dele dispensados. A prestação do juramento se fazia erguendo o cetro (Aristoteles, *Política*, III, IX, §2-6).

No trecho acima, Aristóteles expõe a *basileia* homérica como uma realza de caráter hereditário. Mesmo que encontremos indícios de que esta monarquia fosse hereditária, os critérios de sucessão não parecem muito claros na *Iliada* e na *Odisseia*. Para Finkelberg (2006, p. 65), ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a tradição grega não previa a sucessão real entre pai e filho. O cargo régio podia ser transmitido a qualquer outro integrante da dinastia que não o filho primogênito, ou mesmo através do casamento com uma mulher de estirpe real.⁷⁹ Foi assim que Belerofonte tornou-se rei ao casar com Anticleia, filha de Ióbates, rei dos lícios, como vemos no trecho abaixo:

[...] dentre os Lícios, o *basileus*, escolhendo os melhores, armou-lhe uma emboscada: à casa, nenhum deles voltou. Belerofonte, imáculo, destruiu-os. Reconhecendo a estirpe divina do herói, o rei o conseguiu reter e deu-lhe a filha por esposa e a metade dos poderes régios. (Homerus, *Ilias*, VI, 187-193).

Um exemplo clássico da possibilidade de questionamento do direito de hereditariedade do cargo régio de pai para filho é aquele envolvendo Odisseu, Telêmaco e os pretendentes. Com Odisseu afastado por anos de Ítaca, os nobres da região disputavam a mão de Penélope, esposa de Odisseu, ignorando os direitos do filho deste, Telêmaco. Finkelberg (2006, p. 69-72) enfatiza a situação obscura da sucessão em Ítaca, destacando que Odisseu tornou-se rei com o pai, Laertes, ainda em vido e que tanto Telêmaco quanto o próprio Laertes foram ignorados como possíveis sucessores no comando da ilha. Penélope tornou-se, nesse caso, o elo entre o antigo e o novo *basileus* em Ítaca.

⁷⁹ O mais importante para sucessão parece ter sido a linhagem, principalmente no texto da *Odisseia*. Para o exercício do poder político, era preciso a existência de um elo sagrado com a família real. Os heróis que exerciam a função real se apresentavam pelo nome, pelo nome de seu pai, pelo nome da terra de seus ancestrais e pelo nome de sua cidade (Homerus, *Odyseea*, VIII, 550; XIX, 523).

Para Theml (1993, p. 42-44), a questão da sucessão deflagrada pela ausência do rei se deve ao fato de que Telêmaco não havia realizado ainda os ritos de passagem necessários para assumir a função régia. Primeiramente, o filho de Odisseu não possuía a idade adequada para a função. Em segundo lugar, não tendo sido iniciado pelo pai, desconhecia as regras da tradição. Por meio do debate entre Telêmaco e os pretendentes na assembleia, Theml conclui que Homero aponta três tendências possíveis sobre a sucessão do poder real: 1) o poder real se nortearia pelo princípio de hereditariedade, transmitido por Zeus ao *génos patroôn*;⁸⁰ 2) qualquer um dos pretendentes estaria apto a ser rei, sendo a disputa de poder entre iguais uma fase em que aparecem usurpadores dentro da *basileia* homérica; 3) a possível implantação de um novo princípio, o da elegibilidade, caso não se acreditasse no retorno de Odisseu (THEML, 1993, p. 43; VLACHOS, 1974, p. 106).

A questão sucessória também foi complexa no caso das realzas macedônia e helenística no momento de sua formação. Assim como no caso homérico, a monarquia macedônia não tinha definidos, de modo claro, os seus critérios de sucessão. O elemento hereditário era importante, pois a legitimação do poder repousava na linhagem dos *Argeadae/Temenidae*. Contudo, são vários os exemplos de sucessão régia marcados por conflitos entre membros desta dinastia, como é o caso do próprio Filipe II. Após a morte de Alexandre, a questão ressurgiu uma vez mais, pois, quando o filho de Roxana é morto, pondo fim à dinastia dos argéadas, os diádocos tiveram de reelaborar os critérios de filiação dinástica. Em suma, algumas características em torno da *basileia* e do *basileus* homéricos também são observadas nas monarquias macedônia e helenística. No entanto, a *basileia* homérica, como dissemos, funcionou para os gregos da época posterior sobretudo como um símbolo de legitimação de um governo ideal do qual os governantes deveriam seguir o

⁸⁰ Sobre a ideia de que o poder real estabelece ligações com o sagrado como forma de legitimação do poder do *génos*, torna-se pertinente a imagem do cetro, símbolo de poder associado à figura do *basileus* homérico. Nos poemas, os *basileis*, tanto Agamêmnon como Odisseu, possuem esse artefato simbólico que tem sua própria explicação mítica (Hom., *Il.*, II, 94-109).

modelo, mas que repousava em um passado longínquo, tornando-se portanto um lugar de memória.

Segundo Le Goff (1996), os lugares de memória são o que resta e o que se perpetua de um tempo histórico para o outro, transmitindo ritos e práticas a uma sociedade que necessita desses lugares para reelaborar a sua vida cotidiana, em especial nos momentos de transição, como na Grécia Arcaica, que se aproveita do retorno da escrita para cristalizar nos poemas elementos do seu passado. Esse processo de cristalização contribuiu para a preservação e transmissão das origens dessa sociedade, que se apropriou de elementos do período histórico ao qual as epopeias se reportavam para organizar o seu passado. Como argumenta Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

Com base no trecho acima, podemos inferir que o lugar de memória seria o registro e aquilo que o transcende, o sentido simbólico inscrito no próprio registro. Para Nora (1993, p. 14-15), esses lugares seriam os espaços onde a memória se fixa, servindo como uma nova forma de apreender a memória que não nos é natural, visto que não vivemos mais o que eles representam, mas que são apropriados pela história como fonte. São, portanto, locais materiais e imateriais onde se cristaliza a memória de uma sociedade, onde grupos ou populações se identificam ou se reconhecem, possibilitando construir um sentimento de identidade e de pertencimento. Na Grécia, a partir do lugar de memória no qual a *basileia* homérica se enraizou foi possível a criação de uma unidade para as populações gregas desde a época homérica. Mas, na prática, a monarquia permaneceu como um elemento externo às

comunidades políticas que compunham a Hélade, inclusive se mantendo como uma espécie de governo avesso aos gregos das *póleis*. Nesse ponto, nos voltamos uma vez mais para os vocábulos *basileus* e *basileia*.

Como mencionado anteriormente, o termo *basileus*, na língua grega, era relativamente recente em comparação a outros que podiam denotar a dignidade régia no mundo grego. Assim, quando pesquisamos sobre os dois termos – *basileus* e *basileia* –, em obras escritas do final do século VI a.C. em diante, verificamos que eles são inicialmente empregados para definir o governo exercido pelo *Grande Rei* (ὁ μέγας βασιλεύς), como podemos constatar ao longo das *Histórias*, de Heródoto e em Ésquilo (*Persae*, 25). Na *Suda*, compilação bizantina datada do século X d.C. que reúne diversos fragmentos de obras da Antiguidade, temos a seguinte definição para o termo *basileia*: “*Basileia*: [...] a população governada por um *basileus*; como [os] persas, indianos, árabes” (*Suidae*, Beta 146). Beekes (2010, p. 203), na discussão etimológica que faz do termo *basileus*, afirma que este se aplica à *persona* do rei, mas, em suas palavras: “[...] especialmente o rei persa”. Dessa maneira, vemos que o termo *basileia* se converte em grande medida ao governo de um soberano sobre populações orientais, sobretudo ao poder régio exercido pelos Aquemênida ou demais populações consideradas bábaras pelos membros das *póleis*, como foi o caso do reino da Macedônia. Essa concepção de monarquia, ligada a elementos orientais e ao caráter pessoal do poder do monarca, exerceu uma influência muito maior sobre a constituição da *basileia* helenística do que elementos derivados da realeza homérica.

A autoridade pessoal estava estreitamente ligada à imagem e às características do soberano. Ao invés do poder monárquico se filiar a um território específico, ele se concentrava no poder e habilidade próprias do rei, como sua competência militar, política e administrativa. Além disso, nesse tipo de governo era de suma importância estar em contato direto com o monarca, como se dele emanasse toda fonte de poder daquele governo. Filipe II

foi uma *persona* que reforçou as características do poder pessoal da *basileia* macedônia. Como veremos mais adiante, por meio de instrumentos militares e simbólicos, esse monarca cada vez mais reuniu em torno de si uma supremacia, que, pela tradição do *nomos* macedônio, deveria repousar no conjunto da população do território da Macedônia. Rompendo as barreiras de um território específico, a soberania do monarca macedônio, a partir de Filipe II, e conseqüentemente do monarca helenístico, passou cada vez mais a ter sua fonte no próprio soberano, que possuía como principal alicerce suas habilidades, principalmente as militares. Essa ruptura com um território específico foi ainda mais profunda com Alexandre.

Ao conquistar os territórios dominados antes pelos Aquemênida, o argéada teve de aderir a algumas tradições locais para facilitar a identificação dos súditos com sua pessoa. Nesse processo, Alexandre teve, inclusive, de adotar elementos da indumentária aquemênida, assim como parte da titulação faraônica, por isso, já no final de seu reinado, se fazia representar nas moedas cunhadas no Oriente por meio de uma única inscrição – *Basileus Alexandros* (THONEMANN, 2015, p. 4-10; DAVIS; KRAAY, 1973, p. 30). Segundo Sant’Anna e Peixoto (2016, p. 270), para que os primeiros *basileis* helenísticos pudessem afirmar o seu poder nos territórios sob sua tutela, tiveram de mesclar práticas que seguiam os padrões da realeza exercida por Alexandre, assim como se apropriar de tradições monárquicas orientais para poderem legitimar a sua autoridade, ao mesmo tempo que atendiam às expectativas das elites locais. A monarquia helenística, portanto, vai se situar num espaço fronteiro que possui razoável complexidade. Regida por princípios ligados à natureza da realeza macedônia e das realezas orientais, essa monarquia ainda teve de buscar recursos em elementos helênicos, presentes já na concepção da *basileia* macedônia a partir do momento em que esta teve de lidar com as *póleis* e quando os monarcas precisaram se impor como conquistadores estrangeiros por meio do princípio da *doriktetos chora*, isto é, pelo poder da lança.

Feitas estas ponderações iniciais acerca das acepções de *basileia* e de *basileus*, importa agora tratar de outra modalidade de poder pessoal que influenciou as concepções em torno da *basileia*: a *tiranía*.

‘*Tyrannís*’ e ‘*basileia*’

Examinando os textos que os gregos legaram, constatamos que a *basileia* homérica foi positivada como símbolo de uma *arché* pessoal quase perfeita. Contudo, após a desagregação da *basileia*, que deu lugar à *pólis* arcaica no território da Hélade, constituído doravante pelas *póleis*, toda monarquia que não fosse aquela dos tempos heroicos, encravada portanto num passado longínquo, passou a ser vista com reservas, sobretudo no decorrer do século V a.C., sendo associada, em diversos momentos, à concepção de tirania, que também sofreu um processo de estigmatização.

Na obra de Heródoto, são recolhidos pela primeira vez argumentos explícitos contra e a favor da *arché* exercida por um único homem.

[...] Sou partidário de que um só homem não chegue a contar com um poder absoluto sobre nós, pois isso não é agradável nem correto [...] De fato, como a monarquia poderia ser algo certo, quando, sem ter que prestar contas, se está permitido [ao monarca] fazer o que se quer?.

[...] como [...] obtivemos a liberdade? Quem a nos deu? Acaso foi um regime democrático? Talvez, uma oligarquia? Ou foi um monarca? Como nós conseguimos a liberdade graças a um só homem, sou, em definitivo, da opinião de que mantenhamos tal regime [monarquia] [...] [e] não anulemos as leis de nossos antepassados, pois não teríamos nenhum proveito disso. (Herodotus, III, 81-82)

No trecho acima, o autor se vale da imagem dos persas para associar as formas de poder pessoal ao despotismo oriental. Segundo Suárez (1999, p. 681-688), na opinião de Heródoto, monarquia e escravidão se assemelhavam, tendo sido as Guerras Greco-Pérsicas uma luta dos helenos, sobretudo dos atenienses, por sua liberdade. Para Heródoto, o problema residia no sistema de governo, não no homem, que, por melhor que fosse, poderia ser corrompido, pois

esse tipo de regime teria como marcas principais a inveja e a soberba. A visão de Heródoto é típica do indivíduo pertencente ao mundo *poliade*, que enxergava no poder pessoal uma ameaça à *pólis*.

No mundo da *pólis*, há um tipo particular de Estado, no qual a comunidade de cidadãos governa a si mesma. Na chamada *pólis* arcaica (séculos VIII-V a.C.), a figura dos *basileis* foi suprimida, não havendo mais súditos e sim cidadãos, que passaram a ser os responsáveis pela solução dos problemas coletivos – os cidadãos representam, nesse contexto, a própria unidade política (ANDRÉ, 2009, p. 27). Para autores como Mossé (1997, p. 57), a comunidade encontrava-se acima das idiossincrasias e interesses particulares.⁸¹

As etapas iniciais do processo de constituição do que viria a ser o sistema *poliade*, no território que chamamos de Hélade, nos escapam. Sabemos, no entanto, que, na época arcaica, a irrupção de golpes tirânicos foi um acontecimento integrante da história de diversas *pólis*. Um dos casos emblemáticos é o de Atenas no século VII a.C., onde temos notícia de uma tentativa de *golpe* por parte de Cílon, consequência de um conflito social intenso que, mesmo diante de um golpe abortado, estava longe de ser resolvido (FINLEY, 1988; MOSSÉ, 1985). Aqui, nos deparamos mais uma vez com uma experiência de poder pessoal – a *tiranía* (τυραννίς).

Em seu artigo de 1972, intitulado *The First Tyrants in Greece*, Robert Drews fornece, fazendo um balanço dos trabalhos dedicados à temática da tirania na Grécia, um panorama geral sobre esses homens chamados de tiranos, que tanto estimularam o imaginário político na Grécia antiga. Quando abordamos o tema, uma das principais fontes das quais dispomos é a já mencionada *Política*, de Aristóteles, que influenciou em grande medida a visão que hoje se tem acerca desta forma de governo. E aí reside, mais uma vez, um problema para o estudo da temática. Embora muito estudada, a tirania, especificamente a do período arcaico,

⁸¹ É necessário ter a cautela, todavia, de não nos iludirmos com a imagem da *pólis* perfeita e harmônica. Sabemos que não só no período arcaico, mas também durante o chamado período clássico, os conflitos sociais eram constantes, sobretudo entre ricos e pobres.

permaneceu, por muito tempo, camuflada e estigmatizada pelo olhar de autores pertencentes a contextos políticos posteriores, como Heródoto, Platão e Aristóteles.⁸² A ela, termos como ilegalidade, violência, traição e usurpação permaneceram por muito tempo associados, por isso foi considerada por muitos a pior dentre todas as formas de governo. No trecho abaixo, extraído da obra de Platão, *República* (Πολιτεία), fica nítida a imagem da *tyrannís* como a pior das formas de governo:

Não será difícil saber. Aquelas a que me refiro têm nome [formas de governo], a saber: a constituição, tão elogiada por muita gente, de Creta, e da Lacedemônia; a segunda, é também elogiada em segundo lugar, a chamada oligarquia, que é um estado repleto de males sem conta; a seguir vem aquela que lhe é oposta, a democracia; e a altaneira tirania, antagônica a todas estas, que é a última das enfermidades do Estado [...] (Plato, *Respublica*, VIII, 544a).⁸³

O historiador, ao explorar os dados contidos nas obras produzidas pelos autores dos séculos V e IV a.C., deve tomar cuidado para não replicar as representações contidas nesses discursos políticos. Utilizamos a expressão “discursos políticos” justamente por serem os escritos da maior parte destes autores visões construídas sob a ótica ateniense de soberania da comunidade e não de um monarca. São discursos que exprimem, dependendo do contexto em que foram concebidos, uma luta contra um grupo aristocrático que busca o poder, uma ameaça estrangeira ou a necessidade de construção de uma alteridade política para a fixação da identidade do próprio sistema *políade*.

Quando falamos do período arcaico, torna-se difícil estabelecer um modelo de tirania que explique a passagem da aristocracia para governos democráticos ou oligárquicos à luz das fontes existentes. Tendo surgido em função das circunstâncias históricas, as tiranias arcaicas foram resultado de conflitos civis que levaram à instauração de um governo pessoal, sem

⁸² A recorrência a estes autores se deve, em parte, ao fato de as documentações referentes a uma reflexão sobre o poder político, incluindo as formas de poder pessoal, serem provenientes de períodos posteriores ao arcaico.

⁸³ Todas essas formas de governo não seriam ideais para Platão, por isso estavam fadadas ao fracasso. A visão pessimista de Platão, principalmente sobre a democracia e a tirania, deve-se a situação política da Hélade, sobretudo de Atenas, no final do século V a.C. Após assistir a Tirania dos Trinta, o filósofo viu um retorno da democracia que já não tinha grandes correlações com o período anterior a Guerra do Peloponeso.

aparentes conotações negativas até as Guerras Greco-Pérsicas (MARTÍN, 2014, p. 72). Os conflitos civis nas *póleis*, foram desencadeados a partir do fim do século VII a.C., principalmente devido à concentração de terras nas mãos da aristocracia, o que gerou uma crise agrária que acabou por opor as massas camponesas endividadas e reduzidas à mais atroz miséria contra aqueles que detinham simultaneamente a terra e o poder político. Ao mesmo tempo, os camponeses, devido aos aperfeiçoamentos técnicos que primeiro atingiram a arte da guerra,⁸⁴ são convocados com frequência para combater por uma terra que estava cada vez mais em risco de lhes escapar. Assim, tudo concorria para abalar o poder da antiga aristocracia dos *géné*, de maneira que a segunda metade do século VII a.C. e as primeiras décadas do século VI a.C. representaram um período particularmente conturbado na história da Hélade. A crise não se passa da mesma forma em todo o território helênico, mas pode ser percebida por toda parte, gerando duas consequências da maior importância: a substituição de um direito consuetudinário do qual apenas os chefes dos *géné*s eram conhecedores por uma lei escrita; e o alargamento do corpo cívico, com os hoplitas formando a assembleia ao lado do conselho aristocrático (MOSSÉ, 1985, p. 12). Nesse contexto, surge a figura do *týrannos*, de certo modo o artífice da transição da *pólis* arcaica para a clássica.

Sobre as condições de aparecimento da tirania, estas remontam a Fídon, que assumiu o governo de Argos no final do século VIII a.C. e que pode ser qualificado indistintamente como *basileus* ou como *týrannos*, situando-se assim entre a tradição homérica e a sociedade arcaica (SUÁREZ, 2007, p. 133). Para Aristóteles (*Pol.*, VIII, VIII, §3-4), Fídon é o exemplo de como o poder régio pode favorecer o acesso à tirania.⁸⁵ A figura de Fídon se relaciona com as mudanças na estrutura social que impactaram a estrutura militar durante a configuração da

⁸⁴ A antiga cavalaria aristocrática e os carros de guerra do período homérico cedem lugar à infantaria pesada dos hoplitas.

⁸⁵ Aristóteles cita outros nomes que se igualavam ao caso de Fídon: Panécio em Leoncium, Cipsele em Corinto, Pisístrato em Atenas e Dionísio, em Siracusa. O estagirita ainda se utiliza do termo *demagogo* para definir esses homens antes de assumirem a tirania, outro conceito anacrônico para o período arcaico.

falange hoplítica.⁸⁶ Em seu programa, apresentava-se como continuador da *basileia* homérica, mas a tradição contrária à atuação dos tiranos rotulou as ações de Fídon, assim como as dos demais tiranos, como violentas. A questão não é definir a tirania como uma instituição que se fundamenta ou não na violência, mas sim compreender que, ao longo de boa parte da história grega posterior à superação da tirania arcaica, buscou-se dissociar a *basileia* homérica da violência, mesmo que um dos principais recursos que os *áristoi*, assim como o *basileus*, empregavam fosse a força bélica. Como assinalamos, um dos atributos do monarca era a primazia militar. Nesse sentido, desde o período micênico até a *basileia* helenística o *basileus* sempre foi o líder militar supremo. Buscar associar a imagem dos tiranos à violência indiscriminada é, na realidade, uma maneira de considerar o governo destes anômico, ilegal. Talvez parte do problema em torno da representação do *tyrannos* e do seu governo se deva à condição social do tirano no período arcaico – assim como o *basileus* homérico, ele era um membro destacado da aristocracia.

A passagem da *pólis* arcaica para a clássica, como o caso ateniense ilustra bem, consistiu na transferência progressiva do poder político das mãos da aristocracia para o corpo do *demos*. Durante este processo, o *týrannos* exerceu um papel central, orientando as transformações sociais e militares. Contudo, devemos considerar que havia elementos políticos e culturais que ligavam o tirano e a aristocracia. Além disso, é necessário perceber que a própria aristocracia era, em si, fragmentada, pois por mais que os tiranos buscassem apoio no *demos*, havia uma parte da aristocracia, mesmo que minoritária, a eles ligada. De acordo com Suárez (2007, p. 133), mesmo que o tirano se opusesse aos privilégios de parte da

⁸⁶ Dentre as mudanças durante o período arcaico que levaram às condições de aparecimento da *pólis* temos, por exemplo: a ágora como centro da vida pública; o retorno de um alfabeto e uma escrita fonética, que permitiu a escrita das leis; adoção de cerimônias cívicas, com construção de templos comuns para toda a sociedade; sinecismo, agrupamento de aldeias que permitiram formar as *póleis*; publicação de leis, para que os cidadãos tivessem seus direitos resguardados; afirmação da família nuclear, que levou a uma valorização do *demos*; surgimento da moeda, com valor mais político do que econômico; incremento da agricultura; e, por último, um elemento fundamental: a falange hoplítica (FINLEY, s/d; MOSSÉ, 1985; AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986). Todo aquele que possuísse a panóplia poderia integrar essa falange e não havia hierarquia em seu interior, fator que leva ainda mais a um rompimento do poder da aristocracia, pois permitia que indivíduos comuns se tornassem hoplitas, que eram associados ao furor bélico do combate heroico.

aristocracia, ele pretendia desempenhar um papel semelhante ao do *basileus* homérico, intervindo, por exemplo, nos santuários pan-helênicos. Mesmo em conflito com a aristocracia, o tirano pretendia conservar suas raízes aristocráticas, além de afirmar sua solidariedade para com o corpo cívico por meio da oferta de tributos e da organização de jogos.

Aristóteles, ao definir as formas de monarquia, distingue a *basileia* da tirania de acordo com a base de apoio de cada uma:

[...] A realeza tem certa relação com a aristocracia, e a tirania é uma combinação da oligarquia e da democracia levadas ao último grau. Eis por que ela é para os súditos o mais funesto dos sistemas, porque se compõe de dois governos, reunindo os vícios e desvios de ambos.

Causas diametralmente opostas dão origem a cada uma dessas duas monarquias. A *basileia* foi estabelecida para preservar a classe abastada dos atentados da multidão, sendo nesta classe nomeado *basileus* o homem mais eminente pela sua virtude e pela nobreza das suas ações, ou o que pertença a uma família reconhecidamente possuidora desses títulos de glória. O tirano, ao contrário, surge do seio do povo e da multidão: opõe-se aos homens poderosos para que o povo nada possa sofrer das suas violências [...] (*Pol.*, VIII, VIII, §1-2).

Essa passagem do texto de Aristóteles permite compreender a tendência geral de se definir os regimes pessoais segundo sua base social. Martín (2014, p. 72-73) assinala a importância das relações pessoais na instauração das tiranias arcaicas, tais como as estratégias matrimoniais, empregadas na manutenção da governabilidade. Esse é certamente o caso de Pisístrato, que, de início, se casou com Timonasa a fim de obter o apoio de importantes famílias argivas. Em seguida, iniciou uma sólida amizade com Lígdamis que se mostrou bem proveitosa para ambos os lados. Lígdamis era membro da oligarquia de Naxos e, em 546 a.C., foi o primeiro a auxiliar Pisístrato, apoiando-o no desembarque em Maratona, quando o tirano ateniense recuperou o controle da *pólis*. No ano seguinte, em face de um descontentamento social em Naxos devido à concentração de riquezas nas mãos da oligarquia e contando com o apoio de Pisístrato, Lígdamis derrubou o governo oligárquico e converteu-se ele mesmo em tirano.

Por meio do exemplo de Pisístrato, percebemos como as relações pessoais poderiam ser relevantes. Contudo, essas relações acabam por serem menosprezadas em alguns estudos acerca da tirania, que situam esta forma de governo dentro do campo exclusivo da violência. A tirania poderia representar uma alternativa a elementos provenientes de famílias aristocráticas para afirmar seu poder em momentos de conflito. Dessa forma, os limites entre *basileus* e tirano não são muito claros. A definição de um governante como tirano se fundamenta mais no apoio do *demos* do que nas ações que implicavam a ruptura com a solidariedade aristocrática.⁸⁷ No período arcaico, a tirania, de modo geral, não possuía conotações positivas ou negativas, tendo sido sua representação como governo violento e ilegal construída ao longo do século V a.C. (SUÁREZ, 2007, p. 136).

Arquíloco de Paros teria sido o primeiro a usar a palavra τυραννίς com o sentido de poder pessoal.⁸⁸ Segundo Ferreira (1992, p. 133), na segunda metade do século V a.C. os termos τύραννος e τυραννίς ainda são empregados com o sentido de “monarca”, “soberano”, e de “realeza”. Essas conotações podem ser vistas em Sófocles, na obra tradicionalmente conhecida com o título de *Édipo Rei*, mas cujo título em grego é Οιδίππου Τύραννος. Contudo, pouco tempo depois o vocábulo tirania parece ter adquirido uma conotação negativa, como na obra *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo (vv. 306-329). De qualquer modo, ambos os vocábulos adquirem uma conotação realmente pejorativa apenas a partir do governo

⁸⁷ De acordo a historiografia, um dos fatores que definem a tirania arcaica é o protagonismo do *demos* como força política ao lado do tirano. Esta visão se dá pelas reformas ousadas feitas durante o exercício do poder desses governantes. Como exemplo emblemático disso, mais uma vez nos referimos a Psístrato que, em 561 a.C., assume o poder em Atenas. Em meio a uma profunda crise social e econômica, esse governante empreendeu uma série de reformas: criou um conjunto de juízes itinerantes para que a lei pudesse ser exercida de forma mais ágil; realizou uma série de construções, empregando um grande contingente de pessoas que não possuíam condições de sobreviver e, ao mesmo tempo, utilizando tais obras como símbolos de poder para enaltecer seu nome; por fim, esfacelou o poder do grupo da aristocracia que lhe era rival, confiscando bens e redistribuindo ao *demos*, exilando e até mesmo executando. Além disso, os tiranos se utilizavam da força de membros do *demos* para constituir exércitos de mercenários. Talvez por esses motivos Aristóteles tenha argumentado que o tirano é proveniente da multidão e, portanto, que governasse em prol dela. Aristóteles chamou Pisístrato de δημοτικώτατος, devido o apoio que recebeu do *demos*. Mas a questão é que a própria aristocracia era fragmentada, por isso buscar o apoio da população era apenas uma forma diferente de se enxergar um caminho para um projeto político que, ao fim, era comandado ainda pela aristocracia. A vitória de Pisístrato teve lugar no campo de lutas entre as grandes famílias, inclusive a dos alcmeônidas, com a qual manteve relações de aliança e rivalidade alternadamente.

⁸⁸ Poeta lírico que viveu no século VII a.C.

dos Trinta, em 404 a.C. Já a oposição *basileus*/bom e *týrannos*/mau somente se consolida no século IV a.C. (FERREIRA, 1992, p. 133-134).

Considerando este enquadramento da tirania no período arcaico, concordamos com Martín (2014, p. 72) quando afirma que não é possível sustentar qualificativos tais como usurpador ou traidor para Cílón nem taxar o governo de Pisítrato como inconstitucional e violento, por exemplo. Muito menos temos argumentos suficientes para afirmar que as tiranias arcaicas funcionaram à margem da lei, como consta na referência de Aristóteles ao governo de Cípselo em Corinto. A tirania, no período arcaico, foi uma forma de governo pessoal, por meio da qual a *arché*, reunida nas mãos de um único homem, possibilitou ao governante se utilizar de diversos dispositivos próprios da *basileia*, tais como legislar, ter o monopólio do poder bélico e realizar rituais religiosos. Somente no contexto do final do século V a.C. os termos tirania e tirano foram dissociados da concepção monárquica.

A Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) marca uma virada decisiva na História da Grécia em todos os seus aspectos, pois dá início ao processo de desestruturação da *pólis* clássica. Marcada por um acentuado tom ideológico, ao pôr em confronto duas concepções políticas diferentes – democracia e oligarquia, essa guerra rompeu em definitivo o equilíbrio da Hélade (SOUZA, 1988, p. 63-71). Para Mossé (1997), no decorrer da guerra começavam a aflorar divergências dentro do próprio *demos*, sendo o regime democrático ameaçado por duas vezes, em Atenas, por golpes oligárquicos – em 411 e 404 a.C. Nesse contexto, a imagem acerca do poder pessoal e da tirania começou a ganhar novos contornos. A partir da crise da *pólis*, a discussão política sobre as formas de governo gerou, na Grécia, as suas reflexões mais frutíferas. Na realidade, o grande esforço de sistematização do pensamento político grego é próprio desse período de redefinições.

Na *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, é possível perceber que a tirania foi dissociada da realeza ou, pelo menos, sua associação passava a ser cada vez mais frequente, com a oligarquia, adquirindo assim um conteúdo claramente depreciativo.

[...] Tendo-se a Hélade tornado mais poderosa e conseguindo, ainda muito mais do que no passado, adquirir riquezas, com a abundância começaram a surgir tiranias nas cidades, quando antes tinham existido regimes de realeza hereditária assente em prerrogativas. Então a Hélade começou a aparelhar navios e a dar maior preferência ao mar [...] (Thucydides, I, 8, 1)

Para Tucídides, a Guerra do Peloponeso era o cenário onde se manifestavam as verdadeiras feições da natureza humana, que se revelava, de um lado, pela tirania do Império Ateniense e, por outro, pelo conflito constante entre a democracia e a tendência à tirania dos oligarcas (SUÁREZ, 1989, p. 156-157). Na visão de Tucídides, a tirania poderia ser exercida tanto por um homem quanto por uma cidade: “[...] Não conseguis ver [atenienses] que é tirania o poder que sobre eles [aliados] exerceis e que, sempre intrigando contra vós, são eles comandados por vós contra sua vontade, e não por serem beneficiados por vós com prejuízo vosso que vos obedecem, mas mais pelo poder que exerceis do que pela sua vontade [...]” (III, 27, 2).

Para alguns autores, como Guarinello (1987, p. 18-21), um dos principais motivos que levaram à irrupção da Guerra do Peloponeso foi o imperialismo ateniense,⁸⁹ que rompia com o ideal da *pólis* de autonomia e harmonia.⁹⁰ Ao buscar reforçar esses ideais em sua própria *pólis*, Atenas não os respeitava no que se referia às *póleis* aliadas. De fato, Atenas unificou os padrões de pesos e medidas dessas cidades e instituiu *clerúquias*, que, conforme Guarinello (1987, p. 17-18):

⁸⁹ Para o uso do vocábulo *imperialismo*, concordamos com a definição de Guarinello (1987, p. 11), de que o imperialismo antigo manifestava-se pelo estabelecimento de um diferencial de poder, militar ou não, que pudesse proporcionar um fluxo centrípeto de bens para a *pólis* em expansão.

⁹⁰ Sobre esse princípio de defesa de uma autonomia por parte das *póleis*, já existe um significativo grupo de estudiosos que relativiza a busca de autonomia de forma ortodoxa. Para Mackil (2013, p. 7-10) e Beck e Funke (2015, p. 4-8), as *póleis* estavam frequentemente em posição de dependência e subordinação uma com as outras, sendo inclusive a formação de alianças, por meio de Ligas (κοινόν), uma constante nas relações intra-*póleis* e até mesmo uma estratégia vital para a sobrevivência das cidades gregas.

[...] consistiam na ocupação de lotes (os *kleroi*) das melhores terras agrícolas no território dos Estados da Liga [de Delos] por cidadãos atenienses que não dispunham de propriedades agrárias na Ática. Aqueles que eram agraciados com tais lotes conservavam a cidadania ateniense e não se integravam ao corpo social das cidades em cujo território se estabeleciam. Constituíam, assim, ao mesmo tempo uma válvula de escape para as pressões sociais em Atenas e um ônus ofensivo para os aliados.

Sobre o movimento oligárquico que ganhou espaço em Atenas no fim da Guerra do Peloponeso e que foi associado por Tucídides à tirania, Buckley (1996) afirma que, em 411 a.C., após cem anos da expulsão dos pistrátidas, Atenas passou pela sua primeira experiência oligárquica, ocasião na qual o corpo cívico foi reduzido de uma média de 40 mil cidadãos para apenas 5 mil. Já em 404 a.C., o golpe dos Trinta Tiranos reduziu o corpo cívico para 3 mil cidadãos. Buckley não problematiza o conceito de tirania, equiparando a tirania arcaica à do fim do período clássico. Seja como for, esses golpes causaram profundo impacto sobre a reflexão política ao final do século V e durante o século IV a.C., e propiciaram a estigmatização da oligarquia e da tirania, produzindo também, junto com as sequelas do conflito, uma profunda descrença no sistema *políade* por certos grupos.

Devemos ponderar que, na fase final da Guerra do Peloponeso, o contexto favorecia a ofensiva oligárquica. O *demos* estava dividido em pelo menos dois grandes grupos: o das pessoas do campo, para quem longos anos de guerra tinham sido muito duros, e que desejavam a paz; e o dos *tetes*, da marinha ateniense, para quem a guerra era a garantia de um soldo regular e de vantagens materiais (ANDRÉ, 2009, p. 40-41). Além disso, as *hetaireíai*, associações políticas ativas durante todo o período clássico em Atenas, congregavam simpatizantes do regime oligárquico que, em determinados momentos, poderiam formar uma *synomosía*, um grupo propriamente oligárquico que buscava promover um golpe contra o regime democrático, como podemos ver no final da Guerra do Peloponeso (LIMA, 1998, p. 17-21).

Ao longo da Guerra do Peloponeso, a especialização militar e o número de mercenários aumentaram, ocorrendo o enfraquecimento do ideal de *camponês/cidadão/soldado* característico da *pólis*. Em Atenas, o regime democrático entrou em profunda crise (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986). É nesse contexto de crise, no decorrer da primeira metade do século IV a.C., que começam a florescer ideias relacionadas a um novo tipo de monarquia, dissociada da tirania. Por meio de autores como Xenofonte podemos recuperar as linhas gerais da passagem do sistema *políade* às monarquias helenísticas. Mas, antes de adentrarmos nesta questão, se faz necessário tratar de outro tipo de realeza cuja contribuição é determinante para a constituição da *basileia* helenística e que se faz cada vez mais presente no mundo grego no pós-Guerra do Peloponeso: a *basileia* macedônia.

A realeza macedônia

[...] Gaianes, Aérope e Pérdicas, todos irmãos e descendentes de Temeno, viram-se, pelas circunstâncias, obrigados a fugir para Argos, na Ilíria, e, passando de lá para a Alta Macedônia, foram ter à cidade de Lebéia, onde se engajaram no serviço do rei por determinada remuneração. Um tratava dos cavalos; outro dos bois; e Pérdicas, o mais jovem, guardava o gado miúdo [...] Era a própria rainha quem lhes preparava a comida. Começou ela a observar que todas as vezes que o pão do jovem Pérdicas, que a auxiliava na cozinha, saía do forno, vinha com o dobro do tamanho que tinha ao ser ali colocado. Admirada com o fato, que se repetia sempre, comunicou-o ao marido. O rei atribuiu logo o fato a um milagre, considerando-o o presságio de algum acontecimento importante. Mandando vir à sua presença os três irmãos, ordenou-lhes que deixassem os seus domínios. Os jovens apenas declararam, em resposta, que era de justiça receberem antes o seu salário.⁹¹ Ao ouvir a palavra salário, o rei respondeu à maneira de um homem a quem os deuses tivessem perturbado a razão. “Dou-vos o sol (o sol penetrava na casa pelo orifício por onde saía a fumaça); esse salário é digno de vós”. Ante essa resposta, os dois irmãos mais velhos, Gaianes e Aérope, ficaram atônitos, sem saber o que dizer; mas Pérdicas, o mais jovem, retrucou ao soberano: “Senhor, aceitamos a oferta que nos fazeis”. Isso dizendo, tomou a faca que trazia consigo e traçou no espaço uma linha imaginária em torno do raio de sol que entrava na sala, e depois de o haver atravessado três vezes, afastou-se dali com os irmãos [...] (Hdt., VIII, 137).

Na passagem acima, vemos Heródoto oferecendo uma explicação para a fundação da realeza macedônia quase três séculos após a sua criação. O mito em torno da criação dessa

⁹¹ O termo utilizado originalmente é *μισθός*, que pode ser traduzido por salário, paga ou soldo (LIDDELL; SCOTT, 1940).

basileia foi recolhido e sistematizado por Heródoto, provavelmente na Macedônia, durante o reinado de Pérdicas II (454 a 413 a.C.). Por ocasião da visita de Heródoto, o rei macedônio buscava reforçar os laços de solidariedade das famílias aristocráticas e manter unida a casa real dos *Argeadae/Temenidae*, bem como o próprio reino. Heródoto resgata, em sua obra, o mito macedônio dos três irmãos pastores, reforçando a autoridade dos reis da Macedônia em torno de uma dinastia de ascendência *heroica/guerreira/sagrada*. Concordamos com Theml (1995, p. 4-5) sobre a vitalidade de se utilizar fontes textuais de origem não macedônia para investigar a fundação dessa realeza, isso por dois motivos. Em primeiro lugar, os macedônios, eles mesmos, não nos deixaram testemunhos sobre o surgimento de sua realeza. Em segundo lugar, os macedônios dos séculos V e IV a.C. não contestaram a representação construída por Heródoto. Pelo contrário, os macedônios valeram-se desta construção em diversos momentos. Possivelmente, não houve questionamento dos relatos helênicos por parte dos macedônios sobre a fundação mítica de sua realeza pelo fato de a explicação não se encontrar em desacordo com os interesses macedônios ou por não possuírem alternativas próprias, nem meios de construí-las devido à perda da tradição num contexto de aumento dos contatos interétnicos no território macedônio, que é ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Mapa da Macedônia



Fonte: mapa organizado por Theml, com desenho de José Carlos Bustamante.

A *basileia* macedônia se diferenciava em muitos aspectos da homérica, da qual já tratamos.⁹² No que concerne às características desta realeza, um dos trabalhos mais importantes produzidos no Brasil é a tese de doutorado de Neyde Theml. Dialogando com a Arqueologia, Theml (1997; 1995; 1993) aponta que, enquanto o *hérôn* (tumba monumental dedicada aos heróis) foi um dos signos distintivos da emergência da *pólis*, no território da Macedônia surgiu um outro tipo de sepultura – a *tumba do guerreiro*. Em virtude do *hérôn*, podemos afirmar que a figura do herói (*héros*), foi um importante instrumento simbólico no momento da organização do mundo *políade* ao longo do século VIII a.C. Esse herói aparece definido como um guerreiro destacado, como vimos nos poemas homéricos. Quando de sua morte, ele deveria ser cremado e seus restos colocados em uma urna funerária, que deveria ser depositada em uma sepultura à altura da honra do herói em questão. Chamamos este tipo de sepultura de *hérôn*, e sua existência relacionava-se com o sentimento de pertença à

⁹² Mesmo que possamos apontar algumas semelhanças entre o *basileus* homérico e o macedônio, como deveres religiosos, liderança do exército e atuação em julgamentos em determinadas circunstâncias, um olhar mais próximo revela importantes diferenças. Para mais detalhes, vide Carlier (2005).

comunidade cívica (ANDRÉ, 2012, p. 103-104; SOUZA, 2005, p. 2). A participação em um culto definia a pertença a um coletivo. Quanto à *tumba do guerreiro*, este monumento funerário teria um significado diverso do *hérôon*, revelando a existência de uma elite responsável pela organização política da comunidade.

Figura 7 – Artefatos referentes à *Tumba do Guerreiro*, necrópole de Vergina, séc. VIII a.C.



Fonte: <https://www.aigai.gr>

As duas imagens da Figura, que se referem a tumbas do período arcaico encontradas na necrópole de Aigai, atual Vergina, nos permitem concluir que os artefatos encontrados nas sepulturas masculinas, tais como espadas, facas e lanças, traduzem a função militar do monarca macedônio, arraigada a uma ideologia dos heróis desde o período da fundação da realeza macedônia. Segundo (THEML, 1997, p. 303):

Observamos que a presença, no VIII^o/VII^o séculos a.C., destas “tumbas reais” heroificadas e a das “tumbas de guerreiros”, marca dois espaços com tempos históricos diferentes. Um centro helênico onde se processa a formação das *póleis* e [outro] [...] onde as comunidades organizam-se politicamente através de uma elite guerreira em forma de chefias ou realzas tradicionais.⁹³

Esse tipo de governo, exercido por uma elite guerreira, é, segundo a autora, resultado de um processo de preservação dos usos e costumes macedônios diante das mudanças que irrompiam na Hélade e das contínuas vagas migratórias. Os dados provenientes da cultura material da região da Macedônia, na Idade do Bronze, mostram que os macedônios, os trácios e os brígios se organizaram como culturas guerreiras (THEML, 1993; ARCHIBALD, 2005). Várias etnias diferentes invadiram e ocuparam a Macedônia, na Antiguidade. Assim, a nosso ver, houve uma tendência à valorização dos costumes ancestrais como forma de defesa e manutenção da identidade social dos macedônios. Além disso, não devemos esquecer que existiu, por parte da elite, uma reivindicação das suas origens míticas ligadas aos deuses helênicos. A elite macedônia, por meio do mito de fundação da sua *basileia*, considerava-se descendente de Zeus e celebrava o festival de outono em homenagem a esta divindade, além de ser conhecedora e admiradora dos poemas homéricos (BORZA, 1982, p. 10).

Como podemos perceber por meio da passagem de Heródoto sobre a fundação da realza macedônia citada na abertura desta seção, Gaianes, Aérope e Pér dicas seriam descendentes de Têmenos. Na narrativa mítica, Têmenos descendia de Héracles. Os descendentes de Têmenos foram chamados de *Teménidas*. Gaianes, Aérope e Pér dicas, pertencentes a esta casa, teriam subjogado a Macedônia, instituindo uma dinastia que reinaria sobre a Macedônia até Alexandre IV.⁹⁴ Theml (1993, p. 106) expõe o motivo provável pelo qual o poder sobre na Macedônia repousou sobre a dinastia dos argéadas:

⁹³ A Macedônia era muito mais ligada ao conjunto cultural do norte/oeste/leste balcânico do que com o sul, território que havia sido o centro da sociedade micênica e mais tarde do mundo das *póleis*.

⁹⁴ Chama-se a dinastia macedônia de Argéada/Teménida, pois existe a tradição que associa sua origem também a Argeas, filho de Makédon, além de Têmenos. Makédon era filho de Zeus e herói epônimo da Macedônia. Sua genealogia possui pelo menos cinco tradições: autóctone; irmão de Magneto filho de Tia; um dos dez filhos de

Acreditamos que os *Argeadae/Temenidae* possuíam a função de depositários da tradição da comunidade dos pastores e que este fator foi que lhes garantiu uma posição de liderança quando a comunidade se tornou sedentária e teve de gerenciar conflitos de diferentes níveis. Desta forma, conhecer o passado garantia a autoridade da família e manter este conhecimento significava conservar o prestígio, a confiança e o poder.

Outro dado importante sobre a realeza dos macedônios é que, diferentemente do caso micênico, na Macedônia da Idade de Bronze não encontramos construções palacianas. O que se encontrou entre a Idade de Bronze e o início do VIII século a.C. foram assentamentos aldeãos, que não apresentavam muralhas (BORZA, 1982; HAMMOND, 2001). Para Hammond (2001; 1972), a *tumba do guerreiro*, no território de Vergina, indicaria, no século VIII a.C., a independência dos macedônios promovida pelos Argéada/Teménida, que buscavam legitimar seu domínio mediante a narrativa mítica, estabelecendo assim uma ligação com o campo do sagrado. Segundo Theml (1997, p. 317), podemos inferir que entre 900 a 650 a.C. ocorreu a formação e consolidação da realeza dos macedônios. Pelo fato de a passagem de chefias locais para uma *basileia* de caráter *guerreiro/sagrada* ter ocorrido pelas mãos do grupo étnico dos macedônios,⁹⁵ Theml, Borza e outros estudiosos chamaram essa organização política macedônia de *Estado-Éthnos*.

Há autores que associam a *basileia* macedônia ao modelo *trifuncional*. De acordo com Gonçalves (1996), aproximadamente entre 2.500 e 770 a.C., no território da Grécia, se desenvolveriam três modelos de realeza tradicionais: a *trifuncional*, a *micênica* e a *homérica*. Durante toda a Idade de Bronze, a Macedônia teria conhecido apenas um tipo de realeza, a trifuncional, que seria regida por três princípios reunidos na pessoa do monarca: a soberania, a força e a fecundidade, que exprimiriam as três funções sociais do monarca: a sacerdotal, a guerreira e a produtiva (GONÇALVES, 1996, p. 10-11). De acordo com Durand (1989, p.

Eole; filho de Lycaon; um dos companheiros de Osíris. Makédon significa cabeça de lobo ou couraça de pele de lobo.

⁹⁵ Essa *basileia* de caráter *guerreiro/sagrada* foi importante para a definição não só da realeza de Alexandre, como para a própria definição da monarquia helenística.

98), todo poder soberano seria triplo: “[...] sacerdotal e mágico por um lado, jurídico por, outro e, por fim, militar. O rei é [...] ao mesmo tempo mago inspirado com prerrogativas ascensionais, soberano jurista e ordenador monárquico do grupo, não se podendo separar destas duas funções os atributos executivos e guerreiros”. Porém, devemos tomar cuidado com interpretações que atribuem um caráter absoluto à realeza macedônia, pois mesmo que o papel da elite guerreira fosse menos evidente ao lado do *basileus* macedônio em comparação à aristocracia guerreira que seguia o *basileus* homérico, hoje sabemos que o conselho que auxiliava o monarca argéada tinha uma importância política considerável (ERRINGTON, 1991; MOMIGLIANO, 1992).

Falar sobre o poder exercido pelo soberano macedônio é adentrar um território dominado pelo simbólico, pois, de acordo com Balandier (1982, p. 7), o poder requer uma *teatrocracia* para se legitimar. O poder só se realiza efetivamente e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e por sua organização em um quadro cerimonial. Ao examinarmos mais de perto a representação mítica de Heródoto sobre a fundação da realeza macedônia, podemos perceber uma série de elementos simbólicos que visam a legitimar o poder do soberano. No texto de Heródoto, estão presentes as forças da natureza, os gestos rituais e os valores culturais correspondentes à formação da monarquia. Segundo Gonçalves e Theml (1996, p. 19-20; 1995, p. 72-73), é possível perceber, por meio da representação construída por Heródoto acerca da fundação da realeza macedônia, características do poder real e suas justificativas. Em primeiro lugar, Pérdicas, por ser o mais novo dos três irmãos, detém maior fecundidade na geração de filhos e, desta forma, ocupa e trabalha a terra, além de governar. A segunda característica se refere à origem divina de Pérdicas, primeiro rei macedônio, descendente de Hércules por parte dos teménidas. A terceira característica também possui conexão com o sagrado, pois mostra a proteção das divindades a Pérdicas de forma direta e pública, como quando o rei cede aos irmãos, a título

de pagamento, os raios de sol, mas apenas Pérdicas, sendo o escolhido, os recolhe. Outro exemplo provém da fuga dos irmãos, quando os deuses uma vez mais iriam interferir em prol dos teménidas:

Logo que deixaram a casa, uma das pessoas que se achavam perto do rei advertiu-o sobre as intenções que poderia alimentar o mais jovem dos irmãos ao aceitar tão prontamente o oferecimento que lhe fora feito. O rei, entre receoso e irado, enviou cavaleiros ao encalço dos três irmãos, com ordem de matar o mais jovem. Existe, nesse país, um rio ao qual os descendentes de Argos oferecem sacrifícios, como a um libertador. Logo que os três irmãos o atravessaram, suas águas se avolumaram de tal forma, que seus perseguidores não puderam passar [...] (Hdt., VIII, 138).

O papel do elemento religioso foi fundamental para garantir a autoridade dos reis dos macedônios e, ao mesmo tempo, possibilitou a Heródoto operar com os símbolos da identidade helênica (ERRINGTON, 1978, p. 80-83; THEML, 1995, p. 72). O irmão mais novo demonstra ter funções de soberania, força e fecundidade em termos simbólicos e concretos. Em uma espécie de ritual de autossuperação, Pérdicas, de irmão mais novo e frágil, se torna soberano. Por último, mas de suma importância, está a presença do *Sol*, materializado nos raios dourados colhidos por Pérdicas e que, posteriormente, se tornariam o símbolo por excelência da dinastia macedônia: a *Estrela Argéada*.⁹⁶

Figura 8 – Disco dourado representando o Sol de Vergina, séc. IV a.C.



Fonte: <https://www.aigai.gr>

⁹⁶ Para Gonçalves (1996, p. 21), todos os três tipos de realezas tradicionais surgidas no território grego eram apolíneas.

O episódio mítico que se refere à recolha dos raios solares por Pérdicas possivelmente possui vínculos com este emblema (Fig. 8), que é um dos maiores símbolos da dinastia Argéada. Na figura, temos o chamado *Sol de Vergina*, *Estrela de Vergina* ou, como é mais conhecido, a *Estrela Argéada*. Trata-se de uma estrela com 16 raios que era usada como decoração funerária. A diversidade de nomenclaturas para este símbolo se deve às divergências acerca do seu significado. Para Borza (1990, p. 260-261), por exemplo, este símbolo não teria relação exclusiva com a dinastia dos Argéada, uma vez que é encontrado em diversos artefatos macedônios. Contudo, Andronikos (1981) defende a estrela como um emblema próprio da dinastia Argéada,⁹⁷ pois aparece decorando os túmulos desta linhagem. Essa segunda hipótese é hoje a mais aceita pelos especialistas, visto que a existência do termo *Estrela Argéada* reforça a filiação com a dinastia à qual pertenciam Filipe e Alexandre. Além de estar presente nos túmulos dos reis macedônios, este emblema era encontrado em escudos e moedas, nas versões com 8 ou 16 raios solares. Quando da campanha de Alexandre na Ásia, o emblema se difundiu por diversos territórios, sendo empregado durante todo o período helenístico. Sobre a importância da associação dos argéadas com um símbolo solar, afirma Thémel (1995, p. 73):

O signo solar estabelece naturalmente uma rede simbólica no imaginário helénico. O Sol remete a ideia de círculo e de universalidade. Através da presença do Sol, um grande círculo, se dava o dia e a luz, a sua ausência correspondia à noite e ao escuro. Pela posição do Sol no céu e seu caminho imortal do leste para o oeste o homem determinava a sua própria posição na Terra, estabelecendo a espacialidade e temporalidade humana (alto/baixo - mortal/ imortal). O Sol é como um grande olho que tudo vê e porque tudo vê é justiceiro, sábio e soberano. Os raios solares são resplandecentes, brilhantes, preciosos como o ouro. Assim, o círculo solar remete a ideia de coroa e diadema real. A cor púrpura da aurora e do poente é majestosa, soberana, imortal, pois controla o despertar e o descanso dos homens, dos animais e do ciclo das plantas. O Sol é soberano, é a direita, é o masculino, é o pai e é celestial. Sendo assim a representação do círculo e da cruz gamada para direita, que aparece na cerâmica dos sítios de Vergina, é solar, soberana, real e conota movimento. O círculo associado ao Sol representa: medida, ordem, harmonia, vigilância, justiça, soberania, fertilidade e fecundidade (THEML, 1995, p. 73).

⁹⁷ Andronikos foi o responsável pelas escavações no território de Vergina em 1977, que levaram ao encontro de uma caixa dourada, artefato comum nas tumbas dos reis macedônios. Na caixa encontrada por Androniko e sua equipe está gravada essa estrela. A maioria dos especialistas acredita que este artefato tenha pertencido à tumba de Filipe II, apesar de haver algumas discussões sobre a possibilidade de ela pertencer a Filipe Arrideu, filho de Filipe II.

De acordo com Durand (1986, p. 88), no momento em que Pêrdicas recolhe os raios de sol, enviados pelos próprios deuses, ele faz uma apropriação mágica, um rito, obtendo a concordância das divindades para assumir o poder. O *basileus* descrito na narrativa mítica seria a imagem viva do Sol entre os humanos – aquecendo-os, guiando-os e concedendo vida a todos ao seu redor. Balandier (1989, p. 17), ao falar sobre os sistemas políticos tradicionais, como no caso da monarquia macedônia, na qual abundam os símbolos religiosos, afirma que a transfiguração do soberano provocada pelo poder e hierarquia são evidentes. Tudo o que ocorre se relaciona com o soberano, é simbolizado e se dramatiza por ele. O soberano deixa de fazer parte do mundo ordinário para se tornar ordenador do cosmo. Balandier (1969) evidencia um laço de união entre aqueles que exercem o poder e as coisas sagradas, apontando para uma relação intrínseca entre religião e política:

Os soberanos são parentes, homólogos ou mediadores dos deuses. A comunidade dos atributos do poder e do sagrado revela o elo que sempre existiu entre eles, e que a história distendeu sem, todavia, rompê-lo jamais. O ensinamento dos historiadores se impõe com a força da evidência, desde o instante em que eles consideram os poderes superiores associados à pessoa real, os rituais e o cerimonial da investidura, os processos que mantêm a distância entre o rei e os súditos e, enfim, a expressão da legitimidade. [...] A sacralidade do poder afirma-se também na relação que une os súditos ao soberano: uma veneração ou uma submissão total, que a razão não justifica, um temor da desobediência, que tem o caráter de transgressão sacrílega (BALANDIER, 1969, p. 115).

Ainda tratando sobre o soberano, Balandier (1982, p. 152) afirma que:

Quando um indivíduo é escolhido rei, ele é arrancado da ordem do cotidiano. Faz-se dele um chefe, e sua sagração remete sempre a um imaginário que se apoia nos primórdios. De fato, subir ao poder é morrer como homem para renascer como detentor do cargo supremo [...].

A construção mítica acerca da fundação da realeza macedônia nos revela como as relações políticas e sociais são forjadas no âmbito da cultura, local onde se constrói e se mobiliza o poder simbólico (BOURDIEU, 1998, p. 7-8). O sistema simbólico que cerca a *basileia* e seu soberano, no mito recolhido e operado por Heródoto, exerce, no plano da

concretude das ações humanas, uma autêntica função política, legitimando a dominação de determinado grupo sobre outro. Esta ideia vai ao encontro do conceito de representação formulado por Chartier (1990, p. 5-10), para o qual a representação é entendida como um recurso cognitivo que nos auxilia a identificar como determinada realidade é concebida pelos agentes. Admitindo-se que o mundo seja eivado de representações e que estas sejam construções ligadas a grupos sociais específicos que, por seu intermédio, buscam impor aos demais a sua própria interpretação do mundo, vemos que as representações estão em competição e concorrência na condição de práticas de significação e sistemas simbólicos capazes de gerar identidades coletivas. Nesse sentido, os símbolos se tornam, de acordo com Bourdieu (1998, p. 10), “[...] os instrumentos por excelência da integração social. Enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação, os símbolos tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”.

Diante da representação acerca das origens da *basileia* macedônia, devemos nos indagar sobre a sua importância para aquela sociedade. O crescimento exagerado do pão, o ato de se oferecer raios de sol como pagamento e a súbita cheia de um rio são todos símbolos que, segundo Geertz (2013, p. 68), constituem: “[...] formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças [...]”.

Outro aspecto que merece destaque é a construção da *basileia* macedônia como fruto de uma dinastia conquistadora com filiações helênicas. Desde Alexandre I (498-454 a.C.), os Argéada/Teménida conclamam uma origem mítica helênica (BORZA, 1982; HAMMOND, 1989, p. 16-19). Nosso objetivo não é retomar a longa discussão sobre a origem étnica dos macedônios, se estes eram ou não gregos.⁹⁸ A questão é que, como elemento constitutivo

⁹⁸ A associação com a cultura helênica é muito mais um elemento distintivo construído para reforçar a imagem régia. A realeza macedônia, constituída a partir de VIII a.C., só buscou esta associação no século V a.C., com

desta monarquia, a origem mítica helênica, associada com o aspecto conquistador do soberano macedônio, teve grande relevância para a população que se encontrava no território da Macedônia e que fora submetida pelo *éthnos* macedônio a partir do VIII e VII séculos a.C. Como símbolo de distinção e de legitimação do poder, o *direito de conquista* foi desde o início um dos fundamentos desta *basileia*, pois ela era em parte uma realeza de caráter guerreiro. Sobre o direito de conquista, Aristóteles (*Pol.*, I, III, §8) nos informa que:

[...] a arte da guerra é de algum modo um meio natural de conquista: porque a arte da caça é apenas uma das suas partes, aquela da qual se serve o homem contra as feras ou contra outros homens que, destinados por natureza a obedecer, recusam submeter-se; assim, a própria natureza desculpa a guerra [...].

Especificamente sobre o poder de conquista de territórios pelos macedônios, que levou à formação da *basileia*, destaca-se o relato de Tucídides (II, 99, 1-6):

[...] o litoral, hoje chamado Macedônia, obtiveram-no primeiro Alexandre, pai de Perdicas e os seus antepassados que eram Temênidas de Argos. Instalaram-se como *basileus* depois de derrotarem numa batalha e expulsarem os Piérios da Piéria [...] Da região chamada Bótia expulsaram os Botieus [...] Conquistaram também uma pequena faixa de terra ao longo do rio Áxio desde o interior até Pela e o mar. E ocuparam outra faixa estreita desde o Áxio até ao Estrímon chamada Migdônia, depois de expulsarem os Edonos. Também expulsaram os Eordos da região chamada Eórdia [...] Expulsaram também os Almopes da Almopia. Estes Macedônios, também pela força, apoderaram-se e ainda mantêm outros locais pertencentes a outras tribos [...] A região toda passou a chamar-se Macedônia [...].

Assim, a Macedônia era, de acordo com Antela-Bernárdez (2009, p. 163) e Hammond (1988, p. 389), a *doroktetos chora* dos Argéada. Com base no direito de conquista, a terra adquirida pela lança pertencia ao monarca, que seria o encarregado de regular o usufruto dos bens naturais do território, assim como gerenciar as relações com o exterior e a prática

Alexandre I. Ela foi reforçada através da construção narrativa de Heródoto durante o período do governo de Pérdicas II. De acordo com Hall (2002) e Laky (2012), essa aproximação acontece em meio a um processo geral de construção da identidade grega nos séculos VI e V a.C., a partir da difusão do culto a Zeus Olímpio, sendo somente em 409 a.C., durante o governo de Arquelaus, estabelecidas competições atléticas em honra a este deus em Díon. No entanto, discordamos de Laky (2012, p. 207-208) e Hall (2002, p. 165), quando estes afirmam que estabelecidas as filiações com elementos da cultura helênica, no fim do século V a.C., os macedônios foram aceitos como helenos. Em pleno século IV a.C., o mundo da Hélade ainda via os macedônios como estrangeiros e bárbaros, incluindo seus monarcas, postura que, diante de uma preponderância político-militar da Macedônia de Filipe II, gerou uma discussão política acirrada sobre o lugar dos macedônios.

religiosa oficial, na condição de sumo sacerdote do povo macedônio (HAMMOND, 1992, p. 34). Proveniente deste poder de conquista, o soberano macedônio tinha como um de seus principais atributos a habilidade militar.

Como afirma Valeri (1994, p. 415-417), associado aos poderes místicos da realeza, está sempre o poder militar, sendo que, na maior parte das teorias da realeza, um aspecto deriva do outro. A partir do momento que um rei conquista determinada sociedade, ele sai da periferia desta e passa para o seu centro, identificando-se com os valores da sociedade dominada. O *basileus* tem, por isso, um caráter duplo, que se exprime na mitologia e no ritual da realeza – ele é um estrangeiro, um conquistador violento, mas ao mesmo tempo se identifica com o povo, sendo o responsável pela manutenção da ordem (VALERI, 1994, p. 417). A monarquia macedônia, desta forma, seria fruto do heroísmo de um homem/dinastia, que a resgatou do caos e devolveu-lhe a harmonia, que só pode ser obtida e mantida mediante a vitória sobre os inimigos.

Analisando a natureza da realeza macedônia, vemos como esta reivindica para si não apenas o monopólio do poder simbólico, mas também o da violência física/simbólica. Isto decorre, como diz Bourdieu (2014, p. 260-261), do fato de que, no processo de construção do Estado, este busca concentrar, em torno da figura do rei, os diferentes capitais. Essas diferentes formas de acumulação de capital “[...] militar, econômico e simbólico são interdependentes e formam um todo, e é essa totalização que faz a especificidade do Estado [...]” (BOURDIEU, p. 2014, p. 266). Dentro dessa ótica, há outro monopólio que o monarca busca – o da lei. Muito ainda se debate sobre a questão jurídica na Macedônia e os limites do poder do *basileus*. O termo *monarquia pessoal* tem sido amplamente utilizado para definir o sistema macedônio, no sentido de considerar o rei uma encarnação do Estado em termos jurídicos (ERRINGTON, 1974, p. 21; ANTELA-BERNÁRDEZ, 2009, p. 163). Mas, como vimos, existiam estruturas, na Macedônia, que podiam restringir o poder do rei, como a

assembleia de guerreiros, mas essas estruturas são pouco iluminadas nas fontes, que enfatizam o caráter militar da realeza macedônia. Contudo, podemos encontrar indícios de que o monarca governava pela lei e não somente pela força – chegando mesmo a encarnar a primeira (ELLIS, 1977, p. 24).⁹⁹

Em uma passagem de Arriano, na qual Calístenes fala a Alexandre, vemos o tema ser abordado:

Alexandre não só parece ser, mas realmente é [...] o mais bravo [...] e o mais majestoso dos *basileis*, generais e o mais digno para comandar um exército [...] Ó, senhor! Você tem a responsabilidade, mais do que qualquer outro homem, para se tornar o maior defensor desses pontos levantados por mim, e adversário daqueles que são contra [...] você tem que lembrar que não está associado [...] a Cambises ou Xerxes, mas sim ao filho de Filipe, que remonta sua origem a Herácles e Éaco, cujos antepassados vieram para a Macedônia e tem continuado a governar os macedônios até hoje, não pela força, mas pela lei [...] (Arr., *Anab.*, IV, 11, 6).¹⁰⁰

Anson (2008), ao examinar os supostos poderes da assembleia macedônia, o de ouvir, assessorar e orientar o *basileus* nos casos de pena capital, afirma que essas prerrogativas da assembleia representavam apenas uma oportunidade para que o monarca envolvesse os macedônios no processo de tomada de decisões judiciais. Com efeito, o governo da Macedônia tinha muitas das características de uma autocracia. Simplesmente não havia governo além do *basileus*. Como vimos, o rei, devido a sua autoridade, determinava os impostos e os serviços, controlando a política externa, formando alianças com governos estrangeiros e declarando a guerra e a paz. Ele era o chefe dos exércitos, controlava as minas e as florestas, servia como chefe religioso oficial e fundava cidades (ANSON, 2008, p. 135-137).

A existência de um *nomos* macedônio, que regulamentava as relações entre o monarca e o povo, era, entretanto, uma forma de relativizar o absolutismo régio (MOSSÉ, 2004, p. 53). De fato, a autoridade régia foi limitada pela própria natureza do governo real e as tradições da

⁹⁹ Podemos ver informações desta natureza nas obras dos antigos como Justino (XXIV, 5-14) e Cúrcio (X, 7-9).

¹⁰⁰ Arriano usa o termo ἄρχοντες, para falar sobre os soberanos macedônios. *Arcontes* seriam aqueles que detêm o poder – a *arché*.

Macedônia. Sobre a aclamação do rei na Macedônia, não temos muitas informações, mas, provavelmente, a assembleia tinha um papel por vezes fundamental no ritual de entronização do novo monarca, visto que as disputas sucessórias eram complexas. Após a morte de Filipe II, por exemplo, é muito provável que Alexandre tenha sido confirmado como *basileus Makedônou* pelos guerreiros reunidos em assembleia, com os quais o novo monarca já tinha uma forte relação desde o governo do pai (MOSSÉ, 2004, p. 54). Quanto à existência de um poder absoluto exercido pelo monarca, talvez a ideia da autocracia macedônia tenha se imposto devido ao fato de a maior parte das informações sobre ela advirem do período posterior ao governo de Filipe II. Este teria sido o responsável pela finalização do processo de unificação e modernização da Macedônia, além de ter exercido uma política de forte caráter expansionista. Mas, ao relativizarem os limites da *basileia* macedônia, alguns autores, como Mossé (2004), Fenton (2005) e Momigliano (1992), sugerem que a força da personalidade de Filipe, mais do que uma modificação institucional, foi o que permitiu o fortalecimento da autoridade régia na Macedônia, embora esta autoridade pudesse ser contestada em algumas circunstâncias, como nos momentos de transmissão do poder. A questão que se coloca, no entanto, é a importância do poder pessoal ligada a esta *basileia* macedônia, sobretudo a partir de Filipe e Alexandre.

O próprio Filipe buscou fortalecer os laços entre a realeza e os macedônios, pelo menos com os membros da elite, no processo de expansão da Macedônia. Antes de Filipe, a cavalaria era a principal força militar. Suas fileiras eram formadas pela aristocracia macedônia, que representava os *hetairoi* (ἑταῖροι), *companheiros*. Na Macedônia, a máquina burocrática era mínima, sendo a maior parte dos cargos de governo ocupados por estes indivíduos. Os *hetairoi* se vinculavam formalmente ao monarca por meio de laços religiosos e sociais: sacrificavam, caçavam, bebiam e lutavam ao lado do rei (STAGAKIS, 1962, p. 53-67). Filipe II estendeu esse tipo de vínculo pessoal para a recém-formada infantaria macedônia, composta

pelos *pezhetairoi* (πεζήταιροι), os *companheiros a pé*, que passaram a desempenhar um papel importante no exército (BILLOWS, 1994, p. 16-20; ANSON, 2009, p. 471-477).

Desta forma, o conceito de realeza pessoal, muito utilizado para a Macedônia, ganha espaço. Essa natureza em parte pessoal da monarquia macedônia tornava necessária a existência de um *basileus* que fosse um líder carismático. Na visão de Weber (1999, p. 360), o líder carismático associa-se aos Estados de burocracia mínima. Ele é soberano porque é acima de tudo um chefe militar, de modo que sua monarquia é fruto do seu heroísmo carismático. De fato, o rei deveria ser o primeiro a se envolver na batalha e o último a deixá-la. Anson (2008, p. 136) informa que a legitimidade do regime dependia muito da personalidade e capacidade do monarca em lidar com as questões referentes ao poder. Nesse aspecto, Filipe foi um exemplo para a realeza macedônia.

Essa monarquia guerreira, revestida com atributos sagrados e de caráter étnico/tribal, ao final do século V a.C. e ao longo do século IV a.C., passou por transformações que permitiram uma acentuada centralização do poder pelo *basileus*. No decorrer do século IV a.C., a *basileia* de Filipe entrou em contato com o mundo da *pólis*, num contexto de profunda instabilidade e discussão política. Nesse momento, as representações da própria *basileia* pelos gregos da *pólis* experimentaram transformações, e um espaço importante foi aberto para o crescimento do exercício de uma *arché* pessoal.

Um sistema em construção

[...] os fins do bom pastor e do bom *basileus* são semelhantes. Dizia [Ciro] que é necessário que o pastor, tornando felizes os animais [...] tire proveito deles; assim também o rei tira proveito de homens e cidades, tornando-os felizes [...] (Xenophon, *Cyropaedia*, VIII, 2, 14).

Os escritos de Xenofonte que tratam da realeza expõem um debate sobre a transição das formas políticas desde as formas residuais da *pólis* até a *basileia* helenística. O regime dos Trinta Tiranos configurou, em Atenas, um cenário para a definição da oligarquia como tirania. Já o aumento do mercenariato após a Guerra do Peloponeso favoreceu o protagonismo de chefes militares apoiados por mercenários, chefes estes que, por sua vez, podiam ser associados aos tiranos. Xenofonte, como modo de alertar a Hélade acerca dos males da tirania, aponta para caminhos que visavam a transformar o poder pessoal em uma *basileia* benéfica para os cidadãos, evocando os exemplos de Agesilau e Lisandro e associando o tirano àquele que busca o poder pessoal com apoio do *demos* (SUÁREZ, 1989, p. 135-140). Em *Hiéron*, Xenofonte critica o governo dos tiranos ao mesmo tempo que oferece conselhos com o propósito de transformar a tirania em *basileia*.

[...] Te digo, Simónides, quais são os outros motivos de sofrimento dos tiranos. Conhecem [...] aos valorosos, aos sábios e aos justos, mas no lugar de desfrutarem os temem, aos valentes por se atreverem a atuar em favor da sua liberdade, aos sábios por maquinarem algo, e aos justos por a multidão sentir o desejo de alinhar-se sob suas ordens. Quando suprimem, por medo, os que são assim, quais restam para lhe servir que não os injustos, os indisciplinados e os servis? Os injustos são dignos de confiança porque temem, como os tiranos, que as cidades quando livres, se tornem donas de si mesmas, os indisciplinados porque dão licença para o presente, os servis porque nem eles mesmos se consideram dignos de serem livres. Pelo menos para mim, este sofrimento parece difícil de suportar, considerando que existem bons homens, mas estão obrigados a se servir de outros. Ademais, é necessário que o tirano seja amante da cidade, pois sem a cidade não poderá nem salvar-se e nem ser feliz. A tirania esta obrigada a prejudicar as suas próprias pátrias, pois não vão bem quando ao invés de preparar aos cidadãos para serem fortes e armados, fazem aos estrangeiros mais fortes que os cidadãos e usam estes como portadores de lanças. Nem sequer quando há bons anos existe complacência com o bem, nem assim se alegra o tirano, pois pensam que são mais submissos quando estão mais necessitados [...] (Xenophon, *Hiero*, V, 1-4).

Em suma, a passagem citada de Xenofonte coloca a tirania da multidão, a dos poucos ou a exercida por apenas um homem como equivalentes no que se refere aos males por elas causados. Na realidade, sua leitura exprime, de forma geral, a dificuldade de se recuperar a *pólis* tradicionalmente idealizada, governada pelos melhores. A cidade à qual este grego aspira requer a intervenção do poder pessoal. Devido à situação crítica das *pólis* após a

Guerra do Peloponeso, para Xenofonte, assim como para Isócrates em diversos escritos, como nos discursos cipriotas (*Nicocles*, 3) e na carta a Filipe da Macedônia (*Phil.*, 5) somente um governante forte poderia solucionar as contradições das cidades gregas. Nesse sentido, era necessário diferenciar a tirania, agora concebida de modo claramente pejorativo, da *basileia*, que é tida doravante como um bom governo. Para Xenofonte, como demonstra a passagem citada, o *basileus* poderia se definir como antitirano, apoiando-se nos valentes e de melhor estirpe (γενναῖος), nos sábios, nos justos e, em geral, nos cidadãos; mas não nos injustos, nos indisciplinados, nos estrangeiros e servis, identificados como mercenários, que serviriam de sustentação para o tirano. Para Suárez (2007, p. 149), esta seria uma forma de conjugar *pólis* e *basileia*.

Xenofonte não foi o único a ver com simpatia o regime monárquico, no século IV a.C. Segundo Mossé (1975, p. 72-85), nesse período há uma espécie de desenvolvimento de uma *ideologia real* que busca demonstrar os benefícios do poder restituído às mãos de um único homem – *o melhor, o sábio, o justo* – diante das fraturas da democracia e da oligarquia.¹⁰¹ O bom *basileus* não seria tirano nem déspota, mas um homem dotado de predicados nobres que governaria sobre homens livres. Desta forma, a monarquia não seria imposta. A autoridade real deveria ser livremente consentida. Retornando ao pensamento de Xenofonte, nas *Memoráveis* (IV, 6, 12), quando este discorre sobre as formas de governo definidas por Sócrates, notamos que a monarquia e a tirania são tidas como duas formas de governos diferentes. A *basileia* seria o governo aceito pelo povo e conforme às leis da cidade, já a tirania seria um poder imposto e que não obedeceria à lei, mas somente à vontade do

¹⁰¹ Por as fontes que temos serem provenientes do território da Hélade e a discussão realizada ser a partir de reflexões sobre o regime *políade*, devemos ressaltar que esta visão positivada sobre a *basileia* não exclui a existência de grupos que apoiassem a manutenção do sistema *políade*. Na efetividade, eles eram superiores em números aos grupos com “tendências monarquistas”. Contudo, a discussão sobre a realeza promovida por homens como Xenofonte e Isócrates torna-se fundamental para nós à medida que, por meio dela, podemos vislumbrar como esses helenos enxergavam a monarquia. Ao mesmo tempo, conseguimos captar informações sobre regimes régios sobre os quais não temos, ou praticamente não temos, registros escritos das próprias sociedades, como no caso da Macedônia.

soberano. Devemos ressaltar que o livre consentimento para que um soberano governasse dependia diretamente das qualidades deste.

Esse novo posicionamento diante da monarquia e do soberano ideal foi favorecido por três fatores: pelo ideal de cosmopolitismo, que começou a ganhar cada vez mais espaço após a Guerra do Peloponeso; por uma nova configuração da *paideia* do príncipe, no século IV a.C.; e, em parte, pela ascensão de líderes que se mostravam capazes de solucionar os conflitos da Hélade, sobretudo a partir da intromissão de Filipe no mundo das *póleis*. Para Reale (2003, p. 228), mediante o ideal da *cosmópolis* dissolvia-se a antiga equação entre homem e cidadão. O mundo passava a ser considerado uma imensa cidade, e o homem grego obrigado a buscar uma nova identidade após o domínio romano. No que tange ao pensamento de Reale, temos duas ressalvas. Primeiramente, é problemático se referir a *um homem grego* em qualquer período, pois, mesmo na Hélade, é difícil determinar um modelo de cidadão válido para todo o território. Em segundo lugar, as ideias sobre a *cosmópolis* são bem anteriores à dominação romana, pois a identidade grega é estruturada/reestruturada a partir do século IV a.C. (ANDRÉ, 2009).

Esse tipo de pensamento foi associado por alguns autores, como Thébert (1985), ao *pan-helenismo*,¹⁰² que, devido aos problemas do século IV a.C., sofreu uma importante mutação. Pensadores como Hípias (Plato, *Hippias maior*) e Antifonte (*Fragments*, III) falavam sobre uma igualdade entre os homens. O raciocínio sofístico desses dois autores dissolvia antigos preconceitos ligados à aristocracia e ao tradicional particularismo da *pólis*. Ao mesmo tempo, o pensamento de Hípias e de Antifonte, ao afirmarem que cada cidadão, de cada cidade, era igual a cada cidadão de outra, que cada homem de cada país era igual a cada

¹⁰² Com o fim das Guerras Greco-Pérsicas, o fluxo de pessoas das mais diversas origens que circulavam pela Grécia aumentou significativamente. Esse fato levou alguns a questionarem as diferenças estabelecidas entre os próprios gregos. Um grupo que partilhava de tal ponto de vista era composto pelos chamados sofistas. Indo de cidade em cidade para ensinar, mais do que cidadãos de uma simples *pólis*, eles se sentiam cidadãos da Hélade. Do ponto de vista político, com os conflitos do século V e IV a.C., muitos políticos viam em uma união das *póleis*, no sentido de cessarem as hostilidades, uma forma de amenizar a crise nas cidades gregas.

homem de outro, porque, por natureza, todos os homens eram iguais, também colocava em xeque a visão comum que os helenos possuíam sobre a sua superioridade em relação aos outros povos. Mesmo que esses pensadores não tenham definido no que consistia essa igualdade e quais eram os seus fundamentos, percebemos, em seus escritos, que o sentido de comunidade tão forte na *pólis* clássica entrava em colapso, surgindo ao mesmo tempo a afirmação de um individualismo e a ideia de uma *cosmópolis* (VIDAL, 1998, p. 37-50; JAEGER, 2013).

Isócrates foi um dos que logo abraçaram o ideal cosmopolita diante da crise do sistema políade, pois acreditava que Atenas poderia ser a responsável pelo fim das mazelas da Hélade. Em 380 a.C., escreveu um panegírico dedicado à *pólis* ateniense com a intenção de persuadir os gregos a buscarem a salvação para si mesmos (NORLIN, 1961, p. 116-117). Propondo uma aliança entre Atenas e Esparta, Isócrates as exortava a promover uma campanha antipersa como solução para os problemas sociais. Isócrates defendia o sistema constitucional ateniense, realçando os benefícios das leis, evocando o passado de glória da *pólis*, afirmando que as leis democráticas eram a causa dos maiores benefícios para os homens e equiparando a oligarquia à tirania (Isocrates, *Panegyricus*, 39-40). No entanto, nos anos posteriores Isócrates voltou sua atenção para os príncipes e suas respectivas formações pedagógicas, enxergando cada vez mais nestes homens a solução para os problemas que afligiam as cidades gregas.¹⁰³

Dentre os escritos isocráticos que versam sobre o assunto estão os chamados *discursos cipriotas*, compostos por três partes distintas, sendo a primeira dedicada a Evágoras e as outras duas a Nícocles. Segundo Jaeger (2013), esses discursos se encaixavam nos modelos da arte pedagógica praticada na escola de Isócrates, que ajudou a preparar uma série de governantes, incluindo Nícocles. Nesses textos, o autor põe na boca de seu discípulo um discurso dirigido aos súditos, no qual expõe os seus princípios de governo. Por meio destes

¹⁰³ Isócrates possuía vários discípulos, muitos deles pertenciam a famílias de governantes e na vida adulta se tornaram os próprios governantes. Muitos dos escritos do ateniense eram voltados para estes homens.

discursos, podemos entrever a possibilidade de fundamentos filosóficos influírem na direção do Estado através da educação dos governantes. Na descrição do príncipe de Chipre, destaca-se o ideal pan-helênico da educação política isocrática, sendo possível ver a construção da imagem do governante ideal por meio do exercício da moral e da virtude (TOO, 1995, p. 151-152).

Na opinião de Isócrates (*Nicocles*, III, 18-20), a nova *basileia* do século IV a.C. deveria se basear no governo de um só homem de acordo com uma lei fixa e uma norma superior, que derivaria de uma legislação ideal, dissociando-se assim a realeza da ideia de tirania. A monarquia, desse modo, seria a melhor forma de governo e, delineada dentro destes parâmetros, limitava os poderes do rei por meio das virtudes da justiça e da temperança, atributos que o monarca deveria reivindicar para si como pilares de seu governo, em contraste com a concepção predominante das virtudes guerreiras do príncipe (JAEGER, 2013, p. 1124-1137). A *paideia* do príncipe, assim, seria a única fonte da qual as virtudes brotariam, sendo a mais perfeita *paideia* a *ἀρετή*.¹⁰⁴

De acordo com Too (1995), a finalidade da cultura retórica de Isócrates era criar um estado de perfeição da vida humana, que ele chamava de *eudaimonia* (segurança, prosperidade, harmonia interna, prestígio no exterior). Somente pela *paideia* voltada para a formação do príncipe, o monarca poderia alcançar condições de formação superiores às de um indivíduo comum. Apenas a origem do monarca, o nascimento, não bastaria para legitimá-lo como governante, e este deveria se cercar dos melhores homens para que, em momentos difíceis, pudesse ouvi-los. Com mãos firmes o suficiente não para oprimir o povo, mas para impedi-lo de transgredir, o melhor dos homens, detentor da verdadeira *areté*, deveria governar mediante a instauração de uma ordem social sólida e de leis justas e harmônicas.

¹⁰⁴ A *areté* está associada à excelência em todos os sentidos, inclusive da alma, podendo se configurar como virtude, coragem e honra, e geralmente vinculada aos heróis.

Embora a visão de Isócrates possa nos parecer um tanto ou quanto idealizada, e o é, já que ele fabrica a imagem de um soberano ideal, o autor não perde de vista elementos realistas que faziam da monarquia um governo mais adequado para o seu contexto histórico, principalmente no que dizia respeito à guerra:

[...] Preparar forças, utilizá-las de modo a encobrir seus movimentos e a levar vantagem sobre o inimigo, persuadir uns, constranger outros pela violência, comprar indivíduos, conduzi-los por todos os outros processos de sedução, eis métodos que os governos absolutos são mais capazes do que os outros de praticar [...] (Isocrates, *Nicoles*, 22).

O *basileus*, desde que instruído pelas virtudes, estaria autorizado a cometer os atos acima citados. Baseado nessas premissas, Isócrates, a partir de dado momento, passou a depositar suas esperanças de salvação para a Hélade em torno de um novo tipo de monarca, Filipe II, da Macedônia.

Em 346 a.C.,¹⁰⁵ Isócrates compôs um discurso em homenagem a Filipe (*Philippus*). No período, o poder macedônio era incontestável aos olhos dos helenos e Isócrates, enxergando uma oportunidade para a solução dos conflitos internos da Hélade e, talvez, ao mesmo tempo, buscando amenizar os impactos do poder macedônio sobre esta, exaltou a figura de Filipe como possível *sóter* dos gregos. Nesse discurso, ele voltou às premissas básicas dos discursos cipriotas. Aconselhando o monarca, Isócrates afirmava que o rei deveria tratar as *póleis* com igualdade e justiça, empreendendo atividades vantajosas para os gregos, como promover a paz entre as *póleis* (Isoc., *Phil.*, 21-22):

Porque penso que o importante é que vós, sem abrir mão de nenhum de vossos negócios, trateis de reconciliar a cidade dos Argivos, a dos Lacedemônios, a dos Tebanos e a nossa. Pois se puderdes tranquilizar estas, não será difícil, ao que

¹⁰⁵ Neste período, os atenienses estavam esgotados pelas contendas travadas com Filipe, por isso, em março, uma embaixada ateniense foi enviada à Tessália, onde estava o rei. Entre os membros da embaixada estavam oradores influentes como Ésquines e Filócrates, autor da proposta de paz, que estabeleceram uma trégua. Quando Filipe retornou para a Macedônia, se firmou definitivamente um acordo de paz entre as duas partes envolvidas, episódio que ficou conhecido como a *Paz de Filócrates*. No entanto, depois de jurar a paz, Filipe cruzou as Termópilas e aniquilou a Fócida, tomando para si os dois votos no Conselho dos Anfictiões que pertenciam a esta. Mais tarde, Filócrates, pelo fato de ter proposto uma paz que foi desfavorável para Atenas, foi acusado e condenado ao exílio por traição.

entendo, fazer com que as demais concordem. Pois todas já estão sujeitas a estas que mencionei e, quando têm medo, recorrem a qualquer uma dessas quatro [...] para serem socorridas. Assim, se trouxerdes à razão as quatro cidades mencionadas, livraremos todas as demais de muitos males.

O foco central da obra dedicada a Filipe é a campanha contra a Pérsia. A conquista do território dominado pelos Aquemênida seria, em parte, uma solução para os problemas que afligiam os gregos. Isócrates desenhou, ao longo do seu discurso, a imagem do *basileus* macedônio como o governante ideal para liderar uma campanha contra o Império Aquemênida. Filipe seria o herói, o homem providencial, que salvaria os gregos deles mesmos (Isoc., *Phil.*, 81-82):

[...] É, pois, próprio de um homem esforçado e amante dos helenos, e que tem capacidade maior que os demais, valer-se desses homens perdidos [gregos despossuídos] contra os bárbaros, pagando-lhes com terras que mencionei antes; livrar os soldados estrangeiros dos males que padecem e que fazem os outros padecerem; com eles formar várias cidades que sirvam de defesa para a Grécia e que sejam para todos nós um resguardo. Porque, se isso fizerdes, não só os fareis felizes, como proporcionareis a todos nós vivermos seguros.

Isócrates, ao depositar nas mãos de Filipe a responsabilidade por conduzir o combate dos gregos unidos sob a autoridade deste contra os “bárbaros”, aproximou o soberano da imagem do seu ancestral, Hércules, associado à imagem do herói fundador. Outros epítetos são aplicados a Filipe ao longo da obra, tais como: *díkaii* (justo), *prosektikós* (prudente), *elliniké* (heleno) e, logicamente, *hegemón* (comandante militar) (Isoc., *Phil.*, 10; 18; 80; 89-90). Encontramos também, no discurso endereçado a Filipe, a oposição entre *basileia* e tirania, quando Isócrates compara o monarca macedônio ao rei dos persas. Nessa perspectiva, o governo do rei persa seria uma tirania marcada pela fraqueza e pela servidão, por isso os próprios sátrapas deveriam aliar-se a Filipe no momento da guerra, pois este os livraria da escravidão em que se encontravam (Isoc., *Phil.*, 73-76).

Platão também figura entre os pensadores que refletiram a respeito de uma nova *basileia*, controlada por um monarca idealizado. Partindo do pressuposto de que nenhuma

politeia serviria ao verdadeiro filósofo e buscando uma solução para os problemas da *pólis*, afirma Platão (*Respublica*, 499 b-c; 540 d-e):

[...] não há cidade, nem governo, nem sequer um indivíduo que do mesmo modo possa jamais tornar-se perfeito, antes que a esses filósofos pouco numerosos a que agora chamam, não perversos, mas inúteis, a necessidade, saída das circunstâncias, os force, quer queiram quer não, a ocupar-se da cidade, e que este lhes obedeça; ou antes que um verdadeiro amor da filosofia verdadeira, por qualquer inspiração divina, se apodere dos filhos ou dos próprios homens que estão atualmente no poder ou ocupam o sólio real [...].

[...] ela [a cidade ideal] é possível, mas como dissemos, apenas quando tivermos à frente da cidade um ou muitos filósofos, que, desprezando as honras hoje almeçadas, considerando-as indignas de um homem livre e desprovidas de valor, atribuam, ao contrário, maior importância ao dever e às honras que são sua recompensa, e, concebendo a justiça como a coisa mais importante e mais necessária, fiquem a seu serviço, fazendo-a florir, e organizem, segundo suas leis, a cidade [...].

Platão tentou converter, embora sem êxito, segundo seu próprio testemunho, os tiranos de Siracusa, Dênis, o Antigo e Dênis, o Jovem, à filosofia antes de fazer recair suas esperanças sobre Díon, mostrando que a *paideia* do príncipe seria de suma importância no jogo político. Para Platão, mesmo havendo sistemas diferentes, que, na realidade, se dividiam entre *basileia* e aristocracia,¹⁰⁶ havia um único possível. Não obstante a existência de vários homens ou apenas um, estes não poderiam abalar as leis da cidade se tivessem a educação e a instrução próprias de um governante (Pl., *Resp.*, 445 c-e). Em *Político*, Platão abordou diretamente o poder de um único homem, cuja missão principal seria tornar melhores, logo mais felizes, seus concidadãos. Porém, encontrar um portador dos atributos régios não seria algo fácil, visto que, para Platão (*Politicus*, 301 e), “[...] não nascem *basileis* nas cidades como eclodem nas colmeias, únicos por sua superioridade de corpo e de alma, é preciso então, ao que parece, reunir-se para escrever códigos, tentando seguir o rastro da mais verdadeira *politeia* [...]”.

¹⁰⁶ Segundo Suárez (2007, p. 149-150), Platão usa o termo *basileia* por possuir conotações mais próximas a da aristocracia. Ambas constituiriam o que o filósofo chamava de bom governo. A liberdade do *demos* em sua perspectiva levaria a escravidão, da mesma forma que a democracia levaria a tirania. Deste modo, a monarquia identificada como uma forma de aristocracia se constituiria como a contraposição máxima entre realeza e tirania.

Outro pensador que valorizou a *basileia* no século IV a.C. por meio da *areté* do governante foi Aristóteles. Como mencionado, Aristóteles definiu cinco tipos de realeza na *Política*. O estagirita também opôs a *basileia* à tirania, sendo a primeira exercida pelo membro de uma família aristocrática dotado de virtudes superiores, o que o tornava apropriado para o governo da cidade. Na estruturação de seu argumento, é possível perceber a existência de um indivíduo excepcional que seria capaz de governar de forma superior (Aristoteles, *Política*, III, §12-13):

[...] Assim, pois, quando se encontra uma família inteira ou um só indivíduo que possua virtudes por tal forma eminentes que ultrapassem a de todos os outros, então é justo que essa família seja elevada ao poder real, tornando-se senhora de tudo, ou se faça *basileus* a esse indivíduo tão eminente [...] Ora [...] não é equitativo fazer perecer ou exilar pelo ostracismo um homem de uma virtude tão eminente, nem pretender que ele obedeça por sua vez, porque não é da natureza que a parte prevaleça sobre o todo, e o todo é precisamente aquele que tem uma superioridade tão grande. Resta, pois, só um partido a tomar: obedecer a tal homem e reconhecê-lo uma força soberana, não por um tempo determinado, mas para sempre [...].

Ainda no livro III da *Política*, Aristóteles tratou da superioridade deste indivíduo excepcional, que seria uma espécie de divindade entre os homens, encarnando a lei devido às suas virtudes. Segundo Mossé (2004, p. 140), a superioridade da *areté* do soberano e o fato de este encarnar a lei seriam aspectos essenciais que viriam a configurar a *basileia* helenística. Durante todo o período helenístico, a reflexão sobre estes temas foi particularmente intensa e, na prática política, ajudou a consolidar a noção de uma monarquia absoluta governada por um rei divinizado (HIDALGO DE LA VEGA, 2004, p. 73).¹⁰⁷

Ao mesmo tempo que uma nova concepção idealizada da *basileia* surgiu no século IV a.C., no território das *póleis*, começa a sobressair o reino da Macedônia com Filipe e Alexandre. Se a realeza helenística foi tributária, em sua matriz, da realeza macedônia, conservando bases parecidas com as que existiam desde o período dos primeiros reis

¹⁰⁷ Sobre o caráter e limites da divinização do *basileus* helenístico, dedicamos mais espaço a esta temática no terceiro capítulo, ao discutirmos sobre os fundamentos filosóficos desta realeza, e em uma seção do nosso quarto capítulo, onde discutimos sobre a posição do rei helenístico em um limiar entre o campo dos homens e dos deuses.

argéadas, e, ao mesmo tempo, assumiu elementos ligados às monarquias orientais, as reflexões acerca da realeza pelos pensadores do século IV a.C., conjuntamente com as ações de Filipe e, sobretudo de Alexandre, promoveram um ponto de tensão em torno da tradicional *basileia* macedônia, o que abriu caminho para a concepção de uma nova monarquia que, mesmo possuindo elementos inatos a este tipo de governo, incorporou novos princípios mediante as ações dos diádocos, sobretudo no que se refere às relações entre os *basileis* helenísticos e as *póleis*.

Como exposto na abertura do capítulo, a *basileia* helenística transitou durante sua constituição entre três espaços distintos, fato que se deu, em parte, pela conduta de Alexandre ao longo do seu governo. As imagens em torno do argéada também foram forjadas na fronteira entre estes três espaços: Macedônia, Hélade e Oriente. Suas ações estavam no limiar entre a *basileia* e a tirania, segundo as concepções acerca da realeza do século IV a.C., tratadas aqui. Tradicionalmente, o soberano macedônio tinha uma sólida ligação com o território sobre o qual reinava. Ainda, mesmo que possuísse uma forte conexão com o sagrado, este monarca não era divino, mas sim um *primus inter pares*, não podendo nutrir a ambição de superar sua natureza humana (CERFAUX; TONDRIAU, 1956, p. 123). Mas a representação da *basileia* macedônia presente na construção mítica de sua fundação, como vemos em Heródoto (VIII, 137-138), no século V a.C., legitimou simbolicamente as conquistas dos macedônios, a ponto de a filiação do soberano com o sagrado, no limiar do século IV a.C., tornar-se um elemento de destaque. Conforme Thémel (1995, p. 134) afirma,

Os autores se preocupam em estudar as conquistas de Alexandre, delineando um perfil de herói, iniciando um processo de heroificação do rei, em que a memória herodotiana e dos antigos poetas era utilizada para ligar Alexandre à descendência de Aquiles e de Hércules [...]: Aquiles, o herói forte, corajoso, vitorioso, que zela por sua *timé* e seu *gêras* até os limites da *hybris* e Hércules, o herói civilizador. Os dois heróis estão ainda ligados a uma espacialidade estratégica para a política expansionista do reino dos macedônios. Aquiles, à Tessália, região limítrofe com a Macedônia, representando a terra de Deucalião, a unidade dos helenos com os macedônios e Hércules através de seus trabalhos, civilizando os helenos e os habitantes de terras longínquas. Isto permitia a Filipe II (360/336 a.C.) e Alexandre

III (336/323 a.C.) encontrarem um elemento de motivação cultural de criação da identidade social para a conquista do norte da Macedônia e até mesmo do Oriente.

Alexandre, um macedônio orientalizado que governava devido ao poder da lança, buscava também se promover nas *póleis*, que exaltavam sua generosidade e sua associação com diversos cultos, como o do *Theos Aniketos*. A vitória era atribuída exclusivamente ao soberano. O *basileus* era, por excelência, o vitorioso, cuja distinção não era puramente humana – a vitória era vista como uma dádiva concebida pelos deuses a quem fosse merecedor. Alexandre lançava, assim, os parâmetros da monarquia helenística, cabendo aos seus sucessores sistematizá-la.

Para a primeira geração dos *basileis* helenísticos foi necessário instituir diretrizes que conferissem legitimidade ao seu poder. Falar de uma teoria da realeza propriamente helenística no fim do século IV a.C. é algo difícil, já que este é um período de redefinições. Somente no século II a.C. há uma sistematização coesa desse tipo de governo, com Políbio (VI, 4, 7-10; 5, 4-9), e a formulação de uma *paideia* do príncipe helenístico. As concepções sobre esse novo tipo de *monarché*, todavia, remontam ao século IV a.C., quando os homens da *pólis* perceberam as intensas transformações que atingiam o seu mundo. Nutrem-se desta seiva os primeiros *basileis* helenísticos, Antígono e Demétrio.

Herdeiro da tradição macedônia e tendo precocemente, no governo de Alexandre, se tornado sátrapa, Antígono utilizou o poder da lança para dominar importantes territórios conquistados por Alexandre. Com o auxílio de Demétrio, reforçou sua imagem como general vitorioso e se associou a elementos do campo do sagrado. Pelo *nomos* da *basileia* macedônia, se transmitia a função real e não o reino como um bem. No Oriente, nos reinos helenísticos, a herança não era apenas a dignidade real, simbolizada pelo diadema, mas também o patrimônio territorial da dinastia (WILL, 1998, p. 382). Com o fim da dinastia argéada, a filiação com Alexandre se tornou um dos principais elementos de legitimação dos primeiros soberanos.

Houve, assim, a criação de novas dinastias. A continuidade dinástica da *basileia* helenística devia basear-se na identificação do herdeiro com a figura de seu progenitor em todos os âmbitos. Confiança mútua e emulação formavam parte da ideologia da realeza desde o tempo dos primeiros diádocos, quando a associação entre Antígono e Demétrio se converteu em um caso exemplar de harmonia paterno-filial (TRONCOSO, 2005, p. 190-191).

Na *basileia* helenística que surgiu das ações dos sucessores de Alexandre, a *areté* do soberano teve importância significativa. Mesmo dispondo de extensos poderes, o soberano possuía uma série de deveres que constituíam a estrutura moral da monarquia. Embora sem estrita previsão legal, estes deveres, possuindo raízes na antiga *pólis*, na Macedônia e na filosofia política, faziam com que os súditos esperassem dos seus soberanos o exercício de uma *areté* real (COHEN, 1974). Segundo Will (1998, p. 385), com a consolidação das realezas helenísticas, as primeiras virtudes régias não eram o valor militar nem a justiça, mas a *eusébeia* (piedade) e todo um conjunto de virtudes destinadas a servir como base das relações humanas: *phília* (amor) e *philanthropía* (amor pela humanidade), por exemplo. Mesmo que, na prática, não possamos exagerar o alcance destas virtudes, em um sistema de caráter pessoal, como o da *basileia* helenística, a existência delas é de suma importância para a construção de uma aura ética em torno do soberano. É por causa dessas virtudes régias que poderíamos marcar uma diferença entre a tirania e a monarquia na época helenística.

Com base nestas reflexões sobre a *basileia* e sobre as concepções filosóficas em torno desta forma de governo no século IV a.C., passamos a tratar da configuração da *basileia* helenística em seus primeiros tempos, tendo como foco as ações de Antígono e Demétrio, que levaram à formação da primeira monarquia helenística. Mediante a análise da composição da identidade monárquica helenística, dos vínculos construídos entre pai e filho, da interferência dos princípios filosóficos na *práxis* política do papel desempenhado pelas *póleis* no âmbito

desta nova organização política, buscamos traçar como os Antígônida trilharam seu caminho rumo à fabricação de sua imagem régia.

CAPÍTULO III

O caminho rumo à fabricação da imagem régia

Não só os bons são livres, mas também os *basileis*, porque a *basileia* é o governo sem responsabilidade, que ninguém, a não ser o sábio, pode manter. *Basileia*. [2] Nem a natureza nem a justiça dão reinos aos homens, mas àqueles que são capazes de liderar um exército e lidar com assuntos de forma inteligente, tais como Filipe e os sucessores de Alexandre o eram. [3] A relação de parentesco não beneficia o filho natural em tudo devido à fraqueza de sua alma. Enquanto aqueles que não tinham relacionamento familiar [com Alexandre] tornaram-se *basileis* de quase todo o mundo habitado [...] (*Suidae*, Beta 147).

A passagem acima, referente ao termo *basileia*, expressa muito sobre a constituição da representação da monarquia helenística e apresenta algumas das questões fundamentais em torno da legitimação dos reis: o *basileus* como depositário da lei, virtuoso, exímio comandante militar; e a primogenitura ou mesmo os laços de consanguinidade nem sempre sendo uma determinante para a sucessão dinástica. O processo de formação da *basileia* helenística ocorreu por meio de diferentes etapas e pelas ações de diferentes sujeitos. Como exposto nesta tese, as inovações implantadas por Filipe, na Macedônia, e seu projeto de expansão territorial tornaram possível a campanha em direção ao Oriente promovida por Alexandre. A partir dos acontecimentos que se seguiram à conquista empreendida por este último, percebe-se como foi possível uma ruptura da *práxis* política tal como era concebida e executada por macedônios e gregos,¹⁰⁸ lançando dessa forma os fundamentos de um novo tipo de sistema político. Alexandre, ao morrer, deixava um império territorial com bases frágeis e o resultado do processo de ruptura política que o soberano havia iniciado ainda estava por se definir.

¹⁰⁸ Como dito anteriormente, Alexandre, ao conquistar os territórios orientais, aderiu a uma série de elementos próprios da *basileia* Aquemênida, como a adoção de parte da indumentária dos reis desta dinastia, titulatura e adoção do título de *basileus Alexandros* em suas inscrições numismáticas. Essa atitude levava a uma ruptura profunda de sua monarquia com princípios tradicionais da monarquia macedônia, já que a identificação monárquica ultrapassava os limites territoriais macedônios.

Nesse ponto do percurso, a atuação dos diádocos foi de suma importância para a definição do rumo político dos territórios que compunham a *oikoumene*. Consideramos um ponto crucial para o estabelecimento da monarquia helenística a ser resolvido após a morte de Alexandre a fabricação de uma imagem régia dentro da lógica do novo contexto, e dos meios pelos quais esta seria legitimada.¹⁰⁹ Optamos pelo vocábulo *fabricação* devido à ideia de movimento que ele porta. O alvorecer das realezas helenísticas possui esse aspecto de movimento, construção, criação, já que se trata de um período de redefinições em diversos âmbitos – inclusive da figura do próprio rei e da realeza. Segundo Burke (1994, p. 22), ao empregarmos o termo fabricação, ligado à imagem real, devemos levar em consideração dois aspectos: primeiro, que o rei, assim como outras figuras de autoridade, constrói sua própria imagem, do ponto de vista de sua representação perante os outros; depois, precisamos descobrir e analisar quais os meios, canais dos quais o monarca se vale para a construção simbólica de sua autoridade.

Posto isso, nos propomos a analisar, neste capítulo, como Antígono e Demétrio, ao longo das primeiras décadas do século IV a.C., lançam as bases para a fabricação de uma imagem monárquica com apoio em elementos originários das fronteiras entre a Macedônia, a Hélade e o Oriente. Foi a partir da ligação com preceitos políticos e religiosos provenientes desses três espaços, da associação com Alexandre, da promoção de uma nova dinastia e do jogo político que envolvia as *póleis* que Antígono e Demétrio se projetaram como *basileis* legítimos.

¹⁰⁹ Como dito antes, a morte de Alexandre deixa a questão sucessória como um problema a ser resolvido entre os seus generais. A situação se torna mais explícita quando os dois últimos argéadas, Filipe Arrideu e Alexandre IV, morrem. O primeiro em 317 a.C., a mando de Olímpia, de acordo com Justino (XIV, 6), e o segundo por volta de 310 a.C., por meio de uma conspiração de Cassandro (Diod. Sic., XIX, 102, 2).

A realeza entre a Macedônia, a Hélade e o Oriente

Por anos a fio a monarquia helenística foi estudada principalmente sob a perspectiva de suas raízes greco-macedônias, mas, com o passar do tempo e o aprofundamento dos estudos sobre a temática, ficou cada dia mais evidente a importância do elemento oriental na formação desta realeza. Desse modo, devemos analisar a *basileia* helenística como um produto de fatos provenientes de territórios diversos, como o macedônio, o helênico e o oriental. E se, aparentemente, os elementos macedônios e gregos se destacam, isto, em nosso entender, resulta do fato de que durante muito tempo os pesquisadores da chamada *Civilização Helenística* tenderam a enfatizar a predominância do elemento grego, pois compreendiam o Oriente muito mais como receptor do que como contribuinte no processo de formação dos reinos helenísticos. Tal perspectiva pode ser constatada nos estudos de Bikerman (1938), Boardman (1988), Cohen (1934) e Droysen (1836),¹¹⁰ o precursor dos estudos sobre o período helenístico.

Devemos apontar, contudo, que, no início desses estudos, houve autores que atentaram para o caráter oriental da *basileia*, embora poucos. Destacamos, por exemplo, o trabalho monográfico de McEwan, intitulado *The Oriental Origin of Hellenistic Kingship*, de 1934, no qual o autor traça todo um histórico da soberania divina nas realezas orientais, apontando-as como precursoras da *basileia* helenística. O problema da análise de McEwan reside no fato de que quando enfatiza os componentes orientais da realeza helenística, o autor rompe o diálogo com os elementos greco-macedônios, concluindo que o mundo helênico não contribuiu para a os aspectos divinos ligados à realeza. A contribuição macedônia, por sua vez, é praticamente ignorada.

¹¹⁰ Além destes estudiosos mais antigos, podemos encontrar essa visão sobre a predominância do elemento grego na realeza helenística em autores com trabalhos mais recentes, como Mossé (2004) e Shipley (2000).

Mediante o auxílio da Arqueologia e da conjugação das fontes materiais e escritas é possível, no entanto, obter uma visão mais equilibrada acerca dos diversos componentes da monarquia helenística. De certo modo, pode-se afirmar que os elementos que constituem a *basileia* helenística resultam muito mais da fusão de aspectos da monarquia macedônia com os da oriental, do que com aqueles provindos do mundo helênico, e isso por duas razões. Em primeiro lugar, lembramos que o próprio vocábulo *basileia* foi utilizado amplamente no mundo grego para definir uma forma de governo própria das sociedades asiáticas, e estava associado diretamente ao *Grande Rei* (*Suidae*, Beta 146). Além disso, ao contrário de como os macedônios e gregos tradicionalmente encaravam a monarquia, tanto na realeza oriental, aquemênida, como na helenística, a importância dada ao poder pessoal do rei foi substancial.¹¹¹ Uma evidência material desse caráter pessoal do poder régio, na época helenística, pode ser obtida por meio das moedas.

Já com Filipe encontramos indícios do fortalecimento do poder pessoal régio na Macedônia. Com uma política voltada para o reforço de sua imagem como governante, o monarca não recorreu apenas a instrumentos militares, mas também a instrumentos simbólicos. Ao assumir o trono, em 359 a.C., Filipe fez questão de ressaltar seus predicados de líder e controlar a produção e circulação de sua imagem dentro e fora da Macedônia. Por meio da exploração de minas de ouro e de prata localizadas no Monte Pangeu, situado no território da Trácia, ele promoveu a maior cunhagem de moedas feitas desses metais no Ocidente (THOMPSON, 1982, p. 113; SILVA, 2009, p. 40-41).

¹¹¹ Os gregos pertencentes à Hélade, ainda no século IV a.C., tinham resistência a aceitar o poder pessoal, e a visão política de que o poder repousava na comunidade dos cidadãos ainda tinha força. Quanto à Macedônia, existem divergências quanto a aspectos ligados ao caráter do poder régio. Alguns autores, como Walbank (1984), defendem a existência de uma espécie de *monarquia nacional* na Macedônia, por o território macedônio e o conjunto dos macedônios atuarem no campo da representação política lado a lado com a figura do monarca. Contudo, discordamos desta visão pela controvérsia ligada ao termo *monarquia nacional* e pela dificuldade em se avaliar de fato a atuação da assembleia macedônia ao lado do rei. Mas a presença da fórmula *Basileus Makedônnon* e o papel da assembleia do povo em armas, tão debatida por autores como Hammond (2001), Briant (1973) e Chaniotis (2005), nos deixa entrever que pelo menos até Filipe II, a Macedônia transitava em meio a uma espécie de realeza tribal, na qual o papel do monarca não era tão centralizador.

Figura 9 – Filipe II. Estáter de ouro, 8,5 g., 340-328 a.C.



Fonte: Sear (1979, p. 617)

Tanto nos padrões de cunhagem quanto nas representações numismáticas fica clara a associação com o mundo helênico desejada por Filipe, que além de se converter em um elemento de legitimação da *basileia* dentro da tradição macedônia, ainda se fazia mais necessária após Queroneia (338 a.C.), devido ao lugar que Filipe passou a ocupar como líder do *Koinon* de Corinto.¹¹² A Figura 9 apresenta um estáter de ouro representando Filipe,¹¹³ encontrado em Anfípolis¹¹⁴ e cunhado entre 340 e 328 a.C. No anverso desta moeda, está a imagem de Apolo, uma das principais divindades do panteão helênico, cuja cabeça aparece ornada com uma coroa de louros. O olhar, por sua vez, mostra-se alongado, característica atribuída à divindade nas representações numismáticas. Segundo Plant (1979, p. 317), a cabeça de Apolo laureada foi uma das imagens mais comuns encontradas nas moedas gregas, sendo frequentemente associada à imagem dos soberanos. No reverso da mesma moeda,

¹¹² De acordo com Thonemann (2015, p. 9), Filipe, assim como seus predecessores, tinha consciência da ambiguidade do status étnico dos macedônios dado este ser um povo originário das franjas do mundo grego. Heródoto (V, 22) também nos informa sobre essa questão ao falar do questionamento feito à participação de Alexandre I da Macedônia nos Jogos Olímpicos.

¹¹³ Informações mais abrangentes sobre pesos e medidas, circulação e confecção das moedas do nosso período podem ser obtidas em Morkholm (1991).

¹¹⁴ Anfípolis era uma cidade grega que ficava entre o território da Macedônia Oriental e a Trácia.

vemos uma biga conduzida por um cavaleiro, e a inscrição ΦΙΛΙΠΠΟΥ. A imagem faz referência à vitória de Filipe na corrida de bigas, nos Jogos Olímpicos de 348 a.C. (Plut., *Vit. Alex.*, IV, 9; ROMANO, 1990, p. 63-65). Por meio desse estáter de ouro e dos símbolos nele contidos, é como se Filipe fizesse questão de proclamar, valendo-se do triunfo olímpico, sua *helenidade* (THONEMANN, 2015, p. 10).

Figura 10 – Filipe II. Meio-estáter de ouro, 4,30 g., 340-328 a.C.



Fonte: Sear (1979, p. 618)

Filipe também fazia questão de enfatizar a origem sagrada de sua linhagem nas moedas, ao associar-se à imagem do jovem Hércules vestido em pele de leão, lendário ancestral da casa régia macedônia. Esse vínculo com a imagem de Hércules pode ser constatado na Figura 10, que apresenta um meio-estáter de ouro cunhado provavelmente em Anfípolis por volta de 340-328 a.C. No anverso da moeda há uma representação da cabeça de Hércules, vestindo pele de leão, enquanto no reverso vemos a parte dianteira de um leão e ao lado a inscrição ΦΙΛΙΠΠΟΥ. Por meio das duas moedas apresentadas, percebemos como, ao mesmo tempo que Filipe demonstrava seu poder e atributos, reforçava seus laços com o sagrado e com a tradição helênica (THOMPSON, 1982, p.113).

A presença do nome de Filipe nas moedas é um fator importante para reforçar a imagem régia não apenas dentro da Macedônia, mas também além de suas fronteiras. Entretanto, é com Alexandre que se torna possível ver, materialmente, a transição de um poder mais vinculado ao território para um poder simbólico cada vez mais centralizado na figura do rei. Enquanto as primeiras moedas emitidas por Alexandre seguiam o modelo das de seu pai, trazendo tão somente seu nome no anverso, após o início da campanha do Oriente, o monarca associou duas tradições em sua cunhagem: a macedônia e a aquemênida. Ao passo que Filipe utilizava apenas seu nome na emissão de moedas, sem mencionar o termo *basileus*, para o rei persa ser reconhecido bastava apenas a evocação do termo *basileus*. Como dissemos, o vocábulo *basileus*, no mundo grego, se manteve muito mais atrelado aos governos orientais. Desse modo, não havia inscrições numismáticas no mundo greco-macedônio que contivessem este termo associado ao rei. Já no território oriental, no qual as populações tradicionalmente se mantinham coesas por meio da pessoa do soberano, um poderoso marcador identitário, a presença do termo *basileus* nas moedas não soaria estranho, fazendo-se inclusive necessário no processo de reconhecimento e legitimação de um novo conquistador como rei. Alexandre, por sua vez, estabeleceu dois tipos de inscrição no reverso de suas moedas, o primeiro sendo ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ e o segundo, ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ (BELLINGER, 1963, p. 1). Esses dois tipos de inscrição podem ser vistas nas figuras a seguir:

Figura 11 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 17 g., 330-301 a.C.



Fonte: Sear (1979, p. 622)

Na Figura 11, apresenta-se um tetradracma de prata cunhado na Grécia continental entre 330 e 301 a.C. No anverso, temos a representação da cabeça de Hércules, vestindo pele de leão, enquanto no reverso vemos Zeus entronizado, segurando uma águia e um cetro,¹¹⁵ acompanhado da inscrição – ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ, e com a Estrela Argéada presente. Já no anverso da Figura 12 (a seguir), estão representados os mesmos elementos presentes na Figura 11. Contudo, no que se refere ao reverso da Figura 12, mesmo que a moeda representada possua praticamente os mesmos elementos pictóricos da anterior, a inscrição é diferente: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ.

¹¹⁵ De acordo com Plant (1979, p. 36-37), Zeus aparece sob diversas formas no material numismático proveniente do mundo antigo. Contudo, quando vamos analisar a imagem dos soberanos, a representação preferida do rei do Olimpo é a que este se encontra entronizado e segurando o cetro e a águia. As características próprias desse deus, aliadas aos símbolos de poder da cena do deus entronizado, formavam um substrato de grande valia para a construção e reafirmação do poder régio. Além da ligação com o poder monárquico, a conexão com a figura de Zeus, assim como a da deusa Atená, era apropriada devido ao lugar ocupado por Alexandre como novo líder da Liga Helênica, após a morte de seu pai (CARRADICE, 1995, p. 57).

Figura 12 – Alexandre III. Tetradracma de prata, 17, 1 g., s/d



Fonte: Sear (1979, p. 622)

Mesmo que nas representações das duas últimas figuras Alexandre se associe a elementos da cultura helênica, como vimos nas moedas referentes a Filipe, a mudança na tipologia da inscrição é um fator de suma importância para a compreensão da transformação do poder exercido por Alexandre a partir da conquista do Oriente. Para começar, o local de cunhagem da moeda da Figura 12 já sugere uma direção. Diferentemente da moeda da Figura 11, cunhada na Grécia continental, a moeda em que está inscrito o termo *basileus* foi produzida na Babilônia. Mesmo que não seja possível definir uma datação exata para a confecção do artefato, especialistas como Morkholm (1991, p. 51) e Carradice (1995, p. 58) afirmam que é possível datar o início desse novo tipo de cunhagem por volta de 329 a.C., em territórios do Oriente. Assim, infere-se que o título *basileus* inscrito em algumas moedas de Alexandre destinava-se às moedas que circulavam nos territórios antes dominados pelos Aquemênida, ao passo que, no Ocidente, as inscrições continuavam a portar apenas o nome do Argéada.

A preocupação de Alexandre em variar a sua imagem de acordo com o território mostra, em primeiro lugar, como a emissão de moedas ultrapassava a função financeira, tornando-se suporte de símbolos que poderiam auxiliar a fabricação da imagem régia. Em segundo lugar,

esse cuidado com a imagem revela uma estratégia política de Alexandre: de afirmação de seu poder perante as populações orientais. De acordo com Morkholm (1991, p. 23), ao longo de todo o século IV a.C. e no período helenístico, as moedas poderiam servir como um meio de troca, como uma medida de valor ou como uma reserva de riqueza. Thonemann (2015, p. 111), por sua vez, destaca a importância do uso delas em pagamentos, principalmente o soldo dos soldados, na compra de alimentos e na subvenção às cidades. Contudo, nenhum dos autores despreza o sentido ideológico presente nas moedas. Tanto Filipe quanto Alexandre e, depois, os diádocos articularam mecanismos simbólicos para a representação de suas imagens. A recorrência na manipulação de um passado mítico, a ligação com ancestrais influentes e a absorção de elementos ligados à imagem do soberano persa mostram a importância do que Bourdieu (1998) chamou de capital simbólico.

Segundo a definição de Bourdieu (1998, p. 134-135), o capital simbólico seria: “[...] geralmente chamado de prestígio, reputação, fama etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.” A utilização dos símbolos, inerentes aos sistemas simbólicos, pode se tornar um fator importante para a integração social.¹¹⁶ Desta forma, o capital simbólico auxilia a elucidar alguns fenômenos sociais que, de outra maneira, permaneceriam incompreensíveis. Por meio de outros capitais, os integrantes de uma elite, o monarca ou o pretendente à monarquia, e indivíduos que desfrutam de uma posição privilegiada em outros campos – social, econômico ou cultural – se apoderam do capital simbólico. Os atributos materiais do poder régio, a indumentária, o cetro, a associação com divindades, entre outros, constituem exemplos de capital simbólico *objetivado* (BOURDIEU, 1998, p. 15).

¹¹⁶ O uso de símbolos também pode gerar conflitos no meio social. Destacamos o caso do próprio Alexandre. Mesmo que a adoção de símbolos ligados a *basileia* Aquemênida fosse parte importante de uma estratégia política, houve momentos, de acordo com fontes como Arriano e Diodoro, em que os *hetairoi* se sentiram incomodados com a visão de um monarca cada vez mais orientalizado em seu comportamento e vestes.

Foi por meio do seu capital simbólico que os artífices da *basileia* helenística se fizeram *ver* e *crer* pelas populações dispersas pela *oikoumene* – fossem elas compostas por macedônios, gregos ou asiáticos. No interior desse amplo território, Antígono e Demétrio adotaram o mesmo padrão de cunhagem iniciado por Filipe e depois adaptado por Alexandre, pois a associação com os últimos soberanos argéadas era um componente do capital simbólico dos diádocos do qual estes não poderiam abrir mão. No que concerne à cunhagem de moedas realizada por Antígono, este buscou filiar-se mais especificamente a Alexandre, motivo pelo qual as suas moedas foram todas cunhadas em nome do Argéada, como atestam as inscrições. A moeda que possuímos com a inscrição do nome de Antígono no reverso foi, provavelmente, cunhada por ordem de Demétrio, em homenagem ao pai.

Figura 13 – Antígono I Monoftalmo. Estáter de ouro, 303 a.C.



Fonte: Head (1932, p. 243).

Na Figura 13, temos um estáter de ouro do tipo alexandrino cunhado provavelmente na região do Peloponeso por volta de 303 a.C., no qual Antígono é ligado aos mesmos temas encontrados em moedas de Alexandre. No anverso, vemos uma vez mais a cabeça de Hércules vestindo pele de leão, assim como no reverso há a representação de Zeus entronizado, segurando águia e cetro e, por fim, a inscrição ΒΑΣΙΛΕΥΣ ΑΝΤΙΓΟΝΟΥ. Essa moeda

referente a Antígono, cuja confecção é atribuída a Demétrio, se encaixa em uma tradição de cunhagem póstuma, macedônia e helenística, na qual soberanos buscavam a conexão com os antecessores como forma de ratificar seu poder. Como dissemos, o próprio Antígono recorreu à cunhagem póstuma de Alexandre como homenagem ao soberano, assim como fizeram os demais diádocos. Até mesmo Alexandre fez diversas cunhagens em nome de seu pai e de outros reis macedônios. Filiar-se aos soberanos do passado era, portanto, um elemento importante para a legitimação dinástica.

Quanto a Demétrio, sua representação numismática é muito rica. Ele, inclusive, foi o primeiro *basileus* a representar a si próprio nas moedas, inicialmente em tetradracmas de prata e, depois, em estáteres de ouro. Em sua cunhagem, é possível detectar elementos que o vinculam à Hélade, à Macedônia e às regiões do Oriente.

Figura 14 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 16, 94 g., s/d



Fonte: Numismatic Museum of Athens (Acervo pessoal da autora)

Figura 15 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 17, 11 g., 301-295 a.C.



Fonte: Sear (1979, p. 628)

Na Figura 14, temos um tetradracma de prata, provavelmente cunhado em Anfípolis, na primeira década do século III a.C., em cujo anverso observamos Demétrio ornado com o diadema e chifres de touro acima de sua testa. Já no reverso, aparece a inscrição ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΔΗΜΗΤΡΙΟΥ, acompanhada da figura de Poseidon, nu até a cintura, sentado sobre uma pilha de pedras e segurando um aplustre na mão direita e um tridente na esquerda.¹¹⁷ Já na Figura 15, que apresenta outro tetradracma de prata, agora cunhado em Éfeso provavelmente por volta de 301-295 a.C., reconhecemos, no anverso, a Niké soprando um trompete, enquanto no reverso vemos Poseidon de pé, preparando-se para lançar seu tridente; ao lado dele, a Estrela Argéada; e a inscrição ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΔΗΜΗΤΡΙΟΥ.

Nas moedas contidas nas Figuras 14 e 15, vemos como Demétrio se associou às deidades helênicas, ao diadema aquemênida, ao deus híbrido Zeus-Amôn e a um componente essencial da imagem do *basileus* helenístico, diretamente ligado a um dos mais importantes atributos dos monarcas macedônios que se propagou, no século IV a.C., pelo território da Hélade: a representação do *basileus* como general vitorioso. Poseidon e Niké foram duas

¹¹⁷ Aplustre se refere a um ornato típico da popa de um navio.

divindades recorrentes na cunhagem de Demétrio. Poseidon, quase sempre representado nu, sentado ou pisando sobre uma rocha (PLANT, 1979, p. 35), evidencia a virtude bélica de Demétrio nas batalhas navais. Para acentuar esta característica militar, a associação com a Niké foi importante. De acordo com Eugenidou e Domas (2004, p. 36-43), a presença da Niké nas moedas se tornou recorrente a partir do século V a.C. Seu emprego exprimia um caráter cívico, assinalando as vitórias das *póleis*. Mas, segundo os autores, a partir da segunda metade do século IV a.C., a Niké passou a ser associada aos soberanos macedônios, Filipe e Alexandre, e, posteriormente, aos monarcas helenísticos, como foi o caso de Demétrio. A ligação com a Niké exprimia os atributos militares de Demétrio, assegurando, no campo simbólico, a proteção concedida pela deidade ao monarca e o seu sucesso e glória na guerra. A representação da Niké contida na moeda da Figura 15, tocando trompete sobre uma embarcação, foi o modelo mais frequente adotado pelos soberanos helenísticos, como Lisímaco, Selêuco e Antíoco I, em suas moedas.

Outro símbolo importante que aparece na Figura 15 é o diadema usado por Demétrio. O diadema, assim como outros atributos materiais do soberano aquemênida, foi decisivo para facilitar a identificação de Alexandre – e depois de Antígono e Demétrio – com o poder régio oriental. A adoção de símbolos ligados à realeza aquemênida, no processo de constituição da *basileia* helenística, mostra como a legitimação do soberano, mesmo que construída a partir da lógica do poder, deve manar do imaginário político partilhado pelo meio social no qual o *basileus* estava inserido. A utilização de parte da indumentária do soberano aquemênida gerou muitas controvérsias no que tange à figura de Alexandre, pois, para os gregos, vestir-se como um oriental e reproduzir usos e costumes persas eram algo ignóbil, ainda mais para um

monarca.¹¹⁸ Sobre a adoção de vestimentas persas por Alexandre, temos o testemunho do fragmento de Éfipo de Olinto (*FGrHist*, 126F5):¹¹⁹

Alexandre costumava vestir trajes sagrados nos banquetes. Às vezes ele usava a túnica púrpura de Ámon, chinelos e um par de chifres como o deus; às vezes ele se vestia com a vestimenta de Ártemis (que ele costumava usar em seu carro); com uma túnica persa, um arco e uma aljava pendendo de seus ombros. Às vezes vestia a roupa de Hermes; as roupas utilizadas eram compostas por um manto púrpura, uma túnica branca e um chapéu macedônio com o diadema real, mas nas festas usava sandálias, um chapéu de viajante e carregava um bastão dos heraldos na mão dele; ele também costumava brincar com uma pele de leão e uma clava, como Hércules.

O relato de Diodoro versa igualmente sobre o comportamento de Alexandre após o assassinato de Dario III, ao vingar o Grande Rei mediante a execução de Besso. Assim como Éfipo, Diodoro (XVII, 77, 4-7) reporta a adoção do diadema, da túnica e de outros paramentos asiáticos por Alexandre. Nesse ponto, nos deparamos mais uma vez com o caráter híbrido que a *basileia* helenística assume a partir de Antígono. Permanecendo como *Basileus Makedônnon*, Alexandre, após a conquista da Ásia, se tornava também o βασιλεὺς τῆς Ἀσίας, além de ser o *hegemon* dos gregos, como fora seu pai.¹²⁰ O mesmo caminho será tomado por Antígono, que inicialmente se fará aclamar como *basileus* da Ásia, em 311 a.C., antes de se tornar o primeiro *basileus* helenístico, em 306 a.C. Uma característica que por muito tempo chamou a atenção dos estudiosos da realeza helenística foi a adoção do diadema por Alexandre, pois esse elemento depois se tornou um dos mais importantes símbolos da *basileia* helenística e, como mostramos na Figura 15, foi adotado por Demétrio em sua representação numismática.

Um estudo que marcou as pesquisas sobre o diadema foi o livro escrito por Ritter, em 1965, intitulado *Diadem und Königsherrschaft*. Esse autor defendia que à época o diadema helenístico possuía ligações com a entronização de Alexandre no Oriente e que, portanto, o símbolo teria sido adotado dos Aquemênida. Todavia, a partir da análise feita por Smith

¹¹⁸ Essa censura à adoção por parte de Alexandre do comportamento e indumentária dos Aquemênida entra em conflito com a visão ideologicamente predominante entre gregos e macedônios de que estes eram superiores aos asiáticos e que foi reproduzida e relida pelos autores posteriores, como Diodoro e Plutarco.

¹¹⁹ Segundo Bosworth (2005, p. 332), Éfipo de Olinto, era um autor contemporâneo de Alexandre.

¹²⁰ Na última parte deste capítulo, nos deteremos sobre a atuação do *basileus* helenístico como protetor das *póleis*.

(1988, p. 34-37), que associou o diadema a Dioniso, e da observação de Alföldi (1985, p. 105-110), que o relacionou à faixa utilizada na testa pelos concorrentes nos jogos gregos, estabeleceu-se uma nova interpretação acerca do diadema helenístico. Similarmente, no conjunto de artigos presentes na obra *Das Diadem der hellenistischen Herrscher* (2012), resultado de um colóquio ocorrido em 2009, em Münster, Alemanha, são apresentadas diversas explicações sobre a origem do diadema que o dissociam de um possível legado aquemênida. Diversas frentes de interpretação são abertas nessa coletânea, como a de Haake (2012, p. 304), que afirma ser muito difícil tratar o diadema como uma insígnia do soberano helenístico, bem como estabelecer suas conexões com um território específico.¹²¹ Por mais estimulantes que sejam essas reflexões sobre o diadema, pois suscitam a revisão de argumentos existentes, concordamos com Olbrycht (2014, p. 184-186) que tais reflexões ainda se baseiam, em larga medida, em especulações. Mesmo as propostas de Smith (1988) e de Alföldi (1985) carecem de suporte nas evidências materiais. Por isso, nos alinhamos com Ritter (1965) que, sustentado pelas evidências documentais, associa o diadema ao poder régio dos Aquemênida.

Sobre o uso do diadema pelo Grande Rei, Wiesehöfer (2003, p. 55-62) afirma que, na Pérsia, um diadema cercava a tiara alta do rei e que membros da família real também poderiam usar o diadema, mas a tiara era de uso exclusivo do monarca. Xenofonte (*Cyr.*, VIII, 3, 13) emprega apenas o termo tiara, referindo-se, na seguinte passagem, ao vestuário e à coroa de Ciro, o Grande (*Cyr.*, VIII, 4): “[...] Enfim, Ciro apareceu sobre um coche vestido de púrpura, e com uma tiara na cabeça; e logo todos se prostaram e o adoraram [...]”. Essa passagem de Xenofonte é, provavelmente, o primeiro registro grego do uso do diadema antes das conquistas de Alexandre. Na opinião de Wiesehöfer (2003, p. 56), a tiara era um atributo tão importante quanto o diadema. Seja como for, o diadema parece ter sido um componente

¹²¹ Haake discute amplamente sobre a origem do diadema e qual sua real natureza e significado no território persa e no período helenístico.

importante da tradição régia aquemênida, usado em combinação com a tiara, visto que Alexandre adotou esse símbolo.

Como relata Cúrcio (VI, 6, 4), o argéada adotou o diadema púrpura, visto que o diadema era feito de tecido vermelho e bordado em branco, da mesma forma que Dario fazia. Segundo Olbrycht (2014, p. 179), os soberanos aquemênidas poderiam usar coroas de vários tipos, dependendo da ocasião, algo que se assemelha à prática de alguns reis medievais, que distinguiam as coroas usadas nas cerimônias de homenagem feudal. Essa hipótese de Olbrycht não parece de todo improvável, visto que os monarcas persas adotavam dois tipos de trajes oficiais – o vestuário persa-elamita e a *vestimenta meda* –, o que talvez correspondesse a dois tipos de tiaras, ao lado do diadema. No que concerne à representação do diadema nas moedas aquemênidas, Nieswandt (2012, p. 63-70) identifica 12 variantes da tiara e do diadema nas séries monetárias, sendo que os diademas presentes nas moedas oriundas das satrapias eram constituídos de faixas estreitas, ao contrário dos diademas representados nas moedas dos soberanos helenísticos. Nieswandt (2012, p. 79-85) ainda aponta uma imagem presente no sarcófago de Alexandre como evidência de que este teria sido o responsável por introduzir o diadema como símbolo régio, exemplo que foi seguido pelos demais soberanos helenísticos. Assim, Alexandre, ao aderir ao diadema persa, o transformou em um atributo especial, que logo se tornaria, de forma indubitável, um dos símbolos mais característicos do monarca helenístico. Demétrio foi o primeiro a assumir o diadema em sua cunhagem, como parte do processo de fabricação da imagem régia.

Em virtude da importância assumida pelo diadema na realeza helenística, defendemos uma vez mais o hibridismo dessa *basileia*. Com um caráter polimorfo, essa monarquia começou a ser fabricada, inicialmente, em torno das diferentes representações da imagem de Alexandre. Ao morrer sem deixar um sucessor à frente da *oikoumene*, o monarca foi o principal elemento de legitimação dos primeiros *basileis* helenísticos. As dinastias

helenísticas, estruturadas logo nos primeiros anos da morte de Alexandre, tiveram como seus fundadores gerais ligados a ele no campo de batalha. Dentre esses homens, Antígono Monoftalmo foi o primeiro diádoco a buscar para si a posição de *basileus*, no que contou com o auxílio de seu filho, Demétrio (Plut., *Vit. Demetr.*, XVIII, 2; Diod. Sic., XX, 53). Antígono, que também pertenceu ao ciclo dos *hetairoi* de Filipe, era um herdeiro da tradição macedônia. Como tratamos no segundo capítulo, a natureza da *basileia* macedônia repousava em três aspectos: heroico, guerreiro e sagrado. E foi com base nesses fundamentos que Antígono criou sua *basileia*. Esses elementos, conjugados com a manipulação da imagem de Alexandre e o emprego de rudimentos orientais, definiram o *ethos* da realeza helenística.

Assumindo um notável protagonismo a partir de 321 a.C., no acordo firmado em Triparadiso, Antígono conservaria e fortaleceria um dos fundamentos da realeza macedônia, do qual a *basileia* helenística seria fatalmente tributária: o papel militar do soberano. Assim como os demais monarcas macedônios, Antígono submeteu seus territórios mediante o poder da lança (*doriktetos chora*). Quando Demétrio passou a ter idade para comandar operações militares em nome de seu pai, assumindo o seu primeiro comando militar na batalha ocorrida em Paraetacene contra Eumenes, em 317 a.C., esse atributo do general vitorioso, necessário à constituição da imagem régia macedônia, tornou-se ainda mais forte. Mas a realeza que estava se delineando no final do século IV a.C. constituía uma *basileia* nova, não sendo apenas macedônia, oriental ou helênica, mas tributária destas três culturas. De fato, ao mesmo tempo que o monarca era de origem macedônia e se apoiava em seu exército, ele se apresentava como sucessor dos soberanos aquemênidas ou dos faraós, no caso dos Ptolomeus.

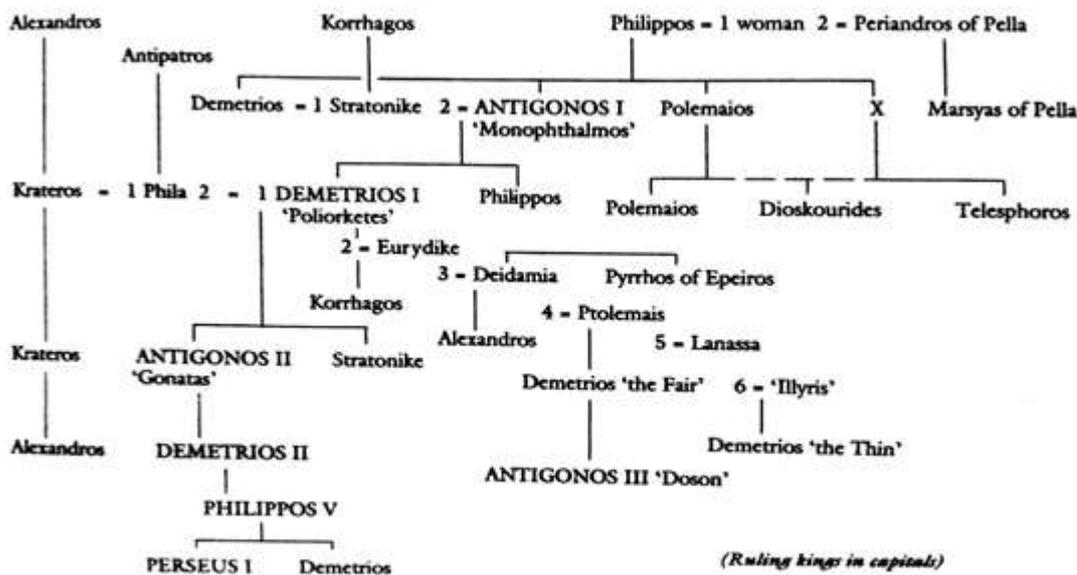
O alvorecer da dinastia Antigônida: os vínculos entre pai e filho

Nem todos os diádocos de Alexandre que cingiram o diadema conseguiram instaurar uma dinastia que perdurasse após o IV século a.C. Em parte, a tarefa não era fácil devido à própria natureza controversa da lei de sucessão macedônia, que tratamos no segundo capítulo. Todos os diádocos, não obstante suas idiossincrasias, mas ao mesmo tempo conservando as regularidades de um sistema político que estava se formando, foram confrontados com problemas mais ou menos semelhantes no processo de instituição da *basileia*: estabelecer uma capital e uma corte, adaptar as instituições do governo para enfrentar novos desafios e solucionar o antigo dilema da sucessão monárquica (ALONSO, 2000, p. 22).¹²²

Os generais de Alexandre que melhor gerenciaram todas essas variáveis conseguiram fazer com que suas dinastias vingassem. Um elemento fundamental nesse processo foi a atenção dada à filiação dinástica. Das dinastias fundadas pelos generais de Alexandre, somente três prosperaram no século III a.C.: a dos Antigônida, que podemos ver na Figura 16, a dos Selêucida e a dos Ptolomeu. Destas, a antigônida foi a primeira a se instaurar e seu sucesso se deveu principalmente à ligação precoce entre Antígono e Demétrio.

¹²² Entre outras coisas, isso implicava a responsabilidade de educar o príncipe herdeiro e seus outros irmãos. Aqui se aponta para a importância da *paideia* do príncipe.

Figura 16 – Gênos dos Antigônida



Fonte: Billows (1990, p. 16)

Segundo Troncoso (2005) e Alonso (2000), pai e filho tornaram-se um caso exemplar de harmonia paterno-filial, base de uma boa *paideia*, por isso inspiraram narrativas que lembram, de longe, os *espelhos de príncipe* medievais, como vemos no extrato abaixo, retirado da obra de Plutarco (*Vit. Demetr.*, III, 1-2):

[...] Demétrio [...] gostava muito de seu pai e a atenção e cuidados que dedicava à mãe dava provas seguras de que honrava ao pai por genuína afeição ao invés de apenas lisonjeá-lo por causa de seu poder. Em certa ocasião, quando Antígono estava ocupado em uma audiência com embaixadores, Demétrio voltou para casa depois da caça, aproximou-se do pai, o beijou e depois sentou ao seu lado do modo que estava, com armas em mãos. Em seguida, Antígono, em voz alta, saudando os embaixadores [...] disse, “Ó homens, levem também este relato sobre nós, sobre a união em que vivemos”, querendo assim mostrar que, nas relações concordes e de confiança entre ele e o filho, podia ser visto um não pequeno vigor do estado e uma prova da força do seu poder [...].

No referido trecho, é possível constatar a ênfase conferida ao carinho e respeito mútuo entre pai e filho. Percebe-se também o destaque dado por Plutarco ao fato de Demétrio entrar armado na sala onde se encontra Antígono e sentar-se ao seu lado, sem nenhuma reserva ou constrangimento. O relato revela que, mesmo num contexto de aguda conturbação política,

Antígono estava longe de temer seu filho. Plutarco (*Vit. Demetr.*, III, 3) ainda faz questão de assinalar que, ao contrário de muitas famílias, a de Antígono não era atravessada por assassinatos de parentes (mulheres, esposas, irmãos), sendo essa uma condição indispensável para a segurança das dinastias. Billows (1990, p. 9-10) também enfatiza esse apego aos laços familiares por Antígono, colocando-o como um homem de família que possuía um grande afeto por sua esposa, Estratonice, com a qual foi casado por toda a vida, e por seus filhos.

Tanto para Antígono criar uma dinastia quanto para legitimar-se como *basileus*, a relação parental com Demétrio foi decisiva. Num primeiro momento, poderíamos interpretar essa concórdia entre pai e filho como resultante da idade avançada de Antígono. Contudo, as fontes antigas o descrevem como um homem de grande energia física e mental. Apesar da idade, Antígono seria um exemplo de homem robusto e vigoroso, como podemos ver no fragmento abaixo, no qual Plutarco (*Moralia*, X, 791 e) discute a participação de homens idosos na vida política:

[...] aqueles que alegam fraqueza e deficiência estão acusando de doença e enfermidade, ao invés de velhice. Pois há muitos jovens doentes e velhos vigorosos, de modo que o bom caminho é dissuadir, não os idosos, mas os deficientes, e convocar no serviço, não os jovens, mas aqueles que são competentes para servir. Arrideu, por exemplo, era jovem e Antígono era um homem velho, mas este último ganhou posse de quase toda a Ásia, enquanto o primeiro, como um guarda mudo no palco, era o mero nome e figura de um *basileus*, exposto aos insultos indecentes daqueles que tiveram o poder real.

A essa descrição de Antígono feita por Plutarco, podemos somar o relato de Sêneca, *De ira*, no qual o autor, ao tratar de generais e líderes cujo exemplo não deve ser seguido pelo fato de serem dominados pela cólera, apresenta Antígono como um modelo de moderação e de brandura para com os seus comandados, mesmo ao ouvir alguns deles proferindo insultos contra a sua pessoa:

O mesmo [Antígono], uma noite depois de ouvir alguns de seus soldados amaldiçoando de todo modo contra o rei, que os levou a marchar em um pântano sem saída, aproximou-se do grupo em maior dificuldade e, depois de os liberar, embora eles não soubessem quem os ajudava, lhes disse: “Agora, falem mal de

Antígono, que cometeu o erro de conduzi-los a confusão, mas alegrai-vos também do bem, porque este os retirou desse turbilhão”. Ele foi capaz de suportar os insultos, com igual suavidade, dos inimigos e dos concidadãos [...] (Seneca, *De ira*, III, 22, 2-3).

Essa descrição de Antígono mostra como as fontes antigas são contraditórias no que se refere à imagem do diádoco. Se alguns autores enaltecem sua figura, outros acentuam sua arrogância, crueldade e severidade, derivadas do amor pelo poder que possuía – *φιλαρχία* (Diod. Sic., XXI, 1; Plut., *Vit. Demetr.*, XXVIII, 2). Diodoro, ao tratar da expedição de Antígono ao Egito, menciona o tratamento implacável por ele dispensado aos aspirantes a desertores, que poderiam enfraquecer sua posição militar. Diodoro menciona ainda a execução de Peiton, em 315 a.C.,¹²³ e o assassinato de Cleópatra, irmã de Alexandre, em 309/8 a.C., como desmandos praticados pelo general (Diod. Sic., XX, 75; XIX, 46, XX, 37). O importante aqui é fazermos uma ponderação acerca dessas diferentes imagens de Antígono, levando em conta que a maneira como ele era representado variava segundo as circunstâncias. É necessário acautelar-se, sobretudo, com a imagem estereotipada de um Antígono perverso, ambicioso e cruel, tal como Diodoro induz a crer.

O contexto no qual o diádoco estava inserido era turbulento e, muitas vezes, exigiu deste ações severas, como ser implacável com os inimigos no campo de batalha e até mesmo deslocar a população inteira de uma cidade para outra, como ocorreu no caso de Escépsis (Strabo, XIII, 1, 26). Retomando os exemplos citados por Diodoro, provavelmente Antígono não poderia dar margem para que Peiton lhe causasse problemas no Oriente ou mesmo aceitar com naturalidade o casamento de Cleópatra com seu rival, Ptolomeu. Além do mais, é

¹²³ Peiton era um dos responsáveis pela segurança pessoal de Alexandre – *Σωματοφύλακες*. Após a morte do Argéada, tornou-se sátrapa do território habitado pelos medos, região estrategicamente importante para o controle das estradas entre o Leste e o Oeste. No verão de 320 a.C., Peiton juntou-se a Seleuco e Antígenes para assassinar Pérdicas e eles começaram a negociar com os adversários. Ptolomeu sugeriu que Peiton fosse feito o novo regente do império, mas os outros diádocos não aceitaram, tendo Antípatro assumido a regência. Após a morte de Antípatro, Peiton expandiu seus domínios. Em 317 a.C., no entanto, os outros sátrapas orientais uniram-se contra Peiton e o expulsaram. Os exércitos das satrapias orientais foram acompanhados por Eumenes, que havia sido nomeado pelo novo regente Polipercon para subjugar Antígono. Peiton foi ajudado por Antígono, que venceu Eumenes e seus novos aliados em uma batalha perto de Susa (FOX, 2011). Após a chamada Segunda Guerra dos Diádocos, Peiton estava entre os generais mais poderosos na parte oriental do império.

possível citar ações de outros diádocos, narradas pelo próprio Diodoro e por outros autores, que podem ser encaradas de forma tão ou mais severa quanto as de Antígono. Ptolomeu, por exemplo, assassinou traiçoeiramente o seu aliado, Polemaios (Diod. Sic., XX, 27, 3); Cassandro executou um amigo simplesmente por suspeitar de uma ambição excessiva por parte deste (Diod. Sic., XX, 28, 1-3); ainda, Lisímaco puniu de forma cruel um amigo que teria ridicularizado sua esposa (Sen., *De Ira*, III, 17, 2-4). Em contrapartida, o que não se pode negar é a experiência de Antígono como estrategista militar e articulador político.

Como dissemos, Antígono, o primeiro *basileus* helenístico, atuou ao lado de Filipe e, antes mesmo da morte de Alexandre, teve uma larga experiência na administração asiática. Ao contrário dos demais generais de Alexandre, que continuaram a atuar ao lado deste no campo de batalha, o velho general foi nomeado sátrapa da Grande Frígia por volta de 333 a.C., uma posição da maior importância, pois Antígono era responsável pelo controle das linhas de comunicação reais, pela defesa da Ásia Menor e pelo apoio a Alexandre na salvaguarda dos territórios europeus (ANSON, 1988, p. 471).¹²⁴

Apesar de, na condição de sátrapa da Frígia, Antígono ter ficado mais distante de Alexandre, os dez anos que atuou na região foram determinantes para o fortalecimento da sua posição. Segundo Anson (1988, p. 471), nesse período, Antígono aproveitou para criar um protetorado na Ásia Menor baseado no controle direto de uma importante satrapia, a partir do qual construiu alianças com líderes nativos e recrutou forças locais. Como resultado, no dia seguinte à morte de Alexandre, Antígono possuía uma das maiores forças militares com as quais um diádoco poderia contar. Assim, ao longo de sua carreira, Antígono tinha adquirido a experiência administrativa, política e militar necessária a um possível sucessor de Alexandre. Poucos anos depois, a associação cada vez maior com o filho, Demétrio, aumentaria ainda mais a sua força militar e, por conseguinte, o prestígio de Antígono.

¹²⁴ Autores antigos como Arriano (*Anab.*, I, 29, 3) e Quinto Cúrcio (III, 1, 8), fazem referência a esse posto assumido por Antígono.

Como dissemos, Demétrio assumiu seu primeiro comando na batalha de Paraetacene contra Eumenes,¹²⁵ em 317 a.C., aos 19 anos, mas apenas em 313 a.C. foi nomeado estrategista da Síria e da Fenícia por seu pai (NEWELL, 1927, p. 8). A respeito dessa aliança política entre pai e filho, podemos afirmar que foi estratégico para Antígono contar com o auxílio de alguém com o carisma e o talento militar de Demétrio, sem mencionar que, devido à afinidade entre ambos, era possível ao diádoco não temer uma traição por parte daquele que se tornaria o seu comandante-em-chefe e, futuramente, seu corregente e sucessor. Walbank (1984, p. 66-67) esclarece como, na maioria das monarquias da Antiguidade, foi um hábito do soberano associar o filho ao trono, sendo o jovem rei frequentemente treinado para a sucessão por meio da concessão de um comando independente. Nesse sentido, Demétrio, ao lado do pai, seria o primeiro exemplo de corregente helenístico.

O principal problema após a morte de Alexandre foi, sem dúvida, encontrar um sucessor capaz de assumir o império territorial deixado pelo argéada. Somente uma de suas esposas, Roxana, estava grávida e a outra alternativa para a sucessão dinástica era o meio irmão de Alexandre, Arrideu, quem as fontes, como Arriano (Photius, *Bibliotheca*, 92) e Plutarco (*Vit. Alex.*, LXXVII, 4-5), reportam como incapaz. De acordo com Adams (2006, p. 29), diante do impasse sucessório abriu-se espaço para a disputa pelo poder que conduziu ao fim da dinastia argéada, quando então emergiram as dinastias dos principais reinos helenísticos. Adams (2006) realiza uma análise cuidadosa sobre o surgimento das primeiras dinastias helenísticas, inclusive destacando a dinastia antigônida e sua importância para a construção da *basileia* helenística. Contudo, o autor diminui bastante o papel de Antígono nesse processo, dando ênfase somente às ações militares de Demétrio, em especial após 306 a.C., depois de Antígono tornar-se *basileus*. Adams, assim como outros autores, ao analisar a monarquia helenística, parte do período em que os diádocos já assumiram o título de *basileus*,

¹²⁵ Sant'Anna (2011, p. 83-84), mostra ainda que, nesta batalha, Demétrio não atuou sozinho no comando, mas lutou ao lado de seu pai, que teve importância fundamental para a vitória sobre Eumenes, vitória essa que fortaleceria mais ainda a posição de Antígono.

desconsiderando grande parte do período anterior, que para nós é essencial para a compreensão da nova forma de governo que se estabelecia, por ser justamente o período de formação dessas realzas.

Para nós, analisar a configuração da realza helenística apenas a partir de 306 a.C. é uma opção que não se justifica, pois defendemos que a atuação de Antígono, ao lado de Demétrio, nas duas primeiras décadas após a morte de Alexandre, foi decisiva para a formação e consolidação dessa modalidade de *basileia*. Interpretações como a de Adams têm, no entanto, ganhado força ao longo das últimas décadas entre alguns estudiosos, como Boiy (2010) e Shipley (2000), e isso devido a diversos fatores.

Em primeiro lugar, a morte de Antígono, em Ipso, em 301 a.C., foi tratada por diversas vezes como símbolo do fracasso do projeto político do monarca, o que não se justifica, pois a realza antigônida foi uma das que prosperaram ao longo do século III a.C. Em segundo lugar, a imagem de um jovem combatente, como Demétrio, sobre a qual as fontes antigas dedicaram bastante atenção, influenciou a produção historiográfica sobre a monarquia helenística. Em terceiro lugar, analisar o papel de Antígono nesse processo torna-se muito mais complicado por causa das informações esparsas e contraditórias sobre sua *persona*, que em grande medida derivam de uma estigmatização da imagem de Antígono após sua morte, por diádocos como Ptolomeu, que buscavam reforçar a sua própria imagem como *basileus*. Por último, mas não menos importante, o protagonismo concedido a Demétrio por seu pai muitas vezes é confundido com uma espécie de coadjuvantismo de Antígono.

Por todas essas questões, para nós é de suma importância analisar a construção da *basileia* helenística a partir dos Antigônida. Ao fazermos isso, temos como objetivo propor uma reflexão sobre essa forma de governo que escape do lugar comum no qual muitos autores ainda a colocam. As ações de pai e filho, de forma conjunta, foram fundamentais nos rumos que essa monarquia seguiu. Desta forma, seguimos analisando ambas as imagens – a do pai e

a do filho – mas sem nunca esquecer que foi Antígono um dos artífices do sistema político em construção.

Desejando apresentar-se como um *basileus* legítimo, Antígono não poderia naturalmente descartar a principal imagem ligada ao rei, a de um general vitorioso. Esse elemento foi tão importante na constituição da *basileia* helenística que, segundo Gehrke (2013, p. 73), o rei tornou-se o fundamento do próprio Estado, que subsistia apenas por intermédio da pessoa do monarca. Diante disso, é um aspecto decisivo para a compreensão dessa monarquia o caráter específico do relacionamento político entre governante e governados. Para tanto, devemos considerar a *legitimidade* muito mais do que a *legalidade* das ações do monarca. De acordo com Gehrke (2013, p.74), o reconhecimento do monarca se dava, sobretudo, mediante o seu sucesso militar perante os súditos. A essa altura torna-se evidente que a associação com o filho fortaleceu ainda mais a imagem de Antígono, primeiro como general vitorioso e, depois, como *basileus* vitorioso, pois, como Demétrio tornou-se ao longo do governo do pai o comandante supremo das forças antigônidas, o destaque dado à sua imagem, tanto na documentação escrita quanto na arqueológica, sobretudo na numismática, é recorrente.

Demétrio e Antígono aparecem associados, na maioria das vezes, em situações de vitória militar contra os demais rivais. Inclusive, foi após uma vitória militar liderada por Demétrio sobre a frota de Ptolomeu, em Chipre, como as passagens de Plutarco e de Diodoro reproduzidas no início desta seção deixam entrever, que Antígono foi aclamado *basileus* por seu exército, em 306 a.C. Ao mesmo tempo, a proclamação de Antígono como *basileus*, ao lado de Demétrio, alertava os demais diádocos para o término da *ficção* acerca de um poder governado em nome da casa dos Argéada, por isso Ptolomeu, Seleuco, Lisímaco, e eventualmente Cassandro, seguiram os passos de Antígono (ADAMS, p. 32, 2006). Chaniotis (2005, p. 57) e Müller (1973) informam que a proclamação dos generais de Alexandre como

basileis logo após a entronização de Antígono deu ao ano de 306 a designação de *Ano dos Reis*.

Os Antígônida, ao contarem, na fundação de sua dinastia, com o apoio incondicional de seu exército, ligando-se assim visivelmente às tradições da realeza macedônia, suscitam uma controvérsia de interpretação: constituiria esse fato uma eleição do *basileus* ou tão somente uma ratificação da sucessão régia? Sobre isso, estamos de acordo com Adams (2006, p. 32-33), quando afirma que:

Nesse caso não se tratou claramente de parte de uma sucessão dinástica. Na realidade, vemos com Antígono e sua proclamação como rei o estabelecimento de uma nova dinastia. No mínimo, esse ritual equivalia a um reconhecimento público de sua monarquia, independente do que tinha sido extraído da antiga prática macedônia. E, provavelmente, como resultado, os outros diádocos usaram o mesmo mecanismo, e pelas mesmas razões. Temos, assim, um claro rompimento com a dinastia Argéada, e esse foi um grande passo em direção ao estabelecimento legítimo aos olhos dos seguidores macedônios, sendo esse outro passo em direção à institucionalização da monarquia [helenística] [...].

O que vemos no episódio de 306 a.C. é o resultado de todo um conjunto de ações políticas executadas por Antígono, principalmente a partir de 321 a.C., após o acordo firmado em Triparadiso, que culminou com sua proclamação como rei e a fundação da dinastia antigônida, em 306 a.C.

Podemos supor que o ano de 311 a.C. foi um divisor de águas na constituição da nova dinastia. É também nesse ano que os vínculos políticos entre Antígono e Demétrio se tornam mais estreitos. Entre 315 e 311 a.C. as forças de Antígono obtiveram diversas vitórias sobre os rivais. Contudo, a rudeza das batalhas e alguns reveses levaram Antígono a propor uma trégua com os demais diádocos, celebrada em 311 a.C. *Grosso modo* a Paz de 311 dividiu o antigo Império Macedônio entre quatro titulares: Antígono, Cassandro, Ptolomeu e Lisímaco.¹²⁶ Por meio dessa divisão, tornou-se evidente que a existência de uma *oikoumene*

¹²⁶ Para Simpson (1954, p. 25-27), a ausência de qualquer menção a Seleuco nas fontes que tratam do acordo de paz entre os diádocos, em 311 a.C., pode ser interpretada como uma exclusão deliberada de Seleuco do acordo, já que tanto para Simpson, quanto para Will (1984, p. 53), a eliminação de Seleuco era a prioridade de Antígono à época.

sob domínio argéada não passava de uma ficção. No entanto, por mais que, na prática, os diádocos governassem de modo autocrático seus domínios, em termos simbólicos a existência de um sucessor argéada legítimo, como o filho póstumo de Alexandre com a princesa Roxana ou Arrideu, filho de Filipe, complicava os planos dos diádocos em conferir legitimidade aos respectivos governos.

Quando Alexandre IV foi assassinado, por volta de 310 a.C.,¹²⁷ por ordem de Cassandro, vemos os diádocos se empenhando abertamente na tessitura da monarquia helenística, sobretudo nos territórios da Grécia e da Macedônia.¹²⁸ O principal relato que temos sobre o fim da dinastia argéada é fornecido por Diodoro (XIX, 105, 1-4):

No arcontado de Simônides em Atenas¹²⁹ [...] Cassandro, Ptolomeu e Lisímaco chegaram a um acordo com Antígono e fizeram um tratado. Assim, foi decidido que Cassandro seria general da Europa até que Alexandre, o filho de Roxana, tivesse idade; que Lisímaco governaria a Trácia, enquanto Ptolomeu governaria o Egito e as cidades adjacentes a ele na Líbia e na Arábia; que Antígono teria o primeiro lugar em toda a Ásia; e que os gregos seriam autônomos. No entanto, eles não cumpriram esses acordos, e cada um deles, apresentando desculpas plausíveis, continuou buscando aumentar seu próprio poder. Cassandro viu que Alexandre, o filho de Roxane, estava crescendo, e que alguns homens pela Macedônia diziam que era apropriado libertar o menino de sua custódia e dar-lhe o reino de seu pai. E, temendo por si mesmo, [Cassandro] instruiu Glaucias, que estava no comando da guarda da criança, a matar Roxane e o rei e esconder seus corpos, e não revelou a ninguém o que havia sido feito. Quando Glaucias havia levado a cabo as instruções, Cassandro, Lisímaco, Ptolomeu, e também Antígono ficaram aliviados do perigo antecipado do rei. Porque doravante não haveria mais ninguém para herdar o reino, cada um desses que governavam povos ou cidades tinha esperanças de realeza e domínio do território que havia sido colocado sob sua autoridade como se fosse um reino conquistado pela lança.

Segundo autores como Shipley (2000, p. 42), Billows (1990, p. 155) e Austin (2003, p. 84), talvez os diádocos só tenham de fato respirado aliviados quanto à questão sucessória e à

¹²⁷ A data da morte de Alexandre IV é controversa. Alguns, como Austin (2003) em sua seleção de fontes sobre o período, dão a entender que o príncipe teria sido morto logo após o acordo de 311 a.C. Entretanto, a maioria dos autores situam o assassinato do menino por volta de 310 a.C. (WILL, 1998, p. 317-318; BILLOWS, 1990, p. 155). Essa confusão se dá provavelmente pelo motivo de Cassandro ter mandado matar o herdeiro argéada e depois ter enterrado o corpo em segredo. Seja como for, optamos por 310 a.C., pois foi a partir desta data que os boatos sobre a morte do herdeiro de Alexandre foram definitivamente confirmados.

¹²⁸ Nos territórios asiáticos, os diádocos já se portavam como *basileis*. O próprio Alexandre havia adotado o título de *basileus* na Ásia, como sugere a expressão βασιλέα τῆς Ἀσίας contida em Arriano (*Anab.*, II, 14), usado por Alexandre ao responder uma carta de Dario. E vemos o mesmo dado aparecendo em Quinto Cúrcio (IV, I, 10).

¹²⁹ Simônides, teria sido arconte em Atenas durante o ano 311 a.C. (DUFRESNOY, 1762, p. 158).

realidade de suas próprias dinastias após 309 a.C., quando o último descendente de Alexandre veio a falecer: Hércules, um filho ilegítimo que o monarca teve com sua amante Barsine, uma nobre persa. Diodoro (XX, 20-28) informa que Poliperconte pensou em utilizar o jovem, que na data contava com dezessete anos, como rival de Cassandro, mas teria sido persuadido pelo próprio Cassandro a executar o rapaz, o último elo consaguíneo com os Argéada. Esse episódio revela a importância de se eliminar todos os concorrentes que detinham filiação com a dinastia fundadora da realeza macedônia como requisito para a reconfiguração do sistema político então vigente. Na sequência, Antígono e Demétrio buscariam cada vez mais reforçar seu poder, seja por meio de ações militares, acordos políticos ou atributos simbólicos. Nesse último caso, um fator importante para a instauração da nova dinastia foi a ligação da monarquia com as esferas do sagrado e com determinada tradição que os antigônidas atualizaram.

Para Barcellos (2011, p. 101-102), na Antiguidade, os indivíduos pertencentes às elites eram definidos por sua posição em uma intrincada rede de relações sociais. As alianças políticas que celebravam, da mesma forma que suas relações de interdependência e suas redes de parentesco, criavam elos, reais ou imaginários, entre os membros de uma elite e seus antepassados. Esse imaginário do qual trata o autor se refere ao que Le Goff (1975) chama de *maravilhoso político*. Para Le Goff, em diversos momentos da História foi por meio do *maravilhoso*,¹³⁰ em especial sob a forma de mitos de fundação, que soberanos legitimaram suas realezas e dinastias.¹³¹ Assim como a dinastia Argéada/Teménida, a Antigônida lançou mão do recurso às origens míticas, mas sem que própria linhagem dos Argéada tenha sido

¹³⁰ O *maravilhoso* contém em si acontecimentos fantásticos impossíveis de se realizar dentro de uma perspectiva empírica da realidade (MARÇAL, 2009, p. 2).

¹³¹ Os mitos, impregnados por gestas fantásticas de heróis muitas vezes fabulosos, em diversos momentos serviram como origem e legitimação para inúmeras sociedades ou, como ocorreu na maioria dos casos, como elemento de gloriosa ascendência para determinada família (BARCELLOS, 2011, p. 102). Isso se aplica tanto ao géno dos *Argeadae/Temenidae*, quanto ao dos Antigônida, que ligaram suas origens familiares ao mito de Hércules, por exemplo, como forma de legitimação do poder dinástico.

rejeitada na construção da *basileia* de Antígono. Esse diádoco cedo se associou à imagem de Alexandre, que lhe proporcionava uma relação direta com as divindades e heróis protetores dos Argéada, como Zeus e Hércules.

O apoio das divindades padroeiras às novas dinastias que emergiam era de suma importância, visto que todas as realidades helenísticas precisavam afirmar sua legitimidade. Para Walbank (1984, p. 85), era natural que os Antígônidas tentassem sustentar suas pretensões adotando algum patrono sobrenatural escolhido entre os deuses do panteão olímpico, pois a posição do rei se fortaleceria ainda mais se ele pudesse apresentar-se como o descendente direto de alguma divindade ou herói. Visando a reforçar a legitimidade do seu governo, os Antígônidas enfatizaram sua associação, decerto fictícia, com os Argéada, como podemos ver em Políbio (V, 10, 9-10), quando trata de Filipe V e recorda as glórias dos monarcas passados:¹³² “Com esses exemplos constantemente presentes em sua mente, Filipe deveria se mostrar como o verdadeiro herdeiro e sucessor desses príncipes, não apenas herdando seu reino, mas também seus princípios e magnanimidade [...] e durante toda a vida ele [Filipe] se esforçou para provar que estava ligado pelo sangue a Alexandre e Filipe [...]”.

Tal qual Alexandre e os soberanos argéadas que o antecederam, Antígono tomou Hércules por ancestral, como é possível concluir dos testemunhos numismáticos e epigráficos referentes a Antígono e Demétrio. Essa filiação com Hércules e demais divindades, assim como a ligação com a dinastia de Alexandre, foi herdada pelos sucessores dos fundadores da dinastia antígônida, como Antígono II, Gônatas, neto de Antígono, e Filipe V.

¹³² Filipe V, que governou a Macedônia de 221 a 179 a.C., era filho de Demétrio II, neto de Demétrio Poliorcetes.

Figura 17 – Filipe V. Tetradracma de prata, 8, 5 g., s/d



Fonte: Sear (1979, p. 631)

Na Figura 17, temos um tetradracma de prata referente a Filipe V cunhado em Pela ou Anfípolis, no qual observamos a associação desse monarca com Hércules, Perseu e a dinastia argéada. No anverso da moeda, nota-se um escudo macedônio adornado com sete estrelas de oito pontas dentro dos dois crescentes, que é um símbolo argéada. No centro do escudo, temos o herói Perseu usando um capacete alado e com uma harpa atrás do pescoço. No reverso, destaca-se uma clava, associada a Hércules,¹³³ dentro de uma coroa de carvalho, acompanhada da inscrição ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΦΙΛΙΠΠΟΥ.

¹³³ A clava de Hércules surge como um emblema associado aos Antígônida a partir da cunhagem de Antígono II.

Figura 18 – Antígono II. Tetradracma de prata, 17 g., s/d



Fonte: Sear (1979, p. 630)

Já na Figura 18, temos uma moeda cunhada durante o governo de Antígono II (277-239 a.C.). Percebe-se mais uma vez a presença de vários componentes ligados às divindades e aos argéadas. Esse tetradracma de prata, cunhado em Anfípolis, contém, no anverso, um escudo macedônio adornado com sete estrelas de oito pontas; no centro dele, há o busto de Pã com chifres. No reverso, está representada Atena Álcis em posição de avanço, brandindo raio e segurando um escudo, acompanhada da inscrição ΒΑΣΙΛΕΥΣ ΑΝΤΙΦΟΝΟΥ. Antígono II emitiu uma série de tetradracmas com a cabeça de Pã, talvez em reconhecimento ao auxílio desta divindade na batalha decisiva de Lisimáquia, em 277 a.C., contra os gauleses.

Voltando-nos para o fundador da dinastia antigônida, como discutimos na seção anterior, Antígono, por meio das moedas, buscou associar-se a Alexandre, adotando um modelo de cunhagem com os motivos e inscrições referentes ao rei falecido, enquanto Demétrio, em diversas moedas, associa-se a deuses como Hércules, Zeus, Poseidon e à Niké. No que se refere às fontes epigráficas, ao menos às que chegaram até nós, os nomes de Antígono e Demétrio estão sempre relacionados. Antígono claramente considera Demétrio seu representante direto, seja na celebração de alianças, como no caso da tentativa de criação de uma nova liga reunindo os gregos (*IG*, VII-IX; *IG*, IV² (1) 68), ou na recepção de honrarias

e cultos por parte das *póleis*, como podemos ver por meio de um fragmento de um decreto ateniense, que ainda em 213/2 a.C. atesta a manutenção de honrarias a pai e filho por meio do culto aos heróis epônimos (*IG*, II³, 1, 1165, 15-20): “[...] para louvar as pritâneas dos [Antigônida] e coroá-los com uma coroa de ouro de acordo com a lei, e piedade para com os deuses e o amor pela honra do Conselho ateniense [...]”

Importa acrescentar que não subestimamos a capacidade militar que Demétrio agregava à figura do pai, mesmo porque esse dado se impõe a qualquer investigação sobre a formação da *basileia* helenística. A filiação entre os dois, todavia, ultrapassa a esfera militar. Mesmo que a vitória nos combates seja fundamental para a legitimação do soberano, não podemos minimizar o impacto das representações nem a maneira pela qual o rei obtinha o equilíbrio entre a força física e a simbólica, componentes indispensáveis do jogo político que conduziu à formação da primeira dinastia helenística. Um exemplo do papel desempenhado pelos símbolos para a fabricação da imagem do monarca ideal é a atribuição do epíteto *Poliorketes* a Demétrio, após o cerco a Rodes, em 305/4 a.C., e que celebrava indubitavelmente a sua habilidade militar.

Antígono e Demétrio constituíram um exemplo paterno-filial de sucesso. A dinastia antigônida, que nascia sob o comando do diádoco mais experiente de Alexandre, lançou mão de vários expedientes para consolidar sua legitimidade, dentre os quais as conquistas militares e a associação com as divindades. Demétrio e Antígono, mais do que pai e filho, eram exemplos de uma sociedade harmônica e coesa na fabricação da *basileia* helenística, motivo pelo qual analisar tal processo sem considerar a atuação desses homens é algo, em nossa opinião, inviável. A simbologia em torno das figuras de Antígono e Demétrio, porém, apesar de primordiais, não são os únicos elementos que compõem a formação dessa *basileia* que, como organização política, tem em sua base uma série de concepções filosóficas. Por isso, outro aspecto relevante quando se investiga a formação da *basileia* é avaliar em que medida

fundamentos de caráter filosófico influenciaram a constituição desse sistema e, nesse processo, a conduta do *basileus*.

Os fundamentos filosóficos da 'basileia' helenística

Todo sistema político se fundamenta, em alguma medida, em princípios ou diretrizes filosóficas, ao mesmo tempo que é constituído por todo um imaginário partilhado pelo grupo que o sustenta. Qualquer sistema político-ideológico é eficaz apenas quando é capaz de traduzir os anseios e aspirações das distintas categorias sociais, mesmo que isso não ocorra de modo consensual. Os fundamentos políticos e filosóficos que compuseram a *basileia* helenística não fogem a essa regra. Os primeiros *basileis* tiveram suas monarquias influenciadas por valores e preceitos que remontavam a um arcabouço de concepções, mitos e representações delineadas ao longo do século IV a.C., ao mesmo tempo que práticas exercidas pelos próprios diádocos se vincularam a essas representações, reinterpretando ou forjando novos significados que definiram a imagem da monarquia e do soberano helenísticos.

De acordo com Serbena (2003, p. 5), o imaginário desempenha uma função social e política, já que no processo da luta política e da legitimação de determinado sistema político existe a preocupação em se elaborar um imaginário por meio do qual se mobilizam afetivamente as pessoas. Nas palavras de Carvalho (1987, p. 58):

A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. [...]

No caso da realeza helenística, são muitos os exemplos de associação do rei à figura virtuosa, mas, ao mesmo tempo, de um homem forte, que evoca a imagem do herói homérico,

associado às divindades – o homem providencial, que desponta num momento no qual se clama por um salvador capaz de restituir à sociedade a segurança perdida (GIRARDET, 1987, p. 63-71). Segundo Carvalho (1987, p. 11), é por meio do imaginário que: “[...] as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...]”. Isso significa dizer que uma sociedade constrói, em certos termos, a si própria, de acordo com os princípios daquilo que Anderson (2008) define como *comunidade imaginada*. Ainda segundo Carvalho, o imaginário é constituído e se expressa por representações, utopias, símbolos, rituais e mitos, sendo o campo do imaginário um espaço de conflito, onde ocorrem lutas de representações entre diferentes grupos, que buscam o monopólio do poder, ideia que vai ao encontro do pensamento de Chartier (1990), no que tange às representações políticas e culturais.

Como discutimos no capítulo anterior, ao longo do século IV a.C. vimos tomar forma toda uma especulação política e filosófica em torno do governo e do governante ideais. Esse período foi marcado por uma profusão de debates acerca da monarquia e das virtudes régias promovidos por autores como Isócrates e Xenofonte, por exemplo. Para Platão (Pl., *Plt.*, 294A; Pl., *Leges*, IV, 711E-712A) e Aristóteles (Arist., *Pol.*, III), a melhor constituição dependeria do governante, porém a natureza da relação entre o rei e as leis, embora longamente debatida, restou inconclusa.

Segundo Walbank (1984, p. 76-77), a monarquia foi um objeto de reflexão sobre o qual os filósofos e pensadores frequentemente se debruçaram ao longo do século IV a.C. Contudo, o autor, embora afirme que alguns dos fundamentos filosóficos em torno da monarquia e do monarca, no século IV a.C., possam ter influenciado a concepção da realeza helenística, acredita que as especulações dos filósofos não contribuíram diretamente para o surgimento da *basileia* helenística.¹³⁴ Concordamos com Walbank na medida em que, ao se estabelecer um

¹³⁴ Nesse caso, Walbank provavelmente se remete à questão de que, para o homem grego, o homem da Hélade, a visão de que a monarquia não era uma instituição adequada ainda era muito forte. Nesse aspecto, concordamos

regime político, se torna complicado concluir qualquer discussão sobre a melhor forma de governo do ponto de vista filosófico. Quanto a isso, vale a pena lembrar que os próprios tratados sobre a realeza helenística surgem apenas mais tarde, por meio da solicitação dos próprios *basileis*, já instalados no poder. Um tema recorrente nesses tratados eram as virtudes inerentes ao bom rei, que deveria ter conhecimento da filosofia para bem governar. No que se refere à redação desses textos filosóficos, há certo destaque para os Antígônidas, como podemos constatar na seguinte passagem de Eliano, ao falar sobre Antígono II:

É relatado que o rei Antígono era popular e brando [...] Eu devo mostrar aqui apenas um ato seu cheio de clemência e vazio de orgulho [...] Antígono, percebendo que seu Filho se comportou de forma rígida e severa em relação a seus súditos: “Você não sabe, filho, disse ele, que nosso reino não é senão uma gloriosa servidão?” Esse discurso de Antígono para o seu filho expressou muita brandura e humanidade. Aquele que concebe o contrário, em minha opinião, parece não entender o que compete a um rei ou a um súdito, parecendo ter vivido sob algum tirano (Aelianus, *Varia Historia*, II, 20).¹³⁵

No trecho citado, vemos como uma conduta marcada pelas virtudes deveria ser o caminho trilhado pelo monarca. Eliano destaca virtudes régias que condicionaram a representação do soberano ideal no período helenístico, como brandura e clemência para com os súditos.

Infelizmente, boa parte dos tratados sobre a realeza helenística se perdeu. O que temos são fragmentos, em sua maioria reconstituídos, ou comentários posteriores.¹³⁶ Desses fragmentos, destacamos os provenientes dos três tratados pseudo-pitagóricos sobre a realeza (*Περὶ βασιλείας*) preservados por Estobeu, que viveu no século V d.C., e cujos autores são apontados como Diotógenes, Ecfanto e Estênidas. Os problemas em se trabalhar com tais

com o autor, mas devemos ressaltar que os primeiros *basileis* trataram de lidar com esse posicionamento típico das *póleis* por meio de um discurso que preconizava a liberdade e autonomia destas, propósito propagandístico que viria a pautar a relação entre o *basileus* e as *póleis*.

¹³⁵ O aparecimento de preceitos como brandura, clemência, humanidade e certa servidão do monarca aos súditos nesse relato talvez tenha sido influenciada pela informação, não muito precisa, de que Antígono II encorajou, em sua corte, a presença dos estoicos. Contudo, na prática, é complicado ver a interferência dos princípios estoicos na corte antigônida.

¹³⁶ Esse é o caso do livro I das *Histórias* de Diodoro, que, ao falar sobre a realeza ptolomaica, provavelmente se baseou na obra do historiador Hecateu de Abdera, escritor da obra *Aegyptiaca*.

fragmentos começam pela datação, uma vez que os tratados teriam sido compostos num arco cronológico que vai do século III a.C. ao III d.C. Além disso, esses textos recolhem ideias contidas numa gama extensa de fontes, muitas das quais tardias no que se refere à monarquia helenística. Por muito tempo, os fragmentos dos três tratados permaneceram esquecidos, sendo reabilitados para o estudo da filosofia política da *basileia* helenística principalmente por Goodenough, no trabalho intitulado “The Political Philosophy of Hellenistic Kingship”, de 1928, no qual o autor interpreta tais documentos como “programas”, visando a estabelecer uma teoria filosófica do poder destinada aos primeiros reis helenísticos. Nessa perspectiva, a melhor forma de governo, segundo os filósofos, não seria mais o governo coletivo da *pólis*, fosse qual fosse o regime, mas o governo de um único homem.

Delatte (1942, p. 123-163) sustenta que os tratados contêm duas ideias fundamentais sobre a *basileia*: o direito divino ligado à instituição da realeza; e a monarquia como imitação terrena (*mimésis*) do governo divino, como podemos ver pelo fragmento coletado por Estobeu e que é atribuído a Ecfanto.

[...] o *basileus* tem uma natureza mais divina, vencendo a natureza comum por meio de seu princípio mais elevado. É semelhante ao outro [homem] pelo “*pano*”, visto que ele foi feito do mesmo material, mas foi fabricado pelo melhor artista, que o criou, tomando-se a si como modelo. O rei é realmente o único ser capaz de representar o rei de cima: seu criador é conhecido em todos os momentos [...] seus súditos [...] veem a *basileia* como uma luz [...] ela é divina e difícil de contemplar por causa de seu brilho excessivo, exceto para os pretendentes legítimos [...] A *basileia* [...] é algo puro, incorruptível e indescritível para os seres humanos, por causa da abundância de sua divindade. Portanto, é necessário que quem estabeleça a realeza tenha uma natureza muito pura e muito brilhante [...] (Stobaeus, *Avθολόγιον*, Ecfanto, VII, 64).

Na opinião de Delatte, essas ideias sobre o direito divino do soberano e a representação da monarquia como reflexo do governo divino não provêm da escola pitagórica – daí a classificação dos tratados como pseudo-pitagóricos –, mas são o resultado de uma lenta transformação de concepções filosóficas, políticas e religiosas que remontavam às monarquias orientais e que se perpetuaram sob o Império Romano. Apesar de recolherem elementos que

fogem da esfera helenística propriamente dita, os fragmentos de Diotógenes, Ecfanto e Estênidas, se manipulados com cuidado pelo pesquisador, podem auxiliar na análise da *basileia* helenística, principalmente no que se refere à representação do soberano ideal.

A construção de uma imagem modelar do monarca pode evitar uma série de excessos característicos do exercício do poder pessoal. A fabricação das virtudes do *basileus* torna-se necessária na medida em que tais virtudes justificam a monarquia aos olhos dos súditos. As virtudes régias se tornam mais importantes quando refletimos sobre o sentido da Lei no mundo helenístico. A relação entre o *basileus* e a Lei constitui um problema especial, pois no período helenístico não existiu uma institucionalização do poder do soberano. Em tese, o rei era limitado pela Lei, mas ao mesmo tempo a encarnava. Então, como poderia haver uma limitação da pessoa do rei por meio da Lei?

Por isso talvez seja tão recorrente, tanto nos escritos dos filósofos quanto nos tratados da realeza, a importância da virtude e o papel da Lei no exercício do governo, como fica claro no trecho seguinte: “[...] porque sem justiça, ninguém seria *basileus*, e, sem lei, não há justiça. Porque o direito está na lei e a lei é a causa da justiça, sendo o *basileus* a lei viva [ὁ δὲ βασιλεύς ἦτοι νόμος ἐμψυχός], ou o magistrado que está em conformidade com a lei [...]” (Stob, *Flor.*, Diotogenes, VII, 61, 263). Na prática, se esperava do *basileus* um comportamento moderado e responsável, mas, no trecho exposto, vemos a tensão que existe entre o monarca como lei animada, corporificada e representante de uma lei inanimada, consignada num código escrito. Os documentos que buscam dar conta da concepção filosófica da realeza, na maioria das vezes, recomendam que o rei não exerça um poder absoluto, mas tenha por obrigação seguir a Lei.

A questão que mais uma vez se coloca é a da real aplicabilidade dos preceitos filosóficos contidos nos tratados sobre a realeza para a construção da *basileia* ideal, assunto sobre o qual ainda pairam muitas incertezas. O que podemos afirmar é que, na constituição

desta realeza, elementos de caráter não institucional tiveram um peso considerável. Para Thonemann (2015, p. 143-146), quando falamos sobre a representação régia na época helenística, certamente não estamos falando dos poderes constitucionais do rei. Para o autor, a representação que cerca o *basileus* foi constituída por um conjunto de crenças coletivas a respeito do papel do monarca: sua natureza quase divina, sua generosidade como benfeitor, sua autoridade carismática e sua coragem pessoal na guerra.

É consenso entre os estudiosos da monarquia helenística a importância do rei como líder vitorioso. Ao tratarmos as fontes, sejam elas textuais, epigráficas ou numismáticas, a imagem que de fato se destaca é essa. Como vitorioso, o monarca se apresenta como *sóter* e *evérgeta* de seu povo. Por isso, não soa estranho que Diotógenes inclua em primeiro lugar, na lista das funções do soberano, o comando do exército, como vemos na seguinte passagem: “[...] O *basileus* tem três funções: comandar o exército, servir a justiça e honrar os deuses [...]” (Stob., *Flor.*, Diotog., VII, 61, 264); ou que Políbio (IV, 77, 3) destaque a competência militar e a coragem de Filipe V, próprias de um grande general. Derivadas dessa perícia militar do soberano, aparecem as virtudes, que se unem à figura do rei sob a forma de epítetos.

Sóter (Σωτήρ) e *Evérgeta* (Εὐεργέτης) são títulos usados sobretudo pelos Ptolomeu, mas também por outros *basileis*. Antígono e Demétrio são exaltados como *sóter* e *evérgeta* em diferentes documentos que tratam da gratidão das cidades por eles auxiliadas, como no trecho epigráfico abaixo, localizado na ágora ateniense, e que trata da concessão de honras divinas aos Antígônida após Demétrio, a mando do pai, ter libertado a cidade de Atenas do domínio de Cassandro pela segunda vez:

[...] [Aqueles] que participam dos sacrifícios [realizados em nome de Antígono e] Demétrio devem sacrificar também a Demétrio *Sóter*, [apresentando] as mais sagradas e belas [vítimas de sacrifícios. As honras] concedidas ao *basileus* [pel] os voluntários selecionados [serão proclamados para que, assim como eles mesmos] tenham honrado seus *benfeitores* às suas próprias custas, assim também outros

possam seguir e homenagear [eles com as mais ilustres] honras (*SEG*, 25, 149; *SEG*, 25, 145; *SEG*, 25, 150).¹³⁷

Nesse fragmento, datado de 303/2 a.C., percebemos que o termo *basileus* já aparece nas inscrições provenientes da Grécia continental e que esses reis são alvos de cultos e honrarias por parte das cidades por eles favorecidas. O *basileus* era visto como o bom pastor, como no caso de Antíoco I (*OGIS*, 219), por isso deveria ter bravura. A coragem (*ἀνραγαθία*) de Antíoco é mencionada em vários decretos, sempre associada a outras virtudes régias, tal como a generosidade (*φιλανθρωπία*), que é um dos atributos que mais aparecem nas inscrições helenísticas ligadas à figura do rei.

A bravura do monarca era direcionada amiúde para fins defensivos, no combate aos inimigos. Quanto a isso, os Antígônida são vistos como eternos protetores das fronteiras ao norte da Grécia, papel reforçado em algumas fontes antigas. Os reis helenísticos eram assim guardiães ou restauradores da paz, como vemos na narrativa de Políbio (IX, 35, 1-4) sobre os assuntos referentes à Grécia, onde se apresenta uma alusão de Flamínio, um general romano, ao discurso do embaixador Licisco contra os etólios em que ele enfatiza a importância dos Antígônida, reis da Macedônia, para a segurança da Grécia:

[...] você se orgulha de ter resistido ao ataque dos bárbaros em Delfos e dizer que os gregos devem lhe agradecer por isso. Mas se agradeço aos etólios por esse serviço único, quão altamente devemos honrar os macedônios, que para a maior parte de suas vidas nunca cessaram de lutar contra os bárbaros por causa da segurança da Grécia? Pois quem não tem consciência de que a Grécia teria permanecido constantemente no maior dos perigos, não estivéssemos cercados pelos macedônios e pela honrosa ambição de seus reis?

Gehrke (2013) afirma que para compreendermos a natureza da *basileia* helenística devemos partir da premissa de que a *legitimidade* do governante, e não sua *legalidade*, é o ponto fundamental dessa monarquia. Empregando a definição do poder carismático conforme

¹³⁷ A sigla *SEG* se refere à abreviação de *Supplementum Epigraphicum Graecum*, que porta um conjunto de inscrições compiladas por Pierre Roussel e outros pesquisadores.

proposta por Weber (1999), de acordo com a qual o poder emana do próprio líder, que possui qualidades excepcionais e geralmente surge em momentos de grande transformação política, econômica ou religiosa, Gehrke defende que o poder carismático é o que melhor ilumina a forma da realeza helenística. Segundo Weber (1999), são necessárias duas condições para a legitimação de um governante carismático: a emergência do governo para o qual se busca legitimação ocorre em situações excepcionais; e o contexto desse governo é caracterizado pela instabilidade. Essa ideia corrobora a representação do *basileus* como *salvador*, que se desdobra em quatro modelos de heróis estabelecidos por Girardet (1987, p. 19-20): Cincinato, Alexandre, Sólon e Moisés.

De acordo com esse esquema, o herói da normalidade e o herói da exceção são extremos de um mesmo *continuum* mitológico. Em torno de uma personagem excepcional forma-se muitas vezes uma constelação de símbolos, como foi o caso de Alexandre. O herói que se adequa à imagem do Homem Providencial deve se inserir em alguma das seguintes características, ou ser capaz de conjugá-las: ter capacidade de vir à cena pública em um período de caos para salvar a população, devido aos próprios apelos dela (nesse caso, o herói é aquele que apazigua, que protege e restaura a ordem); ser uma figura jovem e conquistadora, cujo furor bélico é seu principal atributo, pois com sua força e audácia domina a tudo e a todos, transitando entre a ordem do humano e do sagrado; ele também pode aparecer no papel do legislador, que substitui a figura do conquistador, fundando uma nova ordem; e, por último, o herói pode apresentar o arquétipo do profeta, anunciando novos tempos.

Essas quatro categorias de heróis, que podem ser conjugadas em uma mesma figura, surgem em um momento de redefinição, como no contexto tematizado neste estudo. Antígono, no processo de fabricação de sua *basileia*, ao lado de Demétrio, reuniu em torno de si características relacionadas ao esquema de heróis proposto por Girardet. Com a morte de Alexandre, surge a necessidade de instauração de uma nova ordem, que desemboca num novo

sistema político para o qual são fundamentais novos mecanismos de legitimação, como, por exemplo, a construção idealizada da imagem do rei como herói salvador, que, por sua vez, estreitou os vínculos do soberano com o sagrado, por meio de cultos.

De acordo com Oakley (2006, p. 44-45), o culto ao monarca helenístico resultava da fusão de práticas orientais, mas também possuía raízes na cultura grega, como no culto ao general vitorioso, que se propagou durante o século IV a.C. Havia assim uma relação direta entre o ato militar glorioso, a instituição da *basileia* e a representação de um soberano ligado ao domínio do sagrado. Inclusive, como vimos no tópico anterior, a associação com as divindades foi uma prática constante dos Antígônida e das demais dinastias helenísticas.

Gehrke (2013, p. 83) sublinha uma impressão errônea que muitos podem ter, num primeiro momento, sobre a monarquia helenística devido à importância da vitória militar: a de que tal realeza foi por excelência marcial. Esse posicionamento, segundo o autor, não é totalmente aceitável, visto que devemos considerar os limites da atividade militar. Acordos diplomáticos e alianças para estabelecer a paz foram comuns entre os diádocos, não sendo raros, desta forma, os exemplos de justiça e cordialidade entre os governantes helenísticos, como no caso de Antígono e Eumenes, e de Ptolomeu e Demétrio, apresentado nesta passagem de Plutarco (*Vit. Demetr.*, V, 3-4):

[...] [Demétrio] também perdeu sua tenda, seu dinheiro e, em uma palavra, todos os pertences pessoais. Mas Ptolomeu enviou-os de volta para ele, juntamente com seus amigos, acompanhando-os com a mensagem atenciosa e humana de que uma guerra não deve ser travada para todas as coisas, mas apenas para a glória e o domínio. Demétrio aceitou a bondade e rezou aos deuses para que ele não estivesse em dívida com Ptolomeu por isso, mas que pudesse rapidamente fazer um retorno semelhante. E ele tomou seu desastre, não com o abatimento de um jovem frustrado no início de uma empresa, mas como um general sensato, familiarizado com os inversos da fortuna, e ocupou-se com a cobrança aos homens e a preparação de armas, enquanto ele manteve as cidades em suas mãos e treinava seus novos recrutas.

Em outra passagem, Plutarco (*Vit. Demetr.*, XVII, 1) fala da generosidade e compaixão de Demétrio com o inimigo após uma vitória: “Essa vitória, tão justa e brilhante, Demétrio adornou ainda mais por sua humanidade e bondade de coração. Ele deu aos mortos do inimigo

um magnífico sepultamento, e libertou seus cativos [...]”. Concordamos com a visão de que a monarquia helenística não se resumiu a guerras e destruição. O fato de a guerra ser necessária para a conquista de territórios, sua manutenção e para legitimação do monarca e de sua *basileia* não significa que as batalhas fossem ardentemente desejadas e ocorressem a todo momento. Walbank (1984, p. 81-82) afirma que, na realidade, os *basileis* não buscavam aniquilar seus oponentes, sendo o principal objetivo da guerra conquistar e manter o território em segurança. Além do mais, o rei deveria levar em conta os anseios dos seus súditos e subordinados que, na maioria dos casos, ansiavam pelo restabelecimento da ordem e da paz. No que se refere à relação entre os súditos e o soberano, Gerhke (2013, p. 83-85) chama a atenção para o termo *δόξα*:

Com o termo *δόξα*, nós chegamos na interface onde a conduta carismática é transformada diretamente em um efeito de legitimação, porque é precisamente no prestígio destes feitos dos governantes, e nessa glória, que se unem a admiração e aprovação do povo [...] Portanto, os padrões, ideias, desejos e expectativas do povo, que precisava ser convencido para se alcançar uma legitimação carismática efetiva, precisavam ser demonstrados em um delicado equilíbrio.

Diante disso, é impossível não evocar os exemplos de Antígono e Demétrio. Dentro dos limites possíveis, eles sempre se preocuparam em cultivar um relacionamento amistoso com as *póleis*, por meio do discurso em defesa da liberdade dos gregos e do auxílio material a muitas cidades, das quais recebiam, em troca, honrarias como heróis salvadores e benfeitores. É justamente por intermédio desses benefícios concedidos às cidades gregas, como defesa contra invasores e ajuda financeira, por exemplo, que vemos pai e filho exercerem o *evergetismo*. Nessa circunstância, a virtude militar cede espaço a outras virtudes. Vislumbramos, portanto, o encontro da *basileia* helenística com os fundamentos filosóficos constituídos ao longo do século IV a.C., pois vemos em atuação o rei virtuoso que governa em prol dos seus súditos, que é o bom pastor e não age como um tirano.

Diante do exposto, não defendemos que a *basileia* helenística tenha sido um mero reflexo dos princípios filosóficos enunciados no século IV a.C. e recolhidos nos tratados tardios sobre a realeza, mas também não concordamos que essa monarquia tenha sido forjada tão somente pelos feitos militares dos diádocos e seus descendentes. Consideramos necessário um equilíbrio entre ambas as variáveis. A monarquia helenística pode ter sido criada no calor de uma torrente de acontecimentos e decisões de determinados líderes que buscavam legitimar-se após o desaparecimento de Alexandre, entretanto, no decorrer do processo, esses líderes tiveram de recorrer a mecanismos de natureza simbólica, que continham em si elementos filosóficos e religiosos.

Estabelecidos os critérios sobre os limites dos fundamentos filosóficos em torno da *basileia* helenística, nos dedicamos, na sequência, à relação entre os Antígônidas e as *pólis* no processo de fabricação da monarquia.

Os laços entre o monarca e a 'pólis'

Ao tratarmos da fabricação da imagem do soberano helenístico sob Antígono e Demétrio, torna-se fundamental abordar a relação deles com as *pólis* da Península Balcânica, principalmente Atenas, e daquelas localizadas na Ásia Menor. Mesmo que os demais diádocos, responsáveis pela criação das outras dinastias helenísticas, tenham sido alvo de cultos em diversas cidades que os apoiavam ou eram a eles subordinadas, os Antígônidas se destacam nesse particular, sobretudo pelo fato de o próprio Antígono, por meio de sua famosa proclamação de Tiro, datada em 314 a.C., ter lançado as bases para a futura relação entre os *basileis* helenísticos e as *pólis*.

Nessa proclamação, da qual encontramos registro em Diodoro (XIX, 61, 1-5), Antígono, apoiado pelo exército, declara Cassandro como traidor e inimigo dos

macedônios,¹³⁸ ao mesmo tempo que proclama a liberdade de todos os gregos, de maneira que não deveriam ser oprimidos por guarnições estrangeiras em suas respectivas cidades, recuperando assim sua autonomia. Diodoro (XIX, 61, 3-4), em seu relato, nos informa que: “[...] Quando os soldados votaram em favor dessas medidas, Antígono enviou homens em todas as direções para levar o decreto, porque ele acreditava que, por esses [gregos] terem esperança de liberdade, ganharia o apoio ansioso deles a seu lado na guerra [...]”.

Por causa dessa jogada política, bastante perspicaz por sinal, não nos causa surpresa que o primeiro culto prestado a um governante helenístico por uma *pólis* tenha sido dedicado a Antígono. A cidade em questão foi Atenas, que, em 307/6 a.C., rendeu homenagens divinas a Antígono Monoftalmo, extensivas a Demétrio Poliorcetes, após ter sido libertada do domínio de Demétrio de Falero, aliado de Cassandro. Na ocasião, Atenas, por meio de um decreto, instituiu um culto a ambos, mandando erigir um altar e estabelecendo um festival anual com sacrifícios e procissões em honra a pai e filho.

A principal questão que aqui se coloca diz respeito à razão pela qual se instituiu um culto desse tipo aos soberanos helenísticos, assim como o seu significado e limites, tendo como foco as honrarias prestadas aos Antígônidas. Por isso, a contribuição dos dados epigráficos torna-se fundamental para demonstrar como as *póleis* tiveram um papel decisivo na constituição desse culto e os meios que empregaram para tal. Polifônico, o culto ao soberano, ao mesmo tempo que era conveniente às *póleis*, pois recebiam proteção e ajuda financeira e material dos *basileis*, favorecia a construção da imagem do *basileus* como supremo detentor do poder militar e como um ser associado aos deuses.

¹³⁸ Como vimos, Cassandro, após a morte de Alexandre III, ficou responsável por governar parte da Grécia até a maioridade do filho póstumo do monarca com Roxana. Contudo, Antígono, aproveitando-se de desavenças políticas e da acusação que pairava sobre Cassandro de ter assassinado Olímpia, mãe de Alexandre, lidera uma ofensiva contra o mesmo. Entre as decisões tomadas durante essa reunião, relatada por Diodoro, estava a exigência para que Cassandro libertasse de sua tutela Alexandre IV e a mãe Roxana.

Desde 321 a.C., ao ser nomeado estratega das forças reais e estratega da Ásia, Antígono dominaria o cenário político do período. Antela-Bernárdez (2009), Beekes (2010) e Haake (2012), entre outros autores, destacam o papel central que a vitória militar teve para a legitimação de Antígono como soberano. Como vimos, o *basileus* helenístico teria como um de seus principais atributos a vitória militar, pois era considerado alguém capaz de aplacar as mazelas sofridas por dada localidade, o que justifica o epíteto *salvador* (*Sóter*), amiúde a ele atribuído. As vitórias militares, ao mesmo tempo que permitiam o controle de amplos territórios, propiciavam a formação de um culto em torno de Antígono e Demétrio. Por meio da imagem de general vitorioso, cada vez mais fortalecida pelos sucessos militares obtidos por Demétrio, Antígono, nas duas últimas décadas do século IV a.C., destacou-se como o diádoco mais poderoso, como podemos constatar na observação de Plutarco (*Vit. Demetr.*, III) sobre o monarca: “[...] o maior [...] dos sucessores de Alexandre.”

Dessa forma, Antígono, que tinha pretensões de estender seu poder sobre as *póleis* e a Macedônia, começa a executar uma estratégia de aproximação com as *póleis* a fim de obter a colaboração destas. Mediante um discurso em defesa das *póleis*, a proteção militar e o auxílio financeiro a elas oferecido, Antígono criou um mecanismo político de aliança com as *póleis* que iria perdurar por todo período helenístico. Com essas benesses concedidas a determinadas cidades, Antígono, ao lado de Demétrio, recebeu cultos, festividades e honras em seu nome. Essas homenagens são conhecidas tanto por intermédio da documentação escrita quanto da cultura material.

Em virtude da compilação de inscrições epigráficas realizada por Welles (1934) e das inscrições reunidas no *Orientis Graeci inscriptiones selectae*, obra editada por Dittenberger (1903), temos acesso a parte da correspondência oficial de Antígono referente a três cidades da Ásia Menor entre os anos de 311 a 303 a.C.: Escépsis, Eresus e Teos. Em um dos trechos de uma carta enviada pela cidade de Escépsis, em resposta à carta de Antígono de 311,

constata-se o costume de se dedicar estátuas, cultos e sacrifícios àqueles considerados benfeitores de uma cidade:

[...] A fim de que Antígono possa ser honrado de uma maneira digna pelo o que foi feito e de que o *demos* possa ver e dar graças pelas coisas boas que já recebeu, [fica resolvido][...] fazer para ele [Antígono] um altar e o configurar com uma imagem tão bem quanto possível; e haverá um sacrifício e um festival a cada ano em sua honra, assim como foi anteriormente realizado; e coroa-lo com uma coroa de 100 [estáteres] de ouro [...] (*OGIS*, 6, 3-6).

O trecho acima mostra a boa recepção, pela cidade de Escépsis, da carta de Antígono, na qual este informava sobre o acordo de paz realizado ente ele, Cassandro, Lísímaco e Ptolomeu, em 311 a.C. Na carta, Antígono reafirmava os parâmetros do tratado de paz, assim como o discurso sobre a autonomia das *póleis*, presente na Proclamação de Tiro, e prometia apoio à cidade de Escépsis. Em resposta, os cidadãos desta cidade, por meio de decisão tomada em assembleia, estabeleceram honrarias a Antígono. Uma coroa de 50 estáteres também teria sido ofertada a Demétrio. Em Plutarco (*Vit. Demetr.*, X) e Pausânias (I, 2, 1), também encontramos referências a estátuas e cultos dedicados a Antígono e Demétrio.

De acordo com Bringmann (1993, p. 8), os benefícios proporcionados pelo *basileus* estariam na origem da própria monarquia e, naquele contexto, o maior benefício que um rei poderia proporcionar seria o respeito à autonomia das *póleis*. Como Aristóteles teria sugerido a Alexandre, em uma carta pública, um rei deveria agir com os gregos: “[...] como seu líder, com os estrangeiros [bárbaros] como seu mestre, tratando os primeiros como amigos e parentes e os últimos como animais ou plantas” (F 658 R³). Mas não apenas a garantia da liberdade das *póleis* configurava um benefício, pois também se esperava do *basileus* proteção militar e a manutenção de um ambiente favorável, a fim de que a cidade pudesse autogovernar-se.

Em certa medida, podemos dizer que Antígono se esforçou para ser visto como um benfeitor por muitas cidades gregas, tanto aquelas localizadas na Ásia Menor, quanto aquelas

situadas na Grécia, e, com isso, reforçar sua imagem como legítimo *basileus* nos últimos anos do século IV a.C. Foi com o propósito de fornecer proteção militar que, por volta de 307/6 a.C., Antígono enviou Demétrio para socorrer Atenas, então sob o jugo de Demétrio de Falero, aliado de Cassandro (CÂNDIDO, 2004, p. 220). Demétrio, que em breve ganharia o epíteto de *Poliorcetes*, derrotou a guarnição de Cassandro em Mouniquia e, dois meses depois, entrou em Atenas como *libertador*, livrando os atenienses do domínio de Cassandro, expulsando Demétrio de Falero da cidade e restaurando a democracia. Segundo o testemunho de Plutarco (*Vit. Demetr.*, VIII, 4-9, 1), a recepção de Demétrio pelos atenienses teria sido a seguinte:

Demétrio navegou até o Pireu [...]. Ele estava agora à vista de todos. De sua embarcação, ele deu um sinal para a calma e silêncio e, quando ele foi realizado, proclamou através de um arauto que seu pai lhe tinha enviado, com boa fortuna, para libertar os atenienses, expulsar a guarnição [de Cassandro] e restaurar aos atenienses suas leis e constituição ancestral. Após essa proclamação ter sido feita, a maioria [dos atenienses] imediatamente colocou seus escudos para baixo diante de seus pés e o aplaudiram. E, gritando, eles pediam para Demétrio desembarcar, e o chamavam de “benfeitor” (εὐεργέτην) e “salvador” (σωτήρα).

Passados alguns meses do episódio, Antígono enviou a Atenas um grande carregamento de grãos e um de madeira para a reconstrução da frota. Segundo Mikalson (1998, p.50-60), as facções pró-democráticas e pró-independência, em Atenas, provavelmente viram os acontecimentos de 307/6 a.C. com entusiasmo, pois novamente os atenienses teriam o controle de sua cidade e do porto. Nessa conjuntura, não causa estranheza que Antígono e Demétrio tenham sido celebrados como salvadores (σωτήρες) e benfeitores (εὐεργέται) de Atenas, mais do que qualquer outro líder desde os Pisístradas. Uma agenda de honras políticas e religiosas ofertadas a Antígono e Demétrio foi proposta, ao que tudo indica, por Estratocles,¹³⁹ e aprovada pela assembleia. As homenagens prestadas aos dois foram grandiosas. Como reporta Diodoro (XX, 46, 1-4), coroas de ouro, altares com sacrifícios,

¹³⁹ Estratocles foi um famoso orador ateniense, filho de Eutidemo, e que atuou ativamente na política ateniense nas últimas décadas do século IV a.C. (CÂNDIDO, 2012). Era aliado de Antígono e Demétrio, e propôs vários decretos a favor deles na assembleia ateniense.

imagens tecidas segundo as vestes de Atená foram dedicados a estes *basileis*, que ainda tiveram duas tribos, com seus respectivos nomes, incluídas no corpo cívico de Atenas. Essas tribos foram representadas por duas estátuas erigidas no Monumento dos Heróis Epônimos, na ágora, juntamente com um conjunto de bigas de ouro.

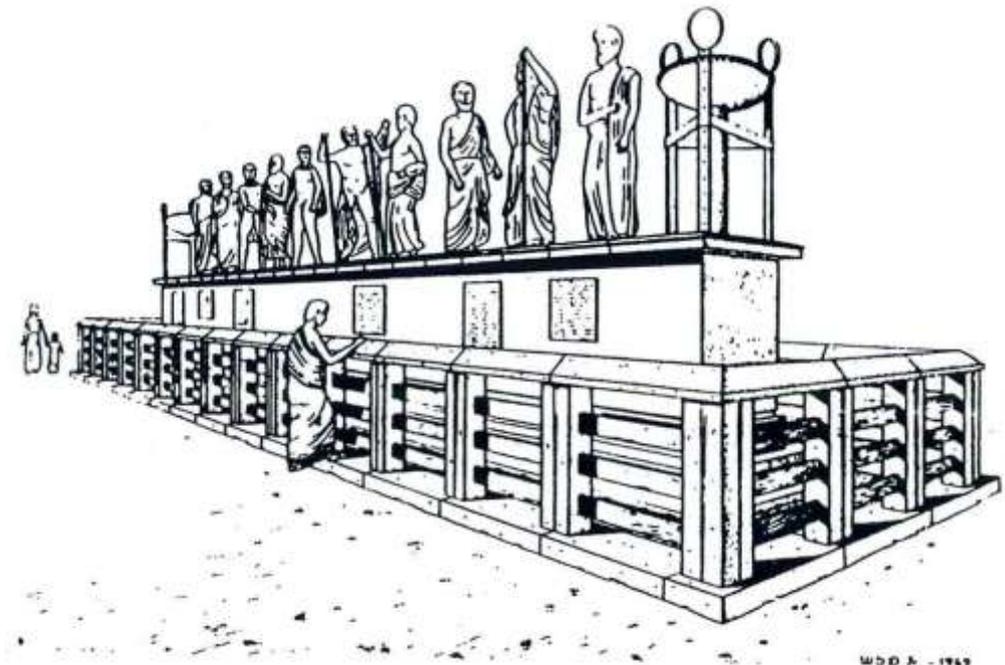
Sabemos que estátuas honoríficas, no IV século a.C., tornaram-se de certo modo comuns. Contudo, a quantidade de ouro dedicada a Antígono e Demétrio é algo excepcional. No que se refere às coroas, estas foram regularmente concedidas a cidadãos e não cidadãos por serviços meritórios no século IV a.C. O homenageado em questão muitas vezes dedicava sua coroa a Atená, depositando-a no Parthenon, onde permaneceria como propriedade da deusa. No entanto, segundo Mikalson (1998, p. 60-67), o custo das coroas de ouro ofertadas a Antígono e Demétrio (1.200.000 dracmas) é impressionante, mesmo em tempos de aguda inflação, como foi o final do século IV a.C. Para o autor, os atenienses talvez tenham presumido que Demétrio e Antígono dedicariam as coroas a Atená, de maneira que o ouro, no fim das contas, não deixaria a cidade de Atenas, mas seria apenas transferido do Erário público para o tesouro sagrado.¹⁴⁰

No que concerne à criação de duas tribos em homenagem a Antígono e Demétrio, foi necessária uma reorganização dos demos, estrutura que não havia sido alterada desde a época de Clístenes, no início do século V a.C. Essa alteração, que atingiu a organização do corpo cívico ateniense, talvez correspondesse a dois propósitos políticos: primeiro, ao interferir na organização social, haveria o enfraquecimento de certos grupos que poderiam se rebelar contra os novos *protetores* de Atenas; em segundo lugar, a alteração de uma estrutura cívica tão antiga representaria a capacidade de comoção que os *basileis* teriam dentro das cidades submetidas ao seu poder, além de reforçar os laços deles com o sagrado na medida em que

¹⁴⁰ Mesmo assim, pode-se suspeitar que, no decreto original, os 200 talentos foram destinados a cobrir os custos não apenas das coroas, mas também das estátuas de ouro e dos demais prêmios a serem concebidos a Antígono e Demétrio.

eram convertidos em heróis com características fundacionais, pois todos os 10 epônimos originais foram heróis lendários. Desse modo, a criação de duas novas tribos também teria conotações religiosas, visto que cada uma das tribos atenienses mantinha um culto anual próprio ao herói que lhe dava nome (herói epônimo), bem como um sacerdote.

Figura 19 – Ágora ateniense, monumento aos heróis epônimos originais



Fonte: Camp (1986, p. 98).

Na Figura 19, temos a reconstituição do Monumento aos Heróis Epônimos com a representação das dez tribos originais criadas no final do século VI a.C. Com a adição das duas tribos em homenagem a Antígono e Demétrio, foi necessário acrescentar duas bases ao lado do monumento. Essas bases podem ser vistas ainda hoje junto ao monumento original, na ágora de Atenas.

Figura 20 – Vista atual do monumento aos heróis epônimos



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016)

Figura 21 – Detalhe do monumento aos heróis epônimos



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016)

Na Figura 20, temos a vista atual do monumento, que contém as 10 bases originais dos heróis epônimos e, ao lado delas, as bases adicionadas no fim do século IV a.C., que remetem a Antígono e Demétrio. Na Figura 21 é possível ver, no detalhe, as bases dedicadas aos Antígônida. No que tange aos dados epigráficos que corroboram as homenagens prestadas aos

Antigônidas pelos atenienses, tal como descritas nos textos antigos, temos alguns fragmentos de inscrições de decretos. Woodhead (1997, p. 167), nos relatórios de escavação da ágora ateniense, nos informa que o período denominado “Século Macedônio”,¹⁴¹ compreendido 307/6 e 201/200 a.C., foi o mais frutífero no que se refere à coleta de vestígios epigráficos. Tais vestígios demonstram que, apesar de à época Atenas não desempenhar mais um papel hegemônico na Grécia Continental, a cidade ainda era importante, o que a levou a ser disputada pelos Antigônida, Selêucida e Ptolomeu. Inclusive, nos fragmentos que datam de 306 a.C. em diante, já encontramos o emprego do termo *basileus* para se referir a Antígono e a Demétrio.

Além dos fragmentos que atestam a inserção das duas novas tribos atenienses em homenagem a Antígono e a Demétrio (DINSMOOR, 1935; PRITCHETT, 1943), é possível ver que os rituais por elas praticados continuaram ao longo do século III a.C., como consta de dois fragmentos de decretos, um datado de 279/8 a.C., no qual se determina a oferta de sacrifícios e a concessão de coroas de ouro às duas tribos (*IG*, II³, 1, 888; *Agora XV*, n. 84, p. 93); e outro fragmento, de 213/12 a.C., que dispõe sobre o mesmo assunto (*IG*, II³, 1, 1165; *Agora III*, n. 66, p. 56). Há também trechos de um decreto (*frag.* I5972) que demonstram o agradecimento dos atenienses a Demétrio devido a mais uma vitória militar e lhe concede sacrifícios.

Ao analisarmos os fragmentos epigráficos provenientes de Atenas, constatamos que há muito mais menções ao nome de Demétrio do que ao nome de Antígono. O fato de haver mais inscrições atenienses relativas a Demétrio se deve, em nossa opinião, a dois fatores: primeiro, Demétrio era o representante direto do pai no que se referia às campanhas militares e a questões diplomáticas, e Antígono, como *basileus* supremo, não era de fácil acesso; em

¹⁴¹ Os fragmentos de decretos referentes ao chamado “século macedônio” correspondem aos fragmentos de número 107 a 255.

segundo lugar, mesmo após a morte de Antígono, em 301 a.C., na Batalha de Ipsos, as relações entre Demétrio e Atenas não cessaram.

Enquanto Antígono era vivo, Demétrio estava submetido a este. Foi a mando do pai que, por exemplo, buscou construir uma nova simaquia entre eles e as *póleis*, que remontava, em certa medida, à liga criada por Filipe após a Batalha de Queroneia, em 338 a.C. De acordo com a cultura material,¹⁴² a construção dessa simaquia ocorreu por volta de 303/2 a.C., tendo sido a iniciativa de reunião das *póleis* que mais se aproximou da Liga de Corinto fundada por Filipe (AGER, 1996, p. 65-66). Sobre os assuntos que envolveram a criação dessa nova liga grega, temos o fragmento de uma correspondência entre Adeimantos de Lâmpsaco e Demétrio, datada de 303/2 a.C.

Adeimantos para o *basileus* Demétrio, saudações. O decreto que os anfitriões fizeram no ano anterior, tendo sido apresentado em Isthmia¹⁴³ e santificado em Delfos, enviei-lhe como você achou necessário. Da mesma forma, enviei também as cartas de seus amigos, para que você se mantenha a par do que cada um decidiu, tendo feito uma transcrição em uma estela de acordo com a decisão tomada [...] (SEG, 45, 479; MORETTI, n. 72, 1975).

Adeimantos era um diplomata e amigo de Demétrio, que o nomeou para ser um dos presidentes do conselho da nova Liga Helênica e sempre tratou de deixá-lo a par das decisões referentes à constituição da Liga (ELLIS-EVANS, 2012). Em 307/6 a.C., Antígono já havia procurado estabelecer uma coalizão que unisse os gregos (Diod. Sic. XX, 46). Contudo, apenas por volta de 303 /2 a.C. representantes de algumas *póleis*, cujos nomes, em sua maioria, não foram conservados nos fragmentos que chegaram até nós, se encontraram com Demétrio, no Istmo, ocasião em que foi elaborada uma declaração dessa Liga Helênica (Diod. Sic., XX, 102; Plut., *Vit. Demetr.*, XXV). De acordo com Moretti (1967, p. 165), o caráter lacunar do texto torna impossível determinar quais eram os membros originais da Liga ou

¹⁴² A respeito da reconstrução da Liga de Corinto, foram encontrados 12 fragmentos em Asklepios, em Epidauro (SEG II, 56; ROBERT, *Hellenica*, II, p. 15-33).

¹⁴³ Isthmia era uma antiga cidade localizada no istmo de Corinto.

quantos eram em número.¹⁴⁴ O objetivo imediato do empreendimento era unir as *póleis* a Antígono e Demétrio na guerra contra Cassandro, mas as disposições foram elaboradas com a expectativa de que o órgão continuasse também em tempos de paz. Abaixo, temos parte de um fragmento que se refere a esta Liga:

[...] Deixe o sinédrio se reunir em tempo de paz [nos jogos sagrados?], mas em tempo de guerra, muitas vezes parece benéfico o sinédrio e os [estrateg] os deixados pelos *basileis* para a proteção comum [...] As reuniões do sinédrio serão realizadas até que a guerra comum acabe [...] O [sinédrio] deve realizar negócios quando mais da metade do seu número estiver presente [...] Quando a guerra [terminar], haverá cinco [proedos] escolhidos por sorteios dentre os membros do sinédrio. Não mais do que um, de qualquer liga ou cidade pode ser selecionado por sorteio [...] [Se alguém quiser] introduzir [qualquer questão] que seja vantajosa para os reis [e os gregos], ou denunciar [qualquer um como] agindo contrariamente aos interesses dos aliados [ou] desobedecer às deliberações ou trazer qualquer outro assunto ao sinédrio, antes deve se registrar [com os proedos] [...] [Os] proedos escolhidos por sorteio [devem ser] obrigados a prestar conta de [tudo] o que fazem [...] Até a guerra comum terminar, os proedos devem [sempre ser aqueles] (enviados) pelos reis [...] (MORETTI, n. 44, Frag., 3; SEG, II, 56).

O fragmento discute questões relativas às obrigações de cada membro da Liga e das multas decorrentes do não cumprimento de qualquer uma das obrigações. A busca por construir a Liga Helênica e a adesão das cidades gregas a ela mostram a influência que Antígono e Demétrio tinham sobre as *póleis*. Por meio das evidências citadas, vemos a importância das relações entre Antígono e Demétrio com as *póleis*, sobretudo para a legitimação dos soberanos na região do Egeu.

Voltando à questão das honrarias e culto dispensados aos Antígônida pelas *poléis*, sabemos que provinham, de certa forma, de serviços prestados pelos *basileis* às cidades. Devemos, no entanto, ter cuidado para não considerar a gratidão e as honrarias divinas, nesse caso aquelas concedidas por Atenas a Antígono e Demétrio, unicamente como retribuição de serviços prestados. Sem dúvida, tais serviços são importantes para a compreensão da resposta de Atenas e de outras *póleis* ao apelo dos Antígônida por apoio, mas também são importantes a segurança em tempos de guerra, o acesso a víveres e a prosperidade (MIKALSON, 1998, p.

¹⁴⁴ O que temos são vários fragmentos de uma mesma estela, encontrados em Epidauro, a partir dos quais é possível identificar o nome da cidade de Élis e a existência dos membros da Liga Aqueia.

91). É devido a todos estes fatores, alguns tradicionais, outros relativamente novos, que vemos os atenienses recompensando Antígono e Demétrio com as mesmas *honorarias* antes reservadas apenas aos deuses: altares, sacrifícios e festivais. Antígono e Demétrio foram representados como os *salvadores* dos atenienses. O epíteto *Sóter* descrevia precisamente o que os novos benfeitores de Atenas, revestidos por uma áurea divina, deveriam garantir: segurança econômica e política para seus reinos físicos.

Em nossa opinião, o *basileus* que surgia no final do século IV a.C. não era propriamente uma divindade. No entanto, as honras a ele concedidas, como as que receberam os Antígônidas em 307/6 a.C., em Atenas, já não eram mais honras próprias de um cidadão ilustre. Por um lado, a *pólis* via no *basileus* um protetor, contanto que ele fosse justo, dentro dos termos aceitáveis, o que justificava a concessão a ele de honrarias de caráter divino; por outro, Antígono precisava se legitimar como *basileus* não apenas no que dizia respeito ao monopólio da força, mas também em termos simbólicos. Sendo o primeiro *basileus* helenístico, foi o primeiro a recorrer ao monopólio do poder militar e simbólico. Neste último caso, as *pólis*, por meio da criação de cultos e festivais em homenagem aos Antígônidas, tiveram um papel fundamental.

Tomando como referência os cultos e festivais dedicados ao *basileus*, trataremos, no último capítulo, da constituição do cerimonial em torno da *basileia* antigônida. As relações de Antígono e Demétrio com o sagrado e seus limites são uma questão sobre a qual devemos nos debruçar com cuidado. Além disso, para uma maior compreensão da fabricação da monarquia helenística, precisamos avaliar outras estratégias políticas, como a fundação de cidades, os vínculos do *basileus* com sua corte e, por fim, a cerimônia de entronização.

CAPÍTULO IV

Ritos e cerimônias: a realeza em movimento

No processo de legitimação de determinado sistema de governo, há sempre mecanismos cuja principal função é dar-lhe sustentação, bem como reforçar a imagem dos titulares da autoridade pública. No caso dos Antígônidas, não foi diferente. Como vimos no capítulo anterior, por meio de uma identidade monárquica constituída numa tríplice fronteira cultural, Antígono e Demétrio buscaram reforçar seus laços filiais. Ao mesmo tempo, Antígono, com sua *práxis* política, buscou se adequar ao repertório de representações acerca do bom governante partilhado pelas *póleis* de modo a encarnar a figura do soberano ideal. Essa imagem prototípica do governante teve suas bases forjadas em fundamentos filosóficos que remontavam às primeiras décadas do século IV a.C. e na representação do monarca como general vitorioso. Ao mesmo tempo, da relação entre o *basileus* e as *póleis* e da sequência de vitórias de Antígono originava-se uma série de epítetos, cerimônias e cultos que reforçavam o nexos do rei com o sagrado. A partir desses dados, buscamos, neste último capítulo, discutir os limites da associação entre o sagrado e o *basileus*, tratar dos cultos e festividades dedicados a Antígono e Demétrio e refletir sobre a importância destes para a constituição do cerimonial em torno dos primeiros *basileis*.

Com o propósito de analisar os mecanismos de legitimação do *basileus* e de sua monarquia e a constituição dos ritos em torno de sua figura, ponderamos também sobre a importância do papel do monarca como fundador de cidades no contexto de fabricação da *basileia* helenística e sobre a relevância da instituição dos *hetairoi*, os companheiros do rei. Por último, buscamos compreender o rito de entronização dos primeiros monarcas helenísticos, Antígono e Demétrio.

Entre deuses e homens: a associação do soberano com o sagrado

Quando nos referimos à inserção do *basileus* helenístico no domínio do sagrado, uma problemática que se destaca é aquela que diz respeito ao caráter das honrarias divinas recebidas pelo monarca e da natureza divina ou não do rei. Até o final da primeira metade do século XX, o culto aos soberanos helenísticos foi visto como uma espécie de sintoma da falência religiosa do período, visão presente nos trabalhos de Bickerman (1938) e de Burckhardt (1948), ou como uma devoção religiosa genuína e sincera dos súditos perante os *basileis*, a exemplo do que vemos no artigo de Scott (1928), que trata da divinização de Demétrio Poliorcetes, e no trabalho de Tarn (1928), que faz uma análise do culto ao governante helenístico por meio dos casos de Ptolomeu II e Alexandre.

Habicht (1970) e Price (1984), por sua vez, lançaram um novo olhar sobre o assunto. Habicht (1970) afirmou que as honras divinas concedidas aos monarcas helenísticos pelas cidades gregas tinham suas raízes no próprio sistema religioso grego, no qual homens considerados excepcionais eram celebrados por determinada comunidade devido aos benefícios que teriam prestado a esta. Tais honras, até então restritas às divindades, teriam então sido estendidas a seres humanos. Price (1984),¹⁴⁵ valendo-se das contribuições de Habicht, afirmou que a divinização do monarca, na época helenística, foi um dos caminhos encontrados para acomodar o *basileus* no sistema honorífico tradicional que conferia prestígio a determinados indivíduos. Ambos os autores elaboraram novos parâmetros para a

¹⁴⁵ No referido estudo, mesmo que Price tenha tido como foco os cultos gregos dedicados ao imperador romano na região da Ásia Menor, e não propriamente os dedicados aos *basileis* helenísticos, a tentativa do autor em descobrir os motivos que levaram o imperador romano a ser tratado como uma divindade naquela localidade apresentam considerações sobre o culto em torno da figura do monarca helenístico que são úteis para este presente estudo. Price sustenta que, desde o surgimento do cristianismo no Império Romano, o problema sobre a divinização do soberano foi mal interpretado no Mundo Antigo, pois se estabeleceu uma distinção cristã entre religião e política que levou à interpretação do culto ao monarca muitas vezes como uma simples forma de honraria política. Com base em fontes provenientes da numismática e da arqueologia, e com um aporte teórico oriundo da antropologia, Price nos oferece uma perspectiva diferente.

compreensão do culto ao rei como uma prática honorífica e como uma modalidade particular de associação entre religião e política próprias do período helenístico.

Segundo Petrovic (2015, p. 430), as discussões em torno da condição divina ou não do monarca ocorrem devido à existência da dicotomia entre humanidade e divindade ser bem mais ambígua e flexível na cosmovisão grega do que em outros sistemas religiosos, como no cristianismo, por exemplo. Ao falarmos sobre divindades antropomórficas, temos uma aproximação do divino com a esfera humana, bem como a formulação de uma hierarquia humana entre as divindades. No mundo grego, a diferença crucial entre humanos e deuses repousava, segundo Petrovic (2015, p. 432): “[...] na quantidade de poder que possuem, existindo uma brecha para os humanos romperem as fronteiras da divindade e ascenderem à esfera divina.” Na Hélade, bem antes do período helenístico, podemos encontrar diversos casos de concessão de honras divinas, após a morte, a indivíduos considerados excepcionais, como os heróis fundadores e os atletas. Mas a partir de dado momento, constatamos a existência de honrarias de natureza sagrada dedicadas a mortais ainda em vida.

Segundo Mitchell (2013, p. 10-12), o primeiro homem a receber honrarias divinas ainda em vida teria sido o general espartano Lisandro, por volta de 404 a.C., que veio a falecer na primeira década do século IV a.C. De acordo com Duris de Samos (*FGrH* 76 F71),¹⁴⁶ o general teria recebido um altar, sacrifícios, hinos e um festival por parte dos habitantes de Samos. Informação semelhante nos é fornecida por Plutarco (*Vitae parallelae Lysander*, XVIII, 1-3):

[...] Lisandro erigiu estátuas de bronze [...] de si [...], bem como as estrelas douradas dos Dióscuros [filhos de Zeus], que desapareceram antes da batalha de Leuctra [...] Lisandro era neste momento mais poderoso do que qualquer grego antes dele [...] Pois ele foi o primeiro grego, como escreve Duris, a quem as cidades ergueram altares e fizeram sacrifícios como a um deus, o primeiro também a quem canções de triunfo foram cantadas [...].

¹⁴⁶ Duris de Samos, de acordo com seu próprio testemunho, nasceu por volta de 340 a.C., e escreveu diversas obras, que infelizmente não chegaram até nós. O que restou de sua obra são apenas fragmentos ou menções em obras de autores antigos como Plutarco e Diodoro.

O tipo de homenagem à qual Plutarco se refere ao falar de Lisandro se popularizou no mundo grego após a Guerra do Peloponeso, momento em que o culto heroico experimentou nova força, porém de forma bem diversa do culto surgido no século VIII a.C., que era por primazia ligado ao mito de fundação das *pólis* (ANDRÉ, 2009). No decorrer do século IV a.C., esse tipo de culto passaria a ser destinado aos generais vitoriosos e não se configurava uma reverência à tumba do herói, pois o processo de heroificação ocorria com o general em vida. Devemos então nos perguntar como foi possível essa apoteose de mortais e o que representavam naquele mundo.

Na realidade, o culto ao herói nunca desapareceu na *pólis* clássica. A questão é que, com o passar do tempo e com a crise política que acometeu a Hélade no final do século V a.C., o culto foi cada vez mais direcionado para a pessoa do general. O fato novo era que tais honras eram prestadas então a um vivo, não a um morto. A especialização militar, a condição do estrategista como generalíssimo e o estado de beligerância constante entre as *pólis* levaram ao fortalecimento da imagem dos generais vitoriosos. Por isso, logo após o fim da Guerra do Peloponeso, nos primeiros anos do século IV a.C., vemos pela primeira vez estátuas erigidas em honra a estrategistas, na ágora ateniense (MOSSÉ, 2004). A dedicação de estátuas a estes se proliferou, mas o caráter destas, que visavam fazer reconhecer o heroísmo destes, possuía contornos cívicos (ANDRÉ, 2012, p. 105).¹⁴⁷

Aneziri (2013, p. 5973) nos informa que a concessão de honras divinas a mortais que detinham poder político e/ou militar não foi uma criação dos gregos, pois se verifica, no Oriente Próximo e no Egito faraônico, a existência de fenômenos semelhantes, embora distintos na forma e localizados em outro contexto sociopolítico e cultural. No mundo grego,

¹⁴⁷ Broneer (1942, p. 156), ao fazer uma análise histórica do culto heroico por meio do estudo da ágora de Corinto, afirma que é complicado rastrear a trajetória deste tipo de culto no mundo da *pólis*, mas que dois fatores são primordiais ao se tratar dessa temática após o final do século V a.C.: em primeiro lugar, o culto heroico praticado nos tempos helenísticos teria se originado em um culto dos mortos; e, em segundo, o homenageado ao qual o culto era dedicado podia ser associado a divindades, não sendo ele uma divindade em si.

a consagração de estátuas e a concessão de outras homenagens geralmente traduziam respostas aos feitos extraordinários do indivíduo, como uma grande vitória, ou exprimiam a gratidão pelo benefício prestado à *pólis* por um mortal, que, por essa razão, poderia receber honrarias comumente reservadas aos deuses. Este é o caso de Filipe que, após vencer em definitivo as forças políades, organizou comemorações em Aigai que contaram com jogos, a celebração de seu casamento com a jovem Cleópatra e a recepção de homenagens por parte de diversas cidades gregas,¹⁴⁸ como podemos constatar no extrato de Diodoro (XVI, 92, 1-5):

[...] Não apenas homens notáveis lhe coroam com coroas de ouro, mas a maioria das cidades importantes também, entre elas a *pólis* de Atenas [...] ao nascer do sol [do dia seguinte], o cortejo se formou. Junto com a exibição pródiga de todos os tipos, Filipe incluiu no cortejo, estátuas dos doze deuses forjados com grande mestria e ricamente adornados, fazendo assim, uma exibição deslumbrante de riqueza para surpreender o espectador. Ao lado das estátuas destes deuses foi conduzida uma décima terceira, apropriada a um deus, que era do próprio Filipe, para que o *basileus* se exibisse entronizado entre os doze deuses.

Comparar as honrarias concedidas aos generais e soberanos no final do século V a.C., e mesmo no século IV a.C., com as que Alexandre e os diádocos receberam, é algo, no entanto, precipitado. Primeiro, porque tratar dos casos mais antigos de dedicação de homenagens a mortais ainda em vida, na Grécia, torna-se uma tarefa árdua pela escassez de vestígios textuais e materiais, o que dificulta uma análise mais eficiente. Depois, mesmo em face dos poucos dados disponíveis, é possível demarcar diferenças entre os dois tipos de culto e estabelecer, de forma inequívoca, a existência de um culto ao soberano fundamentado em procedimentos de adoração somente com Alexandre.

De acordo com Chaniotis (2003, p. 434), existem diferenças substanciais entre a adoração aos deuses e as honras concedidas a um mortal, como nos casos de Lisandro e Filipe. Em ambos, nota-se a ausência de menção a uma estátua de culto ou a um santuário

¹⁴⁸ Cleópatra era uma jovem macedônia, protegida de Átalo, um guarda-costas do rei que pertencia ao círculo dos *hetairoi*. Por Cleópatra não ser proveniente do seio da elite macedônia, esse casamento ia contra a tradição do reino. Momigliano (1992, p. 107) diz que quaisquer que fossem os motivos de Filipe para o casamento, este acabou por causar um rompimento entre ele e Olímpia, afetando inclusive sua relação com Alexandre.

ligados a estes generais, além do fato dos rituais a eles dedicados terem sido efêmeros. Para nós, é na interseção entre o culto tradicional aos heróis fundadores, aos generais vitoriosos e aos deuses que surgirá o culto ao soberano helenístico.

Como dito na abertura desta seção, existe uma polêmica em torno da devoção ao monarca helenístico que coloca em xeque a sua natureza divina. No entanto, podemos afirmar que mesmo herdeiro de aspectos ligados ao culto aos generais vitoriosos que se popularizou após a Guerra do Peloponeso, esse tipo de prática religiosa possui suas particularidades, provenientes sobretudo do culto à figura de Alexandre que, embora obscurecido por narrativas cercadas de incongruências, nos permite entrever diferenças com homenagens precedentes.

Para começar, algumas das façanhas militares de Alexandre eram equiparadas às ações de Hércules e até às de Dioniso, como exemplifica a conquista da Índia por Alexandre, comparável, na visão de seus contemporâneos, aos feitos mitológicos da divindade (FRIESEN, 2015, p. 20-23).¹⁴⁹ Outro elemento de distinção do culto a Alexandre, quando comparado às honras prestadas ao general vitorioso da fase anterior, é a influência de práticas não gregas, como o ato de prostrar-se diante do monarca (προσκύνησις), oriundo da corte aquemênida ou da adoração divina ao faraó. Chaniotis (2003, p. 434) assinala outras características do culto em torno de Alexandre ainda em vida que podem ser confrontadas com os atos anteriores de reverência a mortais e que, ao mesmo tempo, o ligam à emergência do culto ao rei helenístico após a morte do argéada.

A associação com heróis ancestrais, sobretudo filhos de deuses, como Aquiles e Hércules, não era algo incomum no mundo de Alexandre. Em Atenas, existiram *gène* que reivindicavam associação com Apolo, por exemplo, assim como os asclepiádes da Ilha de Cós

¹⁴⁹ Entre os triunfos de Dioniso, destaca-se a conquista da Índia, território que teria sido dominado primeiramente por este deus, por meio da força e de seu poder místico. Dioniso também teria sido o primeiro a atravessar o rio Eufrates (Strab., XI, 5, 5; Paus., X, 29, 4).

eram considerados descendentes de Asclépio.¹⁵⁰ Essa tradição de consanguinidade com heróis e filhos de deuses permaneceu na maioria das dinastias helenísticas, como podemos constatar no caso dos Antígônidas, que se filiam a Hércules. A ascendência divina do *basileus* helenístico também se nutriu de elementos da tradição egípcia, pois Alexandre, como faraó, foi considerado filho de Amon. Alexandre ainda introduziu um elemento adicional ao seu processo de divinização, apresentando-se como o próprio filho de Zeus, no controverso episódio de sua peregrinação ao oráculo de Siva (Strabo, XVII, 1, 43).¹⁵¹

Para Habicht (1970, p. 18-24), em diversos aspectos, o culto à figura de Alexandre deu continuidade e fortaleceu tradições já em curso. Tal culto teria se originado em cidades da Ásia Menor, provavelmente no decorrer de sua campanha, em resposta às suas realizações como evérgeta. Em certos aspectos, as honrarias prestadas a Alexandre não diferiam daquelas prestadas ao general vitorioso, como a consagração de um altar e, por vezes, a construção de um santuário, no qual sacrifícios eram ofertados, assim como a instituição de concursos ou instalação da estátua do homenageado no templo de alguma divindade. A nomeação de um sacerdócio e a designação de tribos cívicas também poderiam ocorrer, como vimos no caso de Antígono e Demétrio, em Atenas, no final do século IV a.C. Entretanto, a partir de Alexandre, as homenagens concedidas a um mortal, sendo ele um soberano, mudam de tom. Todos os cultos e ritos envolvendo o argéada passam a dar ensejo à divinização de Alexandre antes mesmo de sua morte. Essa modificação se expressou com toda clareza quando o argéada exigiu honras divinas para si mesmo e as *pólis* enviaram emissários a Babilônia para honrar o rei como um deus (Arr., *Anab.*, VII, 23, 2):

¹⁵⁰ Dentro da mitologia grega, Asclépio (Ἀσκληπιός) era considerado o deus da medicina e da cura. Existem diferentes versões em torno do mito desta divindade, mas as mais populares são as que o apontam como filho do deus Apolo e da mortal Corônis. Após um parto complicado, sua mãe morreu ao lhe dar a luz. Asclépio foi criado, então, pelo centauro Quíron, que o educou na caça e nas artes da cura (HART, 2000, p. 165).

¹⁵¹ Essa descendência direta de um deus influenciou, em certa medida, um hino dedicado a Demétrio pela cidade de Atenas, datado do final da primeira década do século III a.C. Nele, que analisamos na próxima seção deste capítulo, Demétrio é caracterizado como filho de Poseidon e Afrodite.

Ao mesmo tempo, chegaram embaixadas da Grécia, cujos membros, com coroas em suas próprias cabeças, aproximaram-se de Alexandre e coroaram-no com coroas de ouro, como se fossem verdadeiramente enviados especiais nomeados para cederem honras divinas [...]

Segundo Aneziri (2013, p. 5974), é somente a partir de Alexandre que podemos constatar o estabelecimento de um culto ao rei nos territórios gregos. O monarca buscou, em diversas ocasiões, firmar sua associação com os deuses, principalmente Zeus, como assinalamos mediante a análise da documentação numismática apresentada no capítulo anterior. Buscou também promover o culto à sua pessoa por meio de símbolos, como o de portador do raio, que o ligava diretamente a Zeus (Plut., *Vit. Alex.*, IV, 1); de rituais, como o da *proskynesis* (Curt., VIII, 5, 5); e da retórica, que, em diferentes momentos, ajudou a ratificar sua origem divina perante os súditos (Plut., *Vit. Alex.*, XXVIII, 1-6; Curt., VI, 11, 23).

Podemos mencionar ainda outra diferença importante entre o culto aos generais vitoriosos que antecederam Alexandre e os estabelecidos para este monarca e os *basileis* helenísticos: a ampla difusão, popularidade e persistência do culto ao soberano, sobretudo o que se refere ao de Alexandre (HABICHT, 1970, 185). Os *basileis* helenísticos, como já destacamos em outros momentos nesta tese, empregam a imagem de Alexandre como um dos principais mecanismos de legitimação de suas respectivas realezas, seja por meio da associação com a imagem do argéada ou da manutenção do culto a sua *persona*, através de celebrações oficiais. Conquistar um território, agir como um protetor, manter a ordem e o bem estar sociais foram características incorporadas por Alexandre e adotadas por seus diádocos. Desta forma, vemos que as honras divinas já contavam com uma longa tradição quando Antígono e Demétrio assumiram o título de *basileis*, em 306 a.C. Todos os generais de Alexandre foram homenageados com cultos em cidades submetidas, como vimos no caso de Antígono, em Escépsis e Teos, por exemplo, e como podemos constatar também mediante o fragmento de uma inscrição datada provavelmente de 302 a.C. (SIG, 350):

[...] levando em conta estes propósitos: deve-se escolher cinco emissários para irem até Antígono e outros cinco até Demétrio, para anunciar as honras [concedidas] e informá-los que a cidade, em gratidão pelos benefícios que recebeu, permanecerá amigável com os mesmos por todo o tempo vindouro [...] Os generais devem cuidar junto com o conselho para que as embaixadas sejam enviadas o mais rápido possível aos *basileis* [...] O dinheiro para as coroas deve vir [do erário público].

Essa inscrição, recolhida por Dittenberger (1960), acompanhava as duas estátuas vistas por Pausânias em Olímpia mais de quatrocentos anos depois (Paus., VI, 15, 7): “[...] Há uma estátua de Demétrio, que organizou uma expedição contra Seleuco e foi tomado como prisioneiro na batalha, e uma de Antígono, filho de Demétrio. Essas são ofertas, com certeza dos bizantinos.” Pela passagem de sua obra, Pausânias pensou que as estátuas representavam Demétrio e seu filho Antígono II, mas Dittenberger afirma ser claro que a estátua mencionada por Pausânias se refira a Antígono Monoftalmo. Embora não haja indicação da data da inscrição, o autor infere que provavelmente as estátuas tenham sido erigidas após a campanha de Demétrio no Peloponeso em 303 a.C.¹⁵²

Mediante a discussão travada até aqui, podemos inferir que as honrarias dedicadas a Antígono e Demétrio ultrapassavam o sentido cívico dos cultos aos heróis fundadores das *póleis* ou mesmo daqueles reservados aos generais vitoriosos que se difundiram pelo território da Hélade após a Guerra do Peloponeso. A transição entre o culto heroico e o culto régio, na qual a atuação de Alexandre foi decisiva, exibiu nuances que aproximavam o soberano helenístico a uma epifânia, visando a destacar a figura do rei como o epicentro da sociedade. No entanto, a questão que persiste é a seguinte: qual o limite do nexos entre o *basileus* e o sagrado? Seria possível caracterizar o rei helenístico como uma divindade?

Ao analisar os cultos dedicados a Antígono e Demétrio pela cidade de Atenas, Mikalson (1998, p. 183-200) afirma, a partir de uma diferenciação entre quais tributos poderiam ser prestados a humanos e quais a deuses, que esses sujeitos teriam sido revestidos com atributos

¹⁵² Em 303 a.C., Demétrio invadiu o Peloponeso a mando de seu pai e libertou Corinto, Argos, Arcádia e Manteneia da influência de Cassandro e demais diádocos. Nesse mesmo momento Demétrio começou a pôr em prática o projeto de construção de uma Liga Helênica sob o comando dos Antígônidas (NEWELL, 1927, p. 9).

divinos. Era possível, segundo o autor, honrar um homem por razões cívicas, sociais, militares e até mesmo atléticas. As homenagens prestadas aos deuses, por outro lado, diziam respeito ao domínio sobre situações fora do controle humano, parcial ou totalmente, como a segurança na guerra e no mar, a recuperação da saúde e a obtenção de prosperidade econômica. Nesse ponto, o autor defende que as honrarias dedicadas a Antígono e Demétrio se aproximavam muito mais daquelas dedicadas às divindades do que daquelas reservadas aos atletas e generais, pois os motivos de agradecimentos feitos pela cidade eram menos a vitória na guerra e mais a recuperação da paz ou a garantia de segurança, saúde e prosperidade.

Apesar de considerarmos a proposição de Mikalson válida em certos aspectos, o autor acaba por fundamentar sua tese sobre o caráter de divino de Antígono e Demétrio no sentimento de devoção dos atenienses perante ambos, por isso envereda por uma abordagem calcada no estudo das emoções.

Essa questão do caráter deífico ou não do *basileus* helenístico, entretanto, tem sido debatida e já é possível vislumbrar o surgimento de novas abordagens, que ultrapassam certo lugar comum. Exemplo disso é a coletânea de artigos organizada por Iossif, Chankowski e Lorber, intitulada *More than Men, Less than Gods*, de 2011, resultado de um esforço conjunto de diversos estudiosos em torno de um projeto que teve por objetivo abrir novas perspectivas sobre o estudo do culto aos soberanos greco-romanos, sobretudo no tocante à adoração aos reis helenísticos.

Em seu capítulo integrante da coletânea, Garrison (2011, p. 15-20), ao definir e analisar a ideologia real expressa nos artefatos ligados a Dario I, como elementos iconográficos, selos e anéis, aponta para a existência, já na concepção da *basileia* dos Aquemênida, de um contexto no qual a distinção entre o rei e o divino era nebulosa. No mesmo livro, Gitler (2011, p. 110-120), por meio do estudo do significado das representações dos reis aquemênidas em diferentes territórios, sugere que algumas representações numismáticas contêm a associação

do Grande rei com Aúra-Masda.¹⁵³ Tais imagens, portanto, podem ser consideradas antecedentes dos retratos reais helenísticos cercados de atributos divinos. Como um balanço das contribuições do referido dossiê, Iossif e Lorber (2011, p. 700-705) concluem, todavia, que o fato de o *basileus* representar uma divindade não é algo tão relevante para o seu culto no período aqui analisado. Sobre o assunto, Gradel (2002) afirma que o ritual em torno dos soberanos helenísticos assumiu uma função performática que permitiu a concessão de honras divinas a esses monarcas, sem que necessariamente eles fossem concebidos como deuses reinando sobre a terra. Dessa forma, percebemos que a divindade dos soberanos helenísticos pode ser amiúde definida como uma espécie de categoria intermediária, na qual o soberano acaba por ocupar uma posição entre os homens e os deuses.

Diante do panorama exposto, optamos por seguir uma tendência que vem se consolidando, nos últimos anos, entre os especialistas do período helenístico, como Chaniotis (2003; 2011) e Caneva (2012), que interpretam a crença na divindade dos reis helenísticos como algo menor, centrando a atenção nos elementos acessórios que atestam a divinização do monarca, como a execução dos rituais e das comemorações, os agentes envolvidos, assim como o registro dos cultos na literatura ou na cultura material. Desse modo, discutiremos a seguir como esses cultos e festividades se organizavam em torno de Antígono e Demétrio, e a sua importância para a afirmação do poder dos soberanos.

A 'pompé' e a 'heorte'

Na vida cotidiana das cidades gregas do período helenístico, os festivais e os cortejos de caráter religioso possuíam grande destaque. Na documentação, é possível encontrar diversos decretos estabelecendo novos festivais para comemorar eventos históricos, expressar gratidão

¹⁵³ Aúra-Masda pode ser encarado, dentro do zoroastrismo e da mitologia persa, como o deus criador de todas as coisas. Também era o deus do céu, da sabedoria, da abundância e da fertilidade (ELIADE, 1978, p.148).

aos deuses e, sobretudo, honrar os *basileis*. Medidas tomadas em assembleias por iniciativas de magistrados ou de benfeitores criavam ou reintroduziam, na cidade, diversos festivais (HABICHT, 2006). Regulamentos determinavam os detalhes rituais dos cultos. Um dos principais motivos para se homenagear alguém decorria do seu comportamento. Reis, magistrados ou atletas, por exemplo, podiam receber honrarias e dedicatórias. Há, sobre o assunto, diversas inscrições honoríficas, dentre as quais destacamos – uma vez mais – uma referente aos Antigônidas.¹⁵⁴

Resolvido pelo conselho e pelo povo: desde que [o *basileus* Demétrio tem sido a causa de grandes bençãos] para a nossa cidade e para todos os gregos, com a boa sorte é resolvido pelas pessoas se juntarem em regozijar-se com os sucessos relatados do rei e de seu exército, e que os efésios e todos os moradores da cidade usarão coroas para celebrar as boas novas que nos foram reportadas; e que [...] uma sacerdotisa e um magistrado farão um sacrifício em agradecimento a Ártemis, rezando para que, no futuro, a fortuna do rei Demétrio e do povo de Éfeso seja ainda maior. Atribuir também, coroas, a Antígono e Demétrio, de acordo com as leis; o magistrado deve cuidar do custo do sacrifício; e louvar Apolônides, o amigo do rei, que anunciou [...] boa vontade em relação ao rei e aos efésios; e coroar Apolônides com uma coroa de ouro de vinte peças de ouro. O magistrado cuidará da coroa; e dar a cidadania de Apolônides em termos iguais e semelhantes, como foi dado aos nossos outros benfeitores; e que ele deva ter prioridade no acesso ao conselho e às pessoas, no que se refere apenas a assuntos sagrados; e que ele deva ter assentos privilegiados nos jogos, junto com os nossos outros benfeitores [...] (SIG, 352).¹⁵⁵

Esta inscrição, datada entre 302/301 a.C., refere-se à concessão de honras pelos efésios a Antígono e Demétrio, logo após a libertação da cidade de Éfeso pelas forças antigônidas, assim como a Apolônides, aliado de Demétrio, e mostra como estas honrarias faziam parte da lógica daquele contexto. Por essa razão, os festivais e as procissões são significativos para a compreensão das concepções helenísticas de *pólis*, cidadania e religião cívica.

Muitas referências a essas festividades, no período helenístico, não empregam a palavra grega para definir festa ou festival, εορτή (*heorte*). Encontramos com mais frequência o termo πομπή, que possui o significado de procissão religiosa, pompa ou cortejo festivo. Os festivais eram constituídos por três elementos: a procissão, a competição atlética e a musical. O

¹⁵⁴ Outros exemplos de inscrições honoríficas são: IG II², 704, 896, 929 e 949.

¹⁵⁵ Apolônides, que é louvado aqui como amigo do rei, fazendo parte de seu círculo de *hetairoi*, mais tarde abandonou Demétrio e se juntou a Seleuco (Plut., *Vit. Demetr.*, L).

cortejo, no seu sentido mais amplo, era o elemento cerimonial no qual se podia observar melhor a dinâmica dos rituais.

Sobre a organização do culto ao soberano no período helenístico, de forma geral, esta gravitava em torno do ritual do sacrifício (*thysia*), um dos elementos indispensáveis dos festivais gregos, e de procissões ou cerimônias de caráter religioso, amiúde suntuosas. Essas procissões podiam ser personificadas por meio da *Pompé* (πομπή), identificada por alguns estudiosos, tais como Bieber (1949, p. 31) e Foertmeyer (1988, p. 94), com uma espécie de divindade ou espírito (*daimon*) religioso das procissões. Na literatura antiga, temos poucas menções à *Pompé*, mas no que concerne à cultura material é possível constatar sua presença em diversos vasos gregos, sobretudo naqueles ligados às festividades dionisíacas.

Figura 22 – Representação da Pompé. Detalhe de vaso grego, 370 – 360 a.C.



Fonte: Metropolitan Museum of Art, New York (nº. 25.190)

Na Figura 22, a imagem da *Pompé*, segundo Bieber (1949, p. 32),¹⁵⁶ é representada pela figura de uma mulher que se prepara para um festival em homenagem a Dioniso. Ela está nua, desenhando uma espécie de túnica em seu corpo. Seu cabelo encontra-se amarrado em uma coroa que parece feita de louros. A figura porta colar, brincos e pulseiras, o que demonstra seus atributos festivos. À sua esquerda, está Eros, e Dioniso está sentado à sua direita. A representação da *Pompé* ligada, sobretudo, às Grande Dionísicas, se filia, após o período helenístico, cada vez mais aos rituais em torno dos monarcas helenísticos.

Como já mencionado, além desses cortejos, as competições de caráter atlético e musical também faziam parte das comemorações ofertadas aos *basileus*. Segundo Connor (1987), qualquer exame dessas procissões deve considerar que elas requeriam uma encenação que respeitasse a estética e a ordem. Além disso, as marchas solenes possuíam agentes responsáveis pela sua organização e atores, assim como destinatários, ou seja, o alvo da dedicação destas honrarias, e espectadores. Na opinião de Chaniotis (2013, p. 22), os cortejos eram importantes acontecimentos culturais, visto que constituíam um meio de comunicação entre os mortais e os deuses.

Como meios de comunicação e como acontecimentos culturais, as procissões encontravam-se sujeitas a mudanças. Mesmo que as regras do ritual ou os critérios de encenação permanecessem inalterados por um longo período de tempo, nenhuma procissão se assemelhava completamente a outra. Vários fatores determinavam a singularidade de cada apresentação. Elas podiam variar devido ao contexto histórico ou a fatores como tensões entre os participantes ou entre participantes e espectadores. Os cortejos religiosos possuíam sua própria dinâmica, assim como todos os rituais. Eles eram moldados pelas circunstâncias

¹⁵⁶ Bieber (1949) faz uma análise sobre um grupo de três vasos gregos que possuem uma figura feminina, ao lado de Eros e Dioniso, que até o final da primeira metade do século XX não era identificada pelos especialistas. A autora chega à conclusão de que a imagem da mulher presente nos três vasos seria a representação da *Pompé*, a encarnação das procissões. A Figura 22 trás o detalhe de um destes três vasos analisados por Bieber.

históricas e despertavam emoções, agradando ou decepcionando, por isso podiam ser bem sucedidos ou não (STAVRIANOPOULOU, 2006, p. 131-149).

Por diversos motivos os cortejos régios da época helenística merecem destaque como um fato distintivo se comparado à sociedade políade. Muitos festivais tiveram início nesse período e, mesmo que a procissão tivesse sido, ao lado dos sacrifícios seguidos de um banquete e do concurso (*agon*), uma característica essencial nos festivais do período políade clássico ou arcaico, ela agora se voltava, cada vez mais, para a figura do *basileus* (CHANIOTIS, 1995, p. 164-168). Numerosas cidades foram fundadas por Alexandre, assim como por seus diádocos. As novas cidades tiveram que estabelecer seus próprios calendários festivos, por isso acabaram por adotar práticas tradicionais do mundo grego, ao mesmo tempo que ocorria um hibridismo com os costumes religiosos locais. Nesse contexto, os eventos políticos ligados aos diádocos levaram ao estabelecimento de novos festivais, que passaram a dominar o cenário.

No caso dos festivais e cerimônias em torno dos monarcas, é preciso esclarecer que havia uma repartição do culto régio helenístico em duas categorias. De início, houve a criação de um culto aos soberanos mediante a iniciativa das *póleis*. Num segundo momento, sucedeu-se a imposição de honrarias divinas pelas próprias casas dinásticas dos *basileis*.¹⁵⁷ Em nossa análise, privilegiamos a primeira categoria de culto, que remontava aos primórdios do período helenístico, momento em que a monarquia foi instituída e se consolidou. O motivo de nossa escolha se dá justamente pelo fato de os *basileis* por nós investigados pertencerem ao contexto de criação do Estado helenístico. A segunda categoria de culto não se aplica a eles.

Chaniotis (2003, p. 439) afirma que os festivais em honra de reis e rainhas, quando instituídos durante a vida do soberano ou de algum membro da família real, costumavam

¹⁵⁷ Quando as procissões dedicadas pelas cidades são comparadas com as instituídas pela administração real no período posterior, nota-se que as primeiras necessariamente não concorriam no glamour e riqueza com estas últimas, mas, sem dúvidas, as procissões cívicas influenciaram toda a estruturação do segundo tipo, instituído pelo próprio centro de poder da administração régia (CHANIOTIS, 2003, p. 438).

acontecer na data do aniversário do homenageado e, do mesmo modo como ocorria no culto aos deuses, os sacrifícios não eram apenas anuais, mas oferecidos todos os meses no mesmo dia. Quando o monarca vinha a receber culto após sua morte, as celebrações podiam ter lugar tanto no aniversário de morte quanto no de nascimento do homenageado (HABICHT 1970, p. 17).

Outras ocasiões importantes que mereciam comemorações eram o natalício da entronização do *basileus* ou a data de uma grande vitória militar. Além dos sacrifícios mensais e anuais, honrarias especiais, como a oferta de sacrifícios extraordinários, poderiam ocorrer devido a algum benefício particular concedido aos súditos, quando o monarca era celebrado por alguma benemerência prestada. Em geral, o festival começava com uma procissão para a qual todos os cidadãos eram convidados. Eles ornavam a cabeça com grinaldas e trajavam suas melhores roupas. As honrarias ofertadas a um rei por *serviços prestados* a uma cidade se assemelham ao caso das honras divinas recebidas por Antígono e Demétrio, em Atenas, por volta de 307 a.C., das quais, mais tarde, o filho de Demétrio, Antígono II, continuador da dinastia Antigônida, iria ser alvo também:

Conforme proposto [...]: visto que o *basileus* Antígono, o salvador do povo, agiu continuamente com o *demos* de Atenas e, por isso, o povo o homenageou com honras divinas; portanto, com boa sorte [...] resolvem sacrificar no décimo nono dia do mês de *Hecatombaion*, no concurso dos jogos dedicados a Grande Nêmesis, e usar coroas no referido período [Este decreto] será inscrito em uma pedra [estela] e colocado [no altar] do rei [Antígono] (SEG, 41. 75).¹⁵⁸

O decreto acima foi inscrito por volta de 261/239 a.C., pelos cidadãos de Ramnous,¹⁵⁹ e é a primeira evidência de peso que corrobora o estabelecimento de um culto régio ao neto de Antígono.

¹⁵⁸ *Hecatombaion* era o primeiro mês do calendário grego (julho/agosto), este mês envolvia celebrações com grandes ritos em honra de Apolo *Hecatombaios* e Zeus *Hecatombaios* (BURKERT, 1993, p. 163-164).

¹⁵⁹ Ramnous (Ραμνοῦς) foi uma antiga *pólis* costeira situada na Ática. A cidade era bem conhecida na antiguidade devido ao seu famoso santuário dedicado a deusa Nêmesis (Paus., III, 3, 2).

No conjunto dos cultos dedicados aos *basileis* pelas cidades gregas, o melhor exemplo de constituição de um culto régio provém de Atenas, que dedicou homenagens especiais a Antígono e a Demétrio após a expulsão das guarnições de Cassandro da cidade, como Diodoro (XX, 45, 1-5) nos reporta na passagem a seguir:

[...] Demétrio, filho de Antígono, tendo recebido de seu pai um poderoso apoio militar tanto terrestre, quanto marítimo, e também um suprimento adequado de [...] outras coisas necessárias para realizar um cerco, partiu de Éfeso. Ele tinha instruções para libertar todas as cidades em toda a Grécia, mas antes de tudo, Atenas, que estava dominada por uma guarnição de Cassandro. Navegando pelo Pireu com suas forças, ele [Demétrio] imediatamente atacou todos os lados e emitiu uma proclamação. Dionísio, que tinha sido mandado ao comando da guarnição em Muniquia, e Demétrio de Falero, que tinha sido feito governador militar da *pólis* por Cassandro, resistiram nos muros com muitos soldados. Alguns dos homens de Antígono, atacando com violência e efetuando uma entrada ao longo da costa, encontraram muitos de seus companheiros de guerra dentro da muralha. O resultado foi que, dessa forma, o Pireu foi tomado [...] e o comandante Dionísio, fugiu para Muniquia enquanto Demétrio de Falero foi retirado do comando da cidade. No dia seguinte, quando este fora mandado com outros como enviado pelo povo a Demétrio, para discutir a independência da cidade e sua própria segurança, este obteve a garantia de sua seguridade, entregou a direção de Atenas e fugiu para Tebas e mais tarde para o Egito ao encontro de Ptolomeu [...] E assim, depois de ter sido dirigente da cidade por dez anos, [Demétrio de Falero] foi levado de sua cidade natal da maneira descrita. O povo ateniense, tendo recuperado sua liberdade, decretou honras aos responsáveis por sua libertação.

Na sequência, Diodoro (XX, 46, 1-4) narra as honras recebidas por Antígono e Demétrio, que foram objeto de análise no terceiro capítulo, quando discutimos a relação entre as *póleis* e os *basileis*. Ambos os Antígônidas foram considerados *Sóteres* e *Evérgetas* da *pólis* ateniense, por isso foram instituídos, por meio de decreto, um corpo de sacerdotes dos salvadores, a edificação de um altar, a criação e nomeação de duas novas tribos cívicas de caráter epônimo em homenagem a pai e filho, assim como um festival anual com cortejo e sacrifícios (DREYER, 1998).

Em muitos casos, os festivais e honrarias dedicados por uma cidade ao *basileus* poderiam se perpetuar por muito tempo após a morte do soberano, como vemos no exemplo abaixo:

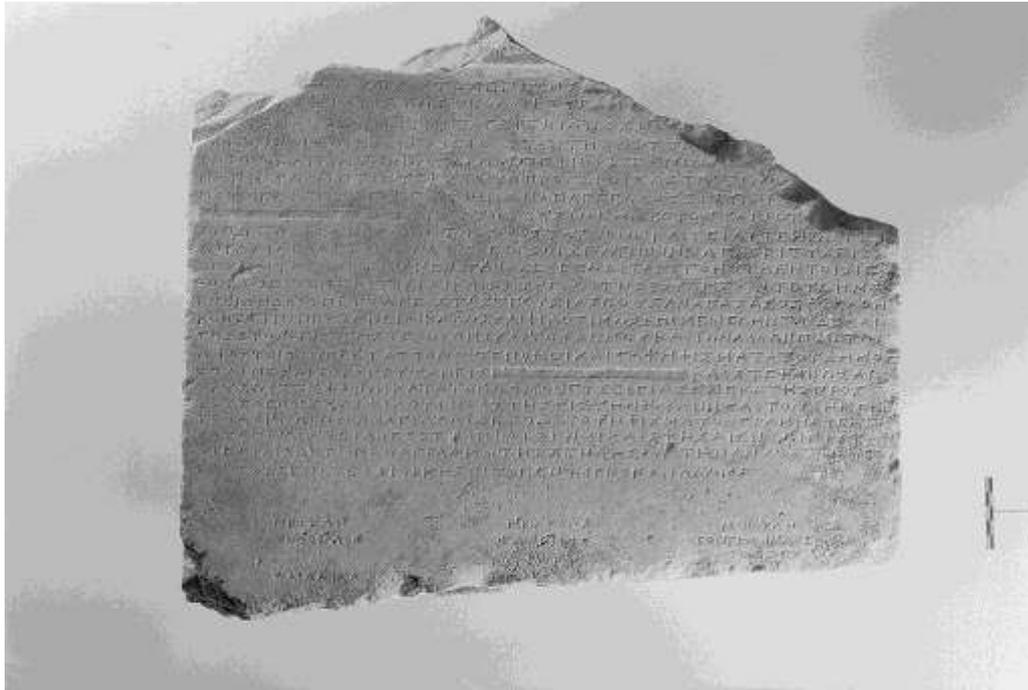
No arcontado de Eufileto, na segundo pritania, dos [Antígônidas] [...] se propôs: sobre o que o prítane dos [Antígônidas] relatou sobre os sacrifícios que fizeram

antes das assembleias para Apolo Prostaterios e Artemis Bouleia, e a outros deuses tradicionais, que para a boa fortuna, as pessoas devem decidir, aceitar as coisas boas que ocorreram nos sacrifícios que fizeram para a saúde e a preservação da *Boulé* e do *Demos*, reportou-se ainda como o prítane realizou de forma adequada os sacrifícios e que com amor a honra, foram gerenciados [...]

Convoca-se o Conselho e a Assembleia, e tudo o que as leis e os decretos do Povo prescrevem para eles, para se louvar o prítane [dos Antigônida] e coroa-lo com uma coroa de ouro de acordo com a lei e de acordo com a piedade dos deuses [...] (*IG II²*, 1, 1165).

O trecho pertence a um decreto, recolhido em maio de 1953, na ágora ateniense, inscrito numa estela de mármore datada de 213/212 a.C.

Figura 23 – Fragmento de decreto referente à prítania dos Antigônida. 213/212 a.C.



Fonte: *Agora III*, n. 66, p. 56.

Por meio da inscrição do fragmento, cuja imagem aparece na Figura 23, é possível concluir que o culto as tribos instituídas em homenagem a Antígono e Demétrio, assim como os rituais executados em torno da prítania, continuavam a existir quase um século depois. Ainda contamos com evidência detalhada acerca da organização de um festival chamado Demétria, em homenagem a Demétrio Poliocertes, que teria sido criado por um decreto das

póleis da Eubeia, entre as quais estão Erétria e Oreo (IG XII, 9.207). De acordo com Buraselis (2012, p. 247), os Antígônida se tornaram referência no que concerne ao estabelecimento de festivais. Após a morte do pai em Ipsos, Demétrio, em 294 a.C., teria estabelecido novamente o controle sobre um grande território, que incluía a *pólis* de Atenas, e um festival batizado com seu nome também teria sido instituído nessa cidade. Para Plutarco (*Vit. Demetr.*, XII, 1-4) o festival dedicado a Demétrio teria sido resultado de uma renomeação das Dionisíacas:

[...] Estrátocles [...] propôs que sempre que Demétrio visitasse a cidade, ele deveria ser recebido com as honras hospitaleiras pagas a Deméter e Dioniso, e como um cidadão que ultrapassou todos os outros pelo esplendor e magnificência de sua recepção, uma soma de dinheiro deveria ser concedida pelo tesouro público para a dedicação de uma oferenda. E [...] o festival chamado Dionisíaca passou a ser chamado de Demétria. A maioria dessas inovações foi marcada com o desagrado divino. A túnica sagrada, por exemplo, na qual decretaram que as figuras de Demétrio e Antígono fossem tecidas juntamente com as de Zeus e Atená, quando estava sendo levada em procissão pelo meio do Cerâmico, foi levada por um furacão que a danificou; novamente, ao redor dos altares daqueles deuses *Sóteres*, o solo estava cheio de cicuta, uma planta que não crescia em muitas outras partes do país; e no dia da celebração da Dionisíaca, a procissão sagrada teve que ser preterida devido ao frio [...] E seguiu-se uma grande geada, que não só amaldiçoou todas as videiras e figueiras com o frio, mas também destruiu a maior parte dos grãos [...]. Portanto, Filípides, que era inimigo de Estrátocles, atacou-o em uma comédia com esses versículos:

“Foi através dele, que a geada congelou todas as videiras,
Foi por meio de sua impiedade, que o manto se dividiu em dois,
Porque deu as honras dos deuses aos homens [...].”

O tom irônico do trecho retirado da obra de Plutarco, que utiliza o termo *cidadão* para se referir a Demétrio, e a descrição de um suposto desagrado dos deuses, que teriam em diversos momentos demonstrado desaprová-las as homenagens concedidas a Antígono e Demétrio, se explicam pelo fato de Plutarco se referir a impressões sobre os Antígônida construídas por Filípides, poeta cômico, que era inimigo político de Estrátocles, aliado de Demétrio. Afora isso, a passagem nos permite perceber vários elementos em torno das honrarias concedidas aos *basileis*.

Buraselis (2012, p. 249-250) afirma que ainda não existe um consenso sobre se o festival da Demétria foi apenas uma renomeação das Dionisíacas, como sugere Plutarco ou se, de acordo com um novo fragmento de decreto encontrado na ágora ateniense, dedicado a

Filípides (*IG II²*, 649) e datado de 292 a.C., teria sido uma fusão entre o antigo festival em homenagem a Dioniso e uma nova festividade em homenagem a Demétrio.¹⁶⁰ O que se destaca desse dilema, no entanto, é que, em ambas as hipóteses, Demétrio está conectado com a imagem de uma das divindades mais importantes do mundo grego. Sobre essa associação com Dioniso, mas uma vez contamos com o testemunho de Plutarco (*Vit. Demetr.*, II, 3):

[...] sua disposição também servia para inspirar nos homens igualmente o medo e a benevolência. Pois, como ele era um companheiro muito agradável, enquanto a maioria dos príncipes no lazer se dedicava a beber e aos luxos da vida, ele, por outro lado, tinha persistência e eficiência as mais enérgicas durante o combate. Por isso, ele costumava fazer de Dioniso o seu modelo, mais do que qualquer outra divindade, já que esse deus era o mais terrível em empreender uma guerra e, por outro lado, era ainda mais hábil, quando a guerra terminava, em se tornar o ministro da paz desfrutando das alegrias e prazeres.

Sobre a oferta do sacrifício, esse exigia um altar, geralmente erguido em um recinto sagrado (*temenos*), e no qual constava o nome do monarca, como constatamos na passagem citada de Plutarco. A dedicação de uma estátua era parte intrínseca das honras concedidas, mas muitas vezes é difícil distinguir entre o caráter honorífico e o religioso destas estátuas.

Como mencionamos, uma das primeiras evidências epigráficas referente ao culto ao monarca é um decreto da cidade de Escépsis em homenagem a Antígono, no qual os habitantes da cidade estabelecem honras divinas ao monarca. Um excerto da inscrição determina o seguinte: “[...] deixe a cidade marcar um recinto sagrado para ele, erga um altar e crie um [culto] tão belo quanto possível [...]” (*OGIS*, 6). Segundo Chaniotis (2013, p. 25), os reis helenísticos eram frequentemente adorados como “deuses que partilhavam o templo”, por meio da instalação de sua estátua em templos de outras deidades.¹⁶¹ Em geral, as cidades helenísticas preferiam honrar um rei estabelecendo um santuário separado para ele, quase sempre no local mais proeminente da cidade. Não raro, os santuários dos *basileus* eram os

¹⁶⁰ Infelizmente o fragmento mencionado é a única fonte do início do período helenístico que aborda a temática da fusão entre os dois festivais, o que impede que se façam afirmações mais conclusivas.

¹⁶¹ Atálo I e Antíoco III podem ser citados como alguns dos exemplos de reis que partilhavam templos com outras divindades (SCHIMIDT-DOUNAS, 1993, p. 73-80; SCHIMIDT-DOUNAS, BRINGMANN, AMELING, 1995).

lugares onde os documentos oficiais eram publicados. A realização de ritos e o cuidado com os santuários, na maioria dos casos, exigiam a assistência de um sacerdote especial, como vimos no fragmento do decreto da pritania dos Antigônida, em Atenas.

Como discutido na seção anterior deste capítulo, não temos por objetivo avaliar em que medida essas homenagens aos soberanos os colocavam ou não no mesmo patamar que os deuses. Sabemos que os festivais podiam tornar-se objeto de manobras políticas, em uma relação de diplomacia entre as cidades e os monarcas helenísticos. Chaniotis (1995, p. 168) também evidencia o fato de os festivais, ao longo da história grega, terem possibilitado às *póleis* a oportunidade de realizar missões diplomáticas, atrair visitantes, demonstrar lealdade para com o rei, inculcar valores nos mais jovens e, até mesmo, desviar a atenção dos membros de uma cidade de problemas econômicos e sociais. No que se refere propriamente ao nosso contexto, uma função importante da oferta de honrarias aos *basileis* seria o de tornar mais fácil a relação com os reis (CHANKOWSKI, 2011).

A esta altura, é escusado dizer que as inscrições helenísticas quase sempre invocam a piedade e a boa vontade dos monarcas perante as populações por ele dominadas, o que certamente não deve ser interpretado como hipocrisia. Conforme vimos ao longo da tese, as últimas décadas do século IV a.C. foram marcadas por períodos de intensa conturbação política, social e militar no mundo grego. Por vezes, a instituição de cultos e outras homenagens ao *basileus* estava eivada de esperança em dias melhores. Corroboram essa premissa novos pontos focais do culto em torno do rei visíveis nessas homenagens. Todas as festividades e cultos dedicados a Antígono e Demétrio, assim como aos demais diádocos, foram criados, sem exceção, para comemorar um evento recente conectado a uma vitória militar, à remoção de uma guarnição estrangeira, à restauração da liberdade e da democracia, conforme o caso, entre outros. Nesse cenário, o papel de benfeitor, protetor e salvador do rei quase sempre foi exaltado.

Ainda que, num primeiro momento, o caráter religioso dessas honrarias se destaque, sendo a realização de sacrifícios em homenagem aos deuses o ápice dos cortejos, devemos atentar para o fato de que o ritual religioso foi incorporado a um contexto político explícito. Na realidade, assim como em toda Antiguidade, nós não temos no período helenístico uma oposição entre o culto religioso e o político. Ambas as esferas, estavam intrinsecamente associadas. O culto aos soberanos no período helenístico e as festividades que os acompanhava eram decerto celebrações religiosas, pois foram homenagens criadas para expressar gratidão aos deuses, mas também aos reis, que constituíam expressões de piedade. Entretanto, para entender as procissões como um acontecimento da época helenística, precisamos ir além da piedade declarada das celebrações. O discurso público na assembleia, como expresso nos decretos sobreviventes, alguns dos quais foram expostos aqui, não deixam dúvidas acerca da função igualmente secular destas manifestações de honra aos monarcas.

No que se refere à conversão dos festivais cívicos religiosos em espetáculos realizados com propósitos políticos no contexto da cidade helenística, vários fatores parecem ter desempenhado um papel relevante. Um desses fatores era decerto o interesse da aristocracia local em enaltecer a sua própria posição.¹⁶² Celebrações magníficas demonstravam e legitimavam o carisma da elite responsável por patrocinar os festivais, pois ela participava dos cortejos numa posição proeminente. Essas festividades proporcionavam, portanto, às elites cívicas a oportunidade de aumentar sua popularidade por meio de despesas extravagantes, mas também de demonstrar seu protagonismo nas cerimônias (CHANKOWSKI, 2005).

A instituição das procissões helenísticas se revela, assim, um fenômeno multifacetado que diz respeito à história da representação que a sociedade faz de si mesma e à história das práticas rituais. Os diádocos de Alexandre e os soberanos helenísticos posteriores gozavam,

¹⁶² Chaniotis (1997, p. 248) disserta sobre outro fator que auxiliou as procissões helenísticas a desempenharem um papel cada vez mais político e que se liga intimamente com o interesse das elites locais em se promoverem: a competição, dentro da elite e entre as cidades, pela promoção de cultos locais.

desse modo, do *status* divino no que tangia à sua *basileia* e às manifestações de orgulho cívico.

No sentido cívico, *póleis* antigas, como Atenas, mas também novas cidades, como Pérgamo (*OGIS*, 332), fundaram cultos em louvor a soberanos com os quais mantinham relações temporárias ou permanentes. Dessa forma, os monarcas helenísticos expandiram sua esfera de influência, garantindo boas relações com as cidades gregas. É como se houvesse sido criado um protocolo entre os soberanos e as *póleis* através do qual poderiam se comunicar e cooperar uns com os outros apesar da dualidade entre a monarquia e a formação políade.

Fundadores de cidades, filhos dos deuses

Uma das principais imagens que se impõem quando falamos de Alexandre é a do herói conquistador. Arelada a ela, há também a imagem do herói fundador. Tanto as ações do argéada quanto as de seus diádocos resultaram em fundações de caráter greco-macedônias por todo o Oriente Médio e parte da Ásia Central. Os antecedentes do programa de fundação de assentamentos urbanos por Alexandre são algo complexo. Como exposto anteriormente, Isócrates (*Phil.*, 120) já tratava a questão da conquista da Ásia e da fundação de cidades como uma maneira de solucionar os problemas sociais da Hélade, numa carta endereçada a Filipe em 346 a.C. Como modelo para este programa de colonização, Isócrates talvez considerasse as colônias gregas fundadas durante o período arcaico (por volta de 750-550 a.C.) ou as clerúquias atenienses implantadas no decorrer da sua atividade imperial, no século V a.C.

Havia também, no território asiático, experiências anteriores de transplante de populações, pois sabemos que diversos grupos foram transferidos pelos persas e, antes deles, pelos babilônios e assírios. Nesses movimentos de populações, gregos já haviam sido

deslocados para vários lugares no interior do Império Aquemênida bem antes da chegada de Alexandre (Hdt., III, 39; V, 12; Strab., XI, 11,4; Arr., *Anab.*, III, 8, 5).

Seja qual for o número exato de fundações atribuídas a Alexandre, com poucas exceções, praticamente todos os assentamentos que podem ser atribuídos com certeza razoável ao conquistador estavam localizados a leste do Tigre. Por ter enfrentado diversas ameaças internas e externas, o monarca acabou por concentrar-se na manutenção de uma presença greco-macedônia na região da Ásia Central, como salvaguarda contra as tribos nômades das estepes do norte e contra a resistência nativa, fato que provavelmente o levou a fundar mais cidades nesses territórios do que na Ásia menor, por exemplo (COHEN, 2013, p. 2750). Por conta de a maior parte destas fundações ocorrerem em localidades distantes do Mediterrâneo Oriental, Alexandre teve de enfrentar a resistência dos colonos gregos, que não queriam permanecer nessas terras tidas como inóspitas (Diod. Sic., XVII, 99, 5, XVIII, 7,1). Não obstante tais desafios, a fundação de cidades era decisiva no sentido de facilitar a organização do império que Alexandre ia construindo. As cidades atuavam também como postos defensivos para as conquistas já realizadas pelo rei.

Por vezes, a fundação podia ter o papel de romper o monopólio de uma antiga elite local, ao deslocar o centro de poder para uma nova região, assim como a construção de um espaço dentro de um novo nexos urbano criava uma nova lógica de domínio territorial. Em nossa opinião, foi isso o que ocorreu, de certa forma, no caso mais emblemático de fundação urbana de Alexandre: a primeira Alexandria, no Egito. Além de Alexandria ser um ponto estratégico no Mediterrâneo, transferir para o extremo do Baixo Egito o epicentro de um território que por milênios teve seu foco de poder localizado no Alto Egito contribuía para desconstruir uma estrutura milenar de dominação.

Afora essas questões, outro aspecto que despertou e ainda desperta a atenção dos estudiosos é o da tentativa de comparação, por parte de Alexandre, com os tradicionais heróis

fundadores. Devido às opiniões contraditórias contidas nas fontes antigas, essa é uma questão que decerto continuará a suscitar debate. Mesmo que nos distanciemos de interpretações romanceadas que expõem um Alexandre em busca de conquistas nos termos das narrativas homéricas, o fato é que o soberano se associou à imagem de heróis fundadores, sobretudo em seus discursos e em suas séries monetárias. Como vemos nas Figuras 11 e 12,¹⁶³ o monarca se associou a Hércules, um dos principais heróis fundadores, assim como a Zeus, referindo-se várias vezes a si mesmo como o próprio filho desta deidade (Plut., Vit. Alex., XXVI, 6; Arr., III, 2, 1). Do ponto de vista da legitimação política, a construção de ligações com o campo do sagrado foi algo intrínseco à instituição da monarquia de Alexandre, assim como das *basileias* helenísticas.

Os primeiros assentamentos criados pelos diádocos foram os de Cassandro, que fundou, na Macedônia, Cassandreia e Tessalônica, e o de Antígono, que fundou Antigônia, no norte da Síria. A informação que temos sobre essa primeira fundação de Antígono provém de Estrabão (XIII, 1, 52): “[...] Antígono incorporou os habitantes de Escépsis, como habitantes de Alexandria da Trôade [...]”.¹⁶⁴ Estrabão não nos fornece maiores detalhes sobre essa fundação, afirmando apenas que, posteriormente, Lisímaco libertou os cidadãos levados para Antigônia, que retornaram a Escépsis. Aos moldes do que Alexandre teria feito, percebemos, pelo exemplo de Antígono em Antigônia, que batizar as novas cidades com nomes derivados do próprio nome do soberano ou de topônimos encontrados na Grécia e na Macedônia foi uma prática comum, como consta nesta passagem de Apiano referente a Seleuco I:

Ele [Seleuco] construiu cidades em toda a extensão de seus domínios e nomeou dezesseis delas de Antioquia em homenagem ao seu pai, cinco Laodiceia em homenagem a sua mãe, nove com seu próprio nome, e quatro com os das esposas, isto é, três Apameia e uma Estratoniceia [...] Para outros, ele deu nomes originários da Grécia ou da Macedônia, ou de suas próprias façanhas, ou em homenagem a Alexandre [...] (Appianus, *Συριακή*, 57).

¹⁶³ As referidas figuras encontram-se no capítulo III desta tese.

¹⁶⁴ O nome que Estrabão emprega, para a cidade, Alexandria da Trôade, se deve ao fato desta cidade, assim como outras fundadas por Antígono, ter sido rebatizada após a morte do *basileus*, em 301 a.C.

Como conquistadores estrangeiros, os diádocos, assim como Alexandre, buscaram promover o estabelecimento, no território da Ásia, de grande número de colonos greco-macedônios, para atuar como uma espécie de guarnição permanente das terras conquistadas, que servia, desta forma, como um suprimento contínuo de homens para o exército e para o aparato burocrático que ia se formando com os reinos.¹⁶⁵ Para Billows (1990, p. 293), embora Alexandre pareça ter procurado cooptar membros de elites locais como parceiros na administração da *oikoumene* e, em sua prática política-administrativa, Antígono, em certa medida, tenha seguido essa prática, torna-se evidente, tanto pela documentação textual quanto material, que os primeiros *basileis* tinham como homens de confiança, tanto na esfera política-administrativa quanto na militar, membros provenientes da elite macedônia e grega. É escusado falar sobre o protagonismo ocupado por Alexandre nas produções dos estudiosos que tratam da fundação de cidades no oriente, uma vez que o argéada é até hoje um ponto de referência e pioneirismo no assunto.

No entanto, quando passamos para o campo das fundações dos primeiros monarcas do período helenístico, grande parte dos especialistas, como Cohen (1995, p. 8-12), reconhecem Seleuco e seu filho Antíoco como aqueles que contribuíram de forma mais significativa. Mesmo quando o foco está sobre os Antigônida, como no trabalho de Wehrli, intitulado *Antigone et Démétrios*, de 1968, a atividade colonizadora de Antígono é muitas vezes encerrada em uma breve discussão que visa apenas dar um reconhecimento ao diádoco, demonstrando que ele também teve sua parcela de contribuição no processo de constituição de

¹⁶⁵ A esse respeito, uma dúvida que subsiste é se já num primeiro momento tais fundações acompanharam todas elas o plano arquitetônico da *pólis* ou se começaram como colônias militares. Mossé (2004, p. 62-63), ao tratar de Alexandria, no Egito, afirma que esta era definitivamente uma *pólis*, tendo sido inicialmente ocupada por mercenários gregos ou colonos que receberam lotes de terra, ou mesmo por gregos já presentes no Egito antes da chegada de Alexandre. A autora ainda afirma que, de modo geral, se insiste no caráter político-administrativo desta cidade e não no militar, ao contrário de outras fundações que balizaram a conquista da *oikoumene*. Desde o início teria sido reservado, em Alexandria, lugar para uma ágora e para santuários consagrados aos deuses do panteão helênico. Segundo Cohen (1995), no entanto, Alexandria representou uma exceção. Para o autor, a maioria das fundações helenísticas teria começado como colônias militares e, posteriormente, se convertido em *pólis*, do ponto de vista do planejamento arquitetônico, com uma função político-administrativa a serviço do *basileus*.

idades. Acreditamos que o espaço reduzido reservado a Antígono como fundador se deve à sobrevivência de poucas evidências sobre seus assentamentos urbanos, quando comparado com os demais diádocos. Mas mesmo diante dessa situação referente à documentação, especialistas reconhecem que os assentamentos criados por Antígono no oriente tiveram importância, como podemos ver nos trabalhos de Tscherikower (1927) e Goukowsky (1981).

Goukowsky (1981, p. 9-12) sugere que provavelmente boa parte dos colonos greco-macedônios de diferentes localidades do território ocupado pelos Seleucida devem ter sido introduzidos ainda no período do governo de Antígono. A tese do autor parece coerente visto que, durante as duas primeiras décadas após a morte de Alexandre, foi Antígono, e não Seleuco, o diádoco em posição de recrutar tanto macedônios quanto gregos das *póleis* para os assentamentos urbanos da Ásia. Como vimos até aqui, a documentação atesta que Antígono, após 321 a.C., esteve no epicentro político do Mediterrâneo oriental e das relações diplomáticas no que se refere à conexão entre *basileus* e cidades gregas. Fontes como Estrabão e Diodoro corroboram a tese de que Seleuco ocupou cidades antigônidas ou transplantou colonos dessas para cidades selêucidas, como Antioquia e Apameia, ambas situadas próximo ao rio Orontes.

Nesse momento Antígono estava hospedado na Síria superior, fundando uma cidade no rio Orontes, a qual ele chamou de Antigônia [...]. Ele colocou-a em uma escala pródiga, fazendo o perímetro ter o tamanho de setenta estádios,¹⁶⁶ pois a localização era naturalmente bem adaptada para vigiar a Babilônia e as satrapias superiores e, ao mesmo tempo, supervisionar a Síria inferior e as satrapias próximas ao Egito. No entanto, aconteceu que a cidade não sobreviveu muito, pois Seleuco a destruiu e transportou sua [população] para a cidade que ele havia fundado e chamado de Selêucia [...] (Diod. Sic., XX, 47, 5-6).¹⁶⁷

¹⁶⁶ Estádio se refere a uma unidade de medida de comprimento usada na Grécia Clássica. O padrão desta medida era a pista de corrida de Olímpia, onde era disputada a prova do estádio. O estádio olímpico media por volta de 600 pés (HAMILTON, 1838, p. LI).

¹⁶⁷ Após a morte de Seleuco, Selêucia foi renomeada por Antíoco I, quando passou a ser chamada de Antioquia.

Diodoro provavelmente se confundiu ao mencionar que a Antigônia citada no trecho acima foi completamente abandonada, pois ela teria sobrevivido pelo menos até por volta de 51 a.C., se confiarmos no testemunho de Dio Cássio (XL, 29, 1):

Mas quando eles [partas] não conseguiram realizar um cerco e tomar Antioquia, já que Cássio efetivamente os repeliu, se voltaram para Antigônia. E como os arredores dessa cidade estava fortificado [...] os partas [...] nem ao menos conseguiram penetrar com sua cavalaria na cidade [...].¹⁶⁸

Mesmo que a maioria das atividades colonizadoras de Antígono não esteja registrada de forma direta nas fontes, evidências suficientes sobreviveram para mostrar que esse *basileus* exerceu de forma expressiva o papel de herói fundador, como atestam os excertos mencionados, entre outros que tratam da mesma temática.¹⁶⁹ Além disso, uma vez que temos cidades diretamente apontadas nas documentações como fundadas por Antígono, mas que foram renomeadas após sua morte, como Antigônia da Trôade, Antigônia na Bitínia e Antigônia no Orontes, temos motivos para supor que outras cidades originalmente fundadas por Antígono podem ter sido incorporadas como colônias selêucidas.

Partindo dessa possibilidade, temos, na Figura 24, um quadro confeccionado por Billows, no qual o autor tenta reconstituir as fundações e colonizações de Antígono na Ásia.

¹⁶⁸ O episódio narrado por Dio Cássio se refere ao período histórico que ficou conhecido como Guerras romano-partas, que ocorreram entre 66 a.C. e 217. O Cássio ao qual o texto se refere é Caio Cássio Longino, senador romano, contemporâneo a Júlio César.

¹⁶⁹ Como o caso de uma cidade fundada por Antígono próximo à Bitínia e que posteriormente foi renomeada por Lisímaco como Niceia (Strab., XII, 56, 5).

Figura 24 – Cidades e regiões colonizadas por Antígono

1. ?Alexandria-by-Issos
 2. Antigoneia-by-Daskyleion
 3. Antigoneia Kyzikena
 4. Antigoneia Bithyniake (Nikaia)
 5. Antigoneia-on-the-Orontes (Antioch)
 6. Antigoneia Troas (Alexandria)
 7. Dokimeion
 8. Iasos
 9. ?Karrhai
 10. ?Kelainai (Apameia Kibotos)
 11. ?Kolophon
 12. Lydia—settlers in plain of Sardis: Mnesimachos et al.
 13. ?Pella (Apameia-on-the-Orontes)
 14. ?Potamoi Karon/Hydatos (Seleukia-in-Pieria)
 15. ?Rhagai in Media
 16. Smyrna
 17. ?Synnada
 18. Teos/Lebedos
- (Question mark indicates that colonizing by Antigonos is not certain; additional names in parentheses show later name changes by action of Lysimachos or the Seleukids.)

Fonte: Billows (1990, p. 302)

Billows (1990, p. 295-297; 1994, p. 146-152), ao analisar a política de assentamentos de Antígono, afirma que ela se baseou em 5 premissas básicas: cuidados especiais com as *póleis* já existentes na Ásia; helenização de cidades asiáticas nativas; fundação de cidades gregas inteiramente novas; estabelecimento de colônias militares que careciam do status de *pólis*; e os estabelecimento de colonos macedônios ou gregos, seja como detentores de propriedades ou como soldados. Ainda, em seu projeto de fundações, Antígono recorreu à prática do sinoicismo.¹⁷⁰ Após assumir o título de *basileus*, em 306 a.C., Antígono decidiu unir as cidades de Teos e Lebedos em uma única cidade. Isso envolveria a remoção de todos os habitantes de Lebedos para Teos ou para uma região próxima a esta. Sobre esse evento, a cultura material nos auxilia, pois, por meio de dados epigráficos provenientes de duas cartas de Antígono para a cidade de Teos, acessamos vários regulamentos e instruções sobre o

¹⁷⁰ Sinoicismo ou sinecismo (συνουικισμός), de modo geral, refere-se à união de várias aldeias para a formação de uma *pólis*.

sinoicismo, que talvez não tenha sido finalizado.¹⁷¹ A primeira das cartas estabelece como deve ser a divisão dos territórios entre os habitantes das duas cidades e seu processo de ocupação:

[...] Achamos melhor que um lote de terra [seja dado] a cada um dos [lebedianos] proporcional ao que será deixado para trás em Lebedos. Até que as casas novas sejam construídas, casas [devem ser fornecidas a todos] os lebedianos sem encargos [...] se for necessário derrubar a cidade atual [Teos], metade das casas existentes [devem ser deixadas], e dessas um terço devem ser dadas [aos lebedianos] e vocês terão acesso a dois terços [...] ¹⁷² [Todos [...] devem construir casas em seus lotes dentro de três anos, caso contrário, [os lotes] se tornarão propriedade pública. [Pensamos] certo de que parte dos telhados das casas sejam dados aos lebedianos [...] [para que] as casas [possam ser concluídas o mais rápido possível]. [Nós pensamos] também que um lugar seja atribuído aos lebedianos onde eles possam enterrar seus [mortos] [...] (WELLES, *RC*, n. 3).

Na segunda carta, é possível ver que medidas ainda precisavam ser tomadas para o prosseguimento do processo de união das cidades de Teos e Lebedos. Fica em evidência, sobretudo, a demora de captação de recursos para ressarcimento dos lebedianos, que perderiam suas casas, e a concessão de casas temporárias aos mesmos enquanto as definitivas não ficassem prontas na nova cidade:

Do *basileus* Antígono para a *boulé* [...] saudações. [...] [Quando recebemos] os enviados dos lebedianos e perguntamos se eles tinham algum expediente para sugerir-nos, eles disseram que não tinham nenhum, exceto a tributação, examinando [suas propostas] [...] [Parece bom para nós, então] que deva haver 600 [cidadãos] [designados como] ricos, [e que estes] devem doar recursos em proporção à sua riqueza, de modo que possa haver [para os lebedianos] um quarto da compensação disponível de uma só vez, e esse reembolso deve ser feito a esses homens, após o intervalo [de um ano] das receitas [da cidade] [...] [Pensamos melhor...] que as casas em sua cidade que devem ser cedidas aos lebedianos para [residência temporária] sejam entregues [dentro de] quinze [dias] da leitura de [esta] resposta, e que aqueles que serão escolhidos para conceder [as casas e] e entregá-las aos ocupantes temporários sejam eleitos por cada [tribo] na próxima assembleia (WELLES, *RC*, n. 4).

¹⁷¹ Deduzimos essa possível não finalização do sinoicismo pelo fato de a segunda carta, datada por volta de 303 a.C., inscrita, portanto, provavelmente 3 anos depois da primeira, ainda conter algumas instruções que foram emitidas na primeira carta. Além disso, como reporta Diodoro (XX, 107, 5), em 302 a.C. Cassandro conquistou a cidade de Teos, o que provavelmente interferiu na conclusão da formação da nova cidade.

¹⁷² Nesse caso, o acesso aos dois terços de terra seria reservado aos habitantes de Teos. Quando o trecho se refere à possibilidade de derrubar a cidade de Teos então existente, pode-se compreender que, se fosse necessário, a cidade seria reformulada em outro espaço próximo.

Por meio dos dois trechos epigráficos expostos, constatamos como Antígono, no papel de fundador, apropriava-se de todo um expediente para pôr em funcionamento os assentamentos por ele criados ou remodelados e como todas as medidas referentes a esse processo provinham de diretrizes ligadas ao monarca. Bem como seu pai, Demétrio também se colocou como fundador de cidades. Um caso em que podemos acompanhar melhor o processo de conversão de uma fundação urbana em uma *pólis* é Demétria.

Demétria (Δημητριάς) foi fundada por Demétrio, em 293 a.C., no território da Magnésia (Grécia centro oriental) (Strab., IX, 436, 443), como é possível identificar no mapa da Figura 25. De acordo com testemunhos antigos, essa *pólis* se destacou por sua posição estratégica, sua economia florescente e sua suntuosidade, tornando-se a residência favorita dos *basileis* macedônios.¹⁷³ Sobre a fundação dessa cidade temos a seguinte inscrição:

Basileus Demétrio para [...] saudações. Completei a delimitação do território dos cidadãos de Demétria e dos da Pieria, como eles me confiaram. Por isso, enviei-lhe uma cópia da demarcação realizada no ano [?] e a posição dos marcadores de fronteira. Então, tome cuidado para inscrevê-los em uma estela que deve ser colocada no santuário do Zeus Olímpico [...] (HATZOPOULOS, *Melet*, 22.EA.11).¹⁷⁴

Essa inscrição, encontrada em Dion, um vilarejo da Pieria,¹⁷⁵ por muito tempo foi considerada do final do século III a.C. No entanto, Hatzopoulos (2006, p. 88-89) indica ser mais provável que ela pertença ao reinado de Demétrio e, portanto, possivelmente estaria ligada à fundação de Demétria em 293 a.C., argumento que, de acordo com os dados por nós analisados em diferentes fontes, se mostra coerente.

¹⁷³ Entre o final de 294 a.C. e o início de 293 a.C., Demétrio foi aclamado *basileus* da Macedônia e seguiu com procedimentos para assegurar a posse e controle de diversos territórios, incluindo a Tessália. Provavelmente foi nesse período que fundou Demétria, que tinha aspectos de uma grande fortaleza (NEWELL, 1927, p.11).

¹⁷⁴ A inscrição original foi recolhida por Melécio de Antioquia, que viveu entre os anos de 358-381. A tradução foi feita por Hatzopoulos (2006) mediante uma foto, pois a transcrição no grego não foi publicada até hoje.

¹⁷⁵ Localizada na Macedônia Central.

Figura 25 – Mapa das fundações urbanas helenísticas



Fonte: <http://www.ancient.eu>

Demétria passou por duros reveses após 196 a.C., quando Felipe V foi derrotado pelas forças romanas. Segundo Timothy (1991, p. 603-604), sob o domínio de Constantino, tornou-se uma cidade cristã. De acordo com Procópio (*De aedificiis*, IV, 3, 5), Demétria foi reconstruída por Justiniano I, mas outras evidências apontam para a possibilidade de que a vida urbana aí tenha chegado ao fim ainda no início do século VI (TIMOTHY, 1991). O território atual de Demétria é um sítio de escavações, que começaram no século XIX. Pelas escavações, é possível ver que o lugar realmente se adequava aos requisitos de uma *pólis*, pois contava com uma ágora e um teatro, por exemplo.

Sabe-se que a cidade era cercada por uma muralha de 7 km de circunferência, preservada em grande parte de sua extensão. Vários edifícios encontram-se visíveis ainda dentro do circuito, como o palácio, cujas fundações de pedra e paredes de barro em fossa com emplastro pintado podem ser vistas na Figura 26

Figura 26 – Vestígios das fundações do palácio de Demétria, séc. III a.C



Fonte: <https://www.gtp.gr/ArchaeologicalSiteofDemetrias>

No entanto, nenhuma escavação abrangente foi realizada até o momento, o que dificulta a obtenção de informações mais precisas sobre a *pólis*. As poucas informações das quais dispomos foram obtidas com as escavações de Arvanitopoullos (1907, p. 175-182), no início do século XX. Recentemente, algumas áreas foram limpas, tornando o sítio arqueológico mais acessível.

Figura 27 – Teatro de Demétria, séc. III a.C



Fonte: <https://www.gtp.gr/ArchaeologicalSiteofDemetrias>

O teatro antigo, que aparece na Figura 27, encontrava-se ao pé de uma colina, do outro lado do vale do palácio macedônio. O monumento foi parcialmente escavado no início do século XX e finalmente liberado para visitação entre 1958-1959. A borda da orquestra foi descoberta, bem como a primeira fila de assentos. O teatro aparentemente foi fundado na mesma época em que a cidade. A magnificência de Demétria demonstra como   época da morte de Antígono, em 301 a.C., o poder dos Antigon nida já havia sido fato estabelecido, e sua *basileia* estava consolidada.

No que se refere   associa o com heróis fundadores e divindades, vimos nas Figuras 13, 14 e 15, inseridas no terceiro capítulo, que os Antigon nida fizeram questão de se associar a estes por meio de suas representa es numismáticas. Essa associa o pode ser também notada nas figuras 28 e 29, a seguir.

Figura 28 – Demétrio Poliorcetes. Estáter de ouro, 8, 56 g., 290/287 a.C



Fonte: Newell (1927, p. 96)

Na Figura 28 temos um estáter de ouro cunhado na região da Eubeia, no qual observamos mais uma vez, no anverso, a imagem de Demétrio, ornado com o diadema e chifres de touro acima de sua testa, que é uma clara referência ao deus Zeus-Amon. Já no reverso, aparece a inscrição ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΔΗΜΗΤΡΙΟΥ, acompanhada de um cavaleiro, vestindo manto, usando *causía* e segurando uma longa lança com a mão direita, representação que destaca o aspecto guerreiro do monarca.¹⁷⁶

¹⁷⁶ *Causía* era um típico chapéu macedônio.

Figura 29 – Demétrio Poliorcetes. Tetradracma de prata, 17, 24 g, 289/288 a.C.



Fonte: Newell (1927, p. 110)

Já na Figura 29, temos um tetradracma de prata, cunhado em Anfípolis. No anverso, novamente a cabeça de Demétrio surge ornada com diadema e chifres de touro, enquanto no reverso vemos Poseidon de pé, com um dos pés sobre uma pedra, segurando seu tridente, além da inscrição ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΔΗΜΗΤΡΙΟΥ.

Como destacamos no capítulo anterior, Antígono, em sua produção imagética, buscou sempre a associação com Alexandre, assim como o fizeram os demais diádocos. Demétrio, por sua vez, foi o primeiro a representar a si mesmo nas moedas e, como seu governo foi mais longo que o de seu pai, pôde ser objeto de uma diversidade maior de homenagens. Nesse ponto, interessa destacar um hino a ele dedicado pela cidade de Atenas, por volta de 291/290 a.C.

Muito poucos hinos restaram do período helenístico. Com exceção de algumas linhas de louvor a Seleuco I, o único que restou, conservado na íntegra, foi o hino itifálico cantado pelos atenienses em homenagem a Demétrio. Por essa razão, esse texto comparece em quase todos os estudos sobre o culto aos soberanos no período helenístico. No entanto, apesar de ser tão compulsado, o hino a Demétrio parece suscitar ainda muita discussão. Nas últimas duas

décadas, novas interpretações se impuseram, como é o caso dos trabalhos de Mikalson (1998) e Green (2003). Esse novo conjunto de trabalhos, que buscam estabelecer novas diretrizes de interpretação para o documento, se deve decerto ao caráter intrigante do texto e às novas descobertas epigráficas.¹⁷⁷

O canto é composto por 35 linhas. A versão que chegou a nós é atribuída a Duris de Samos, autor que viveu entre os séculos IV e III a.C. (*FGrHist*, 76 F 13) :

Como o maior e o mais querido dos deuses está presente em nossa cidade! As circunstâncias reuniram Deméter e Demétrio. Ela vem para celebrar os mistérios solenes de *kairós*, enquanto ele está aqui cheio de alegria, como cabe a um deus, justo e sorridente. Sua aparência é solene, seus amigos ao seu redor e ele ao centro, como se estes fossem estrelas e ele o sol. Salve o menino do deus mais poderoso, Poseidon, e de Afrodite! Pois outros deuses estão distantes ou não têm ouvidos, ou não existem ou não nos levam em conta, mas você, podemos o ver presente aqui, não feito de madeira ou pedra, mas real. Então, oramos por você: primeiro faça a paz [...].

O hino incorpora temas presentes em outros documentos por nós analisados: a referência ao pedido de auxílio e paz ao monarca; a associação com Poseidon, explorada na nossa análise acerca da documentação numismática; e a aparência solene que Demétrio parecia ter, explicitada também em diversos momentos por Plutarco (*Vit. Demetr.* II, 2). Sobre a associação com Poseidon e Afrodite, Demétrio é descrito aqui como um descendente direto das divindades, assim como Alexandre o fizera no episódio de Siva. O hino deve ser decerto interpretado como uma evidência segura das negociações políticas entre o monarca e a cidade de Atenas. O poeta anônimo que formulou o canto teve uma importante e delicada tarefa política a cumprir. Ele não apenas incentivou Demétrio a revelar seu poder, como também sugeriu uma política a ser adotada pelo soberano diante da *pólis* (MIKALSON, 1998, p. 94; MARCOVICH, 1988).

No passado, autores como Scott (1928) e Ehrenberg (1965) criticaram o hino por soar como uma expressão exagerada de lisonja. Alguns autores contemporâneos, como Green

¹⁷⁷ Chaniotis (2011, p. 158) aponta também para os diversos problemas editoriais e de tradução referentes ao texto.

(2003), também se inscrevem nesta visão. Uma mudança importante tem sido observada nos últimos anos a partir da tendência de se atenuar o caráter religioso do texto. Dentro desta perspectiva, encontra-se Marcovich (1988), que destacou a incorporação de ideias epicuristas pelo poeta. Já Henrichs (1999, p. 223-248) centrou-se na convergência entre a narrativa mítica e a história contida no canto, ao passo que Green (2003) associou o canto com ideias filosóficas acerca da realeza divina. Sobre esta última abordagem, podemos ver presentes, em alguns excertos dos tratados de realeza recolhidos por Estobeu, pontos em comum, como a identificação do *basileus* com o sol.

Chaniotis (2011, p. 179-183), ao analisar o hino itifálico em honra de Demétrio, conclui que o seu autor não era apenas um adulator, mas um poeta chamado a executar uma tarefa complexa, ao se valer do hino para enviar uma mensagem política da cidade ao soberano. Segundo Chaniotis, por meio do hino constrói-se uma imagem de divindade multifacetada para Demétrio, que é associado aos deuses e a elementos religiosos tradicionais, de maneira que o hino deve ser inserido num contexto ritualístico. Essa imagem divina do poder relacionava-se, portanto, a expectativas concretas. Se Demétrio fosse um deus verdadeiro, como dito no hino, ele deveria se comportar como tal. Se ele tivesse poderes divinos, deveria empregá-los.

Enfim, podemos inferir que o hino a Demétrio integrava o repertório das práticas rituais em torno do *basileus* helenístico, que transitava entre a política e a religião. No campo das representações, tal procedimento contribuía para a legitimação do soberano e de suas ações, ao mesmo tempo que exigia que ele beneficiasse as cidades submetidas, exercendo o papel de *sóter* e de *evérgeta* próprios dos soberanos helenísticos, além de manifestar a piedade para com os deuses. Todos esses elementos iam ao encontro das esperanças depositadas pelos cultos instituídos em honra a Antígono e Demétrio, no final do século IV a.C. Eis, então, o trajeto dos soberanos Antigônida: de heróis fundadores a filhos dos próprios deuses.

Relações intra corte

Geralmente, a corte é considerada como um espaço social que compreende todos aqueles que em algum momento estão sob as graças da casa dinástica. Strootman (2014, p. 34-35), ao falar sobre as dimensões ou funções da corte, afirma que ela pode servir como um *locus* para a (re) distribuição de capital, prestígio e poder político, econômico, social e simbólico. Desta forma, a corte teria cinco funções principais: 1) funcionar como uma arena política; 2) ser um centro administrativo; 3) representar um centro simbólico; 4) operar como um palco para a representação do poder monárquico; e, 5) ser um espaço de (re) distribuição. Mesmo que os primeiros reis helenísticos, com exceção de Ptolomeu, não tenham possuído uma capital real definida, essas diretrizes nos ajudam a compreender como se davam as relações intra corte dos primeiros reinos helenísticos. Mas falar de uma corte nos primeiros anos da *basileia* helenística é algo complicado. Esse foi um período árduo, no sentido de se construir os protocolos e as instituições que formariam a monarquia. De modo geral, referir-se a uma cultura de corte helenística significa nos reportarmos aos padrões fixados pela casa dinástica dos Argéada, sobretudo no que se refere ao hibridismo de elementos gregos, iranianos e outros contidos nas ações de Alexandre.

As cortes helenísticas, segundo Strootman (2011, p. 70-75), influenciaram profundamente o desenvolvimento da corte imperial romana, e a cultura jurídica de pequenos reinos, como o da Bitínia, sofreram a influência do tribunal macedônio, assim como dos tribunais selêucidas. Devido ao intercâmbio diplomático na bacia do Mediterrâneo, as cortes de três dos principais reinos helenísticos foram bastante semelhantes: dos Ptolomeu, dos

Selêucida e o dos Antigônida.¹⁷⁸ A corte real era essencialmente a casa da família régia e, muitas vezes, era chamada de *oikos* nas fontes gregas (*basiliké oikía*). No entanto, nas fontes mais antigas, a corte régia, no seu sentido social, era qualificada como séquito (*therapeia*) ou como “os amigos do rei” (*hoi philoi tou basileus*). Nesse ponto, nos concentramos num elemento fundamental desde o primeiro momento de construção da realeza helenística.

Remontando aos *hetairoi* que acompanhavam o *basileus* macedônio,¹⁷⁹ os *philoi* constituíam um grupo de elevado prestígio ao lado do rei, ao qual se vinculavam por laços de *philia* e *xenia*, por meio de formas de amizade ritualizadas (HERMAN, 1997, p. 200). Os *philoi* eram predominantemente macedônios e gregos, algo que ocorria mesmo na monarquia Antigônida, que tinha domínio, ou pelo menos influência, tanto sobre territórios da Grécia, quanto em territórios do oriente. Muitas vezes, os integrantes desses grupos competiam entre si por uma posição mais próxima ao rei, ocasionando conflitos violentos. Após a consolidação da monarquia helenística, tornou-se um hábito entre os monarcas presentear seus amigos mais próximos, o que podia se mostrar como uma espécie de relação de dádiva e contra dádiva, que ajudava a manter a fidelidade dos amigos ao soberano (STROOTMAN, 2013, p. 1819). Os reis recrutavam frequentemente os seus *hetairoi* mais próximos nas fileiras do *syntrophoi* (irmãos adotivos), principalmente entre os macedônios.

No que tange ao círculo de *hetairoi* e demais homens subordinados a Antígono, um número considerável de amigos, oficiais e diplomatas a serviço do rei é conhecido por meio de fontes literárias e, principalmente, devido à profusão de inscrições honoríficas em relação a tais homens criadas pelas cidades gregas. Dentre esses homens, destacamos Andrônico de Olinto, que foi um dos generais que acompanhou Alexandre na campanha rumo ao oriente, e

¹⁷⁸ Kosmetatou (2013, p. 457) chama a atenção para o fato de que, na corte dos Antigônida, na Macedônia, os tribunais se mantiveram mais simples, pois buscaram não aderir ao luxo oriental, que poderia ser visto, aos olhos dos súditos, como um exagero dos soberanos.

¹⁷⁹ Como dissemos, a proximidade habitual entre o rei da Macedônia e os demais aristocratas é perceptível pela existência do termo *hetairoi*, que significa companheiros. A ausência de uma hierarquia administrativa ou jurídica na Macedônia significava que o rei governava com o auxílio de sua comitiva, sobretudo por meio de sua guarda pessoal (*somatophulakes*) (BILLOWS, 1994, p. 9-10). Esse aspecto da *basileia* macedônia foi um dentre os vários outros herdados pelas monarquias helenísticas.

mais tarde se converteu em um dos primeiros, e principais, oficiais de Antígono (ROISMAN, 2012, p. 147-150). Em 315 a.C., Andrônico participou do cerco a Tiro liderado por Antígono, como nos reporta Diodoro (XIX, 59, 2):

Enquanto Antígono estava assim engajado, Agesilau, o enviado que mandara a Chipre, chegou com a informação de que Nicocreonte e os mais poderosos reis faziam aliança com Ptolomeu [...]. Ao perceber isso, Antígono deixou três mil soldados sob o comando de Andrônico para continuar o cerco [a Tiro].¹⁸⁰

No excerto citado, ainda contamos com o nome de outro companheiro de Antígono, Agesilau. Sua principal função foi atuar como diplomata, como podemos ver na passagem de Diodoro, pois estava a serviço de Antígono em uma missão em Chipre em 315 a.C. Outra evidência, desta vez epigráfica, que atesta a importância de oficiais a serviço de Antígono nas atividades diplomáticas e que fornece os nomes desses associados provém da carta direcionada a cidade de Escépsis, inscrita em 311 a.C. (WELLES, RC, 1): “Enviamos Aristodemo, Ésquilo e Hegésias para elaborar o acordo. Eles voltaram com promessas do representante de Ptolomeu, Aristóbulo [...]. Saibam então que a trégua foi estabelecida e que a paz foi feita[...]”.¹⁸¹

Antígono também reuniu em torno de si homens com as mais diversas habilidades e que podiam vir a contribuir com a fabricação e estabelecimento de sua *basileia*. Esse é o caso de Epímaco de Atenas, um renomado engenheiro e arquiteto que ficou famoso por ter construído o Helépolis (ἑλέπολις). Se referindo ao relato de Diodoro (XX, 48), Smith (SMITH et al., 1875, p. 590) fornece a seguinte definição dessa máquina:

Quando Demétrio Poliorcetes sitiou Salamina, em Chipre, ele fez construir uma máquina que ele chamou de “o tomador das cidades”. Sua forma era a de uma torre quadrada, cada lado tendo 90 côvados de altura e 45 de largura.¹⁸² Apoiava-se em quatro rodas, cada uma com oito côvados de altura. Dividia-se em nove andares, a

¹⁸⁰ Nicocreonte foi um dos mais poderosos tiranos de Chipre, tendo sido rei de Salamina e aliado de Ptolomeu. Provavelmente morreu antes de 306 a.C., por seu nome não constar no cerco a Rodes feito por Demétrio, no qual o antigônida ganhou o epíteto de Poliorcetes (SMITH, 2005, p. 184).

¹⁸¹ Aristodemo era originário de Mileto, Ésquilo de Rodes, enquanto Hegésias era proveniente da Magnésia.

¹⁸² Côvado se refere a uma medida de comprimento usada por diversas sociedades antigas, como a egípcia e a babilônica. Baseava-se no comprimento do antebraço.

parte inferior continha máquinas para atirar grandes pedras, as catapultas do meio jogavam lanças e as máquinas altas atiravam pedras menores, juntamente com catapultas menores. Ele estava equipado com 200 soldados, além daqueles que o moviam, empurrando os feixes paralelos no fundo [...].

Mesmo que o cerco no qual Helépolis foi empregado não tenha rendido uma vitória, a magnitude das forças antigônidas foi tão impactante que, como já dito, resultou desta batalha a alcunha de Poliorcetes dada a Demétrio. Muitos outros nomes de homens, provenientes das mais diversas localidades, poderiam ser registrados aqui como parte dos *hetairoi* de Antígono, ou como seus subordinados em algum momento, mas nosso objetivo neste estudo não é executar uma listagem,¹⁸³ mas deixar nítido que, já nas primeiras décadas da *basileia* helenística, as relações de *philia* foram de extrema importância para os objetivos políticos e administrativos de Antígono.

Do hino itifálico composto em louvor a Demétrio, discutido na seção anterior, é possível destacar a seguinte passagem: “[...] Sua aparência é solene, seus amigos ao seu redor e ele ao centro, como se estes fossem estrelas e ele o Sol [...]” (*FGrHist*, 76 F 13). Nesse trecho, Demétrio é descrito entre seus amigos como o Sol cercado pelas estrelas. Essa metáfora não foi escolhida aleatoriamente pelo poeta, pois se trata de uma imagem de poder baseada na confiança e na amizade, uma característica significativa da simbologia real e importante para a prática administrativa dos reinos helenísticos, como apontam diversos especialistas que analisam o papel dos amigos reais (φίλοι) nos fundamentos político-filosóficos da monarquia helenística (SAVALLI-LESTRADE, 1998; TRONCOSO, 2005).

Quando o poeta, em outro trecho do hino, pergunta a Demétrio se ele pode atribuir a tarefa de destruir os inimigos a um novo Édipo, certamente o autor está se referindo a um *amigo* do rei. Chaniotis (2011, p. 183) afirma que o bom relacionamento de Demétrio com seus amigos também assumiu um caráter ritualístico. Demétrio teria sido o único entre os

¹⁸³ Billows (1990, p. 361-452) elaborou um apanhado de todos os nomes de amigos e subordinados a Antígono que aparecem nas documentações literárias e epigráficas.

sucessores que tolerou e encorajou de fato a concessão de honras religiosas aos seus companheiros, dentre os quais podemos citar Bourichos, Adeimantos e Oxitemis (*FGrHist*, 75 F 1).

Sobre Adeimantos, lembramos que foi ele o responsável por organizar toda a formação da Liga Helênica, sobre a qual temos alguns fragmentos de Epidauro (*SEG*, 45, 479), datados de 302 a.C. A Liga visava a reunir as cidades gregas em torno de Antígono e Demétrio para fazer frente aos diádocos rivais. Além disso, ao analisarmos alguns fragmentos encontrados na ágora ateniense, constatamos a existência de mais de um decreto no qual se rendiam honrarias a homens próximos a Demétrio. No fragmento 107 (*SEG*, XXX, 72), por exemplo, Alcaios e Sólon, identificados apenas como amigos de Demétrio Poliocertes, recebem honras oficiais por terem auxiliado os atenienses em negociações diretas com o rei. Como Buraselis (2003) demonstrou, as honrarias atribuídas a figuras menos proeminentes, como os amigos de Demétrio, eram hierarquicamente inferiores às aquelas concedidas aos reis.¹⁸⁴

Uma das formas de relação entre o monarca e seu séquito eram as comemorações festivas, dentre as quais podem ser citados os banquetes. O registro que temos sobre um banquete oferecido por Antígono está relacionado à comemoração das Afrodísias:

Linceu, no entanto, em sua descrição do banquete oferecido pela flautista Lâmia em homenagem a Demétrio Poliorcetes apresenta os convidados comendo todo tipo de peixe e carne no momento em que entraram na sala de jantar. Da mesma forma, descreveu os arranjos do banquete do *basileus* Antígono, quando este celebrou o festival de Afrodite [...] (Athenaeus, III, 101, F).

O excerto acima, retirado da obra de Ateneu de Náucratis, que viveu no século II, menciona que o banquete ofertado a Demétrio, assim como o realizado por Antígono, possuía todos os tipos de carnes e peixes, fato que retrata a suntuosidade que tinham essas comemorações. Um soberano definitivamente poderia impressionar seus convidados através da comida e bebida que era apresentada em uma festa. Os banquetes e os simpósios eram

¹⁸⁴ Cumpre observar que a relação dos monarcas com os seus amigos nem sempre ocorreu de modo harmonioso, como podemos constatar desde o período de Filipe e Alexandre.

elementos centrais na vida da corte helenística e se constituíam uma chave para os encontros entre rei e súditos desde a época dos Argéada (BORZA, 1982, p. 45-46). Sobre os banquetes dados por Demétrio, Diodoro (XX, 92, 4) afirma que, em tempo de paz, o antigônida gostava muito de banquetear, dançar e divertir-se. Enquanto Plutarco (*Vit. Demetr.*, XXVII, 3) afirma que, durante essas festividades, os membros da elite esperavam a atenção do rei, para negociações e obtenção de favores, recorrendo a lisonjas para atingi-los.

A recepção de embaixadas e de súditos era outro tipo de cerimônia a partir da qual o monarca podia manter relações com o mundo exterior, pois, por meio delas, ele era capaz de negociar com outras casas reais, súditos e membros de elites locais, assim como de resolver os mais diversos assuntos públicos (STROOTMAN, 2014, p. 195-196). Durante esta tese, tratamos de algumas passagens de documentos que mostram essa prática no decorrer do governo de Antígono. Esse tipo de recepção de membros externos se manteve com Demétrio, como podemos ver em Plutarco (*Vit. Demetr.*, XLII, 1), que trata de um episódio no qual, por um tempo, o comportamento do rei foi criticado pelos súditos, que desaprovavam seu modo de vida luxuoso, sua aspereza e a dificuldade de acesso à sua pessoa para tratar de assuntos importantes:

[...] Ele não dava audiência a qualquer um que fosse, ou ele era severo e áspero com seus assessores. Por exemplo, ele manteve uma embaixada de atenienses esperando por dois anos, isso porque pertencia a cidade à qual ele era mais solícito dentre todas as cidades gregas [...] Em uma ocasião, quando se pensava que ele estava andando no exterior de um modo mais afável do que o habitual e parecia encarar seus assuntos sem desagrado, havia um grande número de pessoas que lhe apresentaram petições escritas. Ele os recebeu todos e dobrou-os em seu manto; as pessoas ficaram encantadas e o acompanharam durante o caminho. Mas quando chegou à ponte sobre o Áxio, sacudiu as dobras de seu manto e lançou todas as petições no rio. Essa foi uma grande vexação para os macedônios, que se julgaram insultados, não governados, e eles se lembraram ou escutaram aqueles que lembraram como Filipe costumava ser [...] acessível. Uma anciã uma vez surpreendeu Demétrio enquanto passava e exigiu muitas vezes que lhe desse uma audiência. “Não tenho tempo”, disse Demétrio. “Então não seja rei”, gritou a velha. Demétrio [...] depois de pensar sobre o assunto, voltou para sua casa e, adiando os demais assuntos por vários dias, dedicou-se inteiramente àqueles que desejavam ter uma audiência com ele, começando com a anciã que o repreendeu (Plut., *Vit. Demetr.*, XLII, 2-4)

A passagem acima reflete como o acesso ao monarca era algo que fazia parte do universo da *basileia* helenística e como os companheiros, subordinados e demais súditos esperavam um comportamento de reciprocidade de seu soberano. As festividades, a recepção de embaixadas, as audiências e tudo mais que envolvia a figura do monarca faziam parte de um complexo sistema de representação e distribuição do poder. Mesmo com formas não definidas por uma institucionalização, a monarquia helenística, em sua relação intra corte, obedecia a uma série de preceitos.

De forma inequívoca, dentre todas as relações que o rei estava envolvido, a que figurou como a mais importante foi entre ele, os *hetairoi* e, conseqüentemente, o seu exército. A proximidade entre o rei e seus companheiros representa um aspecto importante do período helenístico, destacado por Gruen (1985, p. 255-256): a natureza pessoal da monarquia helenística. Já tratamos desse ponto quando discutimos sobre a caracterização dessa *basileia*. Como afirma Sant’Anna (2014, p. 15-16), mesmo que vários tipos de homens pudessem integrar o círculo de amigos do rei,

Em uma perspectiva mais ampla, reis helenísticos dependiam largamente [...] de suas forças militares. Em outras palavras, quando começamos a considerar a “obediência de pelo menos certos comandos específicos por um grupo de pessoas” como parte da definição weberiana de dominação, é inevitável identificar parte deste grupo (abstratamente falando) nos primórdios da monarquia helenística, como os exércitos à disposição dos reis.

Como uma realeza de caráter carismático, a *basileia* antigônida foi marcada e definida por aspectos ligados à vitória na guerra, que determinaram sua representação. Quando tratamos das evidências textuais, epigráficas e numismáticas, por diversas vezes encontramos dados que apontavam Antígono e Demétrio como *Sóteres*, *Evérgetas* e *Aniketos*, ou associados com deidades e imagens que fortaleciam suas características de força bélica. Todos esses elementos serviram para destacar e reforçar o principal papel exercido pelo monarca do

período helenístico: o de líder vitorioso. É a partir dessa característica e do auxílio de seus exércitos que Antígono e Demétrio são entronizados como os primeiros *basileis* helenísticos.

Sobre a entronização do *basileus*, cumpre destacar, quando tratamos da corte dos primeiros reis helenísticos, o papel dos *hetairoi* e dos membros do seu exército, que eram os elementos centrais na proclamação do monarca. Foi por meio de uma vitória de Demétrio, que liderava as forças antigônidas, que Antígono foi aclamado o primeiro rei helenístico. Como *Theos Aniketos*, o general vitorioso se convertia em *basileus*, como podemos observar nos relatos de Plutarco (*Vit. Demetr.*, XVIII, 2) e Diodoro (XX, 53), respectivamente:

Em seguida,¹⁸⁵ a multidão pela primeira vez saudou Antígono e Demétrio como *basileis*. Antígono foi imediatamente coroado por seus amigos, e Demétrio recebeu um diadema de seu pai, com uma carta na qual ele foi tratado como *basileus* [...].

[...] Ptolomeu desistiu da luta em Chipre e voltou ao Egito. Demétrio, depois de ter tomado todas as cidades da ilha e suas guarnições, matriculou os homens em companhias – quando eles foram organizados chegaram a dezesseis mil a pé e cerca de seiscentos a cavalo. Ele imediatamente enviou mensageiros a seu pai para informá-lo sobre os sucessos, embarcando-os em seu maior navio. Quando Antígono ouviu falar da vitória conquistada, exaltado pela magnitude de sua boa fortuna, assumiu o diadema e, desde então, usou o estilo de rei, permitindo também a Demétrio assumir esse mesmo título e posição [...].

Segundo Sales (2005, p. 56), a cerimônia de coroação, ou melhor, de aclamação, como podemos atestar nos trechos acima, de Plutarco e Diodoro, deveria se processar segundo os rituais próprios da realeza e da aristocracia guerreira macedônia. Os companheiros (*hetairoi*) ou soldados (*makedunes*) em campanha aclamavam o novo soberano e ratificavam o uso do diadema em torno da cabeça, como é possível observar na Figura 14, na qual vemos Demétrio, numa representação numismática, portando o diadema. Segundo O’Neil e Gruen (2000, p. 125-126; 1985, p. 256), a maioria dos casos de escolha de um monarca helenístico não possui evidências de aclamação popular e, mesmo que a aprovação dos súditos tenha reforçado a posição de Antígono como *basileus*, como podemos ver na análise da relação dele com as cidades gregas, e seu exército, ela não foi a responsável pela sua transformação em rei,

¹⁸⁵ Após a vitória das forças antigônidas, lideradas por Demétrio, sobre o exército de Ptolomeu em 306 a.C. em Chipre.

mas sim suas vitórias. Ainda destacamos que, no caso de Demétrio, mesmo ele sendo o responsável pelas operações militares das forças antigônidas, de acordo com os relatos, assumiu o título de *basileus* exclusivamente pela vontade de seu pai.

Ainda reportando aos relatos de Plutarco e Diodoro sobre a adoção do título de *basileis* pelos Antigônidas, sublinhamos a ideia de espontaneidade que o ritual de aclamação desses dois assume nos referidos excertos. Strootman (2014, p. 229-230) questiona o fato de que o ritual tenha sido algo espontâneo, pois com certeza foi previamente organizado. Para o autor, Antígono decerto recebeu a notícia da vitória por um mensageiro, bem antes da chegada de Aristodemo,¹⁸⁶ que oficialmente teria informado Antígono a respeito da conquista de Demétrio sobre as forças de Ptolomeu (Plut., *Vit. Demetr.*, XVII, 2; Diod. Sic., XX, 53, 1). Na realidade, a proclamação teria sido uma performance teatral, visto que, somente depois que uma multidão ansiosa de homens se reuniu em frente ao palácio, Antígono surgiu.¹⁸⁷ No momento em que ele saiu, Aristodemo o saudou como *basileus*, seguido de uma aclamação geral pelo exército e os *philoí*. Além disso, o relato não menciona a amarração do diadema, o que significa que Antígono provavelmente já estava usando um diadema quando saiu do palácio para encontrar a multidão. Desta forma, a coroação do monarca helenístico também se encaixava dentro de um ritual que, assim como os demais, demandava uma teatralização própria da encenação do poder político. Nessa cerimônia, os elementos sempre presentes ao lado da figura do monarca são os seus amigos, seu exército e uma vitória.

O *basileus* helenístico, seja na época de Antígono ou na de seu neto Antígono Gônatas, nunca deixou de ser um guerreiro. Sua realeza, assim como seu reino, era fruto de uma *doriktetos chora*. Ainda segundo Sales (2005, p. 57-58), o confronto direto com outros opositores igualmente fiéis às tradições de origem da realeza helenística tornava as cerimônias de aclamação do *basileus*, por seu exército, necessárias e suficientes. Como dissemos, nunca

¹⁸⁶ Aqui estamos nos referindo ao mesmo Aristodemo que é citado na inscrição de Escépsis de 311 a.C. (WELLES, RC, 1).

¹⁸⁷ De acordo com as fontes, Antígono estaria em Antigônia, na Síria.

existiu uma lei de sucessão ou aclamação real. A monarquia helenística, em grande parte, foi fruto do carisma de seus reis.

Embora não existisse uma lei de sucessão, fontes antigas sugerem que a investidura de um novo rei e o enterro de seu antecessor foram eventos rituais inter-relacionados, pois a transmissão da *basileia* era feita preferencialmente de pai para filho. O sucessor seria transformado em novo líder da casa dinástica, por isso era obrigado a dedicar honras ao seu antecessor e, se necessário e possível, vingar sua morte (STROOTMAN, 2014, p. 212).

Antes da sucessão, deveria haver um período de luto. Isso permitia que o sepultamento e o ritual de entronização fossem preparados e anunciados. Devemos considerar que poderia levar algum tempo para que as pessoas viajassem até a corte a fim de participar da investidura do novo soberano. Além disso, o exército tinha que ser reorganizado e sua fidelidade garantida (Polyb., XVIII, 55, 3-4). Segundo Walbank (1984, p. 226), a presença do exército na coroação era algo imperativo. O sepultamento real foi um cortejo público suntuoso e importante. O transporte da urna ou do caixão que continha o corpo embalsamado do rei até o seu lugar de repouso final era cuidado pelo exército e pelos membros da corte. Relatos de tais procissões mostram que a última jornada do *basileus* poderia ser espetacularmente encenada e que o corpo dele poderia ser divinizado, sendo, a partir daí, mais sagrado do que foi durante sua vida. Quando nos referimos aos cortejos fúnebres dos primeiros soberanos helenísticos, mais uma vez os Antigônida representam um modelo. Sobre o funeral de Antígono, após sua morte em Ipsos em 301 a.C., não temos evidências significativas, mas em relação a Demétrio, seu sepultamento foi marcado por cerimônias fúnebres pomposas. Por volta de 283 a.C., sua urna foi trazida da Síria para a Grécia pela frota antigônida comandada pelo seu filho e então sucessor Antígono Gônatas.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Demétrio morreu entre 283/282 a.C. em Apameia na Síria. Desde 285 a.C., o antigônida estava na condição de prisioneiro de Seleuco (NEWELL, 1927, p. 12).

[...] havia algo dramático e teatral mesmo nas cerimônias funerárias de Demétrio. Pois o filho Antígono, quando soube que seus restos tinham sido enviados para casa, lançou-se ao mar com toda a frota e os encontrou nas ilhas. Eles foram entregues a ele em uma urna de ouro, e ele os colocou no maior dos navios de sua frota. Das cidades por onde a frota passou em seu caminho, alguns trouxeram guirlandas para enfeitar a urna, outros enviaram homens com roupas de funeral para ajudar a escoltá-lo para casa e enterrá-lo. Quando a frota aportou em Corinto, o vaso cinerário era conspícuo na popa do navio, adornado com púrpura real e diadema de um rei, e os homens jovens estavam de pé e armados como guarda-costas. Além disso, o mais famoso tocador de flauta vivo [...] sentou-se perto e, com a melodia mais solene sobre a flauta, acompanhou os remadores. A esta melodia, os remos mantiveram o tempo perfeito, e seus espirros, como batimentos funerários do peito, responderam às cadências dos tons de flauta. Mas a maior pena e lamentação entre aqueles que haviam entrado na multidão do mar foi despertada pela visão do próprio Antígono, que se curvava em lágrimas. Depois, as guirlandas e outras honras concedidas [...] em Corinto, foram trazidas por Antígono até Demétria para o funeral [...] (Plut., *Vit. Demetr.*, LIII, 1-3).

O excerto mostra como, por meio dos rituais fúnebres em torno de Demétrio, o novo rei aproveitou para percorrer as cidades costeiras da Grécia e conquistar a aclamação para sua sucessão em uma magnífica demonstração de esplendor real e poder militar. Além disso, o desembarque em Corinto carrega um forte peso simbólico. Quando trabalhamos com fragmentos encontrados em Epidauro, constatamos que, por volta de 302 a.C., Demétrio, sob o comando de Antígono I, organizou e criou uma Liga Helênica, que simbolicamente buscava remontar a Liga de Corinto. Segundo Strootman (2014, p. 213), Corinto, ainda em 283 a.C., era considerada politicamente o coração que unia o mundo das *póleis* em busca da democracia e da autonomia, prerrogativas que foram defendidas por Antígono e Demétrio ainda no final do século IV a.C. A veneração de Corinto perante Demétrio representava, de certa forma, a aceitação do mundo helênico de Antígono II como um novo líder e protetor. O filho de Demétrio compartilhou, desta forma, o carisma de seus antepassados.

A representação em torno da realeza helenística enfatizava a universalidade da monarquia, a natureza heroica dessa realeza e o papel do rei como um *salvador* divino e portador da paz e da prosperidade. No final do século IV a.C., a *basileia* helenística estava delineada. Antígono e Demétrio, por meio de suas ações, contribuíram de modo decisivo para

a realização dessa empreitada, e a dinastia dos Antígônida se firmou como uma das principais realezas helenísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando olhamos para o processo de fabricação da *basileia* helenística nas últimas décadas do século IV a.C., conseguimos perceber a importância que as ações dos diádocos tiveram para a tessitura dessa monarquia. Ao nos debruçarmos especificamente sobre a atuação dos Antígônidas, foi possível analisar os caminhos e os diversos mecanismos que levaram ao constructo de sua realeza dentro do contexto do século IV a. C., um período no qual vimos um mundo mediterrâneo marcado por uma profunda transformação, sobretudo política.

Desta forma, longe de considerarmos o período entre 323 e 301 a.C., que compreende o intervalo entre a morte de Alexandre e o efetivo estabelecimento das realezas helenísticas, como uma conjuntura de turbulência que, em si, não teria contribuído para o advento da monarquia helenística, constatamos que o novo sistema político que se delineou neste período foi tributário de uma dinâmica que envolveu uma série de espaços étnicos e de sujeitos. Sujeitos esses que ultrapassavam Alexandre e seus feitos. Concordamos que o governo de Alexandre provocou uma ruptura com a prática política anterior, mas também que as ações de seus sucessores, o fato de serem macedônios e a apropriação que realizaram das imagens do argéada foram fundamentais para a consolidação da realeza helenística. A associação póstuma com esse monarca, seja por meio da atuação ao seu lado no campo de batalha ou pela instrumentalização de elementos que compunham a representação de Alexandre, foi uma importante estratégia utilizada pelos sucessores.

Após a morte de Alexandre, identificamos, no Mediterrâneo oriental, uma tendência política híbrida. Inicialmente, os diádocos procuraram manter a unidade da *oikoumene*. Para tanto, teriam que resolver a questão sucessória que, de acordo com a tradição macedônia, caberia a um herdeiro varão da dinastia Argéada. Mas como se constatou, Alexandre, ao

morrer, não deixara um herdeiro em condições de assumir o trono naquele momento. A partir desse impasse, uma segunda tendência se impôs. Em princípio, existia um representante da dinastia Argéada na Macedônia e um no Oriente, mas, na prática, os generais de Alexandre buscaram autonomia política. Mediante o princípio da *doriktetos chora* e da afirmação da figura dos diádocos cada vez mais ligada à imagem do general vitorioso, somadas às complicações no processo sucessório, tivemos a fragmentação da *oikoumene* em múltiplos reinos.

Durante o processo de formação dos reinos helenísticos, os inúmeros conflitos que marcaram o período se deveram, em grande parte, à necessidade de se encontrar uma alternativa para um império territorial imenso, mas com estruturas frágeis, pois, como foi exposto, Alexandre não teve tempo de construir um império consolidado em termos administrativos. Assim, entre 323 e 301 a.C., houve uma reestruturação do sistema político que culminou com a construção/consolidação da *basileia* helenística.

Em conformidade com o objetivo central desta tese, analisamos como, após a morte de Alexandre, a realeza helenística foi fabricada a partir das ações dos diádocos. Mantivemos como foco o período de 321 a 301 a.C., em que Antígono Monoftalmo, ao lado de seu filho, Demétrio Poliorcetes, assumiu o protagonismo na condução dos assuntos políticos, tomando como ponto de partida o legado de Alexandre, mas também toda a tradição macedônia e oriental referente à concepção da monarquia e do monarca. Nessa perspectiva, acreditamos que a *basileia* que se consolidou após a morte de Alexandre foi um elemento novo, que já não mais se equiparava à monarquia macedônia ou à monarquia idealizada pelos helenos ou mesmo àquela exercida por Alexandre em vida.

Antígono, ao assumir o título de *basileus* em 306 a.C., depois de ter sido aclamado pelo seu exército como tal, e tendo Demétrio como corregente, inaugurava uma dinastia que rompia com a Argéada, condicionando assim a forma e a natureza posteriores da *basileia*

helenística. A criação de uma nova dinastia foi um aspecto fundamental na constituição dessa realeza. Para haver uma continuidade dinástica, foi necessário a identificação do herdeiro com seu progenitor em todos os âmbitos. Mesmo que os critérios sucessórios não tenham sido definidos com clareza ao longo do período helenístico, confiança e emulação formavam parte da ideologia da realeza desde os tempos dos primeiros diádocos. Nesse contexto, Antígono e Demétrio formavam o primeiro e mais importante caso de harmonia entre pai e filho, o que nos levou a priorizá-los na produção da tese.

Ao mesmo tempo que Antígono se preocupava em apresentar Demétrio como um sucessor legítimo, ele próprio, por sua vez, se apresentava como um continuador genuíno de Alexandre. Valendo-se do capital simbólico do soberano argéada, Antígono, soberano helenístico, na altura de 306 a.C., já tinha empregado a associação com Alexandre nas representações numismáticas; se filiado a deidades, como pudemos constatar pela documentação epigráfica e textual; unido elementos da tradição macedônia, helênica e oriental; seguido como fundador de cidades; e se proclamado o maior benfeitor das cidades gregas do período, recebendo em troca cultos e festividades em honra à sua pessoa e à de Demétrio.

No decorrer da análise sobre a fabricação da realeza antigônida, lançamos mão de alguns conceitos, ferramentas que nos permitiram compreender o processo de formação dessa monarquia. Um destes conceitos e, de certo modo, norteador de nossa pesquisa, foi o de *basileia*. Depurá-lo, avaliando-o segundo o que os antigos compreendiam como realeza, e acompanhar suas variações, seja no período homérico ou nos anos de tirania da *pólis* arcaica e, sobretudo, durante a vigência da realeza dos macedônios e dos persas, nos ajudaram a alcançar a natureza da monarquia helenística: uma *basileia* híbrida que transitou, durante seu processo de formação, entre os espaços étnicos da Macedônia, da Hélade e do Oriente aquemênida.

Ao examinarmos as diferentes expressões do sistema monárquico no mundo grego e oriental, percebemos como as representações acerca da realeza e do soberano, nos diferentes espaços citados, contribuíram para a concepção da própria *basileia* antigônida, razão pela qual o conceito de representação foi de suma importância para a tese. Como constatamos durante a pesquisa, uma das principais características da realeza macedônia foi o seu caráter militar. O rei era, sobretudo, rei de uma *terra conquistada*, ou seja, um soberano teoricamente exógeno à sociedade que governava. Esse princípio foi absorvido na constituição da imagem monárquica de Antígono e Demétrio. Pai e filho encarnaram, sobretudo, a imagem do soberano vitorioso, característica fundamental dos reis helenísticos que propiciou, simultaneamente, o desencadeamento de outros fatores ligados à imagem régia, como os vínculos do *basileus* com o sagrado.

Por meio da sua representação como *Theos Aniketos*, foi possível a Antígono, assim como a Demétrio, se unir ao campo do sagrado na medida em que, em virtude de suas vitórias, receberam inúmeras homenagens que possuíam não apenas um sentido político, mas também religioso, como procissões, dedicação de estátuas e hinos. Como havia feito Alexandre, os Antigônida se associaram a divindades, inclusive apresentando-se, em certos momentos, como filhos destas. Como vimos, a conexão com o divino também desempenhou um papel importante na realeza macedônia desde a sua formação, por meio da dinastia dos Argéada/Teménida, que reivindicava origens míticas. Ao sublinharmos a representação acerca do *basileus* helenístico, observamos que, no processo de constituição de sua monarquia, os Antigônida fabricaram de forma gradual sua imagem régia ao longo das duas últimas décadas do século IV a.C.

Investigando as evidências, sobretudo aquelas provenientes da cultura material, como os dados epigráficos e as moedas, foi possível identificar os dados oriundos do âmbito político que criavam e definiam a imagem ideal do soberano. Antígono, ao se associar a Alexandre

nas imagens contidas nas moedas que emitia, encontrava uma solução eficaz para legitimar seu poder. Pouco depois, ao vermos Demétrio ser o primeiro dentre os *basileis* a se autorrepresentar na iconografia numismática, ainda no século IV a.C., constatamos que, após quase vinte anos da morte de Alexandre, o esforço de consolidação da primeira dinastia helenística havia dado frutos. Da mesma forma, o material epigráfico, constituído por fragmentos de decretos e epístolas, nas quais foi possível encontrar termos como *sóter* e *evérgeta*, entre outros, exprime de modo incontestado a preocupação dos Antígônidas em se apresentarem como bons governantes, segundo uma imagem do monarca ideal que havia sido estruturada nas primeiras décadas do século IV a.C.

Mesmo sendo difícil falar de fundamentos filosóficos que definam a monarquia helenística em seus primórdios, e que a base desta realeza em grande medida se apoiou no poder carismático do rei, os epítetos atribuídos aos soberanos nos levam a crer que, mesmo que essa monarquia tenha sido criada num contexto de agudo embate político, quando a força militar parecia ser a protagonista, os diádocos tiveram de lançar mão, no decorrer do processo de constituição da *basileia*, de estratégias simbólicas calcadas em princípios filosóficos e religiosos. Nesse contexto, foi com a intenção de enfatizar os aspectos sagrados da monarquia helenística em formação que dedicamos a última parte da tese à análise dos ritos e das cerimônias adotados na corte dos Antígônidas.

Essa, no entanto, não foi uma tarefa fácil, sobretudo quando nos reportamos à *persona* de Antígono, pois em virtude de sua morte, em 301 a.C., possuímos evidências escassas sobre os ritos que adotou, ao contrário do que ocorre com Demétrio e os demais diádocos, como Ptolomeu e Seleuco. Além disso, mesmo que este seja um aspecto importante da *basileia*, é difícil investigar a institucionalização de algumas cerimônias nos primeiros anos da realeza helenística, como é o caso das que envolviam as relações intra corte, como a entronização. Devemos lembrar que o recorte temporal contemplado em nossa pesquisa se refere a um

momento de (re) definições, quando o protocolo e a etiqueta próprios da *basileia* ainda não se encontravam consolidados.

No entanto, considerando o que foi possível inferir da documentação que trata do cerimonial de corte no período de formação da realeza Antigônida, é possível propor algumas reflexões importantes, com destaque para a divinização do *basileus*. Ao analisarmos a documentação sobre Antígono e Demétrio, percebemos que, mesmo que tenha ocorrido uma evidente mitificação dos eventos ligados a esses reis, representados como heróis ou mesmo filhos de divindades, como vimos no hino itifálico dedicado a Demétrio, tal mitificação transitava entre o campo do religioso e o do político, aspecto que perdurou durante todo o período helenístico, e que, em suma, nos mostra as ligações do sistema monárquico que emergiu nas duas últimas décadas do século IV a.C. com o sagrado.

Em se tratando dos vínculos com o sagrado, o importante não é definir se o monarca era em si mesmo concebido como uma divindade, mas os motivos que levaram à criação de homenagens que diferiam em sua natureza daquelas anteriormente dedicadas a humanos. A dedicação de honrarias divinas a Antígono e Demétrio, assim como a representação de si que eles forjaram, seja como fundadores de cidades ou sucessores de Alexandre, manipulando símbolos da realeza aquemênida ou se representando como filhos de deuses, nos revelam que durante a formação da *basileia* helenística já havia uma preocupação com o aparato simbólico em torno do monarca, não apenas em eventos públicos, mas também nas representações escultórica e numismática.

Por todos os motivos elencados até aqui, chegamos ao final da tese reiterando a importância da atuação de Antígono e Demétrio no contexto de formação da *basileia* helenística. Mesmo nos temas sobre os quais a documentação nos reporta poucas informações, o estudo do governo desses dois Antigônida para a compreensão do sistema monárquico helenístico revela-se imprescindível. Sabemos que ainda há diversas lacunas a

serem tratadas no que tange aos primeiros reinos helenísticos, sobretudo porque este é um campo de pesquisa que tem obtido mais fôlego apenas nas duas últimas décadas. No entanto, consideramos que a tentativa de lançar luz sobre a dinastia antigônida, removendo o véu que teima em encobri-la, sobretudo a figura de Antígono Monofthalmo, foi uma iniciativa capaz de contribuir para a compreensão do sistema monárquico no período helenístico, sistema este do qual Antígono e Demétrio foram destacados artífices.

REFERÊNCIAS

Documentação textual impressa

- ADLER, A. (Ed.). *Suidae lexicon*. Leipzig: Teubner, 1928.
- AELIAN. *Historical Miscellany*. Translated by N. G. Wilson. London: Harvard University Press, 1997.
- ANTIPHON. *Antiphon the Sophist: the fragments*. Translated by G. J. Pendrick. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- APPIAN. The Syrian Wars. In: APPIAN. *Roman History*. Translated by H. White. Cambridge: Harvard University Press, 1912. v. II.
- ARISTEAS. *Letter to Philocrates*. Translated by M. Hadas. New York: Ktav, 1974.
- ARISTOTLE. Letters: fragments 645 – 670 R. In: BARNES, J. *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1984. v. 2.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de R. L. Ferreira. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.
- ARRIAN. *Anabasis of Alexander*. Translated by P. A. Brunt. Cambridge: Harvard University Press, 1976. v. I e II.
- ARRIANO. *Anabásis de Alejandro Magno (I-III)*. Tradução de A. Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- ATHENAEUS. *The Learned Banqueters*. Translated by S. D. Olson. Cambridge: Harvard University Press, 1929.
- AUSTIN, M. (Ed.). *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: a selection of ancient sources in translation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CLAUDIUS AELIANUS. *Varia Historia: libri XIV*. Tradução de I. Givanel. Basileae: Oporinus, 2009.
- DELATTE, L. *Les traits de la royauté d'Ecphante, Diotogéne et Sthénidas*. Paris: Droz, 1942.

DEMOSTHENES. Philippics. In: DEMOSTHENES. *Demosthenes Orationes: I-XVII, XX, Olynthiacs, Philippics, minor public orations*. Translated by J. H. Vince. London: Loeb Cassical Library, 1998.

DIO CASSIUS. *Roman history*. Translated by E. Cary. Cambridge: Harvard University Press, 1914. v. III.

DIODORUS SICULUS. *Library of History*. Translated by C. B. Welles; R. M. Geer; F. R. Walton. Cambridge: Harvard University Press, 1963. v. VIII – XI.

ÉSQUILO. *Persas*. Tradução de M. O. Pulquério. Lisboa: Edições 70, 1998.

ÉSQUILO. Prometeu Acorrentado. In: CURY, M. G. (Ed.). *Tragédia grega: Prometeu Acorrentado, Ajax, Alceste*. Tradução de M. G. Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. v. VI.

HERÁCLITO DE ÉFESO. *Heráclito: fragmentos contextualizados*. Tradução de A. Costa. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HERÓDOTO. *História*. Tradução de M. Gama Kury. Brasília: UNB, 1985.

HOMERO. *Iliada*. Tradução de H. Campos. São Paulo: Benvirá, 2010. 2 v.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de T. Vieira. São Paulo: Editora 34, 2014.

ISOCRATES. To Philip. In: ISOCRATES. *Volume I*. Translated by G. Norlin. London: Harvard University Press, 1961.

ISOCRATES. Panegyricus. In: ISOCRATES. *Volume I*. Translated by G. Norlin. London: Harvard University Press, 1961.

JACOBY, F. (Ed.). *Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden: Brill, 1923/58.

JUSTINUS. *Abrégé des Histoires Philippiques de Trogue Pompée et Prologues de Trogue Pompée*. Traduit par É. Chambry, L. Thiély-Chambry. Paris: Garnier Freres, 1936.

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Translated by W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1933. v. I – V.

PHOTIUS. *The Bibliotheca*. Translated by N. G. Wilson. London: Bristol Classical Press, 1994.

PHOTIUS. *Bibliothèque*. Traduit par R. Henry. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

PLATÃO. *As Leis*. Tradução de E. Bini. São Paulo: Edipro, 2010.

PLATÃO. Político. In: PLATÃO. *Diálogos*. Tradução de J. Paleikat e J. C. Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLATÃO. *República*. Tradução de P. Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2014.

PLATÃO. *Teeteto*. Tradução de A. M. Nogueira, M. Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PLATO. Greater Hippias. In: PLATO. *Cratylus, Parmenides, Greater Hippias, Lesser Hippias*. Translated by H. N. Fowler. London: Loeb Classical Library, 1926.

PLUTARCH. *Lives: Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar*. Translated by B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

PLUTARCH. *Lives: Demetrius and Antony. Pyrrhus and Caius Marius*. Translated by B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

PLUTARCH. *Lives: Alcibiades and Coriolanus. Lysander and Sulla*. Translated by B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1916.

PLUTARCH. *Moralia*. Translated by H. N. Fowler. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

POLYBIUS. *The Histories: books 5-8*. Translated by W. R. Panton. London: Loeb Classical Library, 1922.

POLYBIUS. *The Histories: books 9-15*. Translated by W. R. Panton. London: Loeb Classical Library, 1925.

PROCOPIUS. *On Buildings*. Translated by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

PSEUDO-XENOPHON (The Old Oligarch). *The Constitution of the Athenians Attributed to Xenophon*. Translated by J. L. Marr; P. J. Rhodes. Liverpool: Aris & Phillips Classical Texts, 2008.

QUINTUS CURTIUS. *History of Alexander*. Translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1946. v. I – II.

SENECA. De Ira. In: SENECA. *Moral essays*. Translated by J. W. Basore. London: Harvard University Press, 1928. v. I.

SOPHOCLES. Oedipus Tyrannus. In: SOPHOCLES. *Ajax, Electra, Oedipus Tyrannus*. Translated by H. Lloyd-Jones. London: Loeb Classical Library, 1994.

STOBAEUS. *Anthologium*. Translated by C. Wachsmuth; O. Hense. Michigan: Berolini, 1884.

STRABO. *Geography*: books 13-14. Translated by H. L. Jones. London: Harvard University Press, 1955.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução de R. M. R. Fernandes, M. G. P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

XENOFONTE. *Hiéron*. Tradução de A. Kojéve. Paris: Gallimard, 1954.

XENOFONTE. *Memoráveis*. Tradução de A. E. Pinheiro. Coimbra: Centro de estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.

XENOPHON. *Cyropaedia*. Translated by W. Miller. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

XENOPHON. *Hellenica*. Translated by C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1918. v. I – II.

Documentação epigráfica

DITTENBERGER, W. (Ed.). *Sylloge Inscriptionum Graecarum*. Stuttgart: S. Hirzel, 1960. v. 1.

DITTENBERGER, W. (Ed.). *Orientis Graeci inscriptiones selectae: supplementum sylloges inscriptionum graecarum*. Lipsiae: S. Hirzel, 1903. v. 1.

GAERTRINGEN, F. H. (Ed.). *Inscriptiones Graecae*. Berlin: Gualterum de Gruyter et Socios, 1929.

HATZOPOULOS, M. B. *La Macédoine: géographie historique, langue, cultes et croyances*. Paris: Boccard, 2006.

HEISSERER, A. J. *Alexander the Great and the Greeks: the epigraphical evidence*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1980.

HOLLEAUX, M. *Études d'épigraphie et d'histoire grecque*. Tome IV: Rome, la Macédoine et l'Orient grec. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1952.

HONDIUS, J. J. E. (Ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1924. v. 1.

MORETTI, L. *Iscrizioni storiche ellenistiche: Attica, Peloponneso, Beozia*. Florencia: La Nuova Italia, 1967.

ROBERT, L. (Ed.). *Hellenica: recueil d'épigraphie, de numismatique et d'Antiquités Grecques*. Limoneges: Imprimerie A. Bontemps, 1940.

ROUSSEL, P. et al. (Ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Lipsiae: Lugduni Batavorum, 1925. v. 2.

ROUSSEL, P. et al. (Ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Lipsiae: Lugduni Batavorum, 1923. v. 1.

WELLES, C. B. *Royal Correspondence in the Hellenistic Period*. New Haven: Yale University Press, 1934.

WOODHEAD, A. G. *Inscriptions: the decrees*. New Jersey: American School of Classical Studies at Athens, 1997. (The Athenian agora, v. XVI)

Documentação numismática

CARRADICE, I. *Greek Coins*. Austin: University of Texas Press, 1995.

HEAD, B. V. *Historia Nummorum: A Manual of Greek Numismatics*. London: Spink and Son, 1963.

HEAD, B. V. (Org.). *A Guide to the Principal Coins of the Greeks: from circ. 700 B.C. to A.D. 270*. London: British Museum, 1932.

HOOVER, O.; MEADOWS, A.; WARTENBERG, U. (Org.). *Coin hoards: Greek hoards*. New York: 2010. v. X.

GARDNER, P. (Org.). *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Peloponnesus*. Bologna: Order of the Trustees, 1887.

GARDNER, P. (Org.). *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Thessaly to Aetolia*. London: Order of the Trustees, 1883.

NEWELL, E. T. *The coinages of Demetrius Poliorcetes*. London: Oxford University Press, 1927.

SEAR, D. R. (Org.) *Greek Coins and Their Values: Asia and North Africa*. London: Seaby, 1979. v. II.

SEAR, D. R. (Org.). *Greek Coins and Their Values: Europe*. London: Seaby, 1978. v. I.

THOMPSON, M.; KRAAY, C. M.; MORKHOLM, O. O. (Ed.). *An Inventory of Greek Coin Hoards*. New York: American Numismatic Society, 1973.

Obras de referência

ANEZIRI, S. Ruler Cult, Greek and Hellenistic. In: BAGNALL, R. et al. (Ed.) *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 5973-5975.

BEEKES, R. *Etymological Dictionary of Greek*. Leiden: Brill, 2010. v. 1.

COHEN, G. M. Foundations (Hellenistic). In: BAGNALL, R. et al. (Ed.) *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 2750-2753.

KOSMETATOU, E. Antigonids. In: BAGNALL, R. et al. (Ed.) *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 456-459.

- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1940.
- MAIRS, R. Hellenization. In: BAGNALL, R. et al. (Ed.) *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Oxford University, 2011. p. 3122-3125.
- PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1998. p. 225-229.
- SMITH, W. (Ed.). *A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. Michigan: University of Michigan Library, 2005.
- SMITH, W. et al (Ed.). *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. London: John Murray, 1875.
- STROOTMAN, R. Court, Hellenistic. In: BAGNALL, R. et al. (Ed.) *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 1818-1820.
- TIMOTHY, G. E. Demetrias. In: KAZHDAN, A. (Org.). *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 603-606.
- VALERI, V. Realeza. In: ROMANO, R. (Org.). *Einaudi: religião e rito*. Lisboa: Casa da Moeda, 1994. p. 415-445. v. 30.

Obras instrumentais

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.
- BALANDIER, G. *Antropologia política*. Barcelona: Ediciones Península, 1969.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BLOCH, M. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio*. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BULLOCH, A. W. et al. (Ed.). *Images and Ideologies: self-definition in the Hellenistic world*. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CALDAS, P. S. P.; SANT'ANNA, H. M. de. "Fixar a onda de luz": o problema da transição das épocas históricas no conceito de helenismo em Johann Gustav Droysen. *História da historiografia*, n. 1, p. 88-101, 2008.
- CALLATAÏ, F. de. *Recueil quantitatif des émissions monétaires hellénistiques*. Belgique: Éditions Numismatique Romaine, 1997.
- CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COIMBRA, A.V. *Noções de numismática*. São Paulo: MAE, 1957. (Coleção da Revista de História).
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: presença, 1989.
- ENCARNAÇÃO, J. d'. *Epigrafia. As pedras falam*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- FLORENZANO, M. B. B. Fontes sobre a origem da moeda: apresentação crítica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 11, p. 201-211, 2001.
- FLORENZANO, M. B. B. O "outro lado da moeda" na Grécia Antiga. In: *O outro lado da moeda*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 49-66.
- FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C. Os conceitos de helenização e de romanização e a construção da Antiguidade Clássica. In: ALMEIDA, N. B.; NEMI, A.; PINHEIRO, R. A. B. (Org.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. Campinas: Unicamp, 2014, p. 205-214.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GUARINELLO, N. L. *História antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HOBBSAWM, E. J; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- KANTOROWICZ, E. H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRAAY, C. M. *Greek Coins and History: some current problems*. London: Methuen & Co, 1968.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PICARD, O. Numismatique et iconographie: le cavalier macédonien. *Bulletin de correspondance hellénique*, Paris, suppl. XIV, p. 67-76, 1986.
- SALES, J. C. O estudo da civilização helenística. Conceitos, temas e tendências. In: Desafiando discursos: homenagem a Maria Emília Ricardo Marques. *Universidade Aberta*, Lisboa, s/n, p. 571-578, 2005.
- SANDMANN, A. *Linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SERBENA, C. A. Imaginário, ideologia e representação social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 52, p. 1-12, 2003.
- SILVA, G. V. da. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2003.
- SILVA, J. C. G. da. *A identidade roubada: ensaios de antropologia social*. Lisboa: Gradiva, 1994.
- TAVARES, A. *Impérios e propaganda na antiguidade*. Lisboa: Presença, 1988.
- VEYNE, P. Propagande expression roi, image idole oracle. *L'Homme*, Paris, v. 30, n. 114, p. 7-26, 1990.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: UnB, 1999. v. 1.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

WOODHEAD, A. G. *The Study of Greek Inscriptions*. London: Bristol Classical Press, 1992.

Obras de apoio

ADAMS, W. L. The Hellenistic Kingdoms. In: BUGH, G. R. (Org.). *The Hellenistic World*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 28-51.

ADAMS, W. L. Alexander's Successors to 221 BC. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. (Org.). *A Companion to Ancient Macedonia*. California: Blackwell Publishing, 2010, p. 208-224.

ADCOCK, F. E. *The Greek and Macedonian: Art of War*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1957.

AGER, S. L. *Interstate arbitrations in the Greek world: 337-90 B.C.* Berkeley: University of California Press, 1996.

ALFÖLDI, A. Diadem und kranz. *Antiquitas*, n. 3, p. 105-131, 1985.

ALONSO, V. T. La paideia del príncipe en el tiempo de los diádocos. *AHB*, v. 14, n. 1, p. 22-34, 2000.

ANDERSON, A. R. Heracles and his successors: a study of a heroic ideal and the recurrence of a heroic type. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 39, p. 7-58, 1928.

ANDRÉ, A. O culto heroico: associação entre espaço de culto e o espaço político. *Rito e Celebração na Antiguidade*, Anais da II Jornada de estudos Clássicos PPGL/UFES, p. 101-108, 2012.

ANDRÉ, A. *A crise do sistema políade: a redefinição da identidade ateniense nos discursos de Isócrates e Demóstenes (séc. V e IV a.C.)*. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em História)

– Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ANDRONIKOS, M. *The finds from the royal tombs at Vergina*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

ANSON, E. M. Philip II and the Creation of the Macedonian Pezhetairoi. In: WHEATLY, P; HANNOR, R. (Ed.). *Alexander in the Antipodes*. Claremont: Regina Books, 2009, p. 88-98.

ANSON, E. M. Macedonian judicial assemblies. *Classical Philology*, v. 103, n. 2, 135-149, 2008.

ANSON, E. M. Antigonus, the satrap of Greater Phrygia. *Historia*, 37, p. 471-477, 1988.

ANTELA-BERNÁRDEZ. I. B. Sucesión y Victoria: una aproximación a la Guerra helenística. *Gerión*, 27, n. 1, p. 161-177, 2009.

ARCHIBALD, Z. H. Space, hierarchy, and community in archaic and classical Macedonia, Thessaly, and Thrace. In: BROCK, R.; HODKINSON, S. (Org.). *Alternatives to Athens: varieties of political organization and community in Ancient Greece*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 212-233.

ARVANITOPOULLOS, A. S. Anaskaphai en Thessalia. *Praktika*, n. 44, p. 147-182, 1907.

ASHERI, D. *O Estado Persa: ideologias e instituições no império aquemênida*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Edições 70, 1986.

AUSTIN, M. Hellenistic Kings, war and the economy. *The Classical Quarterly*, n. 36, p. 450-466, 1986.

AYMARD, A. *O Oriente e a Grécia Antiga*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977.

BADIAN, E. The Battle of the Granikos: a new look. *Arch. Mak*, n. 2, p. 271-293, 1977.

BARCELLOS, R. D. Heróis, oráculos e reis: a construção de genealogias ilustres e imaginárias nas literaturas da Antiguidade ao Renascimento. *Nuntius Antiquus*, v. 8, n. 2, p. 101-115, 2011.

BAYNHAM, E. Antipater and Athens. In: PALAGIA, O.; TRACY, S. V. (Org.). *The Macedonians in Athens: 322-229 B.C.* Oakville: Oxbow Books, 2003, p. 23-29.

BECK, H.; FUNKE, P. (Ed.). *Federalism in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BELLINGER, A. R. *Essays on the Coinage of Alexander the Great*. New York: The American Numismatic Society, 1963.

BENTIVOGLIO, J. História e Hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. *OPIS*, v. 7, n. 9, p. 67-79, 2007.

BIAZOTTO, T. A.; FUNARI, P. P. A. A sabedoria bárbara e os limites da helenização: o mundo helenístico de Arnaldo Momigliano. *História da historiografia*, n. 17, p. 244-261, 2015.

BIEBER, M. Eros and Dionysos on Kerch Vases. *Hesperia Supplements*, v. 8, p. 31-38, 1949.

BIKERMAN, E. J. *Institutions des Séleucides*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1938.

BILLOWS, R. A. *Kings and Colonists: aspects of Macedonian imperialism*. New York: Brill, 1994.

BILLOWS, R. A. *Antigonos the One-Eyed and the Creation of the Hellenistic State*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

BOARDMAN, J. *The Cambridge Ancient History: Persia, Greece and the Western Mediterranean c. 525 to 479 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988. v. 4.

BOARDMAN, J. *The Archeology of Nostalgia: How the Greeks Re-created Their Mythical Past*. New York: Thames & Hudson, 2003.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOIY, T. The Reigns of the Seleucid Kings According to the Babylon King List. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 70, n. 1, p. 1-12, 2011.

- BOIY, T. Royal and satrapal armies in Babylonia during the second diadoch war: the *chronicle of the successors* on the events during the seventh year of Philip Arrhidaeus (= 317/316 B. C). *The Journal of Hellenic Studies*, n. 130, p. 1-13, 2010.
- BONANNO, D. *Ierone il Dinomenide: storia e rappresentazione*. Roma: Fabrizio Serra Editore, 2010.
- BORZA, E. Alexander the Great: history and cultural politics. *The Journal of the Historical Society*, v. 7, n. 4, p. 411-442, 2007.
- BORZA, E. *In the shadow of Olympus: the emergence of Macedon*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- BORZA, E. The symposium at Alexander's court. *Ancient Macedonia*, n. 3, p. 44-55, 1983.
- BORZA, E. N. Athenians, Macedonians, and the origins of the Macedonian royal house. *Hesperia Supplements*, v. 19, p. 7-13, 1982.
- BOSWORTH, A. B. *Alejandro Magno*. Malaga: Akal, 2005.
- BOSWORTH, A. B. *The Legacy of Alexander: Politics, Warfare, and Propaganda Under the Successors*. London: Oxford University Press, 2002.
- BOSWORTH, A. B. *A Historical Commentary on Arrian's History of Alexander*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- BOWRA, C. M. *The Greek Experience*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1961.
- BRAIDWOOD, J. *Homens pré-históricos*. Brasília: UnB, 1988.
- BRAUND, D. After Alexander: the emergence of Hellenistic world. In: ERSKINE, A. (Ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. London: Blackwell Publishing, 2003, p. 18-34.
- BRIANT, P. *Antigone le Borgne: les débuts de sa carrière et les problèmes d l'assemblée macédonienne*. Paris: Les Belles Lettres, 1973.
- BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 1980.
- BRINGMANN, K. The king as benefactor: some remarks on ideal kingship in the age of Hellenism. In: BULLOCH, A. W. et al. (Ed.). *Images and Ideologies: self-definition in the Hellenistic world*. Londres/Los Angeles: University of California Press, 1993, p. 7-24.

BROGAN, T. M. Liberation honors: Athenian monuments from Antigonid victories in their immediate and broader contexts. In: PALAGIA, O.; TRACY, S. V. (Org.). *The Macedonians in Athens: 322-229 B.C.* Oakville: Oxbow Books, 2003, p. 194-205.

BRONEER, O. Hero cults in the Corinthian agora. *Hesperia*, v. 11, n. 2, p. 128-186, 1942.

BROWN, B. R. *Royal Portraits in Sculpture and Coins: Pyrrhos and the successors of Alexander the Great.* New York: Peter Lang, 1995. v. 5.

BRUN, P. *Le monde grec à l'époque classique.* Paris: Armand Colin, 2010.

BRYANT, J. M. *Moral Codes and Social Structure in Ancient Greece: A Sociology of Greek Ethics from Homer to the Epicureans and Stoics.* New York: State University of New York Press, 1996.

BUCKLER, J. The actions of Philip II in 347 and 346 B. C.: a reply to N. G. L. Hammond. *The Classical Quarterly*, v. 46, n. 2, p. 380-386, 1996.

BUCKLEY, T. *Aspects of Greek history: 750-323 B.C.* London: Routledge, 1996.

BURASELIS, K. Appended festivals. In: BRANDT, J. R.; IDDENG, J. W. (Ed.). *Greek and roman festivals: content, meaning and practice.* Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 247-266.

BURASELIS, K. Political Gods and Heroes or the Hierarchisation of Political Divinity in the Hellenistic World. In: BARZANÒ, A. et al. (Ed.). *Modelli eroici dall'antichità alla cultura europea.* Roma: Bretschneider, 2003, p. 185-197.

BURCKHARDT, J. *Historia de la cultura griega.* Barcelona: Obras Maestras, 1948. v. 2.

BURCKHARDT, J. *Historia de la cultura griega.* Barcelona: Obras Maestras, 1947. v. 4.

BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CAMP, J. M. *The Athenian agora.* London: Thames and Hudson, 1986.

CÂNDIDO, M. R. Banquete grego: entre o ritual da *philia* e o prazer do luxo. In: SOARES, C.; DIAS, P. B. (Org.). *Contributos para a história da alimentação na Antiguidade.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 25-33.

CÂNDIDO, M. R. Banquete grego: entre o ritual da *philia* e o prazer do luxo. In: SOARES, C.; DIAS, P. B. (Org.). *Contributos para a história da alimentação na Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004, p. 25-33.

CANEVA, S. G. Queens and ruler cults in early Hellenism: festivals, administration, and ideology. *Kernos*, n. 25, p. 75-101, 2012.

CARLIER, P. *Ánax* and *Basileus* in the Homeric poems. In: DEGER-JALKOTZY, S.; LEMOS, I. S. (Ed.). *Ancient Greece: from the Mycenaean palaces to the age of Homer*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, p. 101-110.

CARLIER, P. Homeric and Macedonian Kingship. In: BROCK, R.; HODKINSON, S. (Org.). *Alternatives to Athens: varieties of political organization and community in Ancient Greece*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 259-268.

CARPENTER, R. The sculpture of the Hellenistic Age by Margarete Bieber. *The Art Bulletin*, v. 39, n. 1, p. 67-73, 1957.

CARVALHO, A. P. de. Aspectos da moral homérica e hesiódica. *Revista de História*, v. 12, n. 25, p. 49-57, 1956.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARY, M. *A History of the Greek World: from 323 to 146 B.C.* London: Methuen & Co., 1951.

CERFAUX, L; TONDRIAU, J. *Le culte des souverains: dans civilisation gréco-romaine*. Tournai (Belgique): Desclée & Co., 1956.

CHAMOUX, F. *A civilização grega: na época arcaica e clássica*. Lisboa: Edições 70, 1983.

CHANIOTIS, A. Processions in Hellenistic cities: contemporary discourses and ritual dynamics. In: AESTON, R.; NIJF, O. M.; WILLIAMSON, C. G. (Ed.). *Cults, Creeds and Identities in the Greek City after the Classical Age*. Paris: Peeters, 2013, p. 21-48.

CHANIOTIS, A. *War in the Hellenistic World: a social and cultural history*. London: Blackwell Publishing, 2005.

CHANIOTIS, A. The divinity of Hellenistic rulers. In: ERSKINE, A. (Ed.). *A companion to the Hellenistic world*. London: Blackwell Publishing, 2003, p. 431-445.

CHANIOTIS, A. Sich selbst feiern? Stadtischen Feste des Hellenismus im Spannungsfeld von Religion und Politik. In: WORRLE, M.; ZANKER, P. (Ed.). *Stadtbild und Bürgerbild im Hellenismus*. Munich: Beck, 1995, p. 147-172.

CHANKOWSKI, A. Le culte des souverains aux époques hellénistique et impériale dans la partie orientale du monde méditerranéen: questions actuelles. In: IOSSIF, P. P.; CHANKOWSKI, A. S.; LORBER, C. C. (Ed.). *More than Men, Less than Gods: Studies on Royal Cult and Imperial Worship*. Paris: Peeters, 2011, p. 1-14.

CHANKOWSKI, A. Processions et cérémonies d'accueil: une image de la cité de la basse époque hellénistique? In: FROHLICH, P.; MULLER, C. (Ed.). *Citoyenneté et participation à la basse époque hellénistique*. Geneva: Librairie Droz, 2005, 185-206.

CHARBONNEAUX, J. Antigone le Borgne et Démétrios Poliorcète sont-ils figures sur le sarcophage d'Alexandre? *Des arts*, v. 2, p. 219-23, 1952.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Global, 1984.

CHOCHÉ, P. La coalition de 315-311 av. J.-C. contre Antigone le Borgne. *CRAI*, n. 2, p.130-39, 1957.

CLOCHÉ, P. Remarques sur les étapes de l'ambition d'Antigone Ier jusqu' en 316 av. J. -C. *Mélanges d'archéologie et d'histoire offerts à Charles Picard*, Paris, v. 1, p. 187-95, 1949.

CLOCHÉ, P. Remarques sur la politique d'Antigone le Borgne à l'égard des cités grecques. *AC*, v. 17, p. 101-18, 1948.

CLOCHÉ, P. *La Dislocation d'un empire: les premiers successeurs d'Alexandre le Grand*. Paris: Payot, 1959.

COHEN, G. M. *The Hellenistic settlements in Europe, the Islands, and Asia Minor*. Berkeley: University of California Press, 1995.

COHEN, G. M. The Diadochoi and the New Monarchies. *Athenaion*, n. 52, p.177-179, 1974.

COHEN, R. *La Grèce et l'hellénisation du monde antique*. Paris: Universitaires de France, 1934.

CONNOR, W. R. Tribes, festivals, and processions: civic ceremonial and political manipulation in Archaic Greece. *The Journal of Hellenic Studies*, n. 107, p. 40-50, 1987.

CONSTANTAKOPOULOU, C. Identity and resistance: the Islanders' League, the Aegean islands and the Hellenistic Kings. *Mediterranean Historical Review*, v. 27, n. 1, p. 51-72, 2012.

CRIELAARD, J. P. The 'wanax to basileus model' reconsidered: authority and ideology after the collapse of the Mycenaean palaces. In: MAZARAKIS, A. A. (Ed.). *The "Dark Ages" revisited: Acts of international symposium in memory of William D. E Coulson*, University of Thessaly, Volos, v. 1, p. 83-111, 2007.

CRUZ, M. Retórica e poder na construção da imagem de Clóvis na *Historia Francorum* de Gregório de Tours. *Revista Mosaico*, v. 6, n. 2, p. 151-159, 2013.

DAHMEN, K. *The Legend of Alexander the Great on Greek and Roman Coins*. New York: Routledge, 2007.

DAVIS, N.; KRAAY, C. M. *The Hellenistic Kingdoms Portrait Coins and History*. London: Thames and Hudson, 1973.

DANDAMAEV, M. A. *A Political History of the Achaemenid Empire*. Leiden: Brill, 1989.

DICKINSON, O. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age: continuity and change between the twelfth and eighth century B.C.* New York: Routledge, 2006.

DINSMOOR, W. B. Demetrius Poliorcetes and the Athenian calendar. *Hesperia*, v. 4, p. 303-310, 1935.

DONLAN, W. The pre-state community in Greece. *Symbolae Osloenses*, n. 64, p. 5-29, 1989.

DONLAN, W. The politics of generosity in Homer. *Helios*, n. 9, p. 1-15, 1982.

DREWS, R. *Basileus: the evidence for kingship in geometric Greece*. London: Yale University Press, 1983.

DREWS, R. The First Tyrants in Greece. *Historia*, n. 21, p. 129-144, 1972.

DREYER, B. The *Hiereus* of the *Soteres*: Plut. Dem. 10. 4, 46. 2. *GRBS*, n. 39, p. 23-38, 1998.

- DROYSEN, J. G. *Alexandre o Grande*. São Paulo: Contraponto, 2010 [1833].
- DUFRESNOY, N. L. *Chronological tables of Universal History*. London: H. Payne and Co., T. Becket and Co., and J. Walter, 1762.
- EDSON, F. Antigonids, Heracles and Beroa. *HSCP*, n. 45, p. 213-246, 1934.
- EHRENBERG, V. Athenischer Hymnus auf Demetrios Poliorketes. In: EHRENBERG, V.; STROHEKER, K. F.; GRAHAM, A. J. (Ed.). *Polis und Imperium: Beiträge zur alten Geschichte*. Zürich/Stuttgart: Artemis Verlag, 1965, p. 279-297.
- ELIADE, M. *História das crenças e das ideias religiosas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ELLIS, J. R. Amyntas Perdikka, Philip II and Alexander the Great. *The Journal of Hellenic Studies*, v. XCI, p. 16-25, 1977.
- ELLIS-EVANS, A. Dynasts and kings. In: The tyrants dossier from Eresos. *Chiron*, n. 42, p. 181-210, 2012.
- ERRINGTON, R. M. *A History of Macedonia*. California: University of California Press, 1991.
- ERRINGTON, R. M. The Nature of the Macedonian State under the Monarchy. *Chiron*, v. 8, p. 77-133, 1978.
- ERRINGTON, R. M. Diodorus Siculus and the Chronology of the Early Diadochoi, 320-311 B.C. *Hermes*, v. 105, p. 478-504, 1977.
- ERRINGTON, R. M. From Babylon to Triparadeisos, 323-320 B.C. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 90, p. 49-77, 1970.
- ERSKINE, A.; LLEWELLYN-JONES, L. (Ed.). *Creating a Hellenistic world*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2011.
- ERSKINE, A. Rhetoric and Persuasion in the Hellenistic World: Speaking up for the *Polis*. In: WORTHINGTON, I. (Ed.). *A Companion to Greek Rhetoric*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, p. 272-287.
- ERSKINE, A. Approaching to Hellenistic World. In: ERSKINE, A. (Ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. London: Blackwell Publishing, 2003, p. 1-15.

- ERSKINE, A. (Ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. London: Blackwell Publishing, 2003.
- EUGENIDOU, D.; DOUMAS, A. (Ed.). *Nike: victoria on coins and medals*. Athens: Numismatic Museum, 2004.
- FARBER, J. J. The Cyropaedia and Hellenistic Kingship. *AJPh*, n. 100, p. 497-514, 1979.
- FENTON, J. *Philip II: King of the Macedon*. Disponível em: <<http://www.classics.mit.edu.htm>>. Acesso em: 25 out. 2005.
- FERNANDEZ NIETO, F. J. La designación del sucesor em el antiguo reino de Macedonia. *Gerión*, anejo IX, p. 29-44, 2005.
- FERREIRA, J. R. *A tirania dos pisístratos*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1992.
- FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- FINLEY, M. I. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FINKELBERG, M. *Greeks and pre-greeks: Aegean prehistory and Greek heroic tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- FOERTMEYER, V. The dating of the Pompe of Ptolemy II Philadelphus. *Historia*, n. 1, p. 90-104, 1988.
- FOX, R. L. *Brill's Companion to Ancient Macedon: Studies in the Archaeology and History of Macedon, 650 BC-300 AD*. Leiden: Brill, 2011.
- FREDRICKSMEYER, E. A. Divine honors for Philip II. *Transactions of the American Philological Association*, v. 109, p. 39-61, 1979.
- FRIESEN, C. J. P. *Reading Dionysus: Euripides' Bacchae and the Cultural Contestations of Greeks, Jews, Romans and Christians*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.
- GARCÍA, F. J. G. Qa-si-re-u micénico y Basileús homérico: continuidad y discontinuidad en la concepción griega de la realeza. *Minus*, n. X, p. 71-94, 2002.
- GARRISON, M. B. Kingship and the divine in the early Achaemenid period. In: IOSSIF, P. P.; CHANKOWSKI, A. S.; LORBER, C. C. (Ed.). *More than Men, Less than Gods: Studies on Royal Cult and Imperial Worship*. Paris: Peeters, 2011, p. 15-103.

GAUTHIER, P. Histoire grecque et monarchie. In: ROY LADURIE, E. (Éd.). *Les Monarquies*. Paris: Paris Presses Universitaires de France, 1986, p. 43-62.

GEHRKE, H. The victorious king: reflections on the Hellenistic monarchy. In: LURAGHI, N. (Ed.). *The Splendors and Miseries of Ruling alone: Encounters with Monarchy from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2013, p. 73-98.

GEUS, K. Space and geography. In: Erskine, A. (Org.). *A companion to the Hellenistic culture*. Berlin: Blackwell Publishing, 2003, p. 232-245.

GITLER, H. Identities of the indigenous coinages of Palestine under Achaemenid rule: the dissemination of the image of the Great King. In: IOSSIF, P. P.; CHANKOWSKI, A. S.; LORBER, C. C. (Ed.). *More than Men, Less than Gods: Studies on Royal Cult and Imperial Worship*. Paris: Peeters, 2011, p. 105-120.

GONÇALVES, A. T. M. A realeza e a tripartição funcional: mitos de fundação em Heródoto. *História Revista*, n. 1, p. 9-25, 1996.

GOODENOUGH, E. R. *The political philosophy of Hellenistic kingship*. New Haven: Yale Classical Studies, 1928.

GOUKOWSKY, P. Un Aspect de l'administration d'Alexandre dans les hautes satrapies. In: FAHD, T. (Ed.). *La Géographie administrative et politique d'Alexandre à Mahomet: actes du colloque de Strasbourg*. Leiden: Brill, 1979, p. 7-17.

GOUKOWSKY, P. Antigone, Alexandre et l'assemblée macédonienne. *RPH*, v. 49, p. 263-277, 1975.

GRADEL, I. *Emperor worship and roman religion*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

GRALHA, J. C. M. *A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas*. 2009. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

GREEN, P. Delivering the Go(o)ds: Demetrius Poliorcetes and Hellenistic Divine Kingship. In: BAKEWELL, G. W.; SICKINGER, J. (Ed.). *Gestures: Essays in Ancient History, Literature, and Philosophy Presented to Alan L. Boegehold*. Oxford: Oxbow Books, 2003, p. 258-277.

- GREEN, P. *Alexander of Macedon: 356–323 B.C.* Berkeley: University of California Press, 1974.
- GRIFFITH, G. T. Philip of Macedon's early interventions in Thessaly (358-352 B.C.). *The Classical Quarterly*, v. 20, n. 1, p. 67-80, 1970.
- GRUEN, E. S. The Coronation of the Diadochoi. In: EADIE, J; OBER, J. (Ed.). *The Craft of the Ancient Historian: essays in honor of Chester*. Lanham: Md, 1985.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, p. 113-127, 2010.
- GUARINELLO, N. L. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.
- HAAKE, M. Diadem und *basileus*: überlegungen zu einer insignie und einem titel in hellenistischer zeit. In: LICHTENBERGER, A., et al. (Ed.). *Das diadem der hellenistischen herrscher: Übernahme, Transformation oder Neuschöpfung eines Herrschaftszeichens?*. Bonn: Habelt-Verlag, 2012, p. 293-313.
- HABICHT, C. Versaumter Gotterdienst. *Historia*, n. 55, 153-167, 2006.
- HABICHT, C. *Gottmenschentum und griechische Städte*. Munich: Beck, 1970.
- HADAS, M. Hellenistic literature. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 17, p. 21-35, 1963.
- HADLEY, R. A. Royal propaganda of Seleucus I and Lysimachus. *The Journal of Hellenic Studies*, n. 94, p. 50-75, 1974.
- HALL, J. M. *Hellenicity: Between Ethnicity and Culture*. Chicago: Chicago University Press, 2002.
- HAMILTON, W. R. Address to the Royal Geographical Society of London. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 8, p. XXXVII-LXIII, 1838.
- HAMMOND, N. G. L. *The Macedonian State: Origins, Institutions, and History*. Oxford: Claredon, 2001.
- HAMMOND, N. G. L. The actions of Philip II in 347 and 346 early B. C. *The Classical Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 367-374, 1994.

- HAMMOND, N. G. L. *Alejandro Magno: rey, general y estadista*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- HAMMOND, N. G. L. The King and Land in The Macedonian Kingdom. *The Classical Quarterly*, n. 38, p. 382-391, 1988.
- HAMMOND, N. G. L. *A History of Macedonia*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- HANSEN, M. H. The Athenian 'politicians', 403-322 B.C. *GRBS*, v. 24, n. 1, p. 33-55, 1983.
- HANSEN, M. H.; SHIPLEY, G. J. The *polis* and federalism. In: BUGH, G. R. (Org.). *The Hellenistic World*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 52-72.
- HARDING, P. *From the End of the Peloponnesian War to the Battle of Ipsus*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- HART, G. D. *Asclepius: The God of Medicine*. London: Royal Society of Medicine Press, 2000.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HAUBEN, H. Antigonos Invasion Plan for his Attack on Egypt in 306 B.C. *OLP*, v. 6/7, p. 267-71, 1975/76.
- HAUBEN, H. A Royal Toast in 302 B.C. *Ancient Society*, v. 5, p. 105-19, 1974.
- HENRICHS, A. Demythologizing the past, mythicizing the present: myth, history, and the supernatural at the dawn of the Hellenistic period. In: BUXTON, R. (Ed.). *From Myth to Reason? Studies in the Development of Greek Thought*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 223-248.
- HERMAN, G. The court society of the Hellenistic age. In: CARTLEDGE, P.; GARNSEY, P.; GRUEN, E. (Ed.). *Hellenistic Constructs: Essays in Culture, History, and Historiography*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 199-224.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La *paideia* griega, iniciación a la realeza: los *Peri Basileias* de Dión Crisóstomos. *Studia historica. Historia antigua*, Salamanca, n. 22, p. 71-90, 2004.

- HOLT, F. L. *Alexander the Great and the Mystery of the Elephant Medallions*. Los Angeles: University of California Press, 2003.
- HOLT, F. L. *Thundering Zeus: the Making of Hellenistic Bactria*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea: a Study of Mediterranean History*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- IOSSIF, P. P.; LORBER, C. C. More than Men, Less than Gods: Concluding thoughts and new perspectives. In: IOSSIF, P. P.; CHANKOWSKI, A. S.; LORBER, C. C. (Ed.). *More than Men, Less than Gods: Studies on Royal Cult and Imperial Worship*. Paris: Peeters, 2011, p. 691-710.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1979].
- KHOLOD, M. M. Persian Political Propaganda in the War against Alexander the Great. *Iranica Antiqua*, v. XLVI, p. 149-160, 2011.
- KING, C. J. Macedonian Kingship and Political Institutions. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. (Org.). *A Companion to Ancient Macedonia*. California: Blackwell Publishing, 2010. p. 320-339.
- KIRK, G. S. *Los poemas de Homero*. Buenos Aires: Paidós, 1985.
- KROLL, J. H. The Evidence of Athenian Coins. In: PALAGIA, O.; TRACY, S. V. (Org.). *The Macedonians in Athens: 322-229 B.C.* Oakville: Oxbow Books, 2003, p. 206-212.
- LAKY, L. A. Olímpia, Zeus Olímpio e a construção da identidade grega nos séculos VI e V a.C. *Mare Nostrum*, n. 3, p. 189-212, 2012.
- LANDUCCI, F. *Lisimaco di Tracia nella prospettiva del primo Ellenismo*. Milán: Edizioni Universitaire Jaca Book, 1992.
- LE BART, C. *Le discours politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- LE GOFF, J. *O maravilhoso no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975.

LEONI, A. M. M. En torno al culto al governante y a *Dea Roma* en el Mundo Helenístico: las *póleis* y la política da reciprocidad. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, ano 1, n. 1, p. 132-150, 2010.

LÉVÊQUE, P. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LÉVÊQUE, P. Antigone le Borgne. *Revue des Études Grecques*, v. 89, n. 426-427, p. 604-610, jul/dec. 1976.

LÉVY, E. Naissance du concept de barbare. *Ktema*, n. 9, p. 5-14, 1984.

LICHTENBERGER, A.; MARTIN, K; SALZMANN, D. (Ed.). *Das diadem der hellenistischen herrscher: Übernahme, Transformation oder Neuschöpfung eines Herrschaftszeichens?*. Bonn: Habelt-Verlag, 2012.

LIMA, A. C. C. Os conflitos sociais gerados pelas *hetaireíai* nos simpósios em Atena no final do V século a.C.. *Phoînix*, ano 4, p. 17-23, 1998.

LONDEY, P. Philip II and the Delphic Amphiktony. *Meditarch*, n. 7, p. 25-34, 1994.

LOZANO, A. Los seléucidas y sus sistemas de control territorial. *Gérion*, n. 14, p. 183-194, 1996.

MACKIL, E. *Creating a Common Polity: Religion, Economy, and Politics in the Making of the Greek Koinon*. Berkeley: Univesity of California Press, 2013.

MCEWAN, C. W. *The Oriental Origin of Hellenistic Kingship*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.

MAGNOLI, D. No espelho da guerra. In: MAGNOLI, D. (Org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 9-17.

MANNI, E. *Demetrio Poliorcete*. Rome: Signorelli, 1951.

MARÇAL, M. R. A tensão entre o fantástico e o maravilhoso. *Fronteiraz*, n. 3, p. 1-8, 2009.

MARCOVICH, M. *Studies in Graeco-Roman Religions and Gnosticism*. Leiden: Brill, 1988.

MARINATOS, S. N. Διογενεις Βασιλεις. In: MYLONAS, G. *Studies Presented to David M. Robinson on his Seventieth Birthday*. Saint Louis: Washington University Press, 1951, p. 126-134. v. 1.

- MARKLE, M. M. The Strategy of Philip in 346 B. C. *The Classical Quarterly*, v. 24, n. 2, p. 253-268, 1974.
- MARTÍN, C. S. La “edad de los tiranos”: una aproximación a las ambigüedades de la tiranía arcaica. *Gérion*, v. 32, p. 57-77, 2014.
- MARTIN, L. H. The Anti-individualistic Ideology of Hellenistic Culture. *Numen*, v. 41, n. 2, p. 117-140, 1994.
- MIKALSON, J. D. *Religion in Hellenistic Athens*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- MITCHELL, L. *The Heroic Rulers of Archaic and Classical Greece*. London: Bloomsbury, 2013.
- MOMIGLIANO, A. *Philippe de Macédoine: essai sur l’histoire grecque du IV siècle av. J.-C.* Milano: Editions de L’ éclat, 1992.
- MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- MOMIGLIANO, A. *Alien Wisdom: The Limits of the Hellenization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- MORKHOLM, O. *Early Hellenistic coinage: from the accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-188 B.C.)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MORRIS, I. *Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- MORRIS, I.; POWELL, B. (Ed.). *A New Companion to Homer*. Leiden: Brill, 1997.
- MOSSÉ, C. *Alexandre, O grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MOSSÉ, C. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: UNB, 1997.
- MOSSÉ, C. *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- MOSSÉ, C. *Histoire des doctrines politiques en Grèce*. Paris: PUF, 1975.
- MÜLLER, O. *Antigonos Monophthalmos un ‘Das Jahr der Könige’*. Bonn: Habelt, 1973.

NESERIUS, P. G. Isocrates' Political and Social Ideas. *International Journal of Ethics*, v. 43, n. 3, p. 307-328, Apr. 1933.

NICI, J. B. *Famous Works of Art: and How They Got That Way*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.

NIESWANDT, H. Stoffbinden im Achämenidischen Reich. Zu sog. Satrapenmünzen und verwandten Denkmälern im östlichen Mittelmeergebiet. In: LICHTENBERGER, A. et al. (Ed.). *Das diadem der hellenistischen herrscher: Übernahme, Transformation oder Neuschöpfung eines Herrschaftszeichens?*. Bonn: Habelt-Verlag, 2012, p. 63-159.

NORLIN, G. General Introduction. In: ISOCRATES. *Volume I*. Translated by G. Norlin. London: Harvard University Press, 1961, p. 116-120.

OAKLEY, F. *Kingship: the Politics of Enchantment*. New York: Wiley, 2006.

OGDEN, D. *Alexander the Great: Myth, Genesis and Sexuality*. Exeter: University of Exeter, 2011.

OGDEN, D. (Ed.). *The Hellenistic World: New Perspectives*. Londres: The Classical Press of Wales, 2002.

OLBRYCHT, M. The Diadem in the Achaemenid and Hellenistic Periods. *Anabasis*, n. 5, p. 177-187, 2014.

ONCKEN, G.; JUSTI, F. *Historia de la Persia Antigua*. Buenos Aires: Impulso, 1950.

O'NEIL, J. L. L. The creation of new dynasties after the death of Alexander the Great. *Prudentia*, n. 32, p. 118-137, 2000.

PALAIMA, T. G. Wanaks and Related Power Terms in Mycenaean and Later Greek. In: DEZER-JALKOTZY, S.; LEMOS, I. S. (Ed.). *Ancient Greece: From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, p. 53-71.

PALMER, L. R. *The Interpretation of Mycenaean Greek Texts*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

PALMER, L. R. Achaeans and Indo-Europeans. *L'antiquité classique Année*, v. 24, p. 9-10, 1955.

- PALMER, L. R. Transactions of the philological society. *Homerica*, v. 37, p. 35-37, 1954.
- PERLMAN, S. Greek Diplomatic Tradition and the Corinthian League of Philip of Macedon. *Historia*, n. 34, p. 153-174, 1985.
- PERLMAN, S. 'Isocrates' "Philippus" and Panhellenism. *Historia*, v. 18, n. 3, p. 370-374, 1969.
- PETROVIC, I. Deification – gods or men? In: EIDINOW, E.; KINDT, J. (Ed.). *The Oxford handbook of ancient greek religion*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 429-443.
- PICKARD, A. W. *The Dramatic Festivals of Athens*. London: Cambridge University Press, 1988.
- PLANT, R. *Greek Coins Types and their Identification*. London: Seaby, 1979.
- PRÉAUX, C. *Le monde hellénistique: la Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av – j.-c)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978. 2 v.
- PRICE, S.; THONEMANN, P. *The Birth of Classical Europe: a History from Troy to Augustine*. New York: Penguin Group, 2010.
- PRICE, M. J. Alexander's Policy on Coinage. In: CARLSEN, J. et al. (Org.). *Alexander the Great: Reality and Myth*. Rome: Analecta Romana Instituti Danici, 1997, p. 171-176.
- PRICE, S. R. F. *Rituals and power: the roman imperial cult in Asia Minor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- PRITCHETT, W. K. *The five Attic tribes after Kleisthenes*. Baltimore: Johns Hopkins, 1943.
- QUARANTA, E. A idealização do poder ptolomaico. *Projeto História*, n. 30, p. 189-196, 2005.
- QUILLER, B. The Dynamics of the Homeric Society. *Symbolae Osloenses*, n. 56, p. 109-155, 1981.
- RAMSAY, W. M. Military Operations on the North Front of Mount Taurus, III: The Imprisonment and Escape of Dokimos (Diod. XIX 16). *The Journal of Hellenic Studies*, n. 40, p. 107-112, 1920.

- REALE, G. *História da filosofia: Antigüidade e Idade Média*. São Paulo: Loyola, 2003.
- RITTER, H. W. *Diadem und Königsherrschaft*. München: C.H. Beck, 1965.
- RODRIGUEZ ADRADOS, F. Instituciones micénicas y sus vestigios em el epos. In: GIL, L. (Ed.) *Introducción a Homero*. Madrid: Guadarrama, 1963, p. 319-33.
- ROISMAN, J. *Alexander's Veterans and the Early Wars of the Successors*. Texas: University of Texas Press, 2012.
- ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. (Org.). *A Companion to Ancient Macedonia*. California: Blackwell Publishing, 2010.
- ROLLEY, C. *La sculpture grecque*. França: Centre national du Livre, 1999. v. 2.
- ROMANO, D. G. Philip of Macedon, Alexander the Great, and the ancient Olympic Games. In: DANIEL, E. C. (Ed.). *The World of Philip and Alexander: a Symposium on Greek Life and Times*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum, 1990, p. 61-79.
- ROSTOVTZEFF, M. *História social y económica del mundo helenístico*. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.
- ROSTOVTZEFF, M. Hellenistic World and its Economic Development. *The American Historical Review*, v. 41, n. 2, p. 231-252, 1936.
- ROTHOFF, S. I. Material culture. In: BUGH, G. R. (Org.). *The Hellenistic World*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 136-157.
- RUSSEL, T. *Byzantium and the Bosphorus: a Historical Study from the Seventh Century B.C. until the Foundation of Constantinople*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SANT'ANNA, H. M. de.; PEIXOTO, R. V. R. Antíoco I, grande como Ciro e Dario, ou a realeza babilônica revisitada: uma abordagem intercultural de três textos régios antigos. *Anos 90*, v. 23, p. 269-284, 2016.
- SANT'ANNA, H. M. de. O *basileus* e seu exército: algumas considerações sobre o 'ritual de aclamação' e a natureza do poder monárquico helenístico. *Saeculum – Revista de História*, n. 30, p. 15-23, 2014.

SANT'ANNA, H. M. de. Antígono *versus* Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301 a.C. *OPSIS/Catalão*, v. 12, n. 2, p. 232-246, 2012.

SANT'ANNA, H. M. de. *Entre reis, tiranos e generais: imitatio Alexandri* e dispositivos táticos no ocidente helenístico, 323-255 a.C. 2011. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SAVALLI-LESTRADE, I. *Les Philoi royaux dans l'Asie hellénistique*. Genève: Droz, 1998.

SCHMIDT-DOUNAS, B.; BRINGMANN, K.; AMELING, W. (Ed.). *Schenkungen hellenistischer Herrscher an griechische Städte und Heiligtümer*. Berlin: Akademie Verlag, 1995.

SCHMIDT-DOUNAS, B. Statuen hellenistischer Könige als *synnaoi theoi*. *Egnatia*, n. 4, p. 71-141, 1993.

SCOTT, K. The Deification of Demetrius Poliorcetes: part I. *The American Journal of Philology*, v. 49, n. 2, p. 137-166, 1928.

SCHWARZENBERG, E. The portraiture of Alexander. In: REVERDIN, O. (Org.). *Alexandre le Grand: image et réalité*. Genève: Fondation Hardt, 1975, p. 223-278.

SHIPLEY, G. *The Greek World after Alexander (323-30 B.C.)*. London: Routledge, 2000.

SILVA, M. A. O. *Plutarco e Roma: o mundo grego no império*. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, G. V. da. (Org.). *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da pólis à época helenística [404-31 a.C.]*. Vitória: Flor&Cultura, 2009.

SIMPSON, R. H. The Historical Circumstances of the Peace of 311. *The Journal of Hellenic Studies*, n. 74, p. 25-31, 1954.

SMITH, R. R. R. *Hellenistic Royal Portraits*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SOARES, L. C.; VAINFAS, R. Nova história militar. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 113-132.

SOUZA, C. D. de. *Estruturas e artefatos: o culto heróico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.)*. 2005. 228 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. v.1

- SOUZA, M. A. P. de. *A Guerra na Grécia Antiga*. São Paulo: Ática, 1988.
- STAGAKIS, G. S. *Institutional Aspects of the Heitaros Relation*. Madison: University of Wisconsin, 1962. (tese de doutorado não publicada)
- STAVRIANOPOULOU, E. Normative Interventions in Greek Rituals: Strategies for Justification and Legitimation. *Kernos Supplement*, n. 16, p. 131-149, 2006.
- STEWART, A. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- STROOTMAN, R. *Courts and elites in the Hellenistic empires: the Near East after Achaemenids, c. 330 to 30 BCE*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- STROOTMAN, R. Hellenistic Court Society: The Seleukid Imperial Court under Antiochos The Great, 223–187 BCE. In: DUINDAM, J.; KUNT, M.; ARTAN, T. (Ed.). *Royal Courts in Dynastic States and Empires: a Global Perspective*. Leiden: Brill, 2011, p. 63-90.
- SUÁREZ, D. P. Las formas del poder personal: la monarquía, la realeza y la tiranía. *Gérion*, 25, n. 1, p. 127-166, 2007.
- SUÁREZ, D. P. La douleía em Heródoto: imperialismo persa y relaciones de dependência. *Manuales y Anejos de Emerita*, XLI, p. 681-688, 1999.
- SUÁREZ, D. P. Economía y sociedad. Polis y Basileia. Los fundamentos de la reflexión historiográfica de Jenofonte. *Habis*, 20, p. 135-153, 1989.
- SUÁREZ, D. P.. De Heródoto a Tucídides. *Gérion*, 4, p. 17-46, 1986.
- TABOSA, A. S. Os conceitos de nobreza, riqueza e valor em Homero. *Hypnos*, n. 26, p. 160-169, 2011.
- TARN, W. W. *Alexander the Great*. Cambridge, 1948. v. 2.
- TARN, W. W. *Hellenistic Military and Naval Developments*. Cambridge: Cambridge Library Collection, 1930.
- TARN, W. W. The Hellenistic Ruler-Cult and the Daemon. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 48, part. 2, p. 206-219, 1928.

THÉBERT, I. Reflexão sobre a utilização do conceito de estrangeiro: evolução e função da imagem do bárbaro em Atenas na época clássica. *Diógenes*, v. 9, p. 17-33, 1985.

THEML, N. História e Arqueologia: a formação da realeza dos macedônios. *Phoînix*, ano 3, p. 301-320, 1997.

THEML, N. As realezas em Homero: géras e time. *Phoînix*, 1, p. 147-155, 1995.

THEML, N. *A Realeza dos Macedônios (VIII e VII a.C.): uma história do outro*. 1993. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1993.

THOMPSON, M. The Coinage of Philip II and Alexander III. In: BARR-SHARRAR, B.; BORZA, E. N. (Ed.). *Macedonia and Greece in Late Classical and Hellenistic Times*. Washington: National Gallery of Art, 1982, p. 113-121. v. 10.

THONEMANN, P. *The Hellenistic World: Using Coins as Sources*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

TOO, Y. L. *The Rhetoric of Identity in Isocrates: Text, Power, Pedagogy*. London: Cambridge University, 1995.

TORRES, J. B. Διάδοχος. Algumas precisiones linguísticas. *Gérion*, anejo IX, p. 15-19, 2005.

TOYNBEE, A. *Helenismo: história de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

TRONCOSO, V. A. La *paideia* del príncipe y la ideología helenística de la realeza. *Gérion*, anejo IX, p. 185-204, 2005.

TSCHERIKOWER, V. *Die hellenistischen Städtegründungen von Alexander dem Grossen bis auf die Römerzeit*. Leipzig: Dietrich, 1927.

VLACHOS, G. C. *Les Sociétés politiques Homérique*. Paris: PUF, 1974.

VERNANT, J. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VERNANT, J. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.

VEYNE, P. A helenização de Roma e a problemática das aculturações. *Diógenes*, Brasília, n. 3, p. 105-125, 1983.

- VIDAL, G. R. Procedimientos de la argumentación retórica de Antifonte a Quintiliano. *Habis*, 29, p. 37-50, 1998.
- WALBANK, F. W. W. Monarchies and Monarchic Ideas. In: WALBANK, F. W. W.; ASTIN, A. E.; OGILVIE, R. M. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 62-100. v. 7.
- WALCOT, P. The Divinity of the Mycenaean King. *Studi Micenei ed Egeo-Anatolia*, p. 53-62, 1967.
- WATERFIELD, R. *Dividing the Spoils: the War for Alexander the Great's Empire*. New York: Oxford University Press, 2011.
- WEHRLI, C. *Antigone et Démétrios*. Genève: Droz, 1968.
- WHEATLEY, P. Lamia and the Besieger: an Athenian Hetaera and a Macedonian King. In: PALAGIA, O.; TRACY, S. V. (Org.). *The Macedonians in Athens: 322-229 B.C.* Oakville: Oxbow Books, 2003, p. 30-36.
- WIESEHÖFER, J. *La Persia antica*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- WILL, É.; MOSSÉ, C.; GOUKOWSKY, P. (Org.). *El mundo griego y el oriente: el siglo IV y la época helenística*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- WILL, É. The Succession to Alexander. In: WALBANK, F. W.; ASTIN, A. E.; OGILVIE, R. M. (Org.). *The Cambridge Ancient History: the Hellenistic World*. London: Cambridge University Press, 1984, p. 23-61. v. 7.
- WORTHINGTON, I. Alexander and Athens in 324/3: on the Greek Attitude to the Macedonian Hegemony. *Mediterranean Archaeology*, n. 7, p. 45-51, 1994.
- YAMAGATA, N. ἄναξ and βασιλεύς in Homer. *The Classical Quarterly*, v. 47, n. 1, p. 1-14, 1997.